



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a
constituição de uma nova cosmografia urbana em
Uberlândia (MG).

Larissa Brito Ribeiro

Mestrado em Antropologia Social

Brasília

Novembro de 2010

LARISSA BRITO RIBEIRO

Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a
constituição de uma nova cosmografia urbana em
Uberlândia (MG).

Larissa Brito Ribeiro

Orientador: Gustavo Sérgio Lins Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Brasília

Novembro de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a
constituição de uma nova cosmografia urbana em
Uberlândia (MG).

Larissa Brito Ribeiro

Banca Examinadora:

Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro - Presidente (DAN/UNB)

Profa. Cristina Patriota de Moura - Examinadora (DAN/UNB)

Profa. Brasilmar Ferreira Nunes - Examinador (ICHF/UFF)

Profa. Kelly Cristiane da Silva – Suplente (DAN/UNB)

A Paulo Henrique. Com amor.

Agradecimentos

Relembrar os tempos, retomar a memória, pessoas, olhares, gestos, neste momento, parece tornar tão fugaz a intensa experiência vivida durante o mestrado no Departamento de Antropologia da UNB e em Brasília, que só posso tomar estes agradecimentos como uma forma condensada de expressar tudo a todos aqueles que neste trabalho se fazem presentes.

Aos moradores das margens dos córregos e do rio Uberabinha com os quais tive contato, sou grata pela atenção com que me receberam em suas casas, algumas vezes sob a desconfiança plausível diante de meu interesse sobre suas vidas naquele lugar. Este é apenas um primeiro passo na reflexão sobre as múltiplas questões relacionadas às dúvidas por vocês colocadas, com a esperança e propósito de que possamos avançar. À Máucia, sou grata pela atenção com que me recebeu no Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia, com suas sugestões ímpares de trabalhos associados à temática aqui discutida e pelas dicas preciosas de acesso à documentação necessária para as análises aqui realizadas. Ao pessoal do Arquivo Público de Uberlândia, pela presteza com colaboraram na agilidade do fornecimento da documentação solicitada, fundamental para que o andamento do trabalho fosse possível e pela paciência para com as dúvidas que eu apresentava para o entendimento daquela documentação.

A meus pais, grandes guerreiros das intempéries da vida vivida em busca de maiores oportunidades e condições de estudos para seus filhos. À minha mãe, professora primária, incansável em somar em casa o aprendizado da escola. A ela um carinho especial pela estante azul, nossa primeira e singela biblioteca, carinhosamente pintada junto comigo e minhas irmãs em nossa infância e estrategicamente colocada à porta de nosso quarto, fonte de inspiração para meus livros de hoje. Meus irmãos e irmãs, companheiros de diferentes trajetórias, obrigada pela força, torcida, apoio e compreensão pelos tempos de reclusão. A meu irmão Fernando, a vida nos ensina, como num eterno retorno elíptico, que ela tem seu próprio tempo. Obrigada por me fazer atentar a isso.

A meu esposo, Paulo Henrique, meu delírio e minha paz. A você, um terno agradecimento pelo companheirismo e compreensão durante esse tempo em que você permaneceu em nossa casa em Uberlândia e eu estive dividida, “na estrada”, entre Brasília e Uberlândia. Um período obviamente permeado por angústias fortuitas, mas sobrepujadas pela vontade ainda maior de estar junto e pelos laços de gostos, amores, desejos, sonhos e projetos

compartilhados. Obrigada pela companhia e apoio constante e inestimável durante o tempo angustiante de escrita desta dissertação.

Minhas amigas e amigos Luciana, Sir, Déia, Mirela, Kênia, Cicci e Serjão, valeu pela força, torcida e compreensão pelas ausências. No DAn, um agradecimento especial à Glêides Formiga, uma inesperada e improvável amiga e companheira de todas as horas, angústias e alegrias e, principalmente, das coisas da vida no mestrado que não se resumem aos livros. Juliane Bazzo, amiga e colega emprestada da UFPR, foi muito bom ter tido a grata surpresa de te conhecer na UNIMONTES e, logo em seguida, te ter conosco na UNB. Espero que a vida possa nos brindar com a bela e intensa alegria de sua companhia e de nossas trocas tão especiais. À Fernanda Maidana, amiga da Katakumba, do DAn e da Colina. Fernandinha, obrigada pela parceria, pelo carinho, pela atenção com que ouviu meus imbróglis e compartilhou comigo o dia-a-dia da vida no DAn, em Brasília, na Katakumba e na Colina. Fabíola Gomes, obrigada pela maneira carinhosa de clarear minhas idéias nos momentos de dúvidas e incertezas. Parceira das boas risadas. A sua não será esquecida, Fafá!!! Diogo Neves, obrigada pelas boas risadas, pela companhia e pelos mapeamentos “dantescos”. Walison e seu parceiro Léo Jaime nas boas inspirações. Sei que você tem muitas outras Wali, mas esta foi a melhor! Obrigada pela inspiração sempre presente pela leveza e alegria. Carol, Diogo Bonadiman, Paula Bauduíno, Antônio Guerreiro, Eric Gomes, Júlia Otero, obrigada pelo muito que aprendi com vocês em nossas aulas. Soninha e André, obrigada por gentilmente me permitirem fazer da sala que dividíamos na katakumba quase que minha terceira casa nas idas e vindas semanais entre Brasília e Uberlândia. Júlia Brussi, Lílian Chaves, Simone Miranda, Yoko Nitahara, Josué Tomasini, Alda Lúcia, Carlos Alexandre, Anna Davison, Goiás, Luis Cayón, Elena Nava, Marcus Cardoso, Aina Guimarães, Patrik Thames, Gonzalo, Fernando Firmo, Mariana Lima, obrigada pela companhia, pelo café, pelas trocas de experiências, leituras e conversas nas horinhas de descuido e nas madrugadas viradas na katakumba.

A Marcely, minha companheira de quarto na Colina, sou imensamente grata pela força e encorajamento ao início e término de cada dia, com seu sorriso e sotaque paraense, sempre animador. Ao meu primo Raphael e sua esposa Flávia, grandes companheiros e apoiadores desta empreitada. Obrigada por me abrigarem em sua casa antes da vaga na Colina. Seu apoio nos primeiros momentos de estada em Brasília foi imprescindível para que o mestrado fosse realizado.

Este mestrado teria sido improvável sem o estímulo de meu orientador durante a graduação no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Paulo

Roberto Albieri Nery. Foi a formação que com ele tive ao longo dos anos de Iniciação Científica, em que foi meu orientador, que me despertou a perseverança em prosseguir em meus estudos. A ele um terno agradecimento por ter acreditado e apostado em mim. Na UFU sou também grata aos demais professores, especialmente Eliane Schmaltz e Mônica Abdala, pela maneira com que educam com entusiasmo, comprometimento e afeto para com seus alunos. Obrigada pelo carinho, força e estímulo ao longo de minha jornada até aqui.

Aos professores do DAN, obrigada pelos prestimosos ensinamentos. Um agradecimento especial a Paul Eliot Little, Mariza Peirano, Marcela Stockler, Cristina Patriota, Wilson Trajano, José Antônio Vieira Pimenta, Cristian Theófilo. Ao meu orientador Gustavo Lins Ribeiro, obrigada pela abertura com que recebeu a proposta de orientação de meu trabalho e nele apostou com suas leituras atentas de meu texto, bem como pelas reflexões sugestivas sobre os caminhos que o trabalho apontava, combinadas à autonomia necessária no desenvolvimento do trabalho. Um agradecimento especial pela generosidade com que me apoiou no momento de finalização desta dissertação diante das intempéries com que a vida às vezes nos surpreende.

À Profa. Cristina Patriota de Moura e ao Prof. Brasilmar Ferreira Nunes, obrigada por aceitarem o convite para participar da banca de defesa de minha dissertação e pelos inestimáveis apontamentos sobre meu trabalho.

A Rosa e Adriana, um carinho especial pelo apoio, compreensão e torcida.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPQ), sou grata pelo apoio financeiro sem o qual este mestrado não teria sido possível.

Resumo

O presente estudo trata do processo de remoção de moradores que habitam as margens urbanas dos córregos da cidade de Uberlândia (MG) e do rio que a corta, Uberabinha, e sua relação com as políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano. De *favelados*, a *invasores* e *criminosos ambientais*, as diferentes classificações destes moradores remetem a contextos diferenciados do planejamento urbano na cidade. Interessou-me entender a força dessas classificações nos processos de remoção para a implantação de planos e projetos urbanos, o que me levou a analisar o modo como o poder público local reivindica estes territórios mobilizando a ideologia do desenvolvimento para dar-lhes nova significação, contemporaneamente, sob o signo da sustentabilidade. Para tanto, analiso eventos nos quais esses planos e projetos urbanos são elaborados e mobilizados, bem como aqueles em que as classificações dos moradores são postas em operação pelo poder público local nos processos de reivindicação destas áreas, constituindo-as enquanto *cosmografias* urbanas vinculadas às ideologias do desenvolvimento urbano econômico ou sustentável.

Abstract

This study deals with the process of removing people from the urban margins of Uberlândia city's streams and Uberabinha river, which crosses it, where they use, and used, to live and with the relationship of such a process with the urban planning and development public policies. From *favelados* (slummers) to invaders and to environmental criminals, the different classifications of these people refer to different contexts of this city's urban planning. This classifications' strength in the removal processes for implementing urban projects raised my interest and led me to examine how the local government reivindicates these territories to the extent of mobilizing the development ideology to give them new meanings under the current sign of sustainability. To do so, I analyze both the events in which these plans and urban projects are developed and mobilized as well as the events in which the classifications of such inhabitants are put into operation by the local government following the process of reivindication these areas and making them up as urban cosmographies linked to the urban development or economic development ideologies.

Sumário

Introdução	10
1. Prólogo.....	10
2. Mobilizando a ideologia do desenvolvimento.....	15
3. Em campo, qual campo?.....	18
4. Das margens do rio às <i>Cidades Sustentáveis</i> : integrações empírico-descritivas	25
5. Ideologia, poder e cultura na constituição dos territórios urbanos.....	32
6. Cosmografias urbanas.....	35
Capítulo I - Uberlândia: progresso e desenvolvimento na conformação das cosmografias urbanas	38
1.1. Progresso e desenvolvimento como ideologia	39
1.2. Planos e projetos na constituição de territórios urbanos	47
1.3. Uberlândia na esteira do progresso e desenvolvimento	50
1.3.1. Os “desbravadores” da Farinha Podre	53
1.3.2. Formação e “fundação” da cidade na “boca do sertão”	57
Capítulo II - Cosmografias urbano-desenvolvimentistas	68
2.1. Planejamento para iluminar os caminhos do desenvolvimento	69
2.2. O Plano.....	82
2.3. Trator e polícia x espingarda na disputa pelos territórios urbanos: a <i>favela</i>	88
2.3.1. <i>Público</i> ou <i>Humanitário</i> ?.....	92
2.3.2. <i>Extinção</i> ou <i>desfavelamento</i> ?.....	89
2.3.3. O Bispo e os <i>interesses do povo</i>	102
Capítulo III - Constituindo uma cosmografia urbano-ambiental	108
3.1. Planos Diretores e a virada da cidade à <i>cidade sustentável</i>	109
3.1.2. Do Movimento Nacional pela Reforma Urbana aos Planos Diretores: pelo direito à <i>cidade sustentável</i>	111
3.2. Planos Diretores, Parque Linear e <i>preservação ambiental</i>	113
3.2.1. O Projeto.....	118
3.2.2. O Plano Diretor de 2006.....	124
3.2.3. O Parque Linear do Rio Uberabinha e o <i>interesse público</i>	134
3.3. De moradores, <i>favelados</i> e <i>criminosos ambientais</i>	144
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas	159
Anexos	169

Introdução

1. Prólogo

Ao avistar, no ano de 2006, o que minha memória associou a uma “pequena roça” em meio à cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, às margens do rio que a corta, Uberabinha, questionei-me como isso seria possível numa cidade marcada pela promoção da imagem de cidade desenvolvida? Para o leitor experimentado e conhecedor acadêmico da vida urbana, um tal estranhamento pareceria ingênuo, mas só se explica pela associação de minha memória e origem à profusão de projeções da imagem da cidade de Uberlândia captada em jornais impressos, mídia televisiva, discursos políticos e empresariais e em revistas locais e nacionais, parecendo não haver alternativas para se falar desta cidade sem passar pelo rótulo do desenvolvimento. Um olhar mais atento reconheceria que, contemporaneamente, o marketing das cidades é algo comum. O que explicaria, então, a particularidade de meu estranhamento?

Vivo em Uberlândia há cerca de doze anos e desde então sou surpreendida por ‘paradoxos do desenvolvimento’, seja no âmbito lingüístico, religioso, político, econômico ou social. Paradoxos no sentido de que a imagem projetada e promovida da cidade ora inclui ora exclui aqueles elementos que seriam considerados adequados a uma imagem de cidade desenvolvida. A exemplo disso, essa mesma ‘pequena roça’ e seus moradores são tomados no primeiro plano de uma charge, ilustração de uma reportagem num jornal local, que tem ao fundo o centro da cidade com seus prédios e aviões cruzando seus ares, indicando o *desenvolvimento* destacado na reportagem¹. Nela se discute a “cultura predominante na cidade”, se seria caipira ou não. Mobilizada pela presença de uma de suas moradoras num programa televisivo nacional, em razão de seu uso do ‘r’ retroflexo, típico na cidade, por vezes motivo de risos e piadas no programa, a reportagem conclui que o crescimento rápido escondeu traços da tradição caipira na cidade, originária dos migrantes que nela se estabeleceram marcando-a por uma “mistura de culturas”.

“Uberlândia não vai deixar de ser uma cidade do interior. E de Minas. Com todas as características de uma cidade do interior. Mas os 600 mil habitantes, prédios, avenidas, economia, indústrias e desenvolvimento indicam que está longe de ser uma cidade caipira. Se é que chegou a ser um dia. É claro que, na sua formação, o pequeno povoado atraiu vários

¹ Anexo 1

moradores de fazendas e pequenas propriedades rurais. Alguns vivem por aqui, falando com o sotaque que lhe é peculiar e agindo com a inocência que foi perdida há anos na “cidade grande”. Mas não da forma caipira de ser. Porque caipira que é caipira vive isolado, longe até mesmo das grandes fazendas. E, exatamente por isso, sofre. Pena para garantir a subsistência em condições precárias. E ainda é discriminado, chamado de tolo, burro, preguiçoso. Um verdadeiro “Jeca Tatu”. Talvez por isso, a participação de uma uberlandina de Tupã no Big Brother Brasil, famoso programa da Rede Globo, tenha mexido tanto com o brio dos uberlandenses”².

Interessante notar que se esta ‘pequena roça’, como também denominam alguns de seus moradores, é constitutiva da história da formação da cidade e é trazida à tona na reportagem como indicativa de sua “mistura de culturas”, ela logo cederia espaço para novos projetos de desenvolvimento da cidade. Aquela não era a única “pequena roça” e além dela outras famílias que utilizam as margens urbanas do rio para morar seriam removidas para a construção de um *Parque Linear*, para promoção do “desenvolvimento sustentável” da cidade.

Dessa forma, os moradores dessas “pequenas roças” e demais moradores somaram-se aos muitos paradoxos com os quais me deparei ao longo desse tempo e que se constituem por comparação à minha região de origem nas pequenas cidades e corrutelas do Norte de Minas Gerais, avaliada como uma das regiões mais pobres do estado, área de expansão da atuação da SUDENE³ para além da região Nordeste e por alguns considerada como bolsão de pobreza. Lá, minha experiência com “pequenas roças” em meio à cidade era comum, mas só após a vinda para Uberlândia é que minha memória estabeleceu um paralelo entre sua existência em meio a “cidades desenvolvidas” e em cidades consideradas pobres; associação que se desdobrou em um primeiro questionamento sobre a existência, em Uberlândia, de um “singular mundo rural” em meio ao urbano, suscitado pela reportagem, por oposição à profusão de imagens projetadas de cidade desenvolvida.

Esta idéia de “cidade desenvolvida” povoava meus pensamentos desde os momentos que antecederam a partida de minha família do Norte de Minas Gerais, nos muitos comentários sobre Uberlândia que ouvia daqueles que ficaram e que ainda repercute por aquela região. As experiências que vivi em Uberlândia nesses doze anos foram alimentadas por tais ‘paradoxos do desenvolvimento’ e foram eles que me serviram de provocação inicial para a compreensão do processo de remoção desses moradores às margens urbanas do rio

² TIBÚRCIO, Luciana. “Uberlândia é uma mistura de culturas”. Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia 04/02/2007. (*Uberlandina* é uma expressão empregada por um cronista do referido Jornal, Luiz Fernando Quirino, para designar indivíduos não nascidos em Uberlândia, mas que a adotaram como *cidade-mãe*, nela fixando raízes, para nela trabalhar e dela defensora, como um filho “natural” da terra, diferindo dos nascidos na cidade, chamados de *uberlandenses*).

³ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Entidade de fomento econômico de alternativas de desenvolvimento para a região nordeste do país.

Uberabinha e dos córregos da cidade e sua relação com as políticas públicas de planejamento urbano.

Se a imagem de “cidade desenvolvida” poderia levar a compreender a experiência desses moradores a partir de sua singularidade, da particularidade que os tornam um grupo específico em relação aos demais grupos com os quais se relacionam em meio urbano “desenvolvido”, suscitadas pela reportagem, a atenção etnográfica assentou-se nos muitos elementos que foram surgindo a cada contato, relato, evento ou documento como associados ao processo de remoção. Ao seguir a trilha da maneira como esses elementos apareciam em minha busca etnográfica, a busca pela singularidade se esvaiu diante da condição tênue de permanência desses moradores evidenciada ao longo do tempo da pesquisa, o que explica, por exemplo, alguns trechos da narrativa no futuro do pretérito, pois trato aqui de um objeto de análise que se constitui em processo.

Um dos primeiros elementos que me trouxe dúvidas sobre sua permanência naquele local surgiu quando, em agosto de 2006, assisti a uma audiência pública em Uberlândia para revisão do Plano Diretor da cidade. Nela, destaque especial foi dado pelo secretário de Planejamento Urbano e pelo representante da empresa de consultoria contratada para coordenar os trabalhos do Plano Diretor⁴ à construção de um Complexo de Parques Lineares composto por um conjunto de parques interligados construídos às margens urbanas dos córregos e do rio Uberabinha, para preservação do meio ambiente e promoção da *sustentabilidade* na cidade. Sua fala suscitou um possível vínculo entre o modo como o discurso da sustentabilidade agora se inseria nas questões urbanas em Uberlândia e sua relação com a remoção dos moradores daquelas áreas.

Esta era a terceira audiência pública sobre o Plano Diretor, na qual seriam apresentadas as propostas para o Plano após o primeiro diagnóstico realizado sobre a cidade mediante aplicação de questionários e reuniões setoriais nos bairros. Na ocasião, quando passada a palavra ao público presente, um representante do *Instituto Cidade Futura* mencionou a falta de participação efetiva da população de Uberlândia na constituição do Plano Diretor, tal como prevê o Estatuto das Cidades, questionando “que modelo de cidade queríamos e qual estava sendo proposto”. Um panfleto foi distribuído pelo Instituto, intitulado “Olho Vivo no Plano Diretor” tendo em sua principal chamada “Por uma cidade sustentável que ofereça igualdade

⁴ TESE Tecnologia em Sistemas Espaciais, empresa estabelecida na cidade de Curitiba-PR, desenvolve Planos e Projetos em Ambientes de Geotecnologias e de Sistemas de Informações Geográficas para as áreas Pública e Privada, atuando, além da criação de Planos Diretores e Projetos Urbanos e de Arquitetura, na capacitação e treinamento em Geotecnologias, criação de Sistemas de Informações Geográficas, Planos de Gestão Ambiental, bem como elaboração de Projetos de Captação de Recursos.

de oportunidade para todos”⁵, indicando interpretações relativamente diferentes daquelas apresentadas pelo gestor público e pelo representante da empresa de consultoria. Mas, apesar de ler o panfleto logo após a audiência, não ficou claro o teor das divergências expressas nas falas e no panfleto.

A apresentação das propostas foi dividida de acordo com os capítulos previstos no Plano Diretor e destaque especial foi dado à temática do meio ambiente. O Parque Linear seria construído no mesmo local onde avistei aquelas “pequenas roças”, sem a apresentação do Projeto e a menção aos moradores que residem na área, abrindo-me a questão sobre o lugar desses moradores no Projeto.

Em uma das visitas realizadas à Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente no ano de 2007 para consultar o projeto, perguntei ao então assessor de Meio Ambiente sobre o destino das famílias residentes no local de sua implantação. Segundo o assessor, as famílias seriam indenizadas e boa parte das casas à margem direita já estavam desapropriadas, aguardando a saída dos moradores, sendo que à margem esquerda havia ‘uma certa resistência dos moradores em vender suas casas’. “As negociações”, segundo ele, “estavam sendo feitas na própria secretaria, outras no Ministério Público”.

Nessa ocasião tive acesso apenas aos mapas do projeto e, dadas as dificuldades vislumbradas já na primeira visita para ter acesso à documentação do mesmo, resolvi não dar seguimento aos questionamentos sobre o porquê da diferenciação nas negociações e da entrada desse novo ator nelas. Parti, então para o Ministério Público. Inquéritos Civis haviam sido abertos pela Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação contra vários moradores, através dos quais foram intimados a desocupar a área mediante a Lei de Crimes Ambientais por residirem em Área de Preservação Permanente (APP), conforme previsto na Lei 4771/65 - Código Florestal. Dada a extensão da área do projeto ao longo do rio, as dificuldades dela decorrentes para a localização e identificação das pessoas a serem removidas, busquei entrar em contato com os moradores intimados no Inquérito.

Nas conversas que tive com eles, especialmente com dois que viveram em épocas distintas na área - Sr. Luís que construiu seu barraco em 1976 e Sra. Fatinha que “comprou o direito” em 1991- alguns temas pareceram importantes para entender suas vidas naquele local⁶. Procurando levantar suas histórias de vida naquele lugar, esses temas apareceram recorrentemente associados às classificações que deles eram feitas pelos atores que buscavam

⁵ *Olho Vivo no Plano Diretor*. Boletim Informativo da ONG Cidade Futura. Edição Especial. Ago/2006.

⁶ Ao longo desta dissertação os nomes dos moradores foram preservados, por sua solicitação, dado que o processo de investigação do Inquérito Civil encontrava-se em andamento.

por sua remoção da área. Quando perguntados se achavam que deveriam sair daquele lugar, a afirmação do direito à indenização - seja pelo tempo de moradia no local, seja por terem “comprado o direito” de um outro morador para morar naquela *casa* ou *barraco*, ou pelo investimento de uma vida feito ali - era remetida à classificação de *invasor* que agora aparecia com a intimação pelo Ministério Público que, segundo eles, retirava-lhes o direito à indenização. Se, por volta da década de 1970 eram *favelados*, agora eram tidos como *invasores*.

Ao longo do período entre a audiência pública do Plano Diretor e as visitas aos moradores, tive contato com alguns professores dos cursos de História e Geografia da Universidade Federal de Uberlândia que me informaram da existência de moradores às margens do rio Uberabinha desde a década de 1970, tal como mencionado pelos próprios moradores⁷. Segundo eles, remoções fazem parte da história do lugar e planos de urbanização que incluíam as margens urbanas do rio Uberabinha e dos principais córregos da cidade foram realizados desde a década de 1950, tendo sido objeto de estudo em algumas teses e dissertações sobre a cidade.

Os elementos que até então se colocaram nesse primeiro acercamento ao tema pareciam se ligar a uma trama cujo fio ainda não me era conhecido. Indagações daí decorrentes pontilhavam minhas reflexões em busca da compreensão da realidade com a qual me deparava. Tratava-se de um mesmo território disputado como local de moradia pelos moradores e como objeto de projetos de desenvolvimento pelo poder público. As classificações decorrentes desta disputa indicavam que os modos e meios, bem como os argumentos do poder público local para as remoções apareciam contextualmente diferenciados nos relatos dos moradores e professores. Qual era, então, a importância desses contextos na mudança identificada nas classificações dos moradores e nos modos e meios para sua remoção? Quais as razões que impulsionavam a implantação desses planos e projetos urbanos por parte do poder público local? Em quê residia a importância desses planos e projetos para a reivindicação da área pelo poder público?

Tomando como ponto de partida os depoimentos dos moradores, busquei ler as teses e dissertações indicadas pelos professores bem como outras identificadas na pesquisa bibliográfica sobre trabalhos que tinham como tema a cidade de Uberlândia, para alcançar

⁷ Agradeço à Profa. Vera Salazar Pessôa, professora aposentada do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, que conheci num curso de especialização em Educação Ambiental na Faculdade Católica de Uberlândia. Devo-lhe a indicação do trabalho da Profa. Maria Clara Tomaz Machado, do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, que gentilmente me recebeu em sua sala, oferecendo algumas pistas sobre a temática e a indicação de outros trabalhos que pudessem me auxiliar na compreensão da história da cidade de Uberlândia.

elementos que pudessem me auxiliar a responder a essas indagações. Estes trabalhos nos propõem que a par da multiplicidade de agentes que constituem diferentes territórios no interior da cidade de Uberlândia, uma elite se formou ao longo de sua história buscando constituí-la como uma história singular, mobilizando uma ideologia do progresso e do desenvolvimento como um elemento característico e particular à cidade para atrair recursos e empreendimentos. Nesse processo, a organização do espaço urbano teve importância significativa através de iniciativas particulares do mercado imobiliário e das ações do poder público local, constituído em sua maioria por integrantes dessas elites.

A trama de elementos históricos, políticos, econômicos e sociais levantada com a leitura destes trabalhos, e esboçada no primeiro capítulo, tornou-se objeto de atenção durante todo o período da pesquisa. O diálogo constante com ela auxiliava a fazer sentido o processo de remoção daqueles moradores mediante planos e projetos para o desenvolvimento da cidade e possibilitava acercar-me dos contextos em que ocorreram a mudança nas classificações dos moradores e sua remoção.

Nestas fontes, oriundas do campo da História, Geografia e Arquitetura, a cidade aparece ora como cenário de forças de mercado que controlam seu crescimento e ordenação do espaço urbano, ora como cenário de mecanismos de controle social. É vista também a partir da materialização de um imaginário social e político ou sob o prisma das vivências, das relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos sociais. Restava definir de que modo a teoria antropológica que me servia de âncora textual, cognitiva e psíquica possibilitaria articular um melhor ângulo para construção dos dados que surgiram em campo (Peirano, 2001; 2006).

2. Mobilizando a ideologia do desenvolvimento

Mais do que reconhecer a heterogeneidade do social e uma multiplicidade de representações do urbano em face de uma ideologia do desenvolvimento que se revela distante da “realidade” interessava-me entender a mobilização dessa ideologia pelo poder público local para reivindicar essas áreas em face daqueles que as tomam como fonte de moradia. Assim, a noção de espaço urbano ampliou-se para territórios que se constituem enquanto *cosmografias* (Little, 1996), no sentido de que as ações do poder público local em relação à área estudada e as posições dos moradores revelam visões de mundo (ideologias) inscritas em um lugar específico.

A noção de “mobilização de uma ideologia” não se confunde com idéias levadas adiante pelas elites ou classes dominantes na defesa de sua dominação, baseada exclusivamente numa racionalização da conduta orientada pelo interesse. Parto do princípio peirceano de que as razões para agir são sustentadas por crenças que se expressam por meio de *signos* através uma consciência (mediata e imediata) que se posiciona em relação a outra em face de um objeto, portanto, por meio da ação social. Crenças, no entanto, jamais estáticas em razão das dúvidas surgidas da tensão entre nossas crenças e as crenças alheias face a um mesmo objeto (Peirce, 1955). Na acepção peirceana,

“Um signo, ou representâmen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo” (Peirce, 2008:46)⁸.

Tomo a ideologia do desenvolvimento como constitutiva da história do Ocidente (Nisbet, 1985), com origem num contexto histórico e social específico, propagando-se mundialmente enquanto discurso global (Ribeiro, 2007). No entanto, na mesma medida em que adquire feições particulares em contextos específicos porque acionada pelos sujeitos sociais em suas ações, podendo ser mesmo negada em razão das crenças particulares desses sujeitos, apresenta-se contemporaneamente em tensão sobre seu significado: se econômico, social, sustentável, auto-sustentável, etnodesenvolvimento e demais qualificações contemporâneas.

Inspiro-me, também, na noção de ideologia de Wolf (1999), no sentido de que ela só existe porque tem conteúdo, trata de algo, tem funções e faz algo pelas pessoas através de pessoas reais, concretas. Estas pessoas, por sua vez, ocupam posições diferenciais nas diferentes configurações sociais, desempenhando um papel na aproximação das demais pessoas envolvidas ou dividindo-as. A eficácia da mobilização das ideologias tem relação com as dimensões semânticas e pragmáticas da linguagem que, como propõem Austin (1962),

⁸ Os signos, segundo Peirce, apresentam-se em contexto sob três formas. Tomo a liberdade de trazer a definição que Peirano (2006:146) nos apresenta por ser geral e bastante representativa das construções elaboradas por Peirce (1955): “Ícones são signos que representam um objeto por similaridade ou identidade parcial, imagens que estimulam mentalmente sua idéia [...]. Índices são signos que se referem a seu objeto não tanto por similaridade ou analogia, mas em razão da conexão dinâmica, da contigüidade entre o objeto individual e os sentidos ou memória de quem ou do que ele é signo[...]. Símbolo refere-se ao modo universal, convencional, neutro e independente de contexto imediato que é caracterizado pela generalidade, pela lei, pelo pensamento abstrato. [...] signos combinam os três componentes, isto é, em todos os signos há um liame de ícone, índice e símbolo – um domina, determina ou é enfatizado, porém os demais estão presentes. [...] estão englobados na tríade acima dimensões semânticas e pragmáticas simultâneas”.

é tomada como forma de ação, atuação sobre o real e, portanto, como forma de constituição deste, e não apenas como correspondência direta com a realidade.

Wolf (1999), no entanto, inspirado em Pierre Bourdieu, aponta a posição social do sujeito como um dos elementos importantes na eficácia da mobilização de certos interpretantes (Peirce, 1955), distanciando-se relativamente de uma visão que, segundo o autor, subjaz às análises de Austin, de que o poder da fala performativa deriva da linguagem em si. A relação triádica que compõe o signo – entre fundamento, objeto e interpretante – proposta por Peirce é tomada por Wolf (1999) como meio de captar a forma como a mente ou pensamento apreende a realidade, tomando a linguagem como mecanismo de referência dinâmica e múltipla. Isto porque o terceiro elemento retomado por Peirce da filosofia da linguagem, o interpretante (face a um objeto) é o elemento chave para esse trânsito entre pensamento e contexto social. Walter-Bense (2000), em sua análise da referência ao interpretante do signo em Peirce nos esclarece:

“Cada signo, como relação triádica, só é um signo completo quando um meio designa um objeto para alguém ou – dito de outro modo – quando alguém emprega um meio para a designação de um objeto. Esse ‘alguém’ é também denominado intérprete do signo. Contudo na aplicação ou interpretação de um signo não se deve apenas pensar numa pessoa para a qual ou a partir da qual um signo é formado, mas também que um signo é, em geral, ‘interpretável’, isto é, que tem um significado. Este não é fornecido junto à referência ao meio ou ao objeto, mas requer um terceiro elemento, o que vale, em geral, dizer ‘aquilo que interpretar’, ou o ‘interpretante’ do signo, isto é, a conexão signica na qual o intérprete compreende o signo. [...] o interpretante é ‘um signo que interpreta’ ou uma ‘consciência que interpreta’, sendo que aqui a ‘consciência’ não deve restringir-se ao ato de pensar, mas incluir, segundo Peirce, também a sensação e a experiência. Todos os interpretantes juntos formam um ‘campo interpretante’ ou um ‘campo de significação’, isto é, cada tipo de interpretação se baseia em interpretações já existentes, as quais fornecem o fundo para interpretações especiais [...] o campo interpretante não é apenas uma conexão de vinculações. A ele pertencem também sensações e ações com base em signos, além do pensamento, o qual se expressa em signo.” (Walter-Bense, 2000:23-28 – grifos da autora).

O contexto de fala, dessa forma, pode fornecer um quadro de quem está usando ou manipulando as formas culturais e lingüísticas, em relação com quem e em quês circunstâncias. Os processos comunicativos no interior dos quais as ideologias são mobilizadas na constituição de cosmografias urbanas aqui estudadas são, então, reveladores de repertórios simbólicos partilhados socialmente, mas não homogeneamente, e como modos de agir no mundo. Eles tornaram-se ponto de partida importante para análise do fenômeno com o qual me deparava. Restava definir, de que modo abarcá-los.

3. Em campo. Qual campo?

Favela, remoções para *beneficiamento do local*, *planos e projetos urbanos*, *meio ambiente*, *invasor*, pareciam ser noções que se entrecruzavam num deslocamento semântico subjacente aos novos modos e meios para as remoções dos moradores e novas concepções sobre o espaço urbano. Um deslocamento que, no entanto, como se verá mais adiante, não está restrito ao âmbito local, mas situado no plano de conformação de novas *cosmopolíticas* internamente ao sistema mundial⁹. Mas como nos alerta Peirano (2006:32), *dados derivam e partem de eventos empíricos*, se se pretende tratar da ação social. *Há sempre um acontecimento, seja um evento, estória, relato, que detém certo privilégio do momento etnográfico decisivo* (ibid, 2001:37). Os eventos e relatos que me levaram à percepção da mudança de *favelados a invasores*, de *planos* para o desenvolvimento econômico a *planos e projetos* para desenvolvimento sustentável, levaram à questão sobre *como*, então, dar conta desse processo?

A análise situa-se em três momentos diferenciados em torno dos quais busquei captar a mudança. Num primeiro momento, inspirada pelos relatos dos moradores, pela leitura das teses e dissertações mencionadas e pela existência de um Inventário Temático que resultou dessas teses, disponível no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia¹⁰, busquei consultar algumas de suas fontes. Nesse sentido, busquei as Atas e Processos do Legislativo Municipal e a documentação do Inventário na tentativa de compreender o contexto de enunciação das falas dos atores mencionadas em tais trabalhos, especialmente aqueles que tratavam de um Plano de Urbanização da década de 1950 que referenciou obras na cidade até por volta da década de 1980 que implicavam na remoção dos moradores.

Num segundo momento, tomei como fonte as discussões sobre o Plano Diretor de 1994 registradas nas Atas do Poder Legislativo; os registros áudio-visuais que compuseram o memorial do Projeto de Lei do Plano Diretor, tanto das Reuniões Setoriais realizadas nos bairros quanto das Audiências Públicas realizadas no Auditório da Câmara Municipal¹¹,

⁹ Ribeiro (2007:14) assim define cosmopolítica: “cosmopolitics are global discourses that are aware of their political nature. Cosmopolitics are discursive matrices intrinsically related to political interpretations and actions of global reach”.

¹⁰ Ver (Machado & Lopes, 2008).

¹¹ Dadas as dificuldades de acesso a esse material diretamente na Câmara Municipal, de acordo com a Secretária da Presidência da Câmara em razão de problemas técnicos no aparelho de reprodução áudio-visual, tive acesso a parte do mesmo através da empresa que realizou as filmagens, Cinecom Filmes, contactada durante a realização

ambas para a revisão do Plano Diretor de 2006 que inclui o Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha e demais parques nos córregos da cidade, que implicou em novas remoções dos moradores às suas margens; meus próprios registros das audiências de que participei; registro áudio-visual da sessão da Câmara Municipal sobre a votação do Projeto de Lei do Plano Diretor, somado à documentação relativa à representação contrária à condução da revisão do Plano Diretor, apresentada pelo Instituto Cidade Futura ao Ministério Público Estadual. Além desse material, um Inquérito Civil Público contra o Município instaurado para averiguar “riscos a moradores ribeirinhos; intervenção em área de preservação permanente” que resultou na remoção desses moradores também foi fonte de análise, além de entrevistas com representantes da Prefeitura e do Instituto Cidade Futura.

Buscava nessas fontes os atos comunicativos referentes aos planos e projetos que incluíam as margens urbanas dos córregos e do rio Uberabinha, tomando como âncora cognitiva a teoria da linguagem em seu contexto de enunciação, tal como proposto por Wolf (1999) e Peirano (2001, 2003, 2006). Minha intenção era buscar nestes atos comunicativos as visões de mundo que referenciavam a reivindicação pelo poder público local dessas áreas e de que modo elas se relacionavam com a classificação de seus moradores face a seus projetos.

Com referência ao primeiro momento da pesquisa, a consulta iniciou-se no período referente ao fim do Estado Novo. É nesse contexto que a idéia de *planejamento* para a resolução dos problemas urbanos e veiculação do desenvolvimento econômico surge e se afirma na cidade de Uberlândia. Uma questão, no entanto, se abriu aqui. Abordar os atos comunicativos a partir da teoria da linguagem em seu contexto de enunciação implica em simultaneamente abordar o vivido. Como, então, fazê-lo por meio de registro de atos passados e não vivenciados por mim, registrados em documentos como Atas e Processos do Legislativo?

A pesquisa documental realizada partiu de uma postura adotada nos trabalhos de campo realizados no Arquivo Público Municipal. Mais do que uma visita para consulta aos documentos, a atenção dirigiu-se também à observação da forma de atendimento, da orientação às consultas, breve observação das relações entre os funcionários, do comportamento destes em relação ao público e do tratamento dado aos documentos, fornecendo pistas para a análise.

das audiências. O restante do material teve acesso através da documentação apensada ao Inquérito Civil n°. MPMG 0 0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais, a partir do Expediente 013/2006, em decorrência da Representação apresentada pelo Instituto Cidade Futura.

Em minha primeira visita ao Arquivo expus aos funcionários que pretendia consultar os documentos da Câmara que diziam respeito às votações dos projetos urbanos. Se inicialmente me dirigi ao Arquivo para consultar as Atas e jornais, com esta exposição mais ampla de meu interesse tinha a intenção de identificar quais os documentos possíveis a respeito dos projetos haveria ali. Logo me chamou atenção a forma como as consultas aos documentos eram orientadas e como a organização/catalogação destes os expunham.

A primeira indicação foi a consulta ao catálogo de Processos onde estes estão organizados em sequência numérica crescente, organizada a partir dos números dos Processos e suas datas, compondo uma sequência temporal que se inicia com o processo número 01, de 13.12.1947, referente ao Regimento Interno da Câmara que regulamenta os atos do legislativo¹². Os Processos são compostos por um conjunto de documentos organizados em sua maioria por ordem de data, numa sequência temporal que, reproduz os atos de sua discussão e votação na Câmara¹³. Em um panfleto disponível na recepção do Arquivo Público tem se que:

“O Arquivo Público de Uberlândia – ArPU, implantado em 1988 encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Cultura – Divisão de Memória e Patrimônio Histórico. Preserva a documentação pública, produzida pelo legislativo e executivo municipal, atualmente tendo como instrumento a tabela de Temporalidade publicada em 03.02.2009 através do Decreto nº. 11.539. [...]. É um acervo que constitui fonte inestimável de informações para o estudo da memória, história da cidade e também como prova para proteção dos direitos do cidadão” (Folder - Arquivo Público de Uberlândia).

Na definição institucional daquilo que é seu objeto, exposta no respectivo folder, apoiando-se no historiador Marc Bloch, propõe: *“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”*. Mas enquanto sujeito que “guarda” o passado, de modo não aleatório, o próprio Arquivo Público transforma fatos em dados na forma que os compõem e dispõem ao público. Pretendendo “preservar os fatos” relativos aos atos administrativos como prova documental destes, o Arquivo Público fornece a possibilidade de os diferentes governos que compõem a administração local relatarem a *realidade dos fatos*

¹² Como registro de um ato inaugural que restabelece a instituição, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia referente ao período em que se inicia a análise proposta no capítulo dois, foi formulado no fim do Estado Novo, em dezembro de 1947, restituindo a instituição que, como as demais no país, haviam sido extintas durante a ditadura Vargas. Após parecer das Comissões e discussão na Câmara, foi aprovado em 13/11/1954.

¹³ 1) Projeto de Lei, Resolução, Indicação ou Requerimento, acompanhado de justificativa; 2) Projeto de Lei, Resolução, Indicação, Requerimento, carimbado e datado com os dizeres *Considerado objeto de deliberação. Instaurar processo*, assinado pelo Presidente e Secretário, bem como carimbado, datado e assinado por cada uma das Comissões; 3) Pareceres das Comissões; 4) Proposição de Lei, Resolução, Indicação, Requerimento, assinado pelos componentes da Mesa Diretora (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário) com carimbo datado denominado Autógrafo de Lei, assinado pelo Presidente da Câmara, indicando sua Sanção. No caso de Leis ou Resoluções, designando seu referido número.

apoiados numa função referencial da linguagem (Jakobson, s/d), na qual a sequência linear dos fatos confere-lhes *realidade*. Como nos lembra Santos (2001):

“quando um evento se transforma em fato, por meio de um relato autorizado, imediatamente coloca à disposição dos atores um conjunto preliminar de instruções que fornece a orientação correta das leituras de eventos futuros ou passados, utilizados, por sua vez, para reforçar o próprio relato. É também essa circularidade que – poder-se-ia sugerir, voltando a Crapanzano – a ideologia de uma linguagem referencial mascara e esconde” (Smith apud Santos, 2001:51).

No entanto, ainda não estava respondida a pergunta sobre *como* analisá-los. Processos constituem-se de um conjunto de documentos que podem ou não serem levados à deliberação da Câmara para execução dos atos neles solicitados ou propostos, a depender da interpretação favorável do Presidente da Câmara para sua distribuição na *Ordem do dia* seguinte e da votação favorável à deliberação pelo Plenário da Câmara. Neles incluem-se Indicações e Requerimentos que podem ser apresentados por cidadãos comuns ou vereadores indicando ou solicitando, dentre outras coisas, obras ou demais serviços que julgarem necessários para o lugar onde moram ou a cidade como um todo, podendo ser acompanhados de justificativas.

Projetos de Lei ou Resoluções, que compõem a maioria dos Processos consultados, em geral são apresentados por vereadores, mas também podem ser apresentados por cidadãos comuns, desde que obedeçam a certos critérios lingüísticos formais¹⁴. Os Projetos de Lei ou Resoluções podem ser oriundos de Requerimentos ou Indicações, ou podem ser apresentados diretamente pelo Prefeito, pelas Comissões Permanentes ou por um vereador à Mesa da Câmara, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário. Por vezes, alguns dos Processos consultados são compostos por estudos relacionados ao Processo, com vistas a validar ou invalidar seus objetivos. Reportagens de jornais da cidade também são encontrados como parte da documentação dos Processos, informando o contexto ao qual se refere a matéria atinente ao Processo ou mesmo publicações a seu respeito aprovando-o ou criticando.

Se o Requerimento, Indicação ou Projeto de Lei são considerados objeto de deliberação, é instaurado o Processo para o estudo das Comissões relacionadas ao assunto de que tratam. Elas poderão propor emendas, aprová-los da forma como estão, ou rejeitá-los. Após os pareceres das Comissões e apresentados no Expediente do dia, os Processos são postos na *Ordem do dia* para votação. Não havendo discussão, o projeto é considerado aprovado. O termo *Ordem do Dia* denomina parte dos atos da Câmara em que são discutidos

¹⁴ À época da reconstituição da Câmara Municipal de Uberlândia com o fim do Estado Novo, os projetos de lei podiam ser apresentados apenas pelo Prefeito, vereador ou Comissão da Câmara, conforme Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia aprovado em 13/11/1954.

e votados Requerimentos, Indicações e Processos, inserida na totalidade dos atos ordinários e extra-ordinários da Câmara, denominada *Ordem dos trabalhos*¹⁵. Um grande facilitador da apreensão desse *movimento* dos atos estava na própria disposição e catalogação dos documentos, sendo de desconhecimento dos funcionários que atendem diretamente ao público no Arquivo.

No período pesquisado, as Atas das sessões das reuniões ordinárias e extra-ordinárias também são organizadas em ordem temporal e catalogadas como Processo. Cada reunião ordinária e todas as sessões que lhes compõem é arquivada em uma pasta por reunião e uma para cada reunião extra-ordinária, e inserida na mesma sequência catalográfica dos Processos.

As Atas da Câmara, por sua vez, são escritas por um(a) escrivã(o), em uma estrutura que reproduz a sequência da *Ordem dos trabalhos*. Assim registradas e disponibilizadas no Arquivo Público juntamente com os Processos, Atas e Processos agem como *índices* (Peirce, 1955) que, por uma conexão dinâmica entre o registro e os atos nas reuniões, por uma contigüidade entre o registro e o contexto, certificam sua referencialidade e, portanto, autenticidade¹⁶.

No interior da estrutura dos atos ordinários da Câmara, eventos podem ocorrer, às vezes esperados, outras vezes imponderáveis, por vezes surpreendentes. Estes estão mais propensos a ocorrer nos pedidos da palavra e nos denominados *apartes* pelos vereadores, que podem demonstrar consenso ou conflito em torno das matérias em questão¹⁷. Podem ser utilizados para interromper a *Ordem dos Trabalhos*, dependendo da adequação dos argumentos à regulamentação no Regimento, cuja aprovação pelo Presidente envolve disputas em torno do tempo concedido e das temáticas.

Diferentemente dos rituais, eventos, segundo Peirano (2001) são, por princípio, mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, às vezes esperados, críticos, mas não menos tangíveis ou desprovidos de estrutura. Sendo ambos, rituais e eventos, sistemas culturais de

¹⁵ 1) Abertura da sessão e registro dos vereadores presentes; 2) Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior; 3) Leitura do expediente: correspondências recebidas e expedidas; despacho do expediente: votação de requerimentos, indicações e Projetos de Lei e encaminhamentos às Comissões; 4) Expediente: apresentação dos pareceres das Comissões, de despachos das sessões anteriores; 5) Ordem do Dia: discussão e votação das matérias dadas para a Ordem do Dia: requerimentos e Projetos de lei.

¹⁶ Em trabalho final de um curso ministrado por Mariza Peirano no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, em 1993, Boixadós (1994) analisa fundações de cidades na Argentina, em fins do século XVI como rituais. Sua fonte de dados são os *Testemonios* e *Actas de Fundación*, redigidos pelo escrivão no contexto da fundação. Para a autora, com o objetivo de registrar a ação realizada, a *Acta* é parte essencial da própria ação de fundar a cidade, certificando sua autenticidade.

¹⁷ Evidentemente, a concessão dos *apartes* passa pela interpretação do Presidente da Câmara a respeito das adequações nos casos previstos no regimento, pela eficácia das argumentações dos vereadores para pedidos de *aparte* e de suas negociações a partir do Regimento Interno que os regulamenta, bem como pelos vínculos e interesses políticos entre os vereadores envolvidos na matéria em questão, inclusive o Presidente da Casa.

comunicação simbólica, tomo esses eventos gerados pelos *apartes* como “eventos comunicativos” (Daniel, 1996: 73) no interior da estrutura registrada em Ata.

Evidentemente muitos outros elementos relacionados aos atos comunicativos que compõem tais eventos não são descritos nas atas, tais como atitude moral, psicológica e corporal do atores envolvidos, organização do espaço e distribuição das pessoas nele, os acordos e estratégias elaboradas nos bastidores da Tribuna, as disputas e negociações em torno do Regimento Interno relacionadas ao tempo de fala concedido pelo Presidente e ao andamento das questões. A presença destes só pôde ser percebida quando assisti a algumas reuniões da Câmara para complementar minha compreensão da dinâmica das reuniões registrada nas Atas pesquisadas. Levando em conta as atribuições do Arquivo Público Municipal, a forma como os documentos estão organizados e dispostos e a ‘intocabilidade’ de sua ordem por parte dos funcionários do Arquivo e seus visitantes, tomei-os como *registro comunicativo* de um passado que se quer *referencial*, como *realidade*. Os eventos comunicativos em torno do Plano de Urbanização presentes nesses registros foram, dessa forma, fonte importante para apreensão da reivindicação das áreas aqui estudadas.

No entanto, como nos propõe Peirano (2001) apoiada nos teóricos e filósofos da linguagem como Peirce (1955), Jakobson (s/d) e Austin (1962), a linguagem extrapola a função referencial, seus usos e funções derivam do *contexto da situação* e decorrem de propriedades intrínsecas à linguagem. De acordo com Peirano (ibid), eventos, tal como rituais, ampliam e focalizam, põem em relevo o que é usual em uma sociedade e focalizá-los é tratar da ação social no contexto da situação. Assim, optei por seguir a pista dos eventos comunicativos relacionados às disputas por estes territórios que identifiquei e registrei ao longo da pesquisa. A abordagem dos eventos e rituais como estratégia analítica, proposta por Peirano (2001), permitiu-me, dessa forma, um recorte empírico dos atos comunicativos em que a ideologia é mobilizada pelos atores sociais, de acordo com o que propõe Wolf (1999), para entender como a mobilização da ideologia do desenvolvimento através dos planos urbanos, constantes nos Processos e Atas consultados, constituem espaços urbanos enquanto *cosmografias* (Little, 1996) urbanas.

Dos relatos dos moradores colhidos nas visitas que realizei às suas casas ao Inquérito Civil instaurado pela Promotoria, passando pelos Atos e Processos da Câmara, as audiências públicas sobre o Plano Diretor e os documentos a ele relacionados, os dados que me permitiram compreender a relação entre o processo de remoção dos moradores e os planos

urbanos apareceram-me como *signos* (Peirce, 1955) que compunham um fio condutor a partir das categorias nativas em sua estreita relação com processos mais amplos¹⁸.

Considerando que a abordagem analítico-descritiva proposta depende simultaneamente dos dados coletados em campo e da integração descritiva realizada para dar conta dos vínculos do fenômeno estudado com os processos relativos à integração do sistema mundial percebidos em campo, a abordagem teórica situa-se, nesta introdução, assinalando o modo de olhar esses vínculos.

No primeiro capítulo procuro levar o leitor à produção da ideologia do desenvolvimento, sem pretender esgotá-la, abordando aspectos estruturais e históricos com os quais ela está relacionada, sua relação com planejamento urbano e como é posta em operação na constituição das cosmografias urbanas. Com essa primeira parte do primeiro capítulo procuro compor elementos que permitam auxiliar a compreensão, numa segunda parte, do processo de constituição da cidade de Uberlândia enquanto núcleo urbano. Na segunda parte do capítulo busquei não apenas uma reconstituição da história da região e da cidade como modo de situar o leitor sobre as questões que aqui pretendo analisar, mas também evidenciar a estreita relação desse processo com a mobilização da ideologia do progresso e do desenvolvimento na constituição das cosmografias urbanas, no qual a circulação e transformação de *signos* a elas associados tem papel especial.

Num segundo capítulo, abordo uma análise documental das Atas da Câmara e Jornais da cidade, realizada no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, e no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia, entre o fim do Estado Novo e meados da década de 1980. Procuro apresentar possíveis vínculos entre o Plano de Urbanização elaborado neste período e a constituição de uma cosmografia urbano-desenvolvimentista na cidade de Uberlândia a partir da concepção de *cidadania* identificada localmente, suas derivações contextuais a partir de sua inserção na configuração social, política e cultural da época. Interessa-me especialmente as idéias de *interesse público* e

¹⁸ O leitor perceberá que os posicionamentos dos moradores aparecem aqui, por via direta, através de trechos seus relatos colhidos por mim em que as classificações que deles eram feitas pelo poder público aparecem, apresentados entrecortados no texto ou, indiretamente, por via das disputas por seus territórios de moradia pelo poder público, captadas nos jornais ou atas pesquisadas. Diante do material de que dispunha, procurei me concentrar, neste momento da análise, nos eventos que colocavam em relevo as classificações contextuais dos moradores por parte do poder público local, sua relação com os planos e projetos urbanos que envolve(ia)m os territórios em questão e sua estreita relação com a mobilização da ideologia do desenvolvimento por parte do poder público. Ao concentrar-me nesta análise centrei-me na constituição das cosmografias urbanas por parte do poder público local, deixando para uma oportunidade futura a consideração das cosmografias dos próprios moradores.

coletividade na definição do Plano de Urbanização e suas relações com as classificações das pessoas que habitam os territórios para os quais o Plano é destinado.

No terceiro e último capítulo trato das mudanças na concepção de planejamento urbano a partir da década de 1990 decorrentes dos acordos internacionais e das lutas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana que tomam a cidade como um dos lócus destinados a viabilizar a mudança sócio-ambiental a partir da idéia de *cidade sustentável*. Procuro situar como os *signos* decorrentes dessas mudanças circulam nacionalmente a partir do Estatuto das Cidades e localmente a partir dos Planos Diretores da cidade de Uberlândia elaborados em 1994 e 2006. Trato ainda de como *projetos urbanos* de cunho ambiental decorrentes desses Planos implicam em uma nova cosmografia urbana da qual decorrem outras classificações dos sujeitos que habitam os territórios onde serão implantados os projetos.

4. Das margens do rio às *Cidades Sustentáveis*: integrações empírico-descritivas

As margens do rio Uberabinha e de córregos que cruzam a cidade de Uberlândia foram historicamente utilizadas como fonte de moradia e renda, especialmente a partir da década 1970, um dos períodos de maior crescimento demográfico da cidade¹⁹ em meio aos projetos nacionais de desenvolvimento e descentralização da produção industrial. Nesse contexto, essas áreas foram ocupadas principalmente por migrantes que não obtiveram trabalho e renda suficientes para lhes fornecer outras condições de moradia ou mesmo por migrantes que, em suas cidades de origem, tinham nas atividades próprias da zona rural sua principal fonte de trabalho. Alguns deles constituíram, às margens do rio, suas “pequenas roças” onde cria(va)m gado, galinhas, porcos e produze(ia)m hortaliças etc. Para D. Fatinha e outr(a)os moradore(a)s como Cláudia e D. Sebastiana, vivem “como se fosse uma roça, com uma certa distância das outras casa, com sossego e silêncio, apenas com o barulho das água do rio”.

Em meio ao rápido crescimento demográfico da cidade nesse período e à expansão da produção industrial, planos de ordenamento do espaço urbano eram implantados tomando por base um Plano de Urbanização elaborado em 1954, incluindo uma intervenção nas margens do rio Uberabinha e alguns córregos da cidade. À década de 1970, várias foram as tentativas

¹⁹ Sobre a Evolução Populacional de Uberlândia, ver Anexo 2.

violentas da prefeitura local de remoção dos moradores às margens do rio e córregos para implantação de obras previstas nesse plano, utilizando-se de tratores para remover à força as famílias que ali habitavam.

As margens dos rios e córregos no país constituíram-se, a partir de 1965, como Áreas de Preservação Permanente (APP), pela Lei Federal 4771/65 - Código Florestal. Esta foi regulamentada pelas Resoluções 302/2002, 303/2002 e 369/2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), adotando novas definições com alterações significativas, principalmente em relação às dimensões das áreas de APP. Tais alterações consideram “as responsabilidades assumidas pelo Brasil por força da Convenção da Biodiversidade, de 1992, da Convenção Ramsar, de 1971 e da Convenção de Washington, de 1940, bem como os compromissos derivados da Declaração do Rio de Janeiro, de 1992” (Brasil, 2002)²⁰.

Trata-se de áreas cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função ambiental, nos termos da referida lei, preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Como exemplo de APP estão as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios e córregos, com suas dimensões que variam de 30 a 500 metros, de acordo com a largura dos cursos d’água, ao redor de lagos e lagoas, áreas de nascentes, encostas com mais de 45 graus de declividade, manguezais e matas ciliares (Brasil, 1965)²¹. No caso das áreas urbanas, a Lei Federal 7.803/89 regulamenta o Código Florestal para estas áreas, definindo estas dimensões de acordo com o disposto nos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo dos municípios, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que devem respeitar os limites mínimos impostos pelo Código Florestal (Brasil, 1989).

Qualquer intervenção nestas áreas passou, a partir do ano de 2001, a requerer autorização de órgão ambiental competente, a depender do âmbito de atuação da intervenção, sob pena de punição mediante a Lei Federal 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais. Foi inicialmente a partir da Medida Provisória nº 2.166, de 24/08/2001, que regulamentou os artigos 1º, 4º, 14º, 16º e 44º da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), que a possibilidade de “supressão” em Áreas de Preservação Permanente passou a ser considerada, apenas para os casos de *utilidade pública e interesse social*, sendo, no ano de 2006, regulamentada pela

²⁰ Acordos assinados pelos governos brasileiros que dizem respeito à conservação da diversidade biológica, uso sustentável de suas partes constitutivas, a repartição justa e equitativa dos benefícios que advêm do uso dos recursos genéticos (Convenção da Biodiversidade); relacionados ainda à conservação e uso correto das terras úmidas (Convenção de Ramsar); ou ainda à proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América (Convenção de Washington).

²¹ As dimensões destas áreas foram alteradas pelas leis 7.511/86 (Brasil, 1986) e 7.803/89 (Brasil, 1989).

Resolução CONAMA 369/06, alterando o termo para “intervenção”, num indicativo de que tanto as áreas de APP com cobertura nativa quanto aquelas que não as têm, requerem autorização do órgão competente (Brasil, 2001b, 2006), como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF). Em Minas Gerais a autorização é expedida pelo IEF, órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), ou Conselho Municipal de Meio Ambiente deliberativo, a depender da existência deste no município e do tipo de intervenção.

Na década de 1990, um projeto de construção do *Parque Linear do Rio Uberabinha* foi elaborado para ser construído nas margens urbanas do rio. O projeto inclui áreas de lazer com ciclovias, uma “estação náutica”, “estação de cultura”, “estação ecológica”, “estação buritis”, oferecimento de serviços diversos como lanchonetes, lojas, venda e aluguel de caiaques, restaurante, teatro, salas de convenções, espaço de pesquisas, etc. (Pereira, 2004). Obras que margearão o rio em seu perímetro urbano, iniciando-se nos limites das áreas central e oeste da cidade.

O projeto tem sido divulgado como parte de um plano maior de despoluição do rio e recuperação de suas margens, promovido pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE. Inserido num capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente no Plano Diretor da cidade, de 2006, o projeto aparece incluído num *Complexo de Parques e Unidades de Conservação* (Uberlândia, 2006)²² que interligará o parque às margens do rio Uberabinha aos localizados nas margens dos principais córregos que cortam a cidade.

A realização do Plano Diretor deu-se em cumprimento à Lei 10.257/01 – Estatuto das Cidades, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e utilizado como “instrumento da política de desenvolvimento e expansão dos municípios” (Brasil, 2001a). De acordo com o documento *Plano Diretor Participativo*, publicado pelo Ministério das Cidades por ocasião do período que antecedeu ao prazo para que as prefeituras municipais elaborassem seus planos diretores em 2006, o Plano Diretor é um “pacto entre a população e seu território”, fornecendo os parâmetros para a gestão democrática do espaço local, com o “poder de induzir e modelar o próprio desenvolvimento” sendo principal instrumento norteador do planejamento para o ordenamento do espaço urbano (Brasil, 2005). Desta forma, além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, o Estatuto das Cidades, implementado localmente a partir dos Planos Diretores, permite articular a implementação da Agenda 21,

²² Ver Anexo 3.

dada a força de lei dos Planos Diretores, estabelecida pela Constituição de 1988 (Brasil, 2005).

Documento assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (ECO 92), a Agenda 21 é concebida como instrumento, através da Agenda 21 Local, de planejamento para as cidades e diferentes bases geográficas como estados, regiões, países, etc., que tem por princípio norteador a idéia de *desenvolvimento sustentável*, numa busca por conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, *“a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”* (Brasil, s/d). Concebida como uma plataforma para ação ambiental internacional para o século 21, a partir de uma série de formulações e diretrizes para implementação do desenvolvimento sustentável, sendo uma delas a elaboração das Agendas 21 locais pelos governos locais, a Agenda 21 Global reconhece em seu capítulo 28 a cidade como um dos pilares para implementação do slogan *“Pensar Globalmente, Agir Localmente”* (Brasil, 2003). Entretanto, constitui-se em uma declaração de intenções que não tem força de lei. Agenda 21 e Plano Diretor seriam, portanto, instrumentos complementares de planejamento urbano, para implantação das *“cidades sustentáveis”* (Brasil, 2005).

O documento elaborado pelo Ministério das Cidades no período que antecedeu à I Conferência Nacional das Cidades em 2003 destaca a importância que as cidades adquiriram, com a Agenda 21, na implementação do desenvolvimento sustentável a partir de uma *“nova leitura dos modelos de urbanização existentes”* que inclui a gestão democrática para *“recriar as cidades como centros de criatividade econômica, social e, sobretudo, de reinterpretação de suas características culturais”*. Destaca também as mudanças ocorridas no tocante à reconstrução das cidades pelos ambientalistas e urbanistas, apontando para uma nova percepção do planejamento das cidades:

“Hoje o planejamento urbano admite e reconhece as cidades com se fossem ecossistemas. Como estruturas que favorecem uma relação de equilíbrio entre suas partes, criando uma cadeia harmônica de “alimentação”. Neste contexto, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, que devem agregar valor às atividades geradas localmente, são fundamentais na produção de cidades sustentáveis, sempre e quando apoiadas em estruturas deliberativas e democráticas, devidamente institucionalizadas, atemporais, suprapartidárias e paritárias, entre sociedade civil e instituições governamentais, como são os Fóruns das Agendas 21 Locais. A transformação do modelo atual de cidade requer um esforço coletivo, pois passa pelo pressuposto maior de transformação em sociedades sustentáveis, com todas

suas particularidades sócio ambientais, produtivas e essencialmente culturais preservadas. Este eixo estratégico não desestimula a execução de atividades e ações menores em prol do sonho, que tem como ferramenta preciosa a educação formal e não formal. A transformação das cidades atuais em cidades sustentáveis demanda necessariamente um processo democrático que indique de forma legítima a cidade que os cidadãos desejam. O processo de Agenda 21 Local possibilita a criação de acordos aceitos por todos e adotados como um compromisso coletivo com um futuro em harmonia com o ambiente e com as condições necessárias para uma vida digna e saudável” (Brasil, 2003:06-07).

Podemos identificar nestes três instrumentos de ordenamento do espaço urbano - Estatuto das Cidades, Plano Diretor e Agenda 21 - um conjunto de mudanças nas idéias que orientam o uso e apropriação deste espaço, identificadas na produção de um vocabulário que fornece novos termos à fala dos atores sociais. Mello (2006) aponta que este novo vocabulário enuncia e anuncia novas formas de fazer política. A Agenda 21, nesse caso, constitui-se para a autora em um discurso que visa instrumentalizar os enunciados, produzindo novas representações do mundo social que buscam legitimar uma determinada classificação do mundo num contexto de classificações em disputa. Nestas, o local aparece como lócus privilegiado onde ações concretas são possíveis para a transformação da relação entre as sociedades humanas e seu meio ambiente comum, dada a perda do referente nacional para estabelecer as convergências necessárias à regulação do referente social, a nação, e do referente espacial, o território nacional.

Acsehrad (2006) aponta a inserção desse processo numa “inflexão discursiva” produzida na década de 1980 que acompanha a nova ordem mundial, marcada pelo deslocamento da economia mundial de sua inscrição no sistema de Estados-Nação para novas formas de organização caracterizadas pela desregulação institucional, em que o local aparece ora como lócus de uma “política alternativa de resistência, ora como arena de assimilação e adaptação ao discurso dominante” (Acsehrad, 2006:14). Para ele, “A reestruturação da geografia da circulação e da acumulação do capital altera assim as configurações espaciais e as escalas de governo existentes, inaugurando novas e contraditórias formas de produção do espaço e apropriação do meio ambiente” (ibidem).

Nesse mesmo contexto, Maricato (2000) nos chama atenção para o papel da Agenda Habitat II²³, realizada em 1996, em Istambul, juntamente com os documentos produzidos pela OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, pelo Banco Mundial e por ONGs, como a rede internacional HIC – *Habitat International Coalition*, que

²³ Documento resultante da Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II (Maricato, 2000).

contribuem para uma crescente importância e autonomia das cidades em contraposição ao alegado declínio do Estado-Nação. Estes documentos, segundo a autora, estão repletos de demandas e reivindicações tradicionais do campo da esquerda democrática, como a descentralização e afirmação do poder local, parcerias e autogestão dos serviços coletivos. Tratam-se de bandeiras onipresentes nos programas das entidades de movimentos populares incorporados às novas demandas no interior do sistema mundial.

Nesse cenário, a formulação de novas estratégias de financiamento das cidades face à redução da capacidade dos Estados Nacionais de regulação de suas economias a partir da década de 1970 desencadeou um certo consenso, conforme aponta Harvey (2005), de que a reorientação a posturas “empreendedoras” na governança urbana poderiam impulsionar o desenvolvimento econômico, levando a um investimento na melhoria da imagem das cidades. Abre-se, então, a uma “política de lugares” pela construção de centros culturais, de entretenimentos, empresariais, pela requalificação, *gentrification*, ou mesmo revitalização de locais específicos das cidades²⁴.

Nesse contexto, as "cidades sustentáveis", “cidades globais”, "cidades empreendedoras", "cidades-modelo" ou "cidades saudáveis", apresentam-se como alternativas de 'sobrevivência' no mercado globalizado (Compans, 2001), como uma forma de atrair fluxos financeiros, de produção e de consumo, pela criação de um “ambiente favorável aos negócios” (Harvey, 2005). É em um cenário de estímulo aos multiculturalismos, de tomada do patrimônio material e imaterial, da memória, do meio ambiente, das produções culturais locais, como “vantagem competitiva” (Compans, 2001), que operações urbanísticas público/privadas são associadas a essas novas estratégias dos governos locais, conforme nos aponta Harvey:

“Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. [...] Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (de tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados” (Harvey, 2009:91-92).

A inflexão discursiva apontada por Acselrad (2006) e a produção de novas representações do mundo social indicada por Mello (2006), entendidas no interior desses processos sócio-político-econômicos mais amplos, apontam para a importância das noções de

²⁴ O trabalho de Carman (2006) é um bom retrato dos processos de revitalização de espaços urbanos que tomam o patrimônio cultural como nova forma de inserção da cidade no mercado globalizado.

desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável nas mudanças em relação às formas de produção e apropriação do espaço e do meio ambiente urbanos.

Nesse quadro, a noção de *ciudades sustentáveis* parte do princípio de reconstituição das cidades a partir do reconhecimento de que o processo desorganizado de urbanização, as perspectivas de desenvolvimento econômico dirigidas à cidade, a (des)regulamentação econômica e o planejamento urbano de até então, são elementos que contribuíram para um quadro social, ambiental e biofísico de degradação, marcado pela queda na qualidade de vida nas cidades. Dessa forma, a implementação da noção de *ciudades sustentáveis* baseia-se, em geral, na proposta de reformulação das cidades a partir da idéia de desenvolvimento sustentável, associando desenvolvimento econômico a políticas públicas de ordenamento territorial, a dinâmicas participativas e preocupação com o meio ambiente.

Essa reformulação implica frequentemente em sobreposição ou, por vezes, substituição de territórios urbanos já constituídos, modificando as funções e usos destes em busca do estabelecimento de modos ‘sustentáveis’ de organização do espaço, devendo tais iniciativas, estar sob o aparato legal que subsidie os projetos urbanos implantados. Mas em que termos ocorrem estas mudanças?

A análise aqui empreendida parte do reconhecimento básico de que tais mudanças na constituição dos territórios urbanos não se dão apenas no plano prático, material, concreto e utilitário. Da geografia, Raffestin (1993) propõe que “território” e espaço” não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território, sendo este o resultado da apropriação concreta (ação humana) ou abstrata (representação - imagens ou modelos, a exemplo da cartografia que, de acordo com Raffestin, surgiu com o Estado Moderno como instrumento de poder) de uma determinada área geográfica por meio da projeção de um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou sociedade no interior de relações de poder.

Em outro sentido, parto do pressuposto da importância das ideologias como *signos* que expressam crenças que sustentam as razões para agir na conformação dos territórios estudados. Centradas na noção de desenvolvimento, estas ideologias reivindicam a manutenção ou incremento dos padrões de crescimento econômico associando-os, posteriormente, à garantia da qualidade de vida às gerações presentes e futuras na reconfiguração dos territórios urbanos.

Essa combinação entre um referente passado, o desenvolvimento econômico e um referente futuro, a garantia da qualidade de vida das gerações futuras, nos leva a tomar a noção de desenvolvimento como um sistema ideacional, tal como proposto por Ribeiro

(1992), simultaneamente ideológico e utópico, como referentes para as ações voltadas ao urbano. Em seus termos, Ideologia refere-se a um “conjunto de referentes passados que são construídos com o propósito de interpretar e, com frequência, manipular o presente” (ibid., 1992:07), enquanto as utopias operam com uma manipulação de uma concepção de vida do futuro, no presente. O entendimento do modo como as ideologias se associam à constituição dos territórios urbanos requer, então, entender de que forma elas estão relacionadas às ações humanas.

5. Ideologia, poder e cultura na constituição dos territórios urbanos.

Ideologia é um conceito polêmico nas ciências sociais desde sua acepção marxista de ocultação e mascaramento da realidade social, baseando-se, portanto, num conjunto de pressupostos dentre os quais situa-se a oposição entre verdade e falsidade. A análise das ideologias nessa vertente, segundo Durham (2004), centra-se em sistemas tomados como estruturados e cristalizados de representações como a religião, as idéias políticas, a filosofia, o direito, em busca da desmistificação de sua dominação. De acordo com a autora, análises deste tipo fundam-se na separação entre realidade social e universo simbólico, centrando-se na busca por explicitar a distância entre a ideologia e a realidade social.

Para Durham, mesmo os debates promovidos a partir do conceito de ideologia no sentido de superar essa oposição entre representações e realidade social, tal como os de Louis Althusser e Antônio Gramsci, pretendendo que a ideologia tende a abranger toda a cultura, permanecem subordinando a análise das manifestações ideológico-culturais à luta de classes. Para ela, tais análises implicam que a produção cultural tem em vista sua contribuição para o enfrentamento das classes fundamentais e sua compreensão está estreitamente atrelada à totalidade do processo histórico.

Dessa forma, para Durham “o conceito de ideologia constitui um instrumento de análise referente a modos específicos de produção, de conhecimentos que são próprios da sociedade capitalista. Por isso, não pode ser confundido com o conceito antropológico de cultura, nem substituí-lo” (Durham, 2004:276). Para a autora, as análises e interpretações de fenômenos culturais fundadas no conceito de ideologia vão no sentido inverso àquelas próprias das investigações antropológicas cujo procedimento parte das práticas sociais concretas e representações sociais formuladas pelos grupos sociais. De modo inverso, aquelas

partem de um plano macropolítico como parâmetro de relevância dos fenômenos estudados, sua contribuição para a preservação ou destruição da ordem vigente, preocupada com a reprodução do modo de produção e suas inerentes formas de dominação. Para Durham, a utilização do conceito de ideologia parece-lhe “mais adequada quando aplicada no seu sentido original, como instrumento para refletir sobre as transformações mais amplas e globais que afetam o sistema político em seu conjunto, em sua vinculação com o modo de produção, e que é feita apreendendo-se apenas os aspectos mais gerais do intrincado jogo dos interesses específicos e das lutas e conflitos internos que agitam a vida social” (Durham, 2004:279).

Numa outra vertente, da antropologia clássica, Louis Dumont trata a ideologia como o conjunto de valores e idéias comuns, próprios do conjunto de uma sociedade ou de grupos mais restritos, sendo um conjunto social de representações. Comparando a ideologia àquilo que na antropologia americana chama-se de ‘cultura’, por oposição à ‘sociedade’ o autor aponta que ela não é toda a realidade social havendo a necessidade de incorporar os traços sociais não-ideológicos na análise, os quais são geralmente associados à ‘sociedade’ na antropologia americana, portanto, fora da ‘cultura’ (Dumont, 1992, 2000a, 2000b). Paralelamente, toma por base o postulado metodológico de que a ideologia é central em relação ao conjunto da realidade, pois, “o homem age conscientemente, e acedemos *diretamente* ao aspecto consciente de seus atos” (Dumont, 1992:51, nota 1a, grifos do autor).

Sua análise não pretende desvincular ação e representação, pois parte da noção de ação social de Talcott Parsons – numa combinação da representação e ação a partir de Durkheim e Weber – que entende que a ação social está orientada a certos objetivos, portanto, ela está sujeita a avaliações que, por sua vez, estão assentadas num quadro de sistemas sociais que se constituem por uma integração de critérios de avaliação. O processo de avaliação para Parsons serve para diferenciar estas ou aquelas unidades numa ordem hierárquica (Dumont, 1992). No entanto, Parsons dá prioridade à estrutura normativa da ação, deixando de lado o substrato da ação, que combina os interesses que engendram os conflitos e as instabilidades sociais (Lockwood, 1977). Nesse sentido, as avaliações às quais estão sujeitas a ação social em Parsons, assentadas que estão na estrutura normativa, subjazem a noção de adoção do valor para Dumont. Para este, adotar um valor é hierarquizar; um processo que está, portanto, diretamente associado à estrutura normativa de modo situacional, sendo a noção de poder aí, residual, resultado do modo de acesso à realidade com que Dumont se defronta, através dos textos indianos que lhe permitem captar as representações conscientes da teoria da pureza que lhe deram acesso à ideologia geral indiana.

Num outro sentido, Wolf (1999) em sua busca por analisar o modo como interagem as relações que moldam o processo de formação de idéias com as que regem a economia e a organização política e social dos grupos sociais, situa a ideologia no interior da cultura. Idéias, no entanto, não se confundem com ideologias. Aquelas estão associadas a toda uma gama de construções mentais, preenchendo todos os domínios humanos, num sentido que Wolf afirma diferente das ideologias por estas sugerirem “esquemas unificados ou configurações desenvolvidas para subscrever ou manifestar poder. A equiparação de toda ideação com ideologia mascara a forma em que idéias passaram a ser vinculadas com poder” (Wolf, 1999:04)²⁵. A cultura seria, então, “a matéria prima a partir da qual as ideologias são construídas e ganham influência (...) a ideologia seleciona do plano mais geral da cultura aquilo que lhe é mais adequado, o que pode atuar como marcas, símbolos ou emblemas de relações que se quer destacar” (Wolf, 1998: 156). Distinguindo os modos como o poder se situa em diferentes níveis, seja nas relações interpessoais, em meios institucionais e no nível das sociedades, a colocação da ideologia no interior da cultura possibilita Wolf analisar os modos como as idéias se relacionam ao poder tanto nas conformações sociais ocidentais como não ocidentais²⁶.

Dessa forma, tomar a ideologia no interior da cultura tal como propõe Wolf (1998; 1999) nos fornece um quadro de análise importante para o estudo das ideologias associadas à imagem da cidade tais como identificadas em Uberlândia e como elas se associam à conformação dos territórios urbanos. Seguindo o autor, parte-se do pressuposto de que as idéias e ideologias não existem apenas na ‘mente’ humana, ou apenas em seu oposto direto, nas racionalizações da conduta orientada pelo interesse, ou que sejam orientadas pela estrutura normativa dos sistemas sociais, mas estão estreitamente relacionadas às conformações sociais e às configurações culturais através das relações de poder aí estabelecidas. A conformação dos territórios urbanos pode ser, desta forma, um dos elementos com os quais as ideologias estão estreitamente relacionadas nas conformações e configurações culturais.

²⁵ Tradução livre

²⁶ É importante salientar com Ribeiro e Feldman-Bianco (2003) que, sobre a relação entre cultura e poder, os esforços de Eric Wolf para compreendê-las procuram “trazer a lógica cultural para o âmbito das relações de poder, não com a finalidade de tornar a cultura completamente derivativa do poder, mas como tentativa de demarcar as conexões e os constrangimentos que unem as várias dimensões das relações de poder na sociedade aos parâmetros culturais que estão embutidos na arena social (Yengoyan apud Ribeiro & Feldman-Bianco, 2003:47).

6. Cosmografias urbanas

As análises aqui empreendidas inserem-se no reconhecimento da perspectiva clássica na antropologia de que as culturas atribuem significação diferenciada às noções de espaço de acordo com um universo próprio de valores, denotando que os sistemas simbólicos entre os quais são elaboradas são constitutivos da vida social. A antropologia clássica, desde Evans-Pritchard (2007) sobre os Nuer do Sudão Meridional, a Marcel Mauss (2003) sobre a morfologia social das sociedades Esquimós e Edmund Leach (1996) em seus estudos sobre a sociedade Kachin, vem apontando para o componente simbólico da ação humana como parte constitutiva de sua organização social e da constituição de seus domínios territoriais.

A par dessas considerações, a análise aqui proposta requer a consideração de fenômenos que ultrapassam e se relacionam ao mesmo tempo com o lócus específico de análise. Se num primeiro momento minha memória conduziria-me a uma “alegoria da vida no campo” (Clifford apud Marcus, 1991), a compreensão das múltiplas determinações da permanência e remoção dos moradores que habitam às margens do rio Uberabinha e dos córregos na cidade de Uberlândia requer a consideração das justaposições de fenômenos e processos históricos sociais, mundiais, nacionais e locais que nele se revelam. Os planos e projetos destinados a esses territórios são, assim, uma forma de acesso a essa temática. Assim, a análise afasta-se da alegoria fundada na homogeneidade cultural, intocada por processos mais amplos, baseada em uma identidade exclusiva desses moradores, e evita-se as dualidades tradição-moderno, rural-urbano, as quais são problemáticas, conforme nos chama atenção Marcus (1991).

Nesse sentido, as constantes investidas sobre os moradores das margens urbanas do rio e córregos de Uberlândia, motivadas por planos e projetos de ordenamento urbano, bem como por ordenamentos jurídicos contemporâneos, associados a diferentes perspectivas de desenvolvimento, requerem o enfrentamento da sobreposição destes diferentes planos e projetos que trazem consigo uma concepção do espaço urbano e do uso desses espaços como territórios de moradia.

Penso nessa sobreposição a partir da noção de cosmografias sugerida por Little (1996) em sua abordagem do processo de estabelecimento de territórios na Amazônia. Numa conjunção entre cosmologia/ideologia e geografia em que visões de mundo (cosmos) são inscritas em áreas geográficas específicas, “Cosmography will be defined here as collective, historically-contingent ideologies and environmental knowledge systems used by a social

group to establish and maintain human territories” (Little, 1996:04). Tomando por base a proposta do autor de que “the ideology and/or cosmology of a specific group are essential dimensions of a cosmography since they orient the way the group collectively identifies with and uses biophysical space” (1996:05), a tomada da ideologia aqui parte da estreita relação entre seus elementos discursivos e empíricos na constituição das cosmografias.

Desta forma, a elaboração e implementação de planos e projetos urbanos, bem como o uso pelos moradores das margens urbanas do rio e córregos da cidade de Uberlândia como espaço de moradia, são concebidos como estreitamente associados a uma apropriação social e material do território, no sentido de uma ‘produção do espaço’, nos termos de Lefebvre, como propõe Little (1996):

“The work of Henri Lefebvre (1991) is crucial here for the way that he analyzes the “production of space”, giving it a historicity and tying it to spatial practices. For Lefebvre, “appropriation implies time (or times), rhythm (or rhythms), symbols, and a practice” (356). Through the process of appropriation, “a natural space [is] modified in order to serve the needs and possibilities of a group” (165) and social groups are able to produce ever-new spaces and territories” (Little, 1996).

O conceito de cosmografias proposto por Little torna-se, então, central para compreender o modo como se relacionam as práticas e ideologias inseridas na superposição/sobreposição de territórios envolvidas no processo de constituição das *idades sustentáveis* que marcam uma mudança na concepção dos territórios investigados nas políticas urbanas. Tais práticas, assentadas que estão em ideologias desenvolvimentistas e ambientais, revelam a maneira como o poder público local usa e apropria-se desses espaços enquanto território e como classificam as pessoas que os tomam enquanto território de moradia no processo de constituição de suas cosmografias.

A abordagem diacrônica de duas versões das cosmografias desenvolvimentistas (econômica e ambiental) permite analisar as mudanças ocorridas no interior da ideologia desenvolvimentista e sua expressão, no urbano, de um processo macro-histórico-social, em busca da constituição contemporânea das *idades sustentáveis* e suas implicações particulares relativas ao contexto da cidade de Uberlândia, mas que se expressam em várias outras cidades do país²⁷. Remoções, uma de suas várias implicações, se relacionam às mudanças na concepção sobre o urbano e à constituição dessas cosmografias.

²⁷ No que diz respeito às situações semelhantes às aqui tratadas, de ocupação de áreas de preservação permanente em meio urbano, muitos são os casos relatados de ocupações destas áreas para as quais se voltam o poder público local, tendo em vista sua regularização e recuperação ambiental através dos Parques Lineares e constituição de “áreas verdes”. Araújo (2002), em seu estudo realizado sobre as interfaces entre a legislação

Assim, busco compreender o processo de remoção dos moradores que habitam as margens urbanas dos córregos da cidade de Uberlândia e do rio que a corta, Uberabinha. Sua remoção contemporânea para a construção de um Complexo de Parques Lineares na cidade atualiza classificações das pessoas que habitam esse espaço e do próprio espaço urbano elaboradas por parte do poder público local sob uma nova concepção de desenvolvimento.

ambiental federal e a questão urbana, aponta para a problemática das ocupações das áreas de APP urbanas, revelando ser uma questão presente em muitas cidades brasileiras. Segundo a autora, somente em São Paulo, “estima-se que mais de um milhão de pessoas vivem em áreas que deveriam ter pouca ou nenhuma ocupação por força da legislação de proteção de mananciais. Entre as áreas ambientalmente protegidas que são comumente ocupadas de forma irregular pela população de baixa renda, as APP têm lugar de relevo” (Araújo, 2002:08). São Paulo, bem como São Carlos, Campinas, Curitiba, Porto Velho, dentre outras, são exemplos das muitas cidades brasileiras que têm optado pela implementação dos Parques Lineares como alternativa de recuperação ambiental das margens urbanas de seus rios.

Capítulo I

Uberlândia: progresso e desenvolvimento na conformação das cosmografias urbanas

Com o intuito de analisar, ao longo da dissertação, o modo como se constituem diferentes cosmografias urbanas, desenvolvimentistas e ambientais, na cidade de Uberlândia e como elas implicam em diferentes classificações das pessoas que ocupam esses territórios, faz-se importante tomar uma perspectiva histórica, social e cultural da constituição das ideologias do progresso e desenvolvimento e do modo como se inserem no país e na cidade para, posteriormente, discorrer sobre como operam na conformação dos espaços urbanos enquanto cosmografias (Little, 1996).

A ideologia do progresso e desenvolvimento é constitutiva da história do Ocidente (Nisbet, 1985), tem origem num contexto histórico e social específico e se propaga mundialmente enquanto discurso global (Ribeiro, 2007) vinculado à expansão do sistema econômico, político e social do pós-guerra. A constituição das cosmografias urbanas em Uberlândia está estreitamente associada ao modo como historicamente esta ideologia se projeta no contexto mundial, bem como ao modo como foi mobilizada nacionalmente e localmente para dar significação ao espaço urbano enquanto território humano e para a classificação das pessoas nesses territórios.

Assim, busco inicialmente traçar as características gerais dessa ideologia para, em seguida, tratar do modo como é operada localmente, levando em conta quais atores disseram o quê a quem, em que espaços e em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais num plano mais geral da constituição da cidade. Pretendo, deste modo, fornecer elementos para o entendimento da conformação das cosmografias urbanas desenvolvimentistas e ambientais a partir da análise da constituição das margens urbanas dos córregos e do rio Uberabinha em Uberlândia enquanto territórios urbanos.

1.1. Progresso e desenvolvimento como ideologia.

De acordo com Nisbet (1985), nenhuma idéia foi tão ou mais importante durante quase três mil anos que a de progresso, sendo, em sua forma mais inclusiva, o substrato de outras como liberdade, justiça, igualdade e comunidade, por exemplo. Seu núcleo central, segundo o

autor, é a crença de que a humanidade partiu de uma condição original de primitivismo, barbárie, num contínuo avanço ao futuro. Síntese do passado e profecia do futuro no presente, a idéia de progresso, para Nisbet (1985), é inseparável de um sentido de tempo unilinear, uma noção do movimento histórico contínuo, gradual, entendido como natural e inexorável, cujo fluxo constitui-se sempre num avanço em relação a uma condição anterior.

Em seu estudo sobre a gênese, desenvolvimento e consolidação da idéia de progresso, Nisbet (1985) rompe com a perspectiva de que tal noção só pode ser encontrada a partir do século XVII e propõe sua existência não absoluta, mas marcante, já na Grécia Antiga, por volta do século VI a.C., juntamente às de decadência e recorrência cíclica. Tal deslocamento possibilita a Nisbet (1985) o ponto de partida para pensar como essa idéia incorpora a noção de universalidade na Idade Média tornando-se um dos axiomas mais duradouros e fortes do mundo ocidental, apesar de sua não generalidade, tanto nos núcleos acadêmicos quanto fora deles.

Para o autor, desde os gregos podemos identificar duas visões da idéia de progresso intimamente relacionadas. Uma é a que propõe uma lenta, gradativa e acumulativa melhoria no conhecimento relacionado às artes, à ciência e tecnologia, que proporciona ao homem múltiplas maneiras de lidar com os desafios colocados pela natureza ou pelo esforço em conviver em grupos humanos. A outra está relacionada à condição espiritual do homem na terra, sua felicidade, independência dos tormentos da natureza e da sociedade, sua serenidade e tranqüilidade, tendo como meta uma maior perfeição da natureza humana. De seu interrelacionamento resulta a idéia, não absoluta, de que um maior conhecimento levaria à decadência moral e espiritual.

À concepção de crescimento do saber através do tempo e à conseqüente perspectiva de um avanço *natural* da condição humana, derivada dos pensadores clássicos pagãos, somou-se a noção dos filósofos cristãos de unidade do gênero humano, bem como a de necessidade histórica e do desenrolar da história através de largos períodos de um desígnio presente no início da história. Assim, a confiança de um futuro orientado a este mundo, com ênfase na perfeição espiritual gradual e cumulativa da humanidade, culminaria numa idade de ouro na terra, o milênio com Cristo que voltaria como rei.

Mas é quando o Cristianismo é reconhecido pelo Império Romano enquanto religião oficial do Estado que a idéia de progresso ganha efetivo impulso. Nele se fundiram as concepções judaicas de história como sagrada, guiada por Deus e necessária e de fé numa idade futura de ouro na terra, às gregas de crescimento natural, de mudança concebida como potencialidade e da existência de etapas de avanço do conhecimento e da humanidade. Para

Nisbet (1985), esta fusão pode ser encontrada já em São Paulo. Este, ao conceber a Igreja como desenvolvendo-se através do tempo e destinada à abrangência universal, contribui para o alargamento do milenarismo judaico que passa a englobar toda a humanidade. Progresso, então, passa a adquirir uma feição universal.

Já na Idade Média, associada a essa concepção cristã de progresso, a atenção dedicada à tecnologia, às descobertas científicas assim como o reconhecimento, ainda que não generalizado, da noção de indivíduo como não subordinado a grupos corporativos configuravam um contexto propício à consolidação da crença secular do progresso. Anunciava-se, assim, um relativo afastamento das concepções que propunham a prevalência de uma atenção voltada para além deste mundo.

Recrudescendo relativamente durante os séculos XV e XVI, no período do Renascimento – sob a perspectiva de uma recriação da civilização a partir da retomada das idéias e virtudes gregas e romanas, mas mantendo a idéia de superioridade desse período entendido como Idade do Ouro pelas suas proposições contrárias a tudo o que fosse medieval - a idéia de progresso é retomada com força no século XVII com a Reforma. Com ela, rompe-se com a dicotomia entre o mundano e o divino, num processo que Louis Dumont (2000a) propôs como fundamental para que a noção de Indivíduo enquanto Valor englobante se estabelecesse definitivamente no Ocidente. Esta ruptura é entendida por Nisbet como elemento essencial para o florescimento, no século seguinte, da idéia secular e moderna de progresso estreitamente associada ao milenarismo puritano proporcionado pela unidade entre religião e ciência.

É nesse contexto que se consolida a idéia, inicialmente gestada em Santo Agostinho, de unidade do gênero humano face aos povos não-ocidentais e não-cristãos contatados a partir do século XVI. As diferenças entre estes e os povos europeus foram entendidas, segundo Nisbet (1985) a partir de duas perspectivas. Uma delas sustentada em uma teoria do desenvolvimento social, baseada na colonização desses povos, sob uma interpretação secular do movimento histórico que culminaria na civilização da humanidade, eurocêntrica por referência. A outra, uma interpretação cristã e providencialista, baseada num movimento progressivo rumo à evangelização da humanidade a partir da tutela dos povos não-cristãos como meio de apressar seu desenvolvimento ou evolução.

Evolução, Progresso e Desenvolvimento até então, segundo Nisbet (1985), são idéias sinônimas, aplicadas indistintamente, sempre se referenciando a um processo de mudança acumulativa e processual. Elementos importantes se integram a essa perspectiva, como a ascensão da burguesia européia ao poder no século XVIII associado ao progressivo

desenvolvimento das forças produtivas, bem como a difusão do racionalismo e do empirismo, associando desenvolvimento à possibilidade de intervenção social, tal como nas propostas de Fourier, Saint-Simon e Auguste Comte. No entanto, é por uma apropriação da idéia de progresso também pela Economia que a noção de desenvolvimento terá novas conotações e alcançará um caráter ainda mais inclusivo. Na economia, evolução é reduzida a progresso e este a crescimento econômico.

Ribeiro (1990, 1992 e 2007) propõe que é após a Segunda Guerra Mundial que desenvolvimento tornou-se um dos discursos mais inclusivos no senso comum e na literatura especializada, tornando-se “uma das idéias básicas da cultura moderna européia ocidental”, “algo como uma religião secular” (Dahl & Hjort *apud* Ribeiro, 1992: 02) uma vez que “opor-se a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida” (Maybury-Lewis *apud* Ribeiro, 1992: 02). Marcada historicamente por uma plasticidade semântica, a idéia de desenvolvimento é tomada por Ribeiro (1992) como uma ideologia/utopia central no mundo moderno, que se constitui em uma cosmopolítica (2007), uma forma simbólica particular originária do mundo ocidental capitalista ‘desenvolvido’ que se propõe como universalmente válida, no sentido de organizar a divisão internacional do trabalho.

O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, é o marco simbólico principal do estabelecimento de “desenvolvimento” enquanto noção institucionalmente utilizada para referenciar a nova geopolítica que emerge no contexto do pós segunda guerra. Nele emerge uma nova classificação de países *subdesenvolvidos* a partir do contraste com traços característicos das sociedades “avançadas” da época: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos níveis de vida (Esteva, 2000; Escobar, 1996).

Nesse contexto, Sbert (2000) nos aponta que, com o deslocamento para a palavra desenvolvimento, a idéia de progresso permaneceu implícita como dogma, afastando-se das elaborações de seus ideólogos e filósofos do século XVIII e XIX, a exemplo de Comte, Condorcet, Hegel, Marx. “O discurso desenvolvimentista agora era obra de ‘experts’” (p. 287). Progresso passa então a ser aplicado apenas ao Primeiro Mundo e desenvolvimento tornou-se um caminho para o progresso.

Centrado no estudo do desenvolvimento enquanto regime de discurso e representação, inspirado nos trabalhos de Foucault em que analisa as formas como as relações estruturais governam a ‘consciência’ e os corpos, Escobar (1996) toma o desenvolvimento como formação discursiva que dá origem a um aparato eficiente que relaciona formas de conhecimento com técnicas de poder. Ele quer entender como certas representações se tornam

dominantes e dão forma a modos de imaginar a realidade e interagir com ela, produzindo modos permissíveis de ser e pensar, ao mesmo tempo que desqualificam outros.

Em um contexto marcado pelas lutas anticoloniais asiáticas e africanas, por crescente nacionalismo latinoamericano, necessidade de novos mercados, pela guerra fria, o temor ao comunismo e à superpopulação, a fé na ciência e tecnologia, Escobar (1996) aponta a formação do discurso do desenvolvimento a partir de um deslocamento do discurso bélico ao campo social e a um novo território geográfico, o Terceiro Mundo. Nesse contexto, a pobreza passa a ser entendida e definida mundialmente a partir de parâmetros econômicos como renda per capita, tornando desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, sua solução e criando indicadores universais “objetivos” como o Produto Interno Bruto para medir a performance do desenvolvimento (Escobar, 1996). Novos mecanismos para se operar em nível global são, então, instaurados, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) em 1944, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Especificamente direcionados à América Latina, foram criados a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) pela ONU, em 1948, propondo diversas ações voltadas ao desenvolvimento via urbanização, industrialização e substituição de importações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1954.

Furtado (2008)²⁸ aponta uma importante diferenciação entre progresso e desenvolvimento que se configura nesse cenário. Do interior das repercussões e conseqüências das teorias cepalinas, das quais foi colaborador nas décadas de 1950 e 1960, em que desenvolvimento via substituição de importações aparecia como alternativa às visões etapistas de desenvolvimento como processo natural e inexorável e como forma de superar as relações de dependência centro-periferia, Furtado (2008) aponta que desenvolvimento se diferencia de progresso por traduzir uma visão de mundo em termos de solidariedade social, no caso do progresso, e de solidariedade internacional, no caso do desenvolvimento.

“A idéia de progresso permitiria traduzir a nova visão de mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalançar os efeitos das forças desestabilizadoras. (...) Da mesma maneira que a idéia de progresso tornou-se alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos nas sociedades em que a revolução burguesa destruíra as bases tradicionais

²⁸ Publicado originalmente em 1978, como os demais trabalhos do autor, este é marcado pela perspectiva econômica histórico-estrutural em que busca associar, de acordo com Alfredo Bosi, em seu Prefácio ao livro, “os interesses particularistas dos agentes individuais (pressupostos da microeconomia liberal) e as necessidades e os projetos das nações-Estado, que não se comportam como meros agregados desses mesmos interesses” (In: Furtado, 2008:10).

de legitimação do poder, a idéia de desenvolvimento serviu para afiançar a idéia de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. (...) O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela idéia mobilizadora de desenvolvimento.” (Furtado, 2008:100-105 – Grifos do autor).

Para o autor, a idéia de desenvolvimento que surge neste contexto tem um conteúdo estreitamente economicista, associada a uma performance internacional e se apresenta dissociada das estruturas sociais, expressão de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Durante sua atuação na CEPAL, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e como Ministro do Planejamento no governo João Goulart, Celso Furtado propunha políticas de desenvolvimento associadas à criação de um processo de acumulação dinâmico endógeno, contraditoriamente dependente do capital externo para se firmar, mas que seria garantida por um Estado planejador e regulador. Ao contrário, o que houve nos países latino-americanos, principalmente a partir dos governos militares, e demais países periféricos, foi uma política desenvolvimentista que reproduziu as relações de dependência centro-periferia, através de uma produção industrial baseada no controle da produção pelas corporações transnacionais sem, portanto, assentar as bases para o acesso soberano desses países à “civilização industrial”, o que requer, para o autor, a modificação global do sistema, através do controle dos recursos de poder²⁹.

Na esteira da reprodução dessas relações de dependência centro-periferia encontra-se a “teoria da modernização” que deu o tom das intervenções desenvolvimentistas que associavam crescimento a planejamento por meio da industrialização, urbanização, criação de infra-estrutura, inovações tecnológicas e incentivo às políticas de crédito, extensão rural e transferência de capital e tecnologia dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, como no pacote da Revolução Verde. Pensando a modernização via urbanização e incorporação do mundo rural ao processo de desenvolvimento, as teorias da modernização tiveram, no campo, uma forte associação à reprodução do latifúndio pelos laços estreitos com o uso de fertilizantes e agrotóxicos e mecanização da produção, que tiveram como resultado significativa degradação ambiental e grande êxodo rural face às dificuldades de manutenção dos pequenos produtores nesse quadro de produção (Rist apud Pareschi, 2002).

²⁹ Sobre a implantação das políticas desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e as críticas a ela formuladas, não somente pelas próprias revisões posteriormente elaboradas por Celso Furtado, mas também pelos teóricos da Dependência, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto e outros, ver Ribeiro (1990).

Podemos perceber, como sinaliza Ribeiro (1992), que desde o século XIX a progressiva integração do sistema mundial demandou ideologias e utopias para dar sentido às posições desiguais dentro do sistema, fazendo crer na existência de um ponto que pode ser atingido e que, em geral, é definido pelos Estados-nações que lideram a “corrida” a um futuro melhor. Mantendo diversas das conotações relacionadas à sua idéia matriz, a de progresso, desenvolvimento no pós Segunda Guerra Mundial se vê cada vez mais secularizado. Podemos dizer que, a partir de então, desenvolvimento emerge em lugar de progresso (sem excluí-lo), como importante signo interpretante (Peirce, 1955) para classificação de pessoas, sociedades, países, cidades, grupos humanos, etc., em suas diferentes variações: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, comunitário, dependente, combinado, auto-sustentado, sustentável.

Ribeiro (1992) e Pareschi (1997) chamam atenção para as fortes críticas a que a idéia de desenvolvimento foi sujeita, a partir da segunda metade do século XX. Algumas foram formuladas pela corrente crítica pós-modernista, na década de 1990, outras elaboradas pelos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, na esteira dos movimentos da contracultura, dentre eles, o movimento ambientalista, cujas reivindicações contribuiriam para um novo deslocamento semântico da ideologia do desenvolvimento, colocando-a ainda mais como objeto de disputa.

O ambientalismo é marcado por um espectro ideológico intrincado e diversificado que inclui posturas tanto conservadoras, quanto progressistas, românticas ou apocalípticas. Em Pareschi (1997), encontra-se uma interessante e profícua análise sobre o ambientalismo enquanto ideologia e utopia, num desdobramento das análises de Ribeiro (1992). Inspirada em Louis Dumont, em sua análise da composição interna do discurso ambientalista, a autora aponta que o ambientalismo pode ser considerado como uma variação da ideologia mais geral das sociedades modernas, o individualismo. Trata-se, no entanto, de uma combinação da valorização da igualdade e liberdade, próprias daquela ideologia, com a valorização do todo e não das partes - o indivíduo como valor – própria das ideologias holistas, não ocidentais, nos termos do autor, resultado de um inter-relacionamento entre elas (entendidas como a biosfera, o ecossistema, o planeta, o homem, demais seres vivos, natureza). Como ideologia, o ambientalismo, também é utopia, não homogênea, mas que mescla características de utopias milenarista (quiliástica), liberal-humanitária e socialista-comunista. Trata-se de uma ideologia/utopia que orienta as ações internas ao movimento ambientalista em suas diferentes vertentes, preservacionistas, conservacionistas ou socioambientalistas no interior de um campo de disputas, cuja busca por legitimidade está, em geral, associada à(s) ciência(s) que

informam seus discursos. Ocorre, portanto, uma seleção e hierarquização de valores considerados fundamentais:

“... a Natureza, em seu estado mais selvagem e primitivo, como veremos na noção de wilderness; a Harmonia nas relações Homem-Natureza e Homem-Homem (ecologia da mente, ecologia profunda); a Justiça Social (Igualdade e Democracia); a Solidariedade, principalmente com as gerações futuras; o ‘desenvolvimento sustentável’ para algumas vertentes; e o ‘crescimento zero’ para outras” (Pareschi, 1997:40).

Tais movimentos surgem e se propagam num contexto marcado por mudanças significativas na organização dos fluxos de poder político e econômico no interior do sistema mundial. De acordo com Ribeiro (1992), tais mudanças são caracterizadas por uma relativa “morte das utopias”, marcada pela retração do socialismo como visão alternativa ao sistema capitalista de vida, pela crítica aos metarrelatos da modernidade proposta pelo discurso pós-moderno e às perspectivas de desenvolvimento até então implantadas, estreitamente associadas à idéia de crescimento econômico.

É nesse cenário que desenvolvimento sustentável aparece como um novo metarrelato, uma nova ideologia/utopia que combina um referente passado, desenvolvimento econômico, e um referente futuro, a garantia da qualidade de vida das gerações futuras, indicando um novo deslocamento semântico pelo qual a idéia de desenvolvimento passa, somando-se às suas diferentes outras significações no quadro de disputa por validação das ações de seus agentes. A razão prática e a racionalidade que busca adequar meios aos fins últimos, fatores que subjazem à idéia de planejamento, retomam a cena, agora sob a perspectiva de que planejamento e tecnologia bem articulados produzem desenvolvimento sustentável.

“... desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. A exploração de um segmento social por outro(s) não sendo problematizada de frente, acaba sendo aparentemente resolvida como mais um subproduto da instalação de um modelo racional, adaptado às realidades do nosso tempo, sobretudo em termos de controle da eficiência do processo produtivo e do crescimento populacional” (Ribeiro, 1992:18).

Planejamento para o desenvolvimento é um fator central, desde o contexto do pós Segunda Guerra Mundial, nas teorias da modernização bem como nas teorias Marxistas-Leninistas de planejamento industrial (Little, 1992:18). Desenvolvimento urbano, como um

dos critérios para avaliação do nível de desenvolvimento dos países, estreitamente associado a processos de industrialização, torna-se um elemento importante da atenção dos planejadores.

1.2. Planos e projetos na constituição de territórios urbanos

Buscando compreender o papel da urbanização na mudança social em sua análise dos processos decorrentes da “virada pós-moderna” iniciada por volta dos anos 1970, Harvey (2009) aponta uma diferença significativa entre as idéias modernistas e pós-modernas de planejamento e desenvolvimento e nas formas de considerar o espaço. Segundo o autor, o planejamento urbano modernista que se consolida no pós Segunda Guerra é caracterizado pela idéia de que planejamento e desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, abrangentes e integrados, de alcance metropolitano, baseados na racionalização dos padrões espaciais e dos sistemas de circulação, tendo em vista a promoção da igualdade, do bem-estar, e veicular os fluxos da produção fordista para o crescimento econômico. Por outro lado, o planejamento urbano pós-modernista é definido pelo autor como marcado por *projetos* urbanos a partir de uma concepção de tecido urbano como algo fragmentado sob o qual se reconhece as tradições vernáculas, as histórias locais, desejos, necessidades e fantasias particulares em projetos sob medida para esses espaços, segundo objetivos e princípios estéticos, numa acepção estreitamente associada a modos de produção flexível dos espaços urbanos e da produção industrial (Harvey, 2009:69)³⁰.

“Hoje em dia, é norma procurar estratégias ‘pluralistas’ e ‘orgânicas’ para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma ‘colagem’ de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A ‘cidade-colagem’ é agora o tema e a ‘revitalização urbana’ substituiu a vilificada ‘renovação urbana’ como a palavra-chave do léxico dos planejadores” (Harvey, 2009:46).

³⁰ Evidentemente, as duas concepções aqui esboçadas são apresentadas por Harvey com um nível de complexidade e diferenciação interna maior do que o aqui apresentado. A relativa simplificação resultante desse esboço tem o único objetivo de apresentar um quadro geral das diferentes concepções de planejamento apresentadas pelo autor. Além do mais, é importante destacar que o próprio autor ressalta que a expansão do fordismo-keynesianismo aos países periféricos não se deu de forma igual, estando sujeita aos ordenamentos internos a cada país das relações de classe e, conseqüentemente, aos modos internos de administração das relações de trabalho, das políticas de bem-estar e da política monetária e fiscal que, por sua vez, estão estreitamente atrelados à sua posição na hierarquia da economia mundial (Harvey, 2009).

O planejamento urbano no Brasil durante muito tempo esteve associado a políticas diferenciadas voltadas ao urbano, tais como as políticas de saneamento, transporte e habitação. Segundo Villaça (1999), tais políticas não tinham como objetivo explícito a organização do espaço intra-urbano. A primeira expressão de uma política nacional de planejamento urbano foram as implementadas pelo SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). As ações do SERFHAU - atreladas à elaboração de uma primeira PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, inserida no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelos governos militares - pretenderam estimular os planejamentos individuais das cidades, estreitamente atrelados a uma política nacional de desenvolvimento e ocupação do território nacional, num modelo fortemente concentrado no nível federal.

Segundo Villaça (1999), a noção de planejamento urbano no Brasil surge num contexto de crise de uma primeira influência de um urbanismo de origem francesa que tinha como principais focos o embelezamento e o melhoramento das cidades, o saneamento e a circulação. É por volta da década de 1930 que a noção de planejamento urbano começa a ser enunciada como estratégia para resolver os chamados “problemas urbanos”, a partir de uma concepção de que os problemas manifestos nas cidades são resultado de seu “crescimento desordenado”, associando as cidades ao “caos urbano”. Para resolvê-lo começava-se a propor um planejamento integrado, de base técnica e científica, elaborado por especialistas pouco engajados com a realidade sócio-cultural, que buscavam associar racionalidade e eficiência, cuja origem assentava-se no movimento anglo-saxão do *City Planning*. Substituindo ou englobando o *City Beautiful* do urbanismo francês, este novo tipo de planejamento é tido como um processo, sendo o plano sua expressão material orientadora. No entanto, segundo Villaça (1999), no que tange à resolução dos problemas sociais o plano se transforma em plano-discurso, como a salvação dos males urbanos aos quais a classe dominante responde com planos diretores, sejam eles técnicos e científicos, distanciados da realidade sócio-cultural e da participação dos agentes sociais, sejam os planos diretores formulados junto às entidades de classe e movimentos sociais, previstos na Constituição de 1988.

Desta forma, o que se convencionou chamar de planejamento urbano desde os governos militares se relacionava às políticas públicas urbanas, entendidas por Villaça (1999) como ações efetivas dos governos voltadas ao urbano, sendo originárias do governo federal ou estadual. Estas políticas públicas urbanas, em sua acepção, não resolvem o “caos urbano” como divulgado nos planos, mas, ao contrário, privilegiam a produção, através de obras de infra-estrutura e outras que atendam à especulação imobiliária, estando sujeitas a diferentes

interesses locais. De acordo com o autor, é apenas a partir da década de 1990 que se retoma a noção de integração, originária dos planos inspirados no *City Planning*, agora sob novos moldes, fazendo ressurgir e se afirmar a noção de Plano Diretor, resultado de sua obrigatoriedade advinda dos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, especialmente, a partir de sua regulamentação com o Estatuto das Cidades.

Não é o objetivo aqui fazer um escrutínio dos planos e projetos no sentido de em que medida foram ou não aplicados em sua totalidade. A execução ou não do plano e a resolução efetiva ou não dos problemas que a partir dele se pretendeu resolver é a medida da análise de Villaça (1999) para pensar o planejamento urbano no Brasil. Nesse sentido, o autor cunha a noção de plano-discurso, uma ideologia de mascaramento da realidade, que oculta as ações concretas do Estado.

Levando-se em conta a particularidade da história da cidade de Uberlândia, e do objeto de disputa resultante dos planos urbanos na cidade, a implantação, ainda que parcial dos planos e projetos, leva a tomá-los, num primeiro nível de análise, como uma forma de apropriação do espaço pelo poder público, no sentido apresentado por Raffestin (1993), de constituição de um território a partir de sua apropriação abstrata, entendida como representação do espaço. Planos, projetos, tais como modelos e imagens cartográficas, conduzem a uma representação do espaço e funcionam como forma de apropriação e organização, constituindo-o enquanto território. Num segundo nível, mas simultâneo ao primeiro, parte-se do princípio de que esses mesmos planos e projetos contêm em si modos de significação do espaço que são mobilizados em contextos específicos, por sujeitos específicos, como orientadores do que pode ou não ser feito naqueles espaços enquanto territórios específicos, por quem e para quem.

Ao inspirar-me em Raffestin (1993) e em Wolf (1999) distancio-me – sem desconhecê-lo - do foco nas práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social e que conformam noções de espaço a partir das relações de produção, centro da análise de Harvey (2009). Afasto-me, igualmente sem desconhecê-lo, de um foco estrito no espaço urbano a partir de sua organização material concreta e da ideologia enquanto mascaramento da organização concreta real, presente em Villaça (1999). O que proponho é o reconhecimento da importância das ideologias mobilizadas por esses planos na conformação dos territórios urbanos, estando diretamente associadas aos elementos empíricos e discursivos das cosmografias.

A preocupação com a organização de um espaço urbano que revele um “urbano civilizado, progressista, desenvolvido” é elemento que ressalta nas fontes estudadas desde o

início da constituição do núcleo urbano de Uberlândia. Parece não haver alternativas para falar da cidade sem passar pelo viés do progresso e do desenvolvimento, dada a força de uma elite local que se constituiu inicialmente em torno de certas famílias dos “pioneiros” da ocupação da região às quais se somaram novos sujeitos - principalmente comerciantes e industriais - incluídos em uma experiência social tida como predestinada. Esses grupos buscaram formular no discurso e projetar no espaço elementos que denotassem, desde o início da constituição da cidade, princípios de civilidade, modernidade, progresso e desenvolvimento. Referiam-se não apenas ao espaço urbano concreto mas também ao comportamento das pessoas, classificando aquelas mais ou menos associáveis a essas idéias, retirando-as ou excluindo-as de uma espécie de espírito interior que congrega a diversidade de formas de uso e apropriação desse espaço.

Remoções, deslocamentos, dizimação de povos indígenas e quilombolas, fazem parte da constituição do Triângulo Mineiro em geral e do espaço urbano de Uberlândia em particular. Captar o modo como as perspectivas de ordenamento do espaço urbano e as classificações das pessoas nesse espaço para sua conformação estão diretamente associadas a certas ideologias requer uma breve retomada dos cenários que informam essa associação, configurando os limites estruturais e históricos dos contextos em que as ideologias são mobilizadas na conformação das cosmografias urbanas.

1.3. Uberlândia na esteira do progresso e desenvolvimento

A formação da cidade de Uberlândia é resultado do processo de colonização e ocupação do interior do país que, nas regiões atualmente conhecidas como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tem início por volta do século XVII, com as expedições sertanistas. Da geografia histórica, Lourenço (2005) nos aponta a conformação das formas de contato com a população indígena e quilombola na região, a formação do espaço agrícola e dos primeiros núcleos urbanos, bem como a política colonial de ocupação do espaço no Triângulo Mineiro, como elementos importantes a serem considerados na formação do território na região, processos que tem relações diretas com a formação do espaço urbano.

Neste contexto, as populações nativas eram vistas a partir de uma noção de unidade do gênero humano. A elas dirigiu-se uma interpretação secular do movimento histórico que

culminaria na civilização da humanidade, eurocêntrica por referência. Esta interpretação iria se associar à conformação econômica e política das relações coloniais, fornecendo um importante quadro para analisar as associações entre as ideologias do progresso e desenvolvimento na constituição dos territórios na região do Triângulo Mineiro e na cidade de Uberlândia. É a partir desse cenário que se configura uma idéia de que o progresso e o desenvolvimento da cidade devem-se às riquezas naturais da região, à localização da cidade e à genealogia das famílias “fundadoras” tomadas como “pioneiras”, “desbravadoras do sertão”.

A par da multiplicidade de agentes que constituem diferentes territórios no interior da cidade de Uberlândia, uma elite que se formou ao longo de sua história buscou constituí-la enquanto uma “história singular”, entendida como devedora de uma capacidade empreendedora dos “desbravadores do sertão” na região do Triângulo Mineiro. Nela teriam se estabelecido não como aventureiros, mas com propósitos firmes de ocupação e fixação econômica, com objetivo de desenvolver a região, fundando um destino para aqueles que para a cidade vieram, um destino que em Uberlândia, em sua concepção, adquiriu características particulares aliando trabalho, ordem e progresso.

Percorrendo fontes históricas locais tais como jornais, revistas e trabalhos de memorialistas, assim como diferentes produções acadêmicas, pude encontrar referências, em diferentes décadas do século XX, dessa estreita associação entre trabalho, ordem e progresso na cidade:

“A população é hospitaleira, franca e ativa, concorrendo tudo isso para seu engrandecimento. O povo é laborioso e inteligente. Enquanto os homens trabalham na roça, as mulheres dos agregados fiam e tecem. Todos cuidam com amor de sua obrigação. Aqui não se conhece ociosidade”³¹.

“... como os antigos bandeirantes que com seus próprios recursos perlustraram o desconhecido interior, fazendo da ilha de Vera Cruz a grande nação continental brasileira, os novos exploradores do século XX, pagando à terra os benefícios só delas colhidos, rasgam o seio virgem, de caminhos na celeridade das projeções cinematográficas vão gritar aos brasileiros que todo o interior do Anhanguera já dista cinco dias de Santos, ou do Rio de Janeiro, ou de Belo Horizonte ou de São Paulo”³².

“A população em geral pobre, mas muito laboriosa e ambiciosa de melhorar, bastante coesa pelos tempos, esboçando o núcleo de uma nova agremiação social e civil, que o tempo amalgamou e tronou prospera e forte”³³.

³¹ Capri, Roberto. Município de Uberabinha: physico, econômico, administrativo e suas riquezas naturais e agrícolas). S.P. Capri Andrade Editora, 1916, p. 21. Citado por Machado (1990).

³² Leme, Inácio Paes. “Viação no Triângulo”. *A tribuna*. Uberabinha, nº 49, 15/08/1920. Em referência à Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, que construiu as primeiras estradas de rodagem na região, ligando a cidade de Uberlândia com as demais mencionadas, além de outras localizadas na região do Triângulo Mineiro e Goiás. Citado por Soares (1995).

³³ Pezzuti, Pedro. Parecer. In: Município de Uberabinha. História, administração, finanças, economia. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p.12. Citado por Dantas (2001).

“O progresso é o ritmo ardente e sublime da grande epopéia do trabalho. Trabalhar é progredir ao hino homérico das picaretas de aço e das impulsões das alavancas, surgem supremas as parábolas de ouro do grande evangelho da indústria. O progresso é o batismo evangélico da luz, vazando da ânfora imensa dos séculos sobre a cabeça dos povos”³⁴.

“Por uma escadaria originalíssima chegamos às elevações do club, onde se focalizam os seus diversos compartimentos destinados a festas e danças, à biblioteca, ao bar e tantas outras modalidades de conforto aos associados. Imponente, suntuoso e riquíssimos em arte e linhas arquitetônicas, por sem dúvida, o Uberlândia Club. Empreendimento, aliás que projetará, ainda mais o nome e as tradições, que o é de trabalho, de progresso e de grandeza no Triângulo Mineiro”³⁵.

“Porém a Uberlândia de 1961, a cidade trepidante, a monumental Uberlândia do progresso e do trabalho, do asfalto e do gás neon dista longa, longa etapa do vilarejo fundado por um mestre escola. Hoje é a Uberlândia capital miniaturizada, um aglomerado de pessoas que trabalham incessantemente. Uma agitação constante. Arranha-céus se erguem”³⁶.

“Desde os tempos de Uberabinha que a cidade deslancha em cima da estrada. Atrás das picaretas, da pá, o caminho foi levado à civilização e espantando o bucólico carro-de-boi. E as rodas que avançavam longe queriam mais e mais caminhos para que Uberlândia cumprisse os sonhos de seus pioneiros e espalhasse pelos sertões goianos e mato-grossenses o progresso com suas novidades chegadas da beira-mar”³⁷.

“Uberlândia em sua origem, não está alicerçada em grandes fortunas, mas no trabalho de gente que aqui se fixou, trazendo como referência sua profissão. Nosso caminho foi de pedra, forçando crescimento único, para que seu fruto pudesse ser usufruído por tantos outros. Reconhecemos que nossa trajetória é única e por isso inconfundível entre milhares de outras histórias. Os primeiros passos foram lentos, porém seguros, fazendo com que a vida acontecesse rápida, nos moldes que vivenciamos hoje. Uberlândia, fruto de trabalho responsável”³⁸.

Em meio a disputas internas e com as elites que se constituíram em outras cidades da região, entre elas Uberaba e Araguari, a elite de Uberlândia, composta pelos setores agropecuário, comercial e, posteriormente, industrial e de serviços, construiu e mobilizou uma ideologia progressista ao longo de sua história, como um elemento característico e particular à cidade, que funda e orienta seu progresso e desenvolvimento para atrair recursos e empreendimentos. Na busca por compreender o modo como opera essa ideologia no processo de significação da cidade como centro desenvolvido é importante remontar ao período de colonização da região. Não é o intuito aqui esgotar as questões relativas ao processo de colonização na região, mas apontar elementos que permitam combinar uma perspectiva histórica com a análise antropológica, com vistas a traçar um esboço geral do cenário a partir do qual se configuram as cosmografias urbanas que discutirei. Pretendo também situar, ao longo da dissertação, dois movimentos simultâneos na conformação dessas cosmografias: a

³⁴ Água... meus netinhos. A tribuna. Uberlândia, nº. 982, Ano XIV, 18/03/1936. Citado por Machado (1990).

³⁵ O Repórter, 21.10.55, página 04.

³⁶ Costa, Marçal. “Uberlândia, 73 anos de existência e trabalho”. Correio de Uberlândia, nº 9.241, 03/08/1961.

³⁷ Silva, Antonio Pereira da. *50 anos trabalhando com amor:ACIUB*. Uberlândia: Gráfica Sabe, 1984.

³⁸ Virgílio Galassi. Prefeito Municipal de Uberlândia entre 1970-1973, 1977-1982 e 1996-2000. Entrevista concedida ao Projeto Nossas Raízes. Secretaria Municipal de Cultura e Arquivo Público Municipal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em Uberlândia (2000).

remoção ou deslocamento dos grupos sociais neles existentes, classificados mediante a mesma ideologia mobilizada para ocupação e apropriação desses territórios.

1.3.1. Os “desbravadores” da Farinha Podre

As expedições sertanistas na região têm início por volta de 1682, quando uma Bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), partiu do trecho até então conhecido, que chegava até Mogi-Guaçu (SP), retornando à Capitania de São Paulo com notícias de achados de ouro na região situada entre Minas Gerais e Mato Grosso. Seu filho, o Anhanguera II e João Leite da Silva Ortiz, partindo entre 1722 e 1725, descobriram as Minas dos Goias, nas cabeceiras do rio Vermelho, afluente da bacia do Araguaia. Num trânsito pela *picada* aberta no caminho, posteriormente denominada Estrada do Anhanguera, paulistas criaram arraiais em torno das *lavras*, as áreas de mineração, iniciando a colonização na região, então denominada Julgado do Desemboque, conhecida como Sertão da Farinha Podre³⁹, deixando de pertencer à Capitania de São Paulo para passar à Capitania de Goiás em 1736 após disputas entre os governos destas.

No entanto, segundo Loureiro (2005), a colonização da região iniciou-se de fato após 1830. Até esse período a política territorial do Estado Colonial Português e do incipiente Império brasileiro empreendeu o desaparecimento dos índios Caiapós aí localizados, resultado da campanha de seu extermínio e aprisionamento empreendida por Antônio Pires de Campos na região, uma vez que eram vistos como ameaça à estabilidade dos arraiais de ouro em Goiás e ao trânsito na estrada do Anhanguera. Paralelamente a essa campanha, constituiu-se aldeamentos sob direção de um padre jesuíta, um administrador e um governador dos índios, nos quais foram distribuídos índios bororos, parecis, chacriabás e acroás, que ficariam responsáveis pela defesa do trânsito na estrada, sob jurisdição da Capitania de Goiás que temia a disputa com as autoridades mineiras pela região. A ausência de povoados e fazendas na região nesse período é atribuída por Lourenço (2005) à política territorial do Império

³⁹ Segundo Dantas (2009) há duas explicações para esse nome entre os memorialistas da região: “A primeira delas é atribuída a uma lenda, segundo a qual alguns viajantes, ao passarem pelo território, em direção às minas goianas, deixaram algumas bruacas com torrões de farinha de mandioca, porque era comum fazerem depósito de víveres próximo a ribeiros [sic], ao retornarem, essas haviam apodrecido. A segunda explicação é menos fantasiosa e se apegua a fatores mais razoáveis, afirmando que o nome não é original, visto, em Portugal, existiu a freguesia São Paio da Farinha Podre e, no centro-oeste mineiro, há um córrego de mesma alcunha, afluente do rio das Mortes” (Teixeira apud Dantas, 2009:27)

português e à resistência caiapó entre Goiás, noroeste de São Paulo, Pontal do Triângulo e leste de Mato Grosso do Sul (Lourenço, 2005: 54).

Nesse período, a ocupação do interior da Colônia foi marcada inicialmente pela distribuição de vários territórios restritos às regiões auríferas, com “vazios” ocupados pelas populações indígenas resistentes. Entre elas, o trânsito nas *picadas* abertas, foi restringido à estrada do Anhanguera, posteriormente tornada oficial e denominada Estrada Real, sendo proibida a abertura de novas e o trânsito pelas outras, com o objetivo de desestimular os fluxos não controlados pelo Estado e contrabandos nessas regiões. A região, então, denominada Sertão da Farinha Podre, passou a ter um papel defensivo e militar, bem como de *pouso* de tropas nos aldeamentos indígenas para os viajantes que transitavam na região entre São Paulo e Goiás (Lourenço, 2005).

Com a reformulação da política territorial realizada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, o povoamento da Colônia passou a ser uma importante questão na disputa de territórios com a Espanha. De inspiração iluminista, a estreita associação entre Território e Povo, para a soberania do Estado, promovida pela administração pombalina, implicou numa busca pela laicização da administração da colônia, com o estabelecimento dos chamados *Diretórios*, substituindo a elite religiosa jesuítica por “homens de confiança” da aristocracia colonial, comerciantes e funcionários seculares (Marcílio apud Lourenço, 2005).

A demarcação de fronteiras e o povoamento do território colonial foram outra estratégia utilizada pelo Marquês, como forma de refrear as ambições da Espanha e também da Inglaterra que, em apoio a Portugal na guerra contra Espanha, adquiriu grande influência sobre a administração da colônia. As populações indígenas passaram, então, a serem vistas como fonte de povoamento associado ao estímulo ao estabelecimento de populações brancas nos aldeamentos, de modo a ampliar as condições de miscigenação. Nessa política territorial pombalina para as colônias, a evangelização para o desenvolvimento ou evolução espiritual dá lugar prevacente à civilização via miscigenação. Com uma clara intenção civilizadora, buscava acabar com as influências indígenas, tidas como inferiores, e intencionava homogeneizar cultural e racialmente a colônia pela miscigenação e europeização, sendo uma das estratégias utilizadas a proibição do uso das línguas nativas, tornando o português a língua oficial.

“Durante o século XVIII houve um projeto civilizador voltado para a Colônia. Embora tenha sido desenvolvido na Metrópole, tal projeto foi, em linhas gerais, absorvido pelas elites coloniais. Uma das principais idéias era a crença de que a sociedade branca vista

como a 'civilizada', deveria incorporar outras áreas à fronteira, preferencialmente ricas e com possibilidades de produzirem. (...) O Projeto Civilizador proposto para Minas Gerais só seria levado a efeito se houvesse um controle sobre a existência dos que viviam no Sertão, e se este fosse estendido também às terras" (Amantino apud Dantas, 2009:27).

A grande pressão sobre a região aurífera, na porção central de Minas, gerada pelo crescimento demográfico e a produção agrícola que essa população exigia - contando com cerca meio milhão de pessoas por volta de 1763 - estimulou a emigração para as regiões de fronteira, dos então *geralistas*, marcando uma decadência da produção aurífera nas comarcas da região central da Capitania de Minas Gerais e o enriquecimento de outras, como as de Paracatu⁴⁰, Serro Frio⁴¹ e principalmente a de Rio das Mortes⁴², a partir de atividades agropastoris e manufatureiras (Lourenço, 2005).

No entanto, a ocupação da região mais à oeste, hoje conhecida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, até então pertencente à Capitania de Goiás, enfrentou a resistência dos quilombos localizados próximo à *Picada de Goiás*⁴³. Várias foram as expedições de extermínio dos quilombos no bojo das reformas pombalinas, em pleno apogeu do projeto geopolítico de ocupação do interior da colônia face à influência estrangeira.

De acordo com Lourenço (2005), nesse ínterim, concomitantemente às expedições de extermínio, em apenas um ano foram concedidas um total de 362 sesmarias na região de localização dos quilombos, próxima à *Picada de Goiás*, na região dos Arraiais do Desemboque e de Araxá. Nestas, as águas salitrosas, juntamente com as proximidades das *picadas* de Goiás e Desemboque, contribuíram para a transformação da região em pólo da pecuária extensiva de corte.

Lourenço aponta que se pode identificar, até então, duas formas diferentes de ocupação. Foi a localização dos núcleos mineradores de acordo com as determinações geológicas da extração que conformou o traçado das estradas, ligando-os aos núcleos de exportação no litoral. Já na ocupação pela atividade agropecuária, as *picadas* funcionavam como vetores ao longo dos quais iam se instalando as fazendas e fundando povoados, já que dependiam do acesso aos mercados para a comercialização nos núcleos urbanos do leste. De acordo com Lourenço (2005) essas ocupações se estruturavam em parentelas, desde as

⁴⁰ Atualmente constituída por partes das mesorregiões do Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas Gerais.

⁴¹ Atualmente constituída por partes das mesorregiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

⁴² Composta atualmente por partes das mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata e Campo das Vertentes.

⁴³ Estrada aberta para retirar a extração do ouro de Goiás da influência paulista existente na estrada do Anhanguera e passar o controle da fiscalização à região aurífera de Minas, drenando-a diretamente para o Rio de Janeiro.

expedições sertanistas até os assentamentos das fazendas e arraiais, uma condição importante para a exploração da terra:

“Normalmente, após um pioneiro tomar posse das novas terras, voltava ao núcleo de origem para trazer sua família – esposa, filhos, dependentes e escravos, se os tivesse – para iniciar a estruturação do sítio ou fazendas. Após algum tempo, uma vez constituída a unidade produtiva, o pioneiro poderia retornar várias vezes à região de origem para buscar parentes (consangüíneos ou rituais), para que se estabelecessem nas vizinhanças (Lourenço, 2005:125).

Em 1807, nos relata Lourenço (2005), o geralista Antônio Eustáquio se estabelece nas terras de seu irmão José Manoel de Oliveira e Silva, que o antecedeu na região e, em 1812, construiu uma chácara denominada Boa Vista, em terras indígenas, na vizinhança da Aldeia de Uberaba, um dos aldeamentos bororos criados no século XVIII que passaram a estar sob sua direção ao ser nomeado diretor dos índios aldeados na faixa da Estrada dos Goiases, durante a política territorial pombalina. No mesmo ano é erigida a capela de Santo Antônio e São Sebastião e então criado o arraial da Farinha Podre, que adotaria o nome de Uberaba em 1820 (Pontes apud Lourenço, 2005).

Atraídos pelas terras férteis em torno desse arraial, especificamente na área entre o rio das Velhas e Uberaba Legítimo⁴⁴, onde hoje se localiza a cidade de Uberlândia, o geralista João Pereira da Rocha, se apossou de terras devolutas na região, próximas às margens dos rios e córregos, onde os solos eram de melhor qualidade (Soares, 1995) e, em 1821, obteve sua carta de sesmaria. Acompanhado de alguns homens, montou benfeitorias e plantou roças, voltando em seguida a Paraopeba para buscar a família, escravos e protegidos. Seus quinze filhos se estabeleceram em suas terras, além de ter cedido posses em seus domínios a outros dependentes. Algum tempo depois, José Alves de Resende, conhecido de João Pereira da Rocha em sua região de origem, Paraopeba, estabeleceu sesmaria em terras vizinhas às deste, ambas terras indígenas. Estas, por ação de Antônio Eustáquio, diretor dos aldeamentos e sargento-mor da região do Sertão da Farinha Podre, juntamente com sesmeiros, fazendeiros e pequenos sitiantes, foram expropriadas e os índios deslocados e concentrados numa área mais ao norte, dentro da *política de concentração* de grupos indígenas (Carneiro da Cunha apud Lourenço, 2005).

Em 1822 o regime sesmarial é extinto e, por mobilização da aristocracia rural cafeeira, em 1850, a lei nº. 601 de 18 de setembro, Lei de Terras, é instituída. Correia (2002) procurando entender as categorias de posse e propriedade na região do Parque Nacional

⁴⁴ Hoje denominado Rio Uberabinha.

Grande Sertão Veredas, nos aponta que, com a instituição da Lei de Terras, é criado o instituto da propriedade privada no Brasil, passando a aquisição da terra a dar-se somente mediante compra, fundamentando o modelo capitalista baseado na concentração fundiária da terra e na produção para o mercado externo. De acordo com o autor, os trabalhadores ficaram atrelados ao latifúndio, podendo até adquirir um pedaço de terra, mas a compra ficou atrelada à venda de sua força de trabalho para acumulação de um capital.

Acompanhando esse processo na região estudada com Oliveira (1997), podemos perceber que, no final do século XIX, temos uma nova configuração das relações, que dá seqüência àquela iniciada pela Lei de Terras, com a mudança do trabalho escravo, em 1888, para o trabalho livre. É nessa conjuntura, segundo o autor, que o lema positivista ordem e progresso é incorporado ao imaginário brasileiro, associando a nova noção de trabalho às idéias de ordem e progresso.

É nesse cenário que se dá a formação do núcleo urbano da cidade de Uberlândia, caracterizado por um controle político, econômico e ideológico da terra urbana e rural, que se reflete no modo como ao longo de sua história vão sendo constituídas diferentes cosmografias urbanas.

1.3.2. Formação e ‘fundação’ da cidade na “boca do sertão”

A formação do povoado que deu origem à cidade de Uberlândia se deu a partir da venda, em 1832, de parte das terras de João Pereira da Rocha a Luiz Alves Carrejo e seus três irmãos. A construção da paróquia Nossa Senhora do Carmo, em 1857, na fazenda de Felisberto Alves Carrejo, entre os córregos São Pedro e Cajubá⁴⁵, oficializou o arraial com nome de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha⁴⁶. O arraial mais tarde foi elevado à categoria de vila, emancipando-se da

⁴⁵ Ver Anexo 4

⁴⁶ De acordo com Dantas (2001:30), “... o nascimento das cidades no Brasil está ligado ao relacionamento entre o Estado e a Igreja, esta que exercia um papel político e social, normativo e institucional. Geralmente, a aglomeração humana se dava ao redor de um templo ou capela, que era a garantia de auxílio mais próximo, de serviços institucionais (registros de nascimento, batismo, casamento) e eclesiásticos. À medida que ocorria o reconhecimento das categorias eclesiásticas para uma construção, quais sejam capela, paróquia e matriz, o reconhecimento civil do povoamento era simultâneo, ou seja, a construção da capela sinalizava o povoado, a paróquia designava o arraial e, por fim, a matriz identificava a freguesia”. As categorias posteriores seriam vila e cidade.

Comarca de Uberaba com o nome de São Pedro de Uberabinha, em 1888 e, em 1929, adota o nome Uberlândia.

Alem (1991) aponta uma apropriação seletiva da terra no Triângulo Mineiro, no contexto de sua constituição enquanto mercadoria, com a promulgação da Lei de terras em 1850, na medida em que os sesmeiros continuaram lançando mão da atração de parentes e conhecidos para a aquisição das terras. Assim, a formação do povoado entre as primeiras fazendas e a expansão do solo urbano estando atrelada à incorporação das terras rurais cria um continuum de concentração de terras rurais e urbanas. Desse modo, “*as terras destinadas ao núcleo urbano aparecem como mercadoria e como expressão do poder político da elite proprietária, que faz da emergência da cidade um processo controlado*” (Alem, 1991:86). Segundo o autor, é quando a cidade se torna centro de produção e acumulação econômica que o controle político e econômico sobre o solo urbano terá importância ainda maior, expressando-se na diferenciação sócio-econômica e espacial da população do arraial, numa indicação de que “deter capital imobiliário é decisivo na composição das elites políticas locais, ao longo de toda a história de Uberlândia” (Alem, 1991:87).

Ao controle da terra urbana esteve associado o processo político de constituição do espaço urbano, desde a formação do arraial, para o qual algumas famílias proprietárias de terras se juntaram para definir a terra que lhe seria destinada, por compra dos sesmeiros ou doações destes para a capela. A construção da capela evitava a necessidade de deslocar-se a um arraial distante para as realizações religiosas e institucionais que lhe eram inerentes. Essa mesma conformação política é apresentada por Dantas (2009) como importante elemento para a emancipação da freguesia da Comarca de Uberaba, que marcou as disputas políticas de Uberlândia, à época São Pedro de Uberabinha, entre os líderes políticos dos grupos Chimangos e Cascudos (liberais e conservadores, respectivamente) por uma união situacional em prol da emancipação que significava, para ambos os partidos, “maiores espaços políticos e oportunidades para o desenvolvimento da freguesia” (Dantas, 2009:43).

A par dos sérios conflitos existentes entre os líderes políticos liberais e conservadores, posteriormente denominados *coiós e cocões*, Dantas (2009) aponta que não havia significativas diferenças ideológicas entre eles, interessando-lhes manter-se no poder. Um quadro que, segundo Jesus (2002), permanecerá até a década de 1980 do século XX.

Essa articulação político-econômica marcou o esforço desses grupos por transformações na cidade que pudessem alçá-la como “centro mais importante política e economicamente do extremo oeste mineiro”, então conhecido como “boca do sertão”, face a duas outras importantes cidades da região, Araguari e Uberaba. Como esclarece Dantas

(2009), o léxico *sertão* no Brasil do século XIX não indicava um espaço geográfico específico, designando negativamente as áreas despovoadas, afastadas do litoral e desprovidas de melhorias técnico-científicas, desconhecedoras de hábitos modernos, portanto, distantes, da “civilização”. Segundo a autora, a elite local comercial e agrícola buscou distanciar-se da associação com a “boca do sertão”, para destacar a cidade face às demais, através de uma “fabricação” do urbano pela modernidade e progresso. Para tanto, em sua perspectiva, requeria-se o controle e manutenção do poder não apenas na cidade, mas também na região (Dantas, 2009).

A mobilização de uma ideologia do progresso e desenvolvimento promovida por esses grupos teve papel significativo nessas disputas. Para tanto, contribuíram, além da ação e articulação direta de sua elite local em busca da atração de investimentos para a cidade - estreitamente articulados às políticas nacionais e internacionais de progresso e desenvolvimento – a produção de uma série de trabalhos de memorialistas e a atuação dos órgãos de imprensa locais.

Dantas (2001) procura compreender a gênese do discurso que proporcionou a consolidação da associação da imagem de progresso à cidade tanto quanto a constituição de um “imaginário grandiloqüente” associado às noções de trabalho, ordem e progresso. Segundo a autora, os memorialistas geralmente são pertencentes ao chamado grupo de intelectuais da cidade que têm como interlocutor privilegiado a elite local e geralmente desenvolvem seus trabalhos com apoio institucional. Pretendendo reproduzir a história com base na “exatidão dos fatos”, realizam uma seleção e uma versão de acordo com a interpretação que mobilizam e que querem destacar. Para Dantas (2001:72) sua importância reside em que como “formadores de um discurso vieram consolidar as representações construídas pela classe dominante, confirmando e legitimando-as, garantindo assim a hegemonia do grupo político no poder, ao mesmo tempo em que buscavam forjar uma dada memória”.

Em geral têm formação acadêmica, às vezes exercendo ao mesmo tempo a profissão de professor, jornalista, vereador, etc., o que lhes confere um poder simbólico no fornecimento de sentido ao mundo na produção do imaginário local⁴⁷. Como guardiões da

⁴⁷ De acordo com Dantas (2001), o imaginário tem sido confundido com outras noções vizinhas: representação, símbolo e ideologia. Buscando diferenciá-los para localizar sua análise, a autora, baseando-se em Jacques Le Goff e Roger Chartier, propõe que representação seja entendida como “um processo de abstração intelectual, configurações que conferem sentido ao mundo”. O imaginário é tomado, então, como sendo a materialização da representação, uma resposta à dinâmica conflituosa desta, ao operar com projeções futuras. No entanto, imaginário se difere do símbolo, uma vez que este, em sua concepção, “exprime uma correspondência entre um objeto e outro, espelha o referencial sem ultrapassá-lo. Já o imaginário se sobrepõe ao referencial sem a

memória histórica local, os memorialistas aparecem como intérpretes do poder público local para referenciar suas ações interna e externamente à cidade, ao mobilizar os signos do desenvolvimento como interpretantes (Peirce, 1955) para significar a cidade, o espaço urbano, o estilo de vida dos moradores, planos e projetos para a cidade⁴⁸.

Suas obras são caracterizadas pela exaltação aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos que marcaram o desenvolvimento da cidade desde seus primórdios, pela glorificação dos “personagens ilustres”, representantes da elite local, pela ênfase num espírito progressista da população, considerada ordeira e laboriosa, pela produção das corografias⁴⁹, relatos dos melhoramentos realizados e pelo uso de fotografias de personagens políticos e lugares da cidade considerados importantes. Todos esses elementos interpretados segundo os signos do desenvolvimento. As obras têm como tema a cidade em geral ou a história de determinadas instituições, como a da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), ou de “personagens ilustres”, como por exemplo, a biografia de Alexandrino Garcia, presidente da Companhia de Telefones do Brasil Central (CTBC), considerado um dos maiores empresários da cidade, ambas as obras de autoria de Antonio Pereira, que os considera como tendo estreita influência e colaboração com o desenvolvimento da cidade.

De acordo com Dantas (2009), desde os últimos anos do século XIX e primeiros do século XX, é comum entre os memorialistas, e nas demais produções historiográficas da cidade, atribuir o seu progresso a determinadas pessoas. É nesse sentido que a cidade é “fundada” pelos pioneiros e não formada a partir de um processo histórico que incluiria os

necessidade de eximi-lo”. Por fim, imaginário se distingue de ideologia, na medida em que a segunda “tende a impor à concepção de mundo um sentido de mascaramento que legitima as formas de dominação” (Dantas, 2001:19). A meu ver, o trabalho de Dantas aproxima-se deste na medida em que toma os sujeitos sociais na mobilização dos símbolos e as relações de poder aí inseridas na produção local do imaginário composto pelas noções de progresso e civilização. No entanto, afasta-se na medida em que este trabalho considera esta produção local a partir das origens da própria noção de progresso e desenvolvimento, portanto, requerendo considerar as configurações sociais no plano nacional e do sistema mundial. Desse modo, ao considerar a mobilização pelos sujeitos locais das noções de progresso e desenvolvimento, considero-a no interior das estruturas sociais e históricas nas quais esses sujeitos estão inseridos, especificamente as políticas coloniais e posteriormente nacionais de ocupação do território nacional e de estabelecimento de núcleos urbanos. É a consideração desses limites estruturais e históricos na formulação e mobilização das idéias pelos sujeitos sociais no interior dos processos comunicativos que permite trabalhar com uma noção de ideologia distanciada da idéia de mascaramento da realidade.

⁴⁸ Dentre as principais obras memorialistas na cidade podemos destacar: CAPRI, Roberto Capri. 1916. *Município de Uberabinha. Physico, econômico, administrativo e suas riquezas naturais e agrícola*. São Paulo: Andrade e Dia, 1916. PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922. Arantes, Jerônimo. 1938. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia. Pavan. _____ 1957. *Monografia de Uberlândia*. Rio de Janeiro: Universal Publicidad. _____ 1972. *Como fizeram Uberlândia*. _____ 1982. *Memórias Históricas de Uberlândia*. 2ª Ed. Uberlândia: Zardo. _____ 1980. *Álbum da Câmara Municipal de Uberlândia*. Uberlândia: Zardo. _____. 2003. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu. TEIXEIRA, Tito. 1970. *Bandeirantes e Pioneiros no Brasil Central. História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia Gráfica.

⁴⁹ Tratam-se de textos em que são descritos os aspectos geográficos da cidade.

conflitos com a população existente. Aos “fundadores” são associadas características que posteriormente identificariam os indivíduos que coadunassem com o destino de progresso e desenvolvimento “fundado” por eles, dentre elas a de ser uma pessoa idônea, laboriosa, religiosa e instruída, empreendedora, honesta e não dada a conflitos, consciente de suas atitudes no interior de um projeto de civilização do interior de Minas Gerais, que aja junto com outros, num projeto coletivo para a edificação de Uberabinha. “Desse modo, demonstra-se que o progresso local tem lastro, é verídico e autêntico” (Dantas, 2009:50).

A imprensa também exerceu papel importante. O primeiro jornal foi criado no ano de 1897, e seguido de vários outros, de duração efêmera⁵⁰. Em geral, estavam associados ao grupo que constituía o governo municipal da época ou à sua oposição. Seja de que lado estivessem, reivindicavam o propósito de contribuir para o progresso da cidade e declaravam ter por objetivo fazer a cidade ser conhecida além das fronteiras regionais para alcançar uma posição de importante centro comercial. De nenhum modo marcados por um discurso homogêneo e ileso aos conflitos, os jornais à época eram palco de disputas pelos grupos políticos locais, *cocões* e *coiós*, ambos, no entanto, circulando em torno de uma mesma ideologia, a do progresso local.

“Como uma tribuna, muitas vezes, suas páginas eram palco das disputas pelo domínio político das frações da classe dominante, reivindicações de melhoramentos, vitrine de paisagem urbana, esclarecimentos diversos, defesa ardorosa de princípios e projetos, panfletagem política, demonstração das condições sociais, políticas e culturais. Em suma, um espaço privilegiado de lutas em que suas palavras de ordem buscam consenso em torno dos projetos sociais e políticos vencedores” (Dantas, 2001:105).

De propriedade particular, em algumas ocasiões declarando seu apoio explícito a um dos partidos, *cocão* ou *coió*, por vezes estes jornais eram utilizados pela Câmara Municipal para apresentar relatórios, prestações de contas, atas das reuniões, publicar leis, etc. Em sua atuação, estes jornais estiveram estreitamente associados às reivindicações da elite local por empreendimentos que pudessem efetivar o progresso da cidade (Dantas 2001; 2009). No entanto, qualificavam-se por uma neutralidade e factualidade de suas notícias. Reivindicando, tal como os memorialistas, uma função referencial da linguagem (Jakobson, s/d), plena de

⁵⁰ Dantas (2001, 2009) relata a existência de mais de quarenta títulos de jornais; um número, segundo a autora, considerável para uma média populacional de 10.00 habitantes, de maioria analfabeta, e considerando-se as dificuldades de comunicação e distância das principais cidades do país. Entre 1897 e 1929 relata: *A Reforma, Gazeta de Uberabinha, A nova Era, O Progresso, A Livraria Kosmos, Parahyba, O Brasil, O Commercio, O binóculo, O Diario de Uberabinha, A Noticia, A Escola, A Tribuna, A Chispa, O Aerolitho, O Lampeão, O Corisco, O Garotinho, O Lápis, O Rabixo, O Relâmpago, O Sabre, A Letra 7, A Esperança, Sertão Judiciário, A Espora, Reflexo, O Alarme, A Reação, A Marposa, A Farpa, Triangulo Mineiro, A Garra, O Ideal, O Município, A Folha Municipal, Cidade de Uberabinha, A Semana, A Voz de Uberabinha, Ferrão, Gavião, Martelo, Chaleira, Violino, A Escola e Almanak de Uberabinha* (Dantas, 2009:101).

objetividade, as interpretações fornecidas por estes jornais pretendiam uma relação direta com a realidade factual.

De acordo com Dantas (2009), as reportagens destes jornais eram marcadas pela identificação de problemas urbanos e pela convocação para a mobilização para sua resolução, prenunciando um futuro de progresso. Além disso, havia anúncios de produtos diversos, bem como de moda europeia, instruções de conduta à mesa, aulas de idioma francês e de piano, divulgação de um clube literário, realização de espetáculos teatrais e bailes, signos locais e nacionais da civilização, modernidade e progresso, os quais, segundo Dantas (2009: 104) são indicativos da preocupação da elite local por atualizar-se de acordo com o que acontecia e era consumido em outros locais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A articulação entre a elite local, os memorialistas e a imprensa, referencia-se e resulta em uma série de projetos políticos para alcançar o progresso e desenvolvimento local. Entre o final do século XIX e o início do século XX, o traçado urbano, a arquitetura das casas e a distribuição das atividades no espaço urbano existentes passam a ser entendidos como atrasados, não-civilizados, bem como as técnicas utilizadas no campo. A circulação e criação de animais na cidade, a poeira nas ruas, a arquitetura colonial das casas, a configuração irregular do espaço⁵¹ e os hábitos de seus moradores passaram a ser entendidos pela elite local como rústicos e rurais. Aspectos estes que a elite tratava de afastar da cidade para nela imprimir ares de civilização, modernidade e progresso.

“No traçado final do século XIX, a cidade, circundada por chácaras, assemelhava-se ao patrimônio primitivo com pouco mais de uma dezena de logradouros. A cidade que nascera dos caminhantes e do trajeto dos geralistas lembra o caráter “semeador” de que fala Buarque de Holanda, pelo qual as cidades brasileiras, como as demais de colonização portuguesa, não chegaram a contradizer o quadro da natureza, enlaçando na linha da paisagem. O mundo rural interpenetrava o espaço urbano em formação; a irregularidade marcava o traçado de ruas estreitas, dos becos e do acanhado núcleo e o aumento populacional exigiria a expansão do sítio territorial, incorporando áreas rurais (Dantas, 2009:108-109).

Dantas (2009) aponta que estas transformações se iniciam com a modernização do campo a partir da inserção de técnicas de manejo e cultivo do solo, mecanização da lavoura e disciplinarização do trabalhador. Uma modernização do campo estreitamente associada à da cidade, através da reformulação do espaço urbano e o reordenamento das atividades em seu interior. Uma complementaridade campo e cidade que também se expressava na produção agrícola e industrial nascente. Desse modo, o espaço urbano começa a ser transformado de

⁵¹ Ver Anexo 5.

modo a nele imprimir aquilo que era interpretado como moderno, associado a progresso e civilização, em estreita relação com o campo.

A pretendida organização do espaço urbano ocorre no mesmo contexto de uma série de alterações sobrevindas na cidade que são tomadas na maioria das fontes consultadas como advindas do tripé Ferrovia – Ponte - Estradas de rodagem. Em decorrência das ligações comerciais estabelecidas pela elite local com a economia paulista, predominantemente cafeeicultora, através do fornecimento, para aquela região, de cereais, principalmente arroz e milho, um crescente fluxo foi estabelecido entre o Triângulo Mineiro e o estado de São Paulo. À construção de uma ferrovia pela Companhia de Estradas de Ferro Mogiana, em 1895, ligando Campinas à região, à construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, em 1909, ligando Minas Gerais a Goiás e à criação da Companhia Mineira de Autoviação, em Uberlândia, para a construção de estradas ligando a cidade à ponte Afonso Pena e a outras cidades no Triângulo Mineiro, sul de Goiás e Mato Grosso, é atribuída a constituição das condições propícias decisivas para que as ligações comerciais com a economia paulista impulsionasse o crescimento econômico e populacional da cidade de Uberlândia, à época Uberabinha, contribuindo significativamente para seu destaque em relação a Araguari e Uberaba:

Uberabinha vendia e comprava, financiando com sua riqueza florescente, o desenvolvimento de outras regiões, eis que seus prazos nas vendas atingiam até doze meses, enquanto que as compras feitas na região eram à vista, eis que eram pagas as mercadorias. Além do próprio comércio, Uberabinha participava como entregadora das vendas diretas feitas aos grandes centros de São Paulo e Campinas. Recebia esses produtos em consignação e os armazenava até que os carros de boi chegassem para apanhá-los. Couro, banha, fumo, recebidos como pagamento de abastecimento eram imediatamente repassados aos compradores paulistas. E tudo isso afinal, foi o embalo inicial do nosso progresso, circulando através da Ponte Afonso Pena, da Cia Mineira de Viação e da Mogiana” (Silva, 1983:12).

As disputas entre as elites locais de cada uma dessas cidades estiveram estreitamente associadas ao processo de constituição desse tripé. Uberaba foi a primeira a se destacar economicamente. Dos estudos econômicos sobre a constituição de Araguari, Uberaba e Uberlândia enquanto núcleos urbanos, Guimarães (1991), numa visão compartilhada por Lourenço (2005) e Dantas (2009), aponta que o destaque inicial de Uberaba deveu-se à rota fluvial que ligava o percurso entre os portos paulistas e o rio Grande, no porto de Ponte Alta, próximo a Uberaba, estabelecendo uma segunda “rota salineira” através da qual vendia-se o gado para o litoral e comprava-se sal para abastecer a região do Triângulo, Mato Grosso do

Sul e Goiás. A movimentação de mercadorias e pessoas, decorrente da instauração desse porto, contribuiu para o crescimento econômico e populacional de Uberaba, por volta de 1850, fazendo surgir na cidade a expressão “Paris – Rio de Janeiro – Uberaba” para se referir à condição de modernidade que alcançara como centro de negócios e sócio-cultural (Dantas, 2009). O desvio da rota salineira para o rio Paraguai provocou uma crise no período inicial de constituição de seu núcleo urbano. Mas Uberaba teve novo crescimento econômico com o atendimento da demanda de algodão em decorrência da guerra civil norte-americana, por volta da década de 1860, que atingiu a produção algodoeira do sul dos Estados Unidos, bem como da Guerra do Paraguai, tornando-se ponto de passagem e abastecimento de tropas que para lá se dirigiam.

Novo impulso para Uberaba adveio no período do fim do Império, momento em que a economia brasileira baseia-se no modelo agrário exportador que prevaleceu até a década de 1930. Nesse contexto é construída uma ferrovia pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1889, com início em Campinas e *ponta de linha* em Uberaba, com capitais advindos dos produtores paulistas de café e dos incentivos do governo. A importância econômica da ferrovia na região, segundo Guimarães (1991), relaciona-se à expansão da produção para o fornecimento de produtos ao litoral, à entrada da imigração europeia e dos produtos manufaturados, bem como às já existentes discussões sobre os propósitos de transferência da capital federal para o Centro-Oeste. A construção da estação ferroviária em Uberaba, segundo o autor, estabeleceu seu domínio sobre o território do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás. Assim, Uberaba destacou-se economicamente e como referência de modernidade e civilidade com a existência de escolas, teatro, cinema, construções arquitetônicas segundo os padrões urbanísticos europeus, levando suas elites a cunhar-lhe o título de “Princesa do Sertão” (Dantas, 2009).

Quando em 1897 a linha férrea Mogiana é estendida até a cidade de Araguari, passando por Uberlândia (à época, Uberabinha), as transações de mercadorias entre São Paulo e Goiás passam a estar concentradas em Araguari e Uberaba sofre uma retração em seu domínio, dividindo-o com aquela cidade. Quando, em 1911, Rodrigues Alves, na presidência da República, se compromete com o governo de Minas Gerais a eleger como seu sucessor Afonso Pena, então governador de Minas Gerais, caso a extensão da ferrovia para Mato Grosso tivesse ponto de origem em São Paulo, e não em Uberaba, a cidade sofre novo retrocesso no comércio, fixando as bases de sua economia na produção de gado Zebu. Mantém sua força econômica, mas conhece uma paulatina retração do seu domínio econômico face a Araguari e Uberabinha.

Em Uberabinha, a passagem dos trilhos da Mogiana pela cidade para alcançar Araguari, segundo Guimarães (1991), Dantas (2001 e 2009), Soares (1988; 1995), não causou impacto inicialmente sobre sua colocação regional frente a Araguari e Uberaba. Para esses autores, a cidade ganhou impulso econômico somente após o empreendimento privado da construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, em 1909, juntamente à construção de uma ligação por estrada de rodagem da cidade a esta ponte e às demais cidades do Triângulo Mineiro, em 1913, pela Companhia Mineira de Auto-Viação Intermunicipal, de propriedade de um morador de Uberabinha.

Além do tripé Ferrovia-Estrada-Ponte, como fonte inicial de impulso econômico da cidade, algumas fontes ressaltam suas condições topográficas (Guimarães, 1991) e geográficas (Soares, 1995) ou os interesses do governo da Primeira República (Guimarães, 1991) na construção da ponte. Outras ressaltam a intervenção direta de empresários, políticos e fazendeiros da própria cidade seja no traçado da ferrovia (Temer, 2001), na construção das estradas de rodagem (Soares, 1988 e 1995), ou na construção da ponte e da ferrovia (Dantas, 2001, 2009; Machado, 1990).

Uma disputa se estabelece, então, entre as elites para destacar suas cidades na região do Triângulo Mineiro. Se Uberabinha havia se destacado em relação a Uberaba, dada a redução do fluxo econômico desta, para sua elite comercial, agrária e industrial nascente, o ritmo do processo de urbanização que conferia nova estética ao espaço urbano, o início das atividades industriais, a posição de entreposto comercial constituída pelo tripé Ferrovia-Estrada-Ponte, eram elementos importantes para destacar-se frente às demais. Faltava agora, Araguari. Os jornais locais, bem como a produção de memorialistas das três cidades são o espaço privilegiado para expressão dessas disputas.

Um dos elementos tomados para compor tais justificativas é a noção de *posição geográfica privilegiada* ou *estratégica*, composta inicialmente pelo tripé Ferrovia-Estrada-Ponte, bem como pelas condições geográficas marcadas por terra fértil, água abundante e topografia favorável à agricultura, às quais posteriormente se somaram as rodovias que passam pela cidade e a distância entre grandes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte (e, posteriormente, Goiânia e Brasília). Num conjunto de tipificações que vão compondo essa noção, ela emerge na imprensa local e discursos políticos, como um signo interpretante (Peirce, 1955) que desde esse contexto segue sendo mobilizado pela imprensa local em diferentes contextos, por algumas produções acadêmicas locais, bem como pelo poder público e pelas diversas empresas estabelecidas na cidade em seus sites institucionais para significar a cidade como desenvolvida e favorável à atração de novos investimentos.

Com o crescimento econômico e populacional de Uberabinha, atribuído à sua *posição geográfica privilegiada/estratégica*, o espaço urbano começa a ser ordenado de modo a conferir-lhe a “civilidade” compatível com o progresso por vir. Progresso é estabelecido como um processo aberto, um futuro a ser implementado no presente, para o qual a cidade deve estar preparada por antecipação:

“Uberabinha que encontra da parte dos chefes toda a boa vontade, que dispõe com facilidade de todas as condições para o seu melhoramento, como sejam a topographia invejável, a abundancia de água, ar e luz, está talhada para ser uma cidade modelo desde que se faça ‘toilete’, desde que se prepare para receber o progresso” (Jornal *O progresso*, 06/10/1907) citado em Dantas, 2001:37.

Dantas (2001; 2009) aponta as primeiras iniciativas de reordenar o espaço urbano com a aprovação da primeira lei promulgada na cidade, Lei nº 1 de 12 de janeiro de 1898, o *Código de Posturas Municipais* e, posteriormente, pelo primeiro Plano Urbanístico realizado entre os anos de 1907 e 1908. Temer (2001) buscando compreender a circulação das idéias urbanísticas na cidade de Uberlândia, propõe que este primeiro plano tem inspiração nas transformações realizadas pelo prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro que, por sua vez, tomaram como modelo as reformas realizadas em Paris pelo Barão de Haussmann. Nestas, a idéia central é a de *melhoramentos* que conjugavam elementos técnicos (abertura e regularização do sistema viário, saneamento) e estéticos (como jardins e praças). No interior da cidade, a construção da ferrovia pela Companhia de Estradas de Ferro Mogiana viria a deslocar o centro urbano de modo planejado através deste primeiro plano, derrubando casas, deslocando moradores, dando-lhe nova configuração⁵², para retirar-lhe o caráter rural e irregular. Tratava-se não apenas de alterações materiais concretas no espaço urbano mas, simultaneamente, de uma nova significação desse espaço.

A partir da década de 1940, temos um cenário em que a cidade é inserida em novos contextos do processo de ocupação e interiorização econômica do país através do projeto “Marcha para o Oeste”, no governo Getúlio Vargas, e que culmina na construção de Brasília no governo Juscelino Kubistchek. De acordo com Ribeiro (2008), a construção da nova capital expressava-se como o limiar da integração do Centro-Oeste à economia nacional e o início da penetração da Amazônia em larga escala, um contexto propício à ideologia nacional desenvolvimentista.

Machado (1990) atribui esses dois fatores como elementos importantes para o estabelecimento da *posição estratégica* de Uberlândia como pólo comercial, uma vez que,

⁵² Ver Anexo 6.

como parte da “Marcha para o Oeste”, Uberlândia se tornou base da expedição Roncador-Xingu, para a qual foram construídas novas estradas interligando a região do Triângulo Mineiro a Goiás e Mato Grosso. De acordo com a autora, a construção de Brasília, por sua vez, faz da região de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o Centro-Oeste do país” somado a uma série de investimentos federais canalizados para a cidade como forma de viabilizar a integração nacional, tais como investimentos no aeroporto, constituição de uma unidade do Exército e instalação do 15º Distrito Florestal.

Nesse contexto da política e ideologia desenvolvimentista, novas transformações ocorreram tanto no plano do sistema mundial, quanto nacional e localmente. No interior desse processo de desenvolvimento econômico, a elite local buscou antecipar a preparação para a “vinda do desenvolvimento” através de uma série de articulações, dentre elas, uma nova organização do espaço por meio de um novo Plano de Urbanização. Novas articulações políticas são realizadas e novas configurações são identificadas na constituição do espaço urbano, objeto do capítulo seguinte, no qual busco analisar a constituição de uma cosmografia urbana desenvolvimentista e o modo como, nesse processo, as pessoas são classificadas no interior de seus territórios.

Capítulo II

Cosmografias urbano-desenvolvimentistas

2.1. Planejamento para iluminar os caminhos do desenvolvimento.

“Um plano, é preciso traçado. Um plano exequível. Simples. Dentro dos limites de nossas possibilidades naturais. Um plano a ser executado em alguns anos, sem solução de continuidade, de alicerce muito sólido a novas empreitadas”⁵³.

Não façamos planos pequenos; eles não tem o mágico poder de animar o espírito dos homens e provavelmente não seriam nunca realizados. Façamos grandes planos, ponhamos espírito elevado e esperança no trabalho, recordando que o nobre e lógico programa, uma vez traçado, nunca morre, que será depois de nossa ausência, uma coisa viva, confirmada sempre com crescente insistência [sic]”⁵⁴.

Início este capítulo seguindo as derivações da noção de *Plano de Urbanização* que emerge em Uberlândia em fins da década de 1940 e as mudanças decorrentes da entrada de novos atores em sua elaboração. No contexto do (re)estabelecimento dos poderes executivo e legislativo municipal após a derrubada de Getúlio Vargas da presidência no Estado Novo, novos arranjos entre os grupos políticos locais são realizados e com eles a noção de *plano de ação administrativa* surge em Uberlândia como resultado de uma *Comissão de Inquérito* de modo a *reorganizar a casa* após a *noite trágica da ditadura* Vargas. Nesse contexto, um conjunto de classificações é elaborado em relação aos governos locais anteriores para validar a proposição desse Plano, que tinha como objetivo realizar *um marco de reconstrução* em relação ao período anterior.

Em relação ao espaço urbano, esta *Comissão* resultou em um *Plano de Urbanização* tomado como *interpretante* (Peirce, 1955) principal para as obras públicas nele previstas realizadas até por volta da década de 1980, dentre elas a canalização de alguns córregos, bem como uma obra para ser realizada nas margens do rio Uberabinha, que foi reformulada e resignificada em um novo contexto semântico contemporâneo. Procurarei, então, apresentar possíveis vínculos entre este Plano e a constituição de uma cosmografia urbano-desenvolvimentista na cidade de Uberlândia num processo que perpassa uma caracterização

⁵³ Gonçalves, Oswaldo Vieira. Uma idéia feliz. *Jornal Correio de Uberlândia*. Ano XI, nr. 2354. 04.04.1948. Reportagem constante no Processo nº. 61, de 24.01.1948.

⁵⁴ Daniel C. Burham, figura central do movimento *City Beautiful* dos Estados Unidos, que deu início ao *City Planning Movement*, citado por Roscoe (1954).

de territórios da cidade como de *interesse público*, para o desenvolvimento da cidade, em torno da qual decorrem disputas pela (des)caracterização das pessoas que habitam nestes territórios.

Adentramos ao elemento desencadeador dessa elaboração a partir do Processo de número 15, disponível para consulta no Arquivo Público Municipal, intitulado *Planejamento para obras públicas urbanas*, instaurado em dezessete de dezembro de 1947, que resultou numa *Comissão de Inquérito* em diversas frentes na Câmara, dentre elas uma *Comissão de Urbanismo* que, em seu relatório final, propôs a confecção de uma Planta Cadastral da cidade e de um Plano de Urbanização. Neste mesmo Processo encontram-se um conjunto de documentos - requerimentos e abaixo-assinados - elaborados por moradores de diversos bairros da cidade, solicitando asfaltamento para seus bairros, energia elétrica, água, esgoto, pontes. As solicitações são iniciadas com um abaixo-assinado encaminhado ao Prefeito nomeado à época em janeiro de 1947, seguido de outros, endereçados à Câmara Municipal, bem como ao Prefeito, aos vereadores e ao Presidente da Câmara eleitos no pleito municipal realizado com o fim do Estado Novo.

Entre os mais de cem processos consultados, esse é um dos poucos compostos por abaixo-assinados. Em sua consulta no Arquivo Público, os abaixo-assinados apareceram-me inicialmente como *índice* de instrumentos através dos quais no fim do Estado Novo as reivindicações podiam localmente alcançar as decisões político-administrativas em Uberlândia, devendo, portanto, obedecer a uma linguagem convencional própria deste tipo de documento para que sejam adequados a seus fins imediatos. Contendo dados aparentemente de caráter estritamente referenciais, factuais, como data, endereçamento, descrição e localização dos problemas a que se referem e as solicitações ou reivindicações para sua solução, estes documentos descrevem a situação das ruas e/ou bairros da cidade para os quais se dirigem os pedidos e solicitam conclusão, melhoramento ou realização de obras. Qual seria, então, o lugar ocupado por estes abaixo-assinados na formulação do Plano de Urbanização que resulta do Processo de que fazem parte, se este Plano não aparece em suas reivindicações?

A pista para responder a estas perguntas estava nos próprios documentos e seu vínculo com o decorrer do evento em que se compôs os atos relativos a este Processo, bem como na consideração da configuração social, política e cultural no qual estava inserido. Somente após compreender a lógica de funcionamento e organização dos documentos pelo Arquivo Público Municipal, identificada pela catalogação e organização dos Processos e Atas do legislativo, é que uma leitura desses documentos inseridos no evento tornou-se possível. Vejamos:

Enquanto abaixo-assinados, as assinaturas que identifiquem os solicitantes não podem faltar, sob pena de descaracterização do documento, referenciado pelo seu próprio nome. No entanto, neles encontramos as assinaturas em forma que expressam o conteúdo que lhes constituem, para além de sua referencialidade: *de próprio punho, por extenso*, as assinaturas seguem aos pedidos, sendo associadas às ruas/bairros aos quais se dirigem a solicitação. Predominantemente *indéxicas*, ao mesmo tempo em que identifica os solicitantes daquelas ruas/bairros, liga-os àqueles a quem se dirigem a solicitação pela presença *icônica* do mecanismo endereçado-solicitação-solicitantes, indicando a qualidade da relação entre eles como contextualmente aberta às reivindicações:

“À Câmara Municipal de Uberlândia

“Os abaixo-assinados, proprietários e moradores às Ruas Particular da Agenor Paes, Rezende, Ipiranga e Uberaba, tendo em vista o mau estado de conservação destas vias públicas, a falta de água e a falta de conclusão da rede de luz e força nas ruas Uberaba e Rezende, por intermédio dessa egrégia Câmara e solicitando a aprovação ilustre e imediata de seus ilustres membros, requerem à Prefeitura Municipal a execução dos serviços, em caráter urgente(...)

Confiados no esclarecido e patriótico espírito de justiça de V. Excias, em pról do bem e do conforto da coletividade, agradecidos pedem e esperam DEFERIMENTO ou aprovação unânime de V. Excias [sic].

Uberlândia 18 de dezembro de 1947

Seguem as assinaturas”⁵⁵.

Desse mecanismo decorre que mais do que ‘descrever’ situações, palavras em pronunciamentos aparentemente descritivos como as presentes nos abaixo assinados, indicam circunstâncias, pronunciadas para descrevê-las, podem fazer coisas por meio de seu pronunciamento, como nos lembra Austin (1962). Dessa forma, abaixo-assinados sugerem uma relação semelhante àquelas que Peirano (2006) observa em documentos como a Carteira de Identidade que mobilizam ao mesmo tempo uma linguagem da participação/identidade/solidariedade e da racionalidade burocrática/causalidade, sendo possível através deste documento observar o Estado no dia-a-dia das pessoas. Semelhante mecanismo podemos perceber nos abaixo-assinados que permitem observar o dia-a-dia das pessoas no Estado ao serem colocados como *símbolo* de cidadania em um contexto de (re)constituição do Estado-Nação, por meio dos *ícones* e *índices* que expressam a relação entre as pessoas e entre elas e o Estado. Essa observação, no entanto, requer situá-la no modo como essas mudanças se processaram localmente em relação ao contexto nacional.

Em princípio, a mudança poderia ser pensada a partir de uma nova concepção de cidadania no contexto pós-Estado Novo, caracterizando uma situação nova diante da apontada

⁵⁵ Processo nº. 15, de 17.12.1947. Câmara Municipal de Uberlândia.

por Peirano (2006) de uma *cidadania regulada* instituída a partir dos anos 1930, via carteira profissional⁵⁶. Implicaria também em uma nova percepção da *nação* face ao que Reis (1988) propõe em relação ao Estado Novo. Partindo da concepção de nação apresentada por Dumont (1970)⁵⁷ para analisar diferentes contextos de construção do Estado Nacional no Brasil e, portanto, sua historicidade, a autora propõe que o Estado Novo pode ser caracterizado pela preeminência do indivíduo coletivo favorecido pela autoridade *vis-à-vis* a solidariedade, conferindo à autoridade a responsabilidade de promover a solidariedade.

Localmente, o contexto analisado sugere uma concepção de nação como “a sociedade que se vê como constituída de indivíduos” enquanto valor, nos termos de Dumont (1970) e com ela uma extensão da cidadania em termos tipológicos, englobando direitos civis, sociais e políticos, proposta por Marshall (1967). Esta sugestão surge por inspiração no trabalho de Carvalho (2002) que, apoiado nessa perspectiva tipológica de T. H. Marshall, propõe que entre 1945 e 1964 deu-se início à primeira experiência que se poderia chamar de democrática no Brasil, com a cidadania englobando, ainda que de modo complexo e conflituoso, os direitos políticos, sociais e civis. Esse mesmo período é visto por Almeida Júnior (1997) como marcado por uma das maiores expressões da participação política de massa, ainda que no plano não-institucional.

No entanto, se o contexto analisado sugere uma concepção de nação como “a sociedade que se vê como constituída de indivíduos” (Dumont, 1970), e com ela o exercício dos direitos pelos indivíduos via abaixo-assinados como *símbolo* de cidadania, é por uma filiação política que as reivindicações ganham força mediante novas interpretações. Com ela as reivindicações adquirem força ilocucionária, nos termos de Austin (1962) em que dizer algo é fazer algo, produzindo certos efeitos e dando novos rumos às solicitações presentes nos abaixo-assinados.

Inserida na sequência dos atos/documentos que compõem o Processo, temos uma Proposição assinada pelos únicos dois vereadores da oposição, eleitos à época, ambos do Partido Social Democrático (PSD). Seu conteúdo propõe a formação de uma *Comissão Especial* “para levar a efeito o planejamento das realizações que se devam levar a efeito em

⁵⁶ Como emblemas de identidade cívica no Brasil dos anos 1930, Peirano nos chama atenção que a *cidadania regulada* (Santos apud Peirano, 2006:125) nesse contexto tinha na carteira profissional sua principal expressão como símbolo de cidadania, mas que não significava o reconhecimento da igualdade entre os indivíduos e a participação integral de todos na comunidade.

⁵⁷ Para Dumont (1970:33), a nação constitui-se ao mesmo tempo em uma coleção de indivíduos e um indivíduo coletivo, do que decorre o paradoxo das nações modernas: “*At the least, the two conceptions must be ranked, so that one prevails upon the other: either the human individuals composing the nation, or the nation as a whole, will bear the main stress, but not both at once*”.

pról de Uberlândia” [sic]⁵⁸, a partir do estudo dos problemas relacionados à água e esgoto em Uberlândia e demais obras em um dos distritos da cidade. Em sua justificativa para a Proposição atribuem os problemas que a cidade apresentava, indicados pelos abaixo-assinados, à “situação excepcional a que Uberlândia atingiu”.

Realizando um *ato ilocucionário* do tipo *exercitive* (Austin, 1962), tanto a expressão *Propomos*, que compõe a Proposição dos Vereadores, como *Reivindicamos*, *Requeremos*, *Solicitamos*, que compõem os abaixo-assinados que a antecedem, são atos de fala que têm força ilocucionária (ibid) exercendo poderes, direitos ou influência. No entanto, a Proposição dos vereadores ao conclamar para um trabalho comum e coordenado com os demais vereadores também se caracteriza por ser simultaneamente do tipo *comissive* (ibid), através do qual comprometem-se com o proposto, tendo por efeito dar início à construção de um campo semântico comum em torno da idéia de *planejamento*. Ainda que as razões para a proposição da Comissão não fossem as mesmas dos vereadores da bancada da situação, como se verá mais adiante, sua proposição, somada aos abaixo-assinados que compuseram o Processo número 15, torna-se feliz, bem sucedida, ao afirmarem que “*o único propósito de todos os vereadores é o progresso constante de Uberlândia*” numa alusão a que mesmo sendo da oposição têm o mesmo objetivo. Assim, recebem parecer favorável da Comissão Permanente de Viação e Obras Públicas, para formação de uma Comissão que tinha por objetivo a formação de uma “Comissão para apresentar o plano de trabalho”.

Note-se que até o momento, temos a proposição de uma “Comissão Especial” e uma “Comissão para apresentar plano de trabalho”, estando ambas em suas definições ainda em aberto. Comissões Especiais são compostas por vereadores indicados pelo Presidente ou pela bancada, considerando-se as disputas internas a depender do tema da matéria. Diferentemente das Comissões Permanentes (como a de Finanças, Obras, Legislação, etc.), têm prazo determinado para conclusão dos trabalhos, sendo as Comissões Temáticas ou de Inquérito exemplos de Comissões Especiais.

No entanto, é por uma filiação política específica no contexto da disputa política pós-Estado Novo que as reivindicações ganham novo conteúdo e adquirem novos rumos expressos através da definição do tipo de Comissão a ser formada. A constituição de alianças pelos partidos locais em nível nacional durante a “Revolução de Trinta” teve implicações importantes para a constituição do contexto em que emerge o campo semântico em torno do planejamento a partir das disputas envolvidas em torno dessa idéia.

⁵⁸ Proposição dos vereadores Antônio Thomaz de Rezende e Afonso Campos Lima, de 16/12/1947. Processo nr. 15. Câmara Municipal de Uberlândia.

A situação político-partidária em Uberlândia entre 1910 e 1930 foi marcada por uma disputa acirrada pelo poder entre o Partido Republicano Municipal (PR) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), ambos organizados em torno de duas grandes famílias das elites político-econômicas da cidade, os Rodrigues da Cunha e os Freitas Costa, denominados popularmente de *Cocões* e *Coiós*, respectivamente. Apesar do apoio do comando “revolucionário” ao Agente Executivo⁵⁹ à época da “Revolução de Trinta”⁶⁰, Rodrigues da Cunha (PR), para sua continuidade à frente do governo municipal, com o fim do Estado Novo, uma idéia de “obscuridade” foi formulada para se referir a este período e seus respectivos governos locais aliados nacionalmente a Vargas. Pretendia-se romper com este período e construir novas alianças entre partidos que se opunham, agora em torno de um novo período que se iniciava.

Realizadas as eleições em 1947, com o fim do Estado Novo, e restabelecidas as Câmaras Municipais, assume a presidência da Câmara Municipal de Uberlândia o jurista Jaci de Assis, que havia assinado o *Manifesto dos Mineiros*⁶¹ em uma das edições posteriores à primeira, e José Fonseca e Silva como prefeito. Ambos pertenciam à UDN, União Democrática Nacional, partido que congregava a maioria dos antigos *cocões* e que, tal como em nível nacional, reproduzia localmente a oposição ao governo Vargas. Com eles, *planejamento* emerge como elemento iluminador para os caminhos do desenvolvimento por uma filiação pessoal e política daqueles que reivindicavam nos abaixo-assinados ao Presidente da Câmara.

O primeiro movimento em que identificamos essa filiação encontra-se em um dos abaixo-assinados presentes no Processo de número 15, entregue em fins de dezembro de 1947, logo após a assunção de Jaci de Assis à Presidência da Câmara com o restabelecimento das eleições e reconstituição das Câmaras Municipais:

⁵⁹ Até 1930 o Agente Executivo exercia também a função de Presidente da Câmara Municipal.

⁶⁰ Freitas (1999) nos relata que a região do Triângulo Mineiro adquiriu importância estratégica militar e política. Por um lado, para inibir a intenção do Presidente Washington Luís de estabelecer na região um interventor para Minas Gerais, bem como para impedir que as “forças inimigas” (dos Estados de Goiás e São Paulo) pudessem tomar a região. As primeiras iniciativas para preparar a região para o movimento foi, então, a criação de dois comandos de operações militares, um em Uberaba para defesa da fronteira paulista e outro em Uberlândia na defesa da fronteira goiana, rearticulando, nesta última, a elites político-econômicas no poder.

⁶¹ Carta assinada por advogados e juristas de Minas Gerais contra o governo Getúlio Vargas, pelo fim do Estado Novo.

Uberlândia, 25 de dezembro de 1947
 Exm^o. Dr. Jaci de Assis
 Nesta

“É com grande prazer que os moradores dos prolongamentos das ruas 24 de maio e Uberaba nos dirigimos a v. excia, DD Presidente da Câmara dos Vereadores, que vimos solicitando a todos os vereadores municipais, como se vê pelos requerimentos dirigidos à Prefeitura, sendo dois para instalação de luz e um para abrimento de dois trechos das supracitadas ruas, que é do conhecimento de v. excia, requerimentos estes que foram postos à margem.

O povo de Uberlândia houve por bem, o sabemos, escolher v. excia. para o líder representante deste mesmo povo, dado **o espírito altruísta** de que é possuidor que é de conhecimento de todos.

Dr. Jaci, pedimos instalação de luz em nossas ruas, de há muito, sempre menosprezados. Vivemos sem o direito de **cidadinos**. Não temos luz como também não temos o direito de chegar às nossas casas, por falta de via pública, uma lenha e qualquer outro carreto de nossa inerente necessidade. Contribuindo como os demais habitantes da cidade, quites com as taxas impostas pela Prefeitura, porém insulados, vimos pedir a v. excia se digne de interceder por nós, junto ao Dr. Cleanto Gonçalves, que seja autorizada a Companhia Prada efetuar o serviço de luz. Se for, exclusivamente de alçada da douta e digníssima Câmara, solicitamos ao ilustre e digno Presidente tomar em consideração nosso apelo, que é justo, não menos interesse, pedimos pelo serviço das ruas, pois v. excia poderá vir a esta parte da cidade para constatar o que aventamos.

Confiados integralmente na deferencia do conspícuo amigo do povo, que sempre foi, esperamos, para breve, **mais um ato de filantropia** do grande benfeitor de Uberlândia.

Com o maior aprêço e estima subscrevo-me.

Orozimbo Arantes”[sic](grifos meus)⁶².

Se nos demais abaixo-assinados que compõem o Processo as reivindicações são feitas por *moradores*, no requerimento transcrito acima elas são feitas por meios *indéxicos* associando a reivindicação individual aos demais abaixo-assinados entregues à prefeitura, constantes no mesmo processo⁶³: “vimos solicitando a todos os vereadores municipais, como se vê pelos requerimentos dirigidos à Prefeitura”. Ainda, diferentemente dos demais abaixo-assinados em que as reivindicações são dirigidas ao Prefeito, aos Vereadores, ou à Câmara Municipal, como entidades abstratas, neste as reivindicações ganham força ao endereçar-se à *pessoa*⁶⁴ que ocupa a Presidência da Câmara, Jaci de Assis. Mobilizam-se características que lhe são associadas como as de *filantropia* e *altruísmo*, acentuando ainda mais, e sob novas formas, os aspectos *icônicos* e *indéxicos* dos abaixo-assinados, ao vincular *cidadinos*, ao invés de *moradores*, à *pessoa* do Presidente.

Se o contexto nacional pós-Estado Novo poderia sugerir uma nova concepção de cidadania, como mencionei anteriormente, e ainda sua extensão, em termos tipológicos, englobando direitos políticos, sociais e civis (Marshall apud Peirano, 2006:132) a todos

⁶² Câmara Municipal de Uberlândia. Processo número 15 de 17/12/1947.

⁶³ Indexicalidade que é também produto da ordem e arquivamento dos documentos juntos numa mesma pasta referente a um mesmo processo.

⁶⁴ Aqui, definida de modo relacional e socialmente determinada, por oposição ao Indivíduo enquanto valor, autodeterminado, singular, livre e igual como proposto por Dumont (2000 a; b).

cidadãos⁶⁵, a concepção de cidadania apreendida nesse documento revela-se numa combinação paradoxal entre o direitos associados ao pertencimento à cidade como *cidadinos* e a relação *altruísta* exercida pelo Presidente da Câmara. Não é baseando-se numa concepção de nação composta por indivíduos como valor último (Dumont, 1970), mas na filiação ao grupo via seu representante que a cidadania aí ganha força.

Esses grupos, em Uberlândia, giram em torno dos *Cocões* e *Coiós*, UDN e PSD ou Arena 1 e Arena 2/MDB respectivamente:

“como água e vinho, Cocões e Coiós nunca se misturam”; “O que era de um lado era de um lado. Não existia essa de passar de um lado para o outro. O fio do bigode valia”; “embora Cocão e Coió tivessem lá suas pendengas, muitas delas resolvidas no braço, e que nos dias de eleição, faziam até os defuntos votar, todos os seus integrantes eram pessoas íntegras e se Uberlândia é o que é hoje se deve a eles”; “Uberlândia cresceu com eles; nós devemos muito a eles. É verdade. Embora divergentes, tanto um grupo como o outro tinha essa preocupação”⁶⁶.

Mas se as reivindicações alcançam na filiação pessoal e política sua eficácia⁶⁷ com o seu reconhecimento a partir da instauração do Processo, é exatamente a relação de filiação política que lhes dará novos contornos.

Em março do ano seguinte é instaurado o Processo nº 61 para “estudar os diversos problemas do município e oferecer, com seus relatórios, sugestões para a sua solução”. Se os objetivos permanecem basicamente os mesmos da proposição inserida no Processo nº. 15 pelos vereadores do PSD, as razões mudam. Se, naquela, a noção de *desenvolvimento* é o interpretante (Peirce, 1955) trazido pelos vereadores do PSD para significar os problemas indicados pelas reivindicações que, em sua concepção, requeriam *planejamento*, no Processo nº 61 novas interpretações surgem com enunciação de um contexto diferente, pelo novo agente que nele se insere, Jaci de Assis (UDN). Em discurso proferido na Câmara que abre o

⁶⁵ De toda forma, Peirano (2006:133) aponta para o etnocentrismo da perspectiva tipológica da cidadania apresentada por T. H. Marshall e seu caráter a-histórico, “como se o Estado Nacional se encontrasse em sua forma definitiva e o conceito de cidadania plena e categoricamente estabelecido”.

⁶⁶ POPÓ, Pedro. A eterna briga entre Cocão e Coió. Há seis décadas grupos rivais travam duelo por liderança. *Jornal Correio de Uberlândia*. 25 jun. 2006. Disponível em <http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2006/06/25/19237/a_eterna_briga_entre_cocao_e_coio.html>. A partir das eleições em 1984, uma candidatura caracterizada de esquerda, do PMDB, que teve como bandeira a Administração Participativa, emerge defendendo uma independência e distanciamento destes grupos que, no entanto, é contestado pelo autor da reportagem ao mobilizar a genealogia simultaneamente familiar e política do referido candidato. Contemporaneamente, os *cocões* defrontam-se majoritariamente com candidatos locais do PT que tem, naquele candidato do PMDB, sua referência para reivindicação de uma participação popular nas políticas locais.

⁶⁷ Nos termos de que a linguagem usual não é qualitativamente diferente da linguagem da magia, como propôs Stanley Tambiah citado por Peirano (2001). Nestes termos, a noção de *eficácia* reconhecida por Mauss (2003b) ao unir atos e representações, bem como as noções de crença, força e poder mágicos fundidos no *mana* (a verdadeira eficácia das coisas), é trazida por Tambiah (1985) para propor a eficácia que deriva de atos performativos em ritos e eventos.

Processo 61, Jaci de Assis atribui a idéia de *desmantelo* à situação em que se encontra o município indicada pelas reivindicações.

Senhores Vereadores:

Do alto pôsto, a que me elevastes numa honrosa e expressiva unanimidade, venho acompanhando vossa dedicação e vosso trabalho em favor da causa publica.

Afastadas as divergências partidárias, decorrentes da luta eleitoral, e todos já agora unificados em tôrno de um unico proposito, vossa ação tem sido norteada pelo desejo de servir ao povo. Posso afiançar o vosso interêsse pelas coisas de Uberlândia e a ansiedade em buscar soluções para os seus diversos problemas.

Todos porém estivémos á margem da administração e o mesmo acontece com o ilustre prefeito, sr. José Fonseca e Silva, cuja preocupação de realmente construir eu pôsso testemunhar, pois com ele tenho estado em permanente contacto.

Os que viémos das oposições, desconhecemos as coisas do municipio , pois tudo foi sempre procrastinado ao povo pelos detentores do podêr, durante a noite tragica da ditadura; os que caminharam para esta casa, vindo do que a ditadura criou encontram-se na mesma situação, pois aos proprios amigos negavam os prefeitos a exata realidade. Estamos todos, portanto, Tateando. O conhecimento da situação financeira da Prefeitura está nos chegando ás mãos através de informações esparsas do Executivo.

Os multiplas e complexos problemas do municipio, em todos os setôres, estão desafiando nossa argucia. Quasi tudo está por fazer, e o que foi feito, infelizmente, sem orientação tecnica e apenas com intuitos politicos, carece de reconstrução quasi total. [...] Não podemos traçar um plano de recuperação do municipio, de reconstrução e de articulação, sem estarmos inteiramente ao par de todos os problemas, em suas minuncias.

Para que possamos realizar, de conjunto, um trabalho dessa natureza, será preciso que a Camara se transforme em uma grande comissão de inquerito, repartida em diversas comissões, estudando todos os assuntos, coligindo os erros e as causas desses erros, sugerindo os remedios. [...] Carecemos estudar as causas, as origens e as consequencias de todos os problemas do municipio, inquirir o povo e as Associações de classe, ouvir a palavra dos homens de Uberlandia, realizando um imenso inquerito coletivo, para depois nortear nosso trabalho de reconstrução e construção. [...]

E será, harmonizando a sua mensagem com os relatórios das comissões, que a Camara Municipal ficará tendo em suas mãos o maior, o mais completo, o melhor material para poder então legislar e organizar a vida do municipio – depois do desmantelo e da desorganização a que foi lançada, durante tantos anos.

Com o proposito de auxiliar esta ação, sem que neste meu gesto possais ver senão a vontade de colaborar numa obra administrativa que marque nossa passagem por esta Casa, formulo algumas sugestões, para as quais solicito a honra de vosso estudo.

Sois testemunha de que, como presidente, meu trabalho tem sido apenas no sentido de orientar e afastar divergências, criar um clima de confiança e de respeito, manter o prestigio da Camara perante a opinião publica.

Nunca expressei minha opinião pessoal para com vossas deliberações, timbrando em deixar sempre ao vosso esclarecido critério e elevado patriotismo a solução dos assuntos aqui debatidos. É ainda com este mesmo proposito que formulo as sugestões, que passo a ler e que o vosso discernimento saberá apreciar com justiça [...]

Estas comissões, presididas por um dos vereadores, e compóstas de elementos de valor do município, convidados pela Camara, realizarão um inquerito completo, exaustivo mesmo, ouvindo o povo, as Associações de classe as autoridades, todos enfim que desejarem colaborar neste serviço de alto merecimento[sic]⁶⁸.

A presença de outras funções da linguagem propostas por Jakobson (s/d), nesse discurso, para além da referencial no sentido da mera transmissão de informações que

⁶⁸ Processo nº. 61. De 27.01.1948. Proposição apresentada pelo Presidente da Câmara, Jacy de Assis, em 24.01.1948.

justifiquem as comissões, pode nos indicar as disputas em jogo e entender a força da entrada desse ator nos novos andamentos do Processo. Embora haja prevalência da função conativa, cuja orientação, nos termos de Jakobson (ibid), é centrada nos destinatários com o objetivo de influenciá-los, convencê-los por meio da sugestão para as comissões (*Urge, Carecemos, formulo, sugiro.*), há também a participação importante da função poética, pondo em evidência a forma da mensagem, valorizando as palavras e suas combinações. Percebe-se que há uma preocupação com o "como dizer".

Embora o discurso seja apreendido em texto-documento e através dele não seja possível captar os efeitos de sua configuração fonológica, podemos identificar na sua abertura um efeito da orientação simultânea ao emissor e destinatário que será relevante para a configuração do *interesse público*, do *povo*. Como nos propõe Jakobson (ibid), falar implica em seleção de um signo em lugar de outro, por semelhança ou dessemelhança, e combinação pela conexão com outros signos no interior da sequência da fala. Assim, a frase de abertura do discurso, *Do alto posto a que me elevastes numa honrosa e expressiva unanimidade(...)* seguida de *Todos, porém, sempre estivemos à margem (...)*, operam por meio de uma seleção do signo equivalente *me* em lugar de *eu*, equivalentes mas ao mesmo tempo diferentes porque o segundo requer a combinação com o verbo *elevastes* que suprime o pronome *vós*. Assim, ao mesmo tempo em que destaca sua posição enquanto Presidente da Câmara sem a necessidade de mencioná-la, coloca-o como um igual, numa operação que leva-o a posteriormente incluir-se entre seus destinatários como *Todos*, empregado em lugar de *nós*, como se discursasse para os demais vereadores e para si mesmo. Assim, ao longo do discurso reitera constantemente seu pertencimento ao *nós*, que o vincula ao desejo de servir ao povo, associado àqueles a quem se dirige mas a quem também pertence.

Por meio desta operação, o Presidente da Câmara coloca *todos*, inclusive os vereadores do partido fundado por Vargas, PSD, sob a mesma condição, tateando em meio à *escuridão* administrativa e legislativa deixada pela *noite trágica da ditadura*. Por meio da função poética seleciona estes qualificativos que, combinados, fornece-lhes um interpretante (Peirce, 1955) para os problemas da cidade, a *noite trágica da ditadura*, diferente daqueles apresentados pelos vereadores do PSD. Este interpretante, por sua vez, lhe permite selecionar e combinar *noite, escuridão* a *Comissão de Inquérito* que poderia *iluminar* a *noite/escuridão* para os rumos da reconstrução, dando especificidade à *Comissão Especial* que os vereadores do PSD propuseram.

É também o lugar de fala de Jaci de Assis que lhe possibilita a felicidade (Austin, 19620 de seus pronunciamentos pois, *Inquérito* implica em investigação de algo ainda

obsuro, o que exigiria uma ginástica discursiva dos vereadores do PSD, a quem é associada a ditadura, para justificar a investigação de seus próprios partidários. Desenvolvimento, que então qualificava a causa dos problemas para os vereadores do PSD, para os quais a solução era o *planejamento*, passava, então, a ser uma condição futura, a qual dependia de *planejamento*.

O Processo segue acompanhado de várias reportagens de jornais locais que apresentam-se como interlocutores externos privilegiados da Câmara em suas realizações, seja para publicações de suas leis, seja para criticar ou, na maioria das vezes referendar suas realizações. Para além do leitor, os jornais têm a Câmara Municipal como destinatário privilegiado de suas mensagens, nas quais prevalecem uma função conativa (Jakobson, *ibid*), buscando influenciar as decisões legislativas. Afirmam a importância das Comissões de Inquérito para levantamento dos problemas que possibilite um *plano geral de ordem técnica e racional* e, por isso, supostamente a-político, atribuindo a idéia de improvisado a todas as ações administrativas anteriores que não tinham como foco um *plano* que orientassem as ações atuais e futuras. Ressaltando a filiação política de Jaci de Assis à UDN, as reportagens comprometem-se com a linha de conduta desse grupo político, conclamando pela rápida e efetiva instauração das Comissões e a participação do povo, para que os trabalhos resultem num “espelho atual de nossa situação”⁶⁹.

Povo, nestas reportagens e na acepção do Presidente da Câmara apresentada logo acima, implica ao mesmo tempo um ser coletivo composto de indivíduos os quais serão supostamente beneficiados, bem como aqueles que comporão as comissões, seja a convite do Presidente da Câmara, seja por disposição própria. No primeiro caso, fazer parte de um ser coletivo implica em ter seus interesses supostamente mediados por representantes de grupos como associações de classe, imprensa, clubes, estabelecimentos de ensino, “grupos, enfim, onde com mais facilidade se discute o interesse geral”⁷⁰. No segundo, ao mesmo tempo em que estes representantes pertencem ao ser coletivo, dele se destacam seja por características pessoais e profissionais, seja pelo pertencimento a um daqueles grupos, o que lhes confere um caráter especial na composição da figura de representantes dotados de *espírito público*, portanto, *do interesse público*:

“são todos homens de posição definida na sociedade, inteligentes e egrégios, de responsabilidade moral e profissional, embora a respeito de um ou de outro, muito poucos felizmente, seja lícito inquirir pelas demonstrações de seu espírito público. Sim, porque no caso de que tratamos o

⁶⁹ Processo nº. 61, de 27.01.1948. *Jornal Correio de Uberlândia*. Ano X, nr. 2328, de 27.01.1948.

⁷⁰ Processo nº. 61. *Jornal Correio de Uberlândia*. Ano XI, nr. 2360, de 13.03.1948.

*essencial é o espírito público, não obstante sejam também muito valiosas as qualidades de que dispõem e a que acima aludimos*⁷¹.

Em outra reportagem o editor insta a Câmara Municipal à urgência da designação dos membros da comissão, para que se possa completar o quadro nacional de planejamento que se esboça em sua mensagem por meios icônicos em âmbito estadual com o governador Milton Campos e federal com o presidente Dutra, unindo o povo de Uberlândia à nação.

Que é das Comissões?

Há vários dias o Sr. Jaci de Assis aventou na Camara a idéia de se nomearem diversas comissões de estudos, com a finalidade de se estabelecer um planejamento para a solução de nossos problemas mais urgentes e com bases futuras de maior envergadura. Todo mundo aplaudiu a lembrança, pois em nada poderia ser melhor, desde que se quisesse realmente executar um trabalho útil ao povo. [...]

Minas Gerais parece já ter saído do marasmo em que se debruçara pelos séculos que decorreram desde o seu povoamento. Milton Soares Campos vem de encontrar um caminho seguro, organizando um plano que já se executa e deverá servir de base a empreendimentos mais avançados de nossa parte. O Governo Federal, por sua vez estuda um plano de trabalho - o SALTE, palavra que exprime Saúde, Alimentação, Trabalho e Energia, alicerce de toda e qualquer nação que se quer projetar no concerto universal, estruturando antes a raça.

*Uberlândia, que é o município, tem de completar, e o quanto antes, o quadro que se esboça pela Federação e pelo Estado, organizando também o seu plano de trabalho, conjugado, na medida do possível, com os dois outros. Mas para isso o primeiro passo seria a indicação dos nomes que comporiam as Comissões [...] Não tarde a Câmara em assunto de tamanha importância. O povo está ansioso pela solução de seus problemas [sic]*⁷².

Dentre as várias comissões propostas encontra-se a *Comissão de Urbanismo*, com o objetivo de estudar todos os problemas da cidade e ainda “o Plano Diretor da Cidade e das vilas tendo em vista a sistematização, o embelezamento e a extensão da cidade”⁷³. Como resultado é publicado um relatório que amplia e intensifica a força das reivindicações, mas sob novas interpretações, através das quais buscam legitimar a necessidade da Planta Cadastral e Plano Urbanístico ao tomar a cidade de São Paulo como interpretante do uso desses mecanismos para a definição dos rumos do desenvolvimento.

À sequência dos documentos inseridos nestes Processos, composta por proposição, relatórios, reportagens de jornais, soma-se o parecer favorável ao Projeto de Lei que autoriza ao Prefeito a contratação de órgão para a confecção da Planta Cadastral⁷⁴. Em um conjunto de redundâncias composto pelos signos verbais, estes documentos organizados em um único Processo legitimam as investigações por meio da relação indivíduo-grupo-povo associada aos

⁷¹ Processo nº. 61, de 27.01.1948. Jornal *O Repórter*. 12.03.1948.

⁷² Processo nº. 61, de 27.01.1948. Jornal *Correio de Uberlândia*. Ano XI, nr. 2342, de 17.02.1948.

⁷³ Processo nº. 61. De 27.01.1948. Proposição apresentada pelo Presidente da Câmara, Jacy de Assis, em 24.01.1948.

⁷⁴ Processo nº. 124, de 06.07.1948.

integrantes das Comissões, ao mesmo tempo em que legitimam os resultados das próprias investigações por sua caracterização puramente referencial como refletindo a “situação em que se encontra nossa cidade”. Esse duplo movimento possibilita que a confecção da Planta Cadastral e do Plano Diretor ou Plano de Urbanização seja, ao final, interpretada como de *necessidade pública* eliminando as ambigüidades, ausências e contradições reveladas entre as reivindicações apresentadas nos abaixo-assinados e a necessidade do Plano, significando-o, dessa forma como de *interesse público*.

Como nos propõe Peirce (1955), um signo pode significar a partir de aspectos variados ou segundo diferentes preceitos explicativos. A entrada de novos sujeitos nas discussões relativas aos Processos n.º. 15, dos abaixo-assinados, e do Processo n.º. 61, de proposição das Comissões de Inquérito, referendadas pelas reportagens de jornais que compõem estes Processos, possibilita uma caracterização dos problemas da cidade a partir dos diferentes preceitos explicativos que estão em jogo apresentados pelos diferentes atores.

Tal caracterização toma rumos não anunciados nos abaixo-assinados, a partir de disputas em torno de uma versão das “razões de fato” para os problemas que a cidade apresenta naquele contexto, e se dá em meio a um conjunto de hierarquizações e posições entre os sujeitos que dialogam e disputam em torno dessas caracterizações, no interior das quais a própria noção de cidadania está em jogo e adquire diferentes significações. Nesse processo, as reivindicações ganham eficácia a partir do modo como os atores entram em relação com um Terceiro, o Presidente da Câmara Jaci de Assis, eleito no pleito pós-Estado Novo, pertencente à UDN, partido contrário a Vargas, fundamento último das negociações a respeito das reivindicações apresentadas nos abaixo-assinados, tal seu poder político, econômico, social e simbólico no contexto pós-Estado Novo⁷⁵. É a partir do estabelecimento de vínculo com esse ator político pertencente ao grupo local contrário à ditadura Vargas que as reivindicações ganham força pela interpretação que este lhes dá concernentes ao contexto político à época. Como resultado, os problemas apresentados nas reivindicações que eram, para o grupo pertencente ao partido fundado por Vargas, índices do desenvolvimento já alcançado pela cidade são, para o representante da UDN diretamente envolvido nas disputas, índice dos problemas decorrentes da administração local vinculada a Vargas. Desenvolvimento passou a ser tomado, então, como ícone de uma situação futura.

⁷⁵ Jaci de Assis foi deputado estadual em Goiás e forte opositor a Pedro Ludovico, o interventor do Estado nomeado após a “Revolução de Trinta”. Temendo perseguição política mudou-se para Uberlândia em 1937 atuando como advogado e assinou o Manifesto dos Mineiros contra a Ditadura Vargas. Além de vereador, foi fundador da Faculdade de Direito, contribuindo posteriormente para a criação da Universidade Federal de Uberlândia, que conta com um grande acervo do jurista em sua biblioteca, além de nomear a Faculdade de Direito, uma escola municipal e o presídio da cidade.

A despeito do contexto nacional em que planejamento emergia como estratégia para resolver o caos urbano gerado pelo crescimento econômico, como apontei no capítulo I, os diferentes atores envolvidos lhes dão significações próprias e por vezes diferentes. A prevalência de uma ou de outra estando também associada à força de seus atos de fala nas negociações em que são postos em questão.

O movimento espiralar dessa caracterização faz com que a idéia de cidadania estreitamente vinculada à noção de pertencimento à cidade como *cidadinos* seja associada à de pertencimento ao povo, entendido simultaneamente e paradoxalmente como pertencimento a um coletivo indiferenciado, a um grupo local e a características pessoais e profissionais daqueles que supostamente defendem os interesses do povo. É esse movimento, que redundando na noção de *interesse público*, que terá efeitos, não previstos nos abaixo-assinados, na reivindicação de territórios da cidade por meio do Plano de Urbanização de que resultam as Comissões. Sua força enquanto instrumento para ação pública, no entanto, não estaria limitada a uma função referencial da linguagem nele presente, mas no uso motivado dos signos que compõem o Plano de Urbanização e a Planta Cadastral, na transferência de propriedades, valores e poderes e na mobilização de interpretantes específicos do contexto do planejamento urbano internacional.

2.2. O plano

Elaborada a Planta Cadastral pelo Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, o Plano de Urbanização dela originado é entregue em março de 1954 à Câmara Municipal. Inseridos nos atos da Câmara na sequência catalográfica de Processos⁷⁶ e Atas, Planta e Plano são apresentados em um relatório acompanhado de uma minuta de sua entrega ao Prefeito e, outra, de entrega ao Presidente da Câmara. Compõe-se de uma introdução na qual o Engenheiro responsável, Otávio Roscoe, faz uma breve descrição da cidade de Uberlândia e as razões da necessidade do plano, através da qual retoma desenvolvimento como signo interpretante da situação da cidade àquela época, utilizando-o em meio à função poética da linguagem ao empregar recursos de metonímia, personificação, qualificativos e superlativos que suplementam a própria mensagem e redundam no signo do desenvolvimento.

⁷⁶ Processo nº. 816, de 16.03.1954.

“A jovem e progressista cidade triangulina representa autentico orgulho da terra e da gente brasileiras. Possui as características de grande Urbe, tais a sua fisionomia e ritmo trepidante de sua vida.

O desenvolvimento surpreende e ultrapassa qualquer expectativa, com surto de progresso que se apóia na visão, no descortínio e no entusiasmo de seus filhos. O futuro e suas possibilidades de evolução, é impossível prevêê-los. A necessidade, portanto, de se elaborar o plano de expansão para a cidade se fazia sentir de forma imperiosa” “O surto formidável de desenvolvimento repentino dessa cidade, de seu comércio e indústria, e conseqüentemente o acréscimo de transporte vem criando problemas que precisam de ser encarados de frente” [sic] (Roscoe, 1954:01-08).

À introdução segue-se o relatório da Planta Cadastral e do Plano de Urbanização. Planta Cadastral e Plano de Urbanização são instrumentos de regulação do espaço urbano mutuamente referenciados, compostos por relatórios e mapas também mutuamente referenciados, sendo, dessa forma, cada um deles signos de dupla natureza, verbal e não verbal. Num escrutínio da cidade, a Planta Cadastral tomada pelo relator da Comissão de Urbanismo como “espelho atual de nossa situação”, atua como *ícone*, por uma similaridade com o território da cidade, sua imagem fiel no presente, revelando o ponto de partida do Plano de Urbanização que, por sua vez, estreitamente atrelado à Planta Cadastral, age como *ícone* de uma condição futura que se quer para a cidade, antecipando uma realidade espacial.

“É urgente e necessário para melhor se legislar sobre melhoramentos urbanos a elaboração de planta cadastral da cidade de Uberlândia. (...)A planta cadastral contém com detalhes não só a altimetria e planimetria, mas também todos os seus prédios, lotes vagos, declividades das ruas, etc. (...) O plano diretor e o plano urbanístico só poderão ser elaborados definitivamente depois de pronta a planta cadastral, pois só ela fornecerá os defeitos a corrigir e os problemas a resolver (...) Nessa planta serão representados os arruamentos, praças, edificações, cursos d’água, lagos, estradas de ferro e de rodagem, pontos, iluminação, cemitérios, etc.”⁷⁷.

Estes signos aparecem no relatório da Planta Cadastral e do Plano de Urbanização⁷⁸ por meio de elaborações peculiares. O trecho relativo à Planta Cadastral compõe-se de uma linguagem quase ininteligível ao antropólogo(a) ou ao cidadão comum que consulta o Plano no Arquivo Público, não versados no conhecimento da engenharia civil e arquitetura. *Triangulação e poligonação como medidas de base compostas a partir dos vértices instaurados com estacas pela cidade para regulação da superfície e para cobrir totalmente a área urbana da cidade*, são remetidas às Plantas confeccionadas, ou mapas. A apresentação

⁷⁷ Processo nº. 61, de 27.01.1948. Relatório Geral do Vereador Enoque Caldeira Paiva, Presidente da Comissão de Inquérito e Urbanismo. Publicado em *Jornal Correio de Uberlândia*, de 10.07.1948.

⁷⁸ Roscoe, Octávio. 1954. Relatório do Plano de Urbanização de Uberlândia e Planta Cadastral de Uberlândia. Processo nº. 816, de 16.03.1954.

das plantas separadas do relatório remete à própria imagem da cidade, pela natureza imitativa que a compõe enquanto *ícone* da mesma. No entanto, associadas ao relatório da Planta, é constituída enquanto realidade factual, inquestionável de interpretações diferentes daquelas que nela se apresentam pela natureza referencial que, através do uso da linguagem técnica pretende fixar, tornando-a fonte importante para reivindicação desses espaços enquanto territórios de *interesse público*, como demonstrarei adiante.

Analisando o papel da cartografia na reivindicação e controle de territórios, Little (1996) relata-nos como a introdução da noção de perspectiva, de técnicas de escala matemática e de coordenadas globais deram aos mapas uma face manifestamente científica que postula uma representação objetiva do mundo. Esta exerce papel significativo no uso dos mapas como armas de poder no controle dos territórios, seja como modelos de um território já constituído, seja como modelos para sua consolidação, antecipando uma realidade espacial.

O plano de urbanização, por sua vez, atrelado ao relatório da planta remete à condição futura, por seu caráter incompleto, orientado para a mudança. Esta, por outro lado requer um *símbolo* que a oriente de modo universal e reconhecido pelo pensamento abstrato, o movimento *City Planning* norte-americano.

“Ao iniciarmos esta exposição na parte que nos foi dado fazer, relativamente ao plano de urbanização de Uberlândia, será interessante recordar as palavras cheias de esperanças e de beleza do líder do movimento “City Planning”, dos EE. UU. Da América do Norte, Daniel C. Burham:

‘Não façamos planos pequenos; eles não têm o mágico poder de animar o espírito dos homens e provavelmente não seriam nunca realizados. Façamos grandes planos, ponhamos o espírito elevado e esperança no trabalho, recordando que o nobre e lógico programa, uma vez traçado, nunca morre, que será depois de nossa ausência, uma coisa viva, confirmada sempre com crescente insistência. Recordamos que nossos filhos farão as coisas que a nós fizeram vacilar. Roguemos para que sua divisa seja a ordem e seu guia a beleza’

O desenvolver do movimento urbanístico norte-americano e o apoio que o seu povo lhe empresta, são do conhecimento geral e dispensam comentários” (Roscoe, 1954:04).

Mais do que uma mera associação de idéias do *City Planning* ao Plano de Urbanização de Uberlândia, proponho que aí ocorre uma transferência de propriedades que tem no agente, o engenheiro que o realiza, o poder de mobilizar tais propriedades e transferi-las daquele *movimento* para o Plano de Uberlândia.

Predominando as funções referencial e conativa da linguagem no relatório, o Engenheiro complementa-as e imprime força ilocucionária (Austin, 1962) à sua mensagem por meio da função poética (Jakobson, *ibid*), ao usar de termos rebuscados, personificação da cidade e ao remeter a interpretantes que circulam nos níveis nacional (o “animador progresso observado em todas as cidades brasileiras”) e internacional (o representante do movimento

City Planning; às opções relativas ao planejamento nos Estados Unidos). Estes interpretantes desta forma, conferem força à elaboração da idéia de *coletividade* que segue imediatamente à transferência de propriedades do *City Planning* ao Plano de Uberlândia.

“Planejamos um trabalho de conjunto, sem nos determos no exame de problemas locais ou interesses de cada parte. Isto constituiria árdua e infrutífera tarefa, visto ser impraticável conciliar os objetivos de todos, que se chocam entre si. Um plano de urbanização é trabalho que diz respeito à coletividade e não poderá, portanto, ser subordinado às injunções particulares. Qualquer rumo que se lhe dê, fugindo à rotina, provocará indubitavelmente celeuma e má vontade, por parte de muitos (...) É o mal de que precisamos fugir, procurando tão somente consultar os altos interesses da população, geralmente incompatíveis com os individuais (...) Em empreendimento de tal transcendência, temos de contar com homens verdadeiramente patriotas, que não dêem ouvidos aos derrotistas e jacobinos, que, com sua demagogia, tanto mal têm causado ao país (...) Tem-se-nos facultado observar, o que causa justificada alegria, que a população de Uberlândia acompanha com interesse e entusiasmo este movimento, deixando-se contaminar pelo desejo de colaboração para o engrandecimento da cidade. São todos unânimes em confiar na ação e na força que emanam do plano e na capacidade de transformação de seus valores naturais[sic] (Ibid, p.05-06).

Coletividade é, então, apresentada não como um conjunto de crenças comuns em torno do plano, mas como algo acima dos diferentes posicionamentos em face do Plano já previsto pelo engenheiro, constituído a partir dos diferentes interpretantes que lhe dão forma. Apesar do “mágico poder de animar o espírito dos homens” de que passa a ser dotado, o Plano de Urbanização, na acepção do engenheiro, depende de que seu *espírito* seja animado pela conquista da opinião pública.

“Convém que todos se empolguem pelos ideais que estão sintetizados no vasto programa. Qualquer idéia atirada em terreno estéril, estiola e morre, não passando além de projeto. Impõe-se portanto a formação de ambiente favorável à conquista da opinião pública, promovendo-se campanha entusiástica pela qual se venha interessar nosso povo” [sic] (Ibid, p. 06).

Enquanto relatório técnico elaborado por um especialista, surpreendeu-me que quatro páginas seguidas do Plano fossem dedicadas à “conquista da opinião pública”, à “situação do Brasil em face do urbanismo no Brasil” e à “urgência das iniciativas”, para só então adentrar ao “funcionamento do plano”. Mais do que relatar, descrever o planejado, o relatório instrui a ação de seu destinatário para a construção de um “governo eficiente”, marcada pela ligação com a ação urbanística internacional, com uma tendência nacional, e pela “energia e decisão”, para com aqueles que governam, na implementação do Plano. Deste modo, sua mensagem combina uma paradoxal existência de unanimidade em torno do Plano com a existência de interesses particulares contrários a ele na construção da idéia de *coletividade*. A solução para

esse paradoxo é então, a conquista da “opinião pública”, a técnica e bases racionais do plano, apontados como meios para superação dos obstáculos com “energia e decisão”.

“Urgência das Iniciativas

Com a valorização da propriedades as desapropriações para solução dos problemas que vem surgindo dia a dia, tornam-se inexequíveis. Por isso mesmo a questão deve ser encarada com energia e decisão, pois quanto mais as relegarmos, mais difíceis se nos tornarão. O programa é a preparação de plano para a cidade, contornando os maiores obstáculos, aliando a técnica às possibilidades de realização, com vista prática e objetiva, em bases racionais, tendo-se em mira assegurar a saúde, segurança, condições de trabalho e bem-estar em geral” [sic] (Ibid, p. 07).

A partir de então, o plano segue com as proposições, com cinco pontos centrais, tráfego, urbanização, zoneamento, arborização e seção técnica, numa linguagem que, puramente referencial, por vezes remete ao “ideal da técnica urbanística moderna norte-americana”, reiterando desenvolvimento como signo interpretante para as proposições. Entre seus pontos mais destacados encontram-se aqueles que se dirigem aos territórios aqui estudados, córregos urbanos e rio Uberabinha, prevendo a canalização dos primeiros para veiculação do zoneamento da cidade, criando “avenidas de desafogo” para o tráfego, que cruzariam a cidade em todos os seus pontos cardeais, separando avenidas de circulação motorizada e ruas de socialização.

No rio Uberabinha, o Engenheiro destaca o “ponto de relevo” do Plano “que oferecerá magnífico ambiente sob o ponto de vista paisagístico”, prevendo uma avenida marginal ao rio, com faixa gramada e arborizada. Nele combinava em uma só obra duas das grandes funções urbanas, circulação e cultivo do corpo e espírito, propostas pela Carta de Atenas de 1933, símbolo do planejamento modernista que influenciou o planejamento urbano internacional especialmente no pós-Segunda Guerra, inclusive o *City Planning* norte-americano (Temer, 2001; Harvey, 2009), signo interpretante primordial do engenheiro Otávio Roscoe para o Plano de Urbanização de Uberlândia.

Entregue em 1954 à Câmara Municipal, o plano é aprovado em 1956 sem nenhuma discussão em plenário, num indicativo de um certo consenso em torno do mesmo. O entendimento de Villaça (1999) de que o planejamento urbano nos moldes do *City Planning* tem o planejamento como *processo* e o plano como sua *expressão material orientadora* nos ajuda a entender os trabalhos que mencionam este Plano de Uberlândia mas nos levam a novos apontamentos. Em geral, estes trabalhos questionam a força do Plano por não ter sido implantado na íntegra, com algumas das obras previstas tendo sido realizadas nas décadas de 1970 e 1980, além de não ter sido capaz de disciplinar o crescimento da cidade, ficando

sujeito à especulação imobiliária. Trata-se de não confundir plano com planejamento, como nos propõe Villaça (1999).

O *Plano de Urbanização* de Uberlândia condensa uma série de disputas em torno dos valores e visões de mundo dos atores envolvidos na elaboração da necessidade do *Plano*, transferindo para um Terceiro, o engenheiro responsável por sua elaboração, a garantia do significado do Plano. Nestas disputas, os atos de fala têm importância significativa nas negociações, a depender da *força ilocucionária* neles presente e de sua *felicidade* (Austin, 1962) face aos demais, algo que envolve uma série de injunções, como o lugar social dos falantes, o contexto e a adequação dos signos utilizados que têm papel crucial nos rumos da disputa. Entre as disputas em torno dos problemas que a cidade apresentava no fim do Estado Novo e a entrega do Plano à Câmara Municipal percebe-se a dimensão de construtividade em torno das significações dos problemas urbanos e de suas soluções que estão estreitamente relacionadas aos aspectos pragmáticos das transações verbais entre os atores em disputa.

Significado o Plano a partir da transferência de propriedades que nele se realiza e pelo uso das noções de *desenvolvimento* e *coletividade* enquanto signos interpretantes, o *Plano* torna-se expressão material orientadora do planejamento, tal como nos propõe Villaça (1999), instrumento para a ação dos governos a partir de então, fornecendo-lhes um relato autorizado para as obras públicas neles previstas. O planejamento daí decorrente, ou seja, o processo, segundo Villaça (ibid), entra novamente em uma série de injunções nas quais os atores envolvidos defrontam-se a partir de caracterizações fundamentais nas disputas pelos territórios aos quais as obras previstas no Plano são destinadas.

Neste processo, a antecipação de uma realidade espacial mediante o *Plano de Urbanização*, busca conferir à cidade e, especificamente às áreas aqui estudadas, uma visão de mundo marcadamente desenvolvimentista, constituindo-a enquanto cosmografia, cuja busca por consolidação está imersa em disputas em torno da caracterização das pessoas que habitam esses territórios.

2.3. Trator e polícia x espingarda na disputa pelos territórios urbanos: a *favela*.

Larissa: *Quando o senhor veio pra cá Sr. Luís... parece que havia muitas casas aqui na beira do rio, era isso mesmo?*

Sr. Luís: *Tinha uma favela ali... Era uma espécie de uma favela no caso né?... Posto que era uma favela do lado de lá e do lado de lá. Teve um prefeito aqui em Uberlândia que mandou destruir tudo, eu não quero é falar o nome da pessoa, do Prefeito viu? Mandou rancar tudo, passar trator por cima, desmanchou tudo.*

Larissa: *Mas o pessoal já tinha saído das casas?*

Sr. Luís: *Não querida, nããõ amor, ele passou foi o trator e mandou as pessoa sair de casa né? Pegou um indivíduo bem nesse local aqui assim onde eu tô e que tinha uma casinha lá e ele foi lá dentro puxou uma espingarda e falou pro tratorista que se ele entrasse com os trem lá tudo morria... mas não atirou no rapaz não.(...) é porque o prefeito queria esse local limpo, pra beneficiar o local né? Ele achava de outra forma, queria na base da estupidez ele poderia chegar assim e mandar nas pessoas no caso, né? [...] Mas... como eu disse pra cá e do lado de lá tinha uma favela e até a ponte do Vau, e as pessoa criava vaca, criava porco, e era uma coisa como se fosse uma fazenda né? As pessoas falava que era uma favela, né? (grifos meus).*

Favela é um termo corrente no Brasil desde os anos 1920. Valladares (2005), procurando entender o processo de construção social das representações sobre a *favela*, aponta-nos que no século XIX, tanto na Europa quanto no Rio de Janeiro, os chamados *cortiços* eram considerados espaços da pobreza, alvo de intensas campanhas de remoção e extinção, especialmente com a implantação, no Rio de Janeiro, de um plano de reforma urbana, realizado pelo prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, de cunho higienista, inspirado nos princípios de *melhoramento* e *embelezamento* do urbanismo francês do Barão de Haussmann.

A problemática relativa aos *cortiços* chamou a atenção para a *favela* como espaço que despontava como território da pobreza no Rio de Janeiro. De acordo com a autora, inicialmente a atenção voltou-se para o Morro da Providência, por sua ligação com a Guerra de Canudos, dada a instalação no Morro de seus antigos combatentes com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar salários atrasados. A associação do termo *favela* ao Morro deu-se em razão de existir em Canudos uma planta chamada *favella*, que deu o nome ao Morro da Favella, situado no município de Monte Santo na Bahia, base das operações do exército contra Canudos, planta também encontrada no Morro da Providência estendendo seu nome a ele e posteriormente aos demais morros no Rio de Janeiro.

O termo *favela* se generalizou, de acordo com a autora, na segunda década do século XX, tendo contribuído para isso a difusão, no imaginário social, das representações acerca de

Canudos retratada na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Esta obra forneceu aos intelectuais do Rio de Janeiro à época um olhar, a partir de Canudos e do *sertão*, para as populações dos morros cariocas, centrado na idéia do “meio ecológico como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas populares como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade” (Valladares, 2005:36).

Em Uberlândia, os moradores das áreas às quais eram destinadas as obras previstas no *Plano de Urbanização* de 1954 e, recentemente, num *Projeto* para a promoção do desenvolvimento sustentável da cidade, estiveram sob constantes investidas de remoção por parte do poder público local, sustentadas em diferentes classificações desses moradores as quais se iniciaram com o termo *favelados*. Ao realizar a pesquisa no Arquivo Público Municipal, os trechos das falas do Sr. Luís em epígrafe ressoavam em minha consciência levando-me a questionamentos sobre em quê residia a força dessas classificações nas remoções dos moradores para implantação das obras previstas no Plano. Em minhas reflexões pairava uma certa dúvida sobre uma relação mecânica e direta entre *favela* e *remoção* e buscava entender de que modo essa relação se constituía, quais os atores envolvidos e em que contextos essa classificação teria eficácia, alcançando os efeitos esperados, na justificação para as remoções.

Em Uberlândia, as primeiras derivações do termo *favela* são encontradas no ano de 1954, a partir de um incidente em que chuvas torrenciais levaram ao soterramento de casas, desaparecimento e morte de pessoas que habitavam a Vila das Tabocas, localizada nas proximidades de um dos córregos da cidade, de mesmo nome da Vila. Uma disputa, então se estabeleceu na Câmara Municipal em relação à responsabilidade pelo ocorrido, deflagrada a partir da apresentação de uma *Moção de Pesar* às vítimas por um vereador da UDN e um *Projeto de Lei* pelo Prefeito (PSD) que previa auxílio às mesmas, ambos referindo-se a elas como “famílias pobres que perderam suas casas”, “famílias operárias”, “tratando-se de uma zona eminentemente operária”.

Acusando o poder público local de responsabilidade pelo ocorrido, referindo-a ao grupo político no poder à época, do PSD, o vereador propõe que o fato deveu-se à autorização da prefeitura para a construção das casas naquele local, sem urbanização e segurança, diante da qual um outro vereador do partido do prefeito saiu em sua defesa descrevendo as habitações existentes no local, as quais comparou, por um recurso metafórico de transferência de sentido “às casas de favelas existentes nos grandes centros”⁷⁹. Uma classificação que foi

⁷⁹ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata do dia 18.12.1954.

acrescida por um dos jornais locais, *Correio de Uberlândia*, de propriedade de um grupo político pertencente à UDN, que caracterizou a Vila das Tabocas como “um antro de vadiagem”:

Antro de vadiagem

Além da pobreza que impera em ‘Tabocas’, a vadiagem faz lá o seu reino. Homens fortes tocam viola, o dia inteiro enquanto mulheres magras, macilentas e esqueléticas, mendigam tostões que eles mesmos irão gastar em farras e cachaçadas ao rebolar dos sambas em chão-batido. Rara é a semana em que não ocorrem cenas de sangue em ‘Tabocas’ (...) Em ‘Tabocas’ a única lei é a peixeira. (...) É assim a ‘cidade dos párias’, favela uberlandense em franco e crescente desenvolvimento”⁸⁰.

Esta classificação indicou-me um delineamento, em Uberlândia, de um quadro semântico em torno desses moradores à essa época, em que determinados atores tomavam signos que circulavam no âmbito nacional, como o termo *favela*, como interpretantes para as questões locais, consolidando-os paulatinamente, mas de modo particular às injunções políticas locais. De acordo com Valladares (*ibid*), nessa mesma época, década de 1950, no Rio de Janeiro, temos um período marcado pela valorização da favela enquanto *comunidade*, no contexto do desenvolvimentismo e cooperação internacional de ajuda à pobreza, com grande influência das ações de Dom Helder Câmara e do padre e sociólogo Louis-Joseph Lebret, numa perspectiva diferenciada das remoções anteriores.

Em Uberlândia ainda ressoaria até o final da década de 1970 as representações da *favela* como “doença social” a ser “extirpada”, num indicativo da importância do contexto e das configurações locais para se analisar injunções decorrentes de processos que ocorrem simultaneamente em nível local e nacional. Essas associações aparecem de diversas formas e por diferentes atores, o que revela a dimensão de construtividade das classificações dos moradores das áreas aqui em estudo, num processo de *tipificação* que, segundo Crapanzano (1992), estabelece hierarquias e posições entre os sujeitos.

Retomando Peirce (1955), se um signo representa algo para alguém apenas quando em relação a um interpretante, *favela* e *favelado* são signos que circulam em um jogo complexo em que ser *favelado* para os jornais e o poder público local, implica em por vezes ser marginal, afeito à bebida, à violência, à vadiagem, à delinqüência, à mendicância, à especulação ilegal e indevida do espaço urbano, ou em ser pobre em razão de contingências da vida ou de limitações individuais. Estas tipificações tomam como interpretantes ora uma

⁸⁰ Tabocas – A cidade dos párias. Jornal *Correio de Uberlândia*, de 21.07.1955.

“psicologia” ou uma “moral do favelado”, ora as “condições estruturais da sociedade capitalista”.

Os discursos acerca da *favela* nesse período vão crescentemente se concentrando em torno desse segundo interpretante, que não exclui o primeiro, mas o engloba, sendo mobilizado nas falas dos atores promotores das remoções, especialmente quando procuram justificá-las tomando a favela como índice de problemas presentes ou futuros ou quando buscam justificar o não atendimento à totalidade dos moradores nos programas habitacionais existentes à época. Em ambos os casos são interpretados como uma doença, um mal para a qual desenvolvimento passa a ser ora a causa, ora a cura, ou, as duas coisas ao mesmo tempo.

Entre as décadas de 1960 e 1970 a cidade de Uberlândia quase duplica seu tamanho demograficamente, no bojo das políticas de crédito, extensão rural e transferência de capital e tecnologia dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, como nas políticas de “modernização da agricultura” do pacote da “Revolução Verde”, como opção para o desenvolvimento econômico, especialmente para o Cerrado, com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e, em Minas Gerais, com o Programa de Crédito Integrado (PCI), vinculado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) (Pessôa, 1982; Schneider, 1996; Oliveira, 1997; Miranda, 2003).

Em estreita relação com os processos de industrialização e urbanização, a “modernização da agricultura” tem sua expressão no privilegiamento da produção para a exportação e/ou produtos agroindustrializáveis. Essa relação se expressa em Uberlândia na implantação de sua Cidade Industrial (década de 1960), Distrito Industrial (década de 1970), na mecanização da agricultura, incorporação de novas terras para expansão da produção e redefinição de seu uso. Estes fatores convergiram para um grande êxodo rural na região do Triângulo Mineiro para Uberlândia, migrações de pequenas cidades da região e de cidades de outras regiões do país. Migrações que ocorreram em grande parte em razão da busca por empregos gerados na cidade em torno da indústria e setor de serviços, estando associado ao aumento da concentração de populações em diferentes espaços da cidade, especialmente as margens dos córregos e do rio Uberabinha, sendo vistos como novos focos de *favela*.

Nesse contexto, as *favelas* começam a ser enunciadas em contraposição à interpretação de Uberlândia como *cidade desenvolvida*. Essas associações entram em um jogo local ora como instrumento de enfrentamento dos adversários políticos, ora para enfrentamento de interpretações advindas de jornais de circulação nacional que “denegririam” a imagem de cidade *desenvolvida*, indicando a instabilidade das representações a respeito de cidade, que também giravam em torno das *favelas* que buscavam “erradicar”.

As tentativas de “erradicar”, “exterminar” as *favelas*, seguiram sendo uma prática comum a dois Prefeitos das duas frentes políticas à época, Arena 1 e Arena 2⁸¹, que se revezaram no poder entre os anos de 1967 a 1982 quando de suas buscas por implantação das obras previstas no *Plano de Urbanização*. As argumentações em torno destas práticas em sua relação com a implantação das obras do Plano alcançaram efeitos mais ou menos eficazes em face dos novos atores que entram em cena em favor daqueles classificados como *favelados*, levando a uma mudança na significação da ação de “extinção”, “erradicação” para “desfavelamento”. Para compreender esse deslocamento semântico analisarei alguns eventos descritos nos documentos levantados na pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal e no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia. Neles as remoções apareciam associadas à realização das obras previstas no *Plano de Urbanização* de 1954 para os locais onde estavam situadas as *favelas*.

2.3.1. Público ou humanitário?

As *favelas* em Uberlândia na década de 1970 eram localizadas em diversos pontos da cidade⁸². Tiveram atenção especial por parte do poder público as habitações localizadas às margens do Córrego São Pedro, cuja canalização estava prevista no *Plano de Urbanização* de 1954, dando origem a uma “avenida de desafogo” que corta o eixo leste-oeste da cidade, hoje uma de suas avenidas de maior fluxo de veículos. Além desta, havia as habitações localizadas nas imediações do Córrego Jataí, onde foi construído o maior Parque da cidade – Parque do Sabiá - e um estádio de futebol com capacidade para 50.000 pessoas, também previstos no *Plano*, ambos recorrentemente mobilizados como índices do desenvolvimento da cidade, compondo os cartões postais e diversos sites, institucionais⁸³ ou não. As habitações às margens do rio Uberabinha para o qual havia obra também prevista no *Plano*, e habitações às margens de outros córregos, foram e seguem sendo alvo de remoções, sob novas elaborações.

Em outubro de 1975, disputas em torno da validade de um pedido de empréstimo feito pelo prefeito à época, da Arena 2, para realização de obras na cidade, dentre elas a continuidade da canalização do Córrego São Pedro, levaram o prefeito à Câmara Municipal

⁸¹ Constitui-se de um desmembramento local dos grupos políticos que anteriormente eram filiados à UDN/Cocões e PSD/Coiós, como alternativa para manterem a distinção durante os governos militares.

⁸² No discurso oficial atual, mesmo os bairros com condições mais precárias em termos de equipamentos públicos raramente são enunciados como *favela*. *Bairros populares* é o termo mais usual.

⁸³ A exemplo disso ver <http://www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria.php?id_cg=149&id=17>

para “prestar esclarecimentos” a respeito do assunto. Sua presença na casa começa a ser debatida na sessão anterior nas quais um conjunto prévio de informações a respeito das remoções dos moradores começa a ser enunciado fornecendo os elos argumentativos entre as remoções e a validade ou não do empréstimo para as obras:

(...) sobre os afavelados das margens do rio Uberabinha, o que está acontecendo ali é de estarrecer! - A prefeitura notificou com um prazo bem grande para que eles se retirassem dali porque a Prefeitura precisava dos terrenos. - ...quando da construção da Avenida Rondon Pacheco a municipalidade encontrou os mesmos problemas com os afavelados que ali residiam. - “não tendo argumentos necessários para tirar dali aqueles pobres coitados usará o nome do Coronel do 36º BITZM e autoridades” (Vereador A.S. –Arena1)⁸⁴.

Na reunião seguinte, na qual o Prefeito esteve presente, a intensidade e tensão da disputa podem ser percebidas em Ata pela grande oscilação das funções da linguagem (Jakobson, 1971) presentes nas interações entre os vereadores e nas interpelações destes à platéia. Girando em torno do empréstimo, o fluxo do embate de argumentos tinha a finalidade de estabelecer, ou não, a adequação política, jurídica, normativa e moral das ações do Prefeito relacionadas às obras para as quais era feita a solicitação. Por vezes permeadas pela função referencial, especialmente aquelas em que os questionamentos apresentaram-se como pretensamente “neutros”, há ainda a presença marcante da função metalingüística em que, a partir do recurso à lei, procurava-se restabelecer o código que regula os termos dos temas discutidos ou, unindo a função metalingüística à conativa, buscava-se induzir o interlocutor a destacar elementos de sua própria fala que são usados na sequência para invalidar seus argumentos.

Fortemente marcadas pela função poética, as falas dos vereadores que questionam o prefeito usam de metáforas para sugerir diversas associações não diretamente relacionadas ao tema em questão, o empréstimo, mas a partir das quais buscam alcançar o efeito de invalidar sua proposição. Nestas metáforas, associações feitas em relação à pessoa do prefeito, à sua capacidade administrativa, à sua ética e moral, ou à sua filiação política, se comunista, em pleno regime militar, buscavam invalidá-lo sugerindo sua cassação. Dentre essas metáforas, as disputas em torno dos meios utilizados para remoção dos *favelados* aparecem e nos permitem evidenciar novos rumos que a temática da *favela* tomava:

Vereador A.S (Arena 1/UDN) – Sr. Prefeito, com relação ao caso que vivi nas margens do rio Uberabinha é que vossa excelência sem o mínimo de sentimento humanitário tenta por todos os meios tira-los daquele local sem nada lhes oferecer em troca a não ser o transporte porque vossa

⁸⁴ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Décima Sessão da Oitava Reunião Ordinária, de 30.10.1975, fl. 02.

excelência não os aloja em terrenos próprios do Município pois existe uma lei emanada do ex-prefeito Virgílio em que vossa excelência pode estribar.

Prefeito (Arena 2/PSD) – (...) vossa Excelência diz que talvez até brutalmente nos tiramos aqueles que estão na beira do Rio vossa excelência naturalmente justamente por entender que vossa excelência não quer fazer demagogia, justamente por entender que vossa excelência não quer fazer política, eu acho que seus sucessores ou fontes que vossa excelência foi buscar informações falharam, eu fui presentemente, eu estava lá o tempo todo o senhor vereador deve ter ficado uns noventa dias mais ou menos, porque nos começamos a tentar porque nos precisávamos daquela via porque é uma via pública e via pública é da prefeitura, nos temos obrigações de cuidar das coisas da municipalidade as terras das margens do rio Uberabinha são terrenos que constitui ruas os terrenos de servidão do poder público, mandamos uma primeira notificação que eles teriam que tomar providências de mudar, porque eles estavam mau situados, a primeira conversa que eu ouvi era que era terreno da marinha, evidentemente que era informação jogada ali por alguém que não entende o que é terreno de marinha, nos fizemos uma notificação, começamos noventa dias após mais ou menos, propuzemos fazer a mudança, dar algum pequeno auxílio que nunca foram dinheiro da prefeitura, foram auxílios de dinheiro que arranjamos com amigos, porque não tínhamos verba votada por esta casa para dar nada a ninguém e eu vou provar que a lei que vossa excelência citou não tinha verba não tinha autorização do legislativo para dar dinheiro para ninguém mas demos, e oferecemos emprego na prefeitura ou fora dela, oferecemos para aqueles mais necessitados que ficassem na ICASU por um determinado período até que a ICASU pudesse cuidar de sua situação. É tanto que nenhuma violência foi cometida que praticamente quase todos do lado de lá mudaram e praticamente do lado de cá quase todos, então temos hoje lá quarenta e nove casas, praticamente aqueles que entraram no foro [sic]”⁸⁵

Nesse trecho da disputa, dois componentes são fundamentais para seu entendimento: a ação central, a remoção, e seu efeito, o destino dos moradores. A metáfora utilizada pelo vereador para qualificar a remoção, “sem o mínimo de sentimento humanitário”, “por todos os meios” é proferida apoiando-se em ter “vivido” lá por cerca de noventa dias, como menciona o Prefeito, aproximando-o mais da *humanidade* dos moradores, por contraposição ao Prefeito. Seu pronunciamento tem por efeito a busca por parte do Prefeito da qualificação da remoção como *não violenta*, portanto, *não desumana*. Para isso, o Prefeito apóia-se numa ação passada, a remoção, cuja significação é sustentada no aspecto referencial do relato, por sua presença *in loco* durante a ação, a qual os demais vereadores, inclusive seu interlocutor imediato, não presenciaram: “eu fui presentemente, eu estava lá o tempo todo”. A ação é realizada após a presença *in loco* de seu interlocutor, cuja ausência confere um caráter de abertura à significação da ação realizada, a partir da qual o Prefeito mobiliza uma caracterização objetiva da ação central, a remoção, a partir de outras ações a ela relacionadas, como indicadoras da não violência pretendida.

Na construção das metáforas, ações que antecedem à remoção – e não propriamente a ação da remoção - são mobilizadas para qualificá-la: “propuzemos fazer a mudança...”, “demos[dinheiro]”. Na ausência do aspecto referencial relacionado ao efeito pretendido pelo Prefeito como próprio a cada ação “concordaram” e “aceitaram”, a caracterização objetiva do

⁸⁵ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Primeira Sessão da Nona Reunião Ordinária, de 03.11.1975, fls. 08-09.

efeito “praticamente quase todos do lado de lá mudaram e praticamente do lado de cá quase todos” pretende dar conta do *modo* da remoção sem explicitá-lo.

Caracterizada a remoção pelo prefeito, sua justificação pela enunciação do qualificativo de *público* para a reivindicação da posse da área, por sua vez, ao mesmo tempo em que se refere, sem a necessidade de mencioná-la, à exclusão daqueles que ali habitam e à exclusividade da posse *da prefeitura*, amalgamando ruas e margens do rio num, e único objeto da posse. Das cerca de duzentas casas removidas mencionadas pelo prefeito, restavam, ainda, quarenta e nove, cujos moradores, resguardados por uma ação judicial, eram ainda mais desqualificados em sua pretendida permanência na área por uma caracterização objetiva por meios metafóricos “é proprietário”, “tem dois lotes”, “é um verdadeiro latifundiário”, signos expressivos, indicadores da reivindicada legalidade da ação central, a remoção. A suposta propriedade privada, invalidando a ação dos moradores, validaria a remoção.

Restava ao vereador, então, qualificar o efeito enunciado da remoção, o destino dos moradores: “porque vossa excelência não os aloja em terrenos próprios do Município pois existe uma lei emanada do ex-prefeito Virgílio em que vossa excelência pode estribar” (Vereador A.S - Arena 1/UDN). Buscando restabelecer o código da questão em disputa, o Prefeito lê trechos da lei que previa a doação de “até o limite de 100 lotes dos terrenos pertencentes ao patrimônio municipal com a finalidade de alojamento dos afavelados” e prossegue:

Prefeito (Arena 2/PSD)– *A prefeitura não tem esses terrenos que vossa excelência pensa não (...) Agora eu pergunto um terreno no bairro Altamira é a mesma coisa que um terreno no bairro N.S. das Graças qual desses iria para o B. N. S. das Graças e qual desses iria para o B. Altamira.*

Vereador A.S (Arena 1/UDN) – *Vossa excelência poderia vender um terreno no B. Altamira e comprar um alquer de terra no Óleo*⁸⁶.

Prefeito (Arena 2/PSD) – (...) *mas é tempo de vossa excelência senhor vereador buscar resolver os problemas neste sentido lendo as pesquisas que foram feitas pela ICASU 90% deles responderá que estava morando ali porque era perto do centro, porque era perto das escolas, porque o lugar era saudável e porque tinha água perto se vossa excelência os mandasse para traz do Óleo eles não irão, eu garanto a vossa excelência.*⁸⁷

A alternativa apresentada pelo vereador, de doação de lotes torna-se, então, infeliz, nos termos de Austin (1962), por não alcançar o efeito desejado, o compromisso de doação dos lotes, ao ser invalidada pelo Prefeito por meio da função metalingüística, focalizando o código, ao apontar a ausência de regulamentação da lei que prevê as doações e por um aspecto

⁸⁶ Referindo-se a terras nas proximidades do Córrego do Óleo, localizado na região oeste da cidade, distante das margens do rio Uberabinha.

⁸⁷ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Primeira Sessão da Nona Reunião Ordinária, de 03.11.1975, fls. 08-09.

referencial impossibilitador das doações: a inexistência de terrenos suficientes para doação. A menção à pesquisa realizada junto aos moradores simultaneamente invalida a proposição do vereador e reforça a ação da remoção. Em termos metafóricos, sem a necessidade de mencioná-lo, para o Prefeito, ainda que houvesse terrenos suficientes, eram os moradores que não queriam sair, restando a remoção, por ser área *pública, da prefeitura*.

Estava circunstancialmente esgotado o campo semântico em torno da remoção. *Favelados*, antes entendidos como “vadios” e “violentos”, tomados aqui como “pobres coitados” com os quais deve-se agir com *humanidade* são removidos em prol do *público* do qual são excluídos. O Prefeito, em sua feliz caracterização da remoção pelas ações periféricas a ela, mas não a própria remoção, havia passado de realizador de uma ação *desumana* a defensor do *interesse público* através da remoção. Esta sendo, no relato do morador em epígrafe o próprio ato da derrubada da casa ou do barraco, a despeito da concordância ou não do morador, sendo o trator, para o morador, um índice do modo como a ação foi realizada, signo expressivo da ação violenta que o Prefeito pretendia negar.

A ação movida pelos moradores que permaneceram alcança ganho de causa em seu favor um ano mais tarde, quando assume o novo prefeito, da Arena 1 - UDN, dando ensejo a um novo evento e a uma ampliação do campo semântico em torno da *favela* e das remoções a partir de uma reportagem em jornal local.

2.3.2. Extinção ou desfavelamento?

Se o ganho de causa em favor dos moradores em princípio favoreceria sua permanência nessas áreas, as construções elaboradas pelos jornais e vereadores na Câmara Municipal a partir do início do mandato do novo Prefeito da Arena 1-UDN intensificam os aspectos pragmáticos de suas falas, incitando à ação “urgente” diante do temor do aumento do número de *favelas*, agora significado como objetivamente real em razão dos aspectos referenciais mobilizados para explicar suas origens e suas causas estruturais⁸⁸. A “crescente industrialização” e sua conseqüente “afluência de grande número de famílias”; a perda pelo ex-prefeito da ação na justiça “movida por favelados das margens do rio Uberabinha”; a “propaganda intensiva de uma suposta ou pretendida industrialização” como “elementos

⁸⁸ Veja: 1) Favelas: um desafio à capacidade uberlandense. In: Jornal *O Triângulo*, 21.03.1977; 2) O prefeito e as favelas. In: Jornal *O Triângulo*, 22.03.1977; 3) Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Terceira Sessão da Segunda Reunião Ordinária, de 21.03.1977.

geradores da habitação marginal” são o apoio referencial para novas justificativas da necessidade de remoção.

Começam a ser anunciadas, naquele contexto, ações no sentido de viabilizar a construção do Parque do Sabiá e do Estádio Municipal, ambos na região do Córrego Jataí onde habitava um grupo de moradores também tidos como *favelados*. Além dessas obras o término e reformas da canalização do Córrego São Pedro para conclusão da Av. Rondon Pacheco somam-se às demais obras previstas no *Plano de Urbanização* de 1954, configurando o contexto para novas remoções.⁸⁹

Em meio a um clima de “urgência” das remoções, novas formas de remoção são enunciadas a partir de uma experiência “exemplar” proposta pelo jornal local *O Triângulo* como *desfavelamento*, realizada na cidade de São José dos Campos. Uma situação similar à de Uberlândia é tomada como interpretante para a proposição de novas formas de remoção: um grande número de famílias ocupando uma área às margens de um córrego na zona central da cidade. Naquele caso, menciona a reportagem, a Prefeitura comprou os barracos dos moradores ao preço equivalente à construção de suas casas num local na periferia, para as quais a Prefeitura ofereceu plantas das casas e urbanizou com água, esgoto, energia elétrica, linha de ônibus e escola. Os barracos foram destruídos para canalização do córrego e construção de uma avenida que ligaria as regiões norte e sul da cidade⁹⁰.

Naquele momento estava ampliado o campo semântico sobre o *favelado* e a *remoção*, Antes tomada como *vadio*, *afeito à bebida*, *à mendicância*, *pobres coitados*, a noção de *favelado* passa a incluir a condição de *trabalhador do campo*, pertencente a um “exército industrial de reserva” atraído por empregos na cidade. A *favela*, no entanto, permanece como uma ameaça, numa condição ambígua entre “extirpação” de um “quisto social” e “desfavelamento”. *Extirpação* sendo entendida como remoção sem destino programado para os moradores que possivelmente poderia dar origem a novas favelas em outros locais. *Desfavelamento* visto como ação programada, caracterizada especialmente pelo destino certo dos moradores em um novo bairro na periferia. Frente à industrialização que fatalmente levaria ao aumento da população, caberia, para o autor da reportagem, conduzir os rumos da industrialização, da cidade e da população.

A ampliação desse campo semântico incorpora, então, a necessidade do *Plano Diretor* que em 1954 foi proposto como orientador da “expansão urbana” e agora passa a incluir “a programação industrial” e a “proteção da população contra os males da população que virá”.

⁸⁹ Processos n°. 3946, de 18.05.1977 e n°. 4100 de 17.03.1978.

⁹⁰ Favelas: um desafio à capacidade uberlandense. In: Jornal *O Triângulo*, 21.03.1977.

O Prefeito, de acordo com o jornal, deve ser o condutor da definição dos rumos da industrialização, como um Terceiro fundamental que define-os através de uma “conduta racionalizada” cujo quadro interpretativo é fornecido pelo Plano Diretor, instrumento para reivindicação das áreas nele previstas.

Chegado o fim do primeiro ano do mandato do Prefeito, estas construções são atualizadas e as elaborações em torno da necessidade de remoção se intensificam, incitando-o à ação. Tratava-se, no entanto, de um tipo específico de ação, realizada “como um coronel” justificada por uma “ausência de autoridade” do Prefeito⁹¹. A força ilocucionária dessas incitações apoia-se não em rumores, mas em elementos relacionados referencialmente aos efeitos da perda da ação judicial pelo Prefeito anterior.

A atribuição das favelas ao marketing da cidade para atrair novas indústrias começa a ganhar força a partir do ano de 1978 acentuando ainda mais o clima de urgência das remoções presente nos jornais locais e nas discussões na Câmara Municipal. As proposições de doação de lotes aos moradores das *favelas* tornam-se paulatinamente mais infelizes, nos termos de Austin (1962), sob a argumentação de que as doações atrairiam mais *favelados* para a cidade, tornando-a “uma das maiores favelas do país”. Uma alternativa à favela e à atração de *favelados* começa a ser enunciada a partir da divulgação de um trabalho realizado pelo Secretário da Câmara Municipal à época, Dorivaldo Alves do Nascimento, do partido do prefeito, Arena 1 - UDN⁹².

Na tribuna o vereador inicia sua fala por um levantamento realizado nas favelas do rio Uberabinha e da área do Córrego São Pedro. A evocação referencial de sua pesquisa destaca elementos objetivos de dados como quantidade de famílias e seus respectivos filhos, se analfabetos ou não, a existência ou não de renda, cidade de origem, tempo de moradia naquele local. Na sequência, por um efeito de seleção e combinação próprio da função poética (Jakobson, s/d), busca dar sentido à sua visão de favela a partir de uma “visão geral” da *favela* e do *favelado* que toma como interpretante as favelas nas grandes cidades e metrópoles do país para enunciar a “*situação igual em que caminha Uberlândia*”. Seu pronunciamento fornece um quadro interpretativo para as proposições e ações seguintes relativas às *favelas*, no qual “o núcleo favelado é composto de marginalizados, principalmente por razões econômicas, vivendo em quase total promiscuidade”⁹³.

⁹¹ Vereador O. C. F. (Arena 2/PSD). Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Segunda Sessão da Oitava Reunião Ordinária de 18.10.1977.

⁹² Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Quarta Sessão da Sexta Reunião Ordinária de 21.08.1978.

⁹³ *ibid*

Seu pronunciamento é feliz (Austin, 1962), tendo por efeito a congratulação e endossamento de vários vereadores da casa, do partido da situação e da oposição, e pelo jornal *O Triângulo* que, não apenas reproduz o trabalho do vereador⁹⁴, mas enfatiza os aspectos referenciais apresentados por ele para descrever a *favela*, intensificando os efeitos do trabalho ao atribuir o aumento do número de favelas ao marketing da cidade⁹⁵. Remetendo a uma reportagem publicada pelo mesmo jornal no ano anterior⁹⁶, o texto retoma a necessidade de *planejamento* e *zoneamento* para propor que sejam previstas áreas de destinação dos moradores das favelas. Soluções são urgentes e iminentes, segundo as reportagens. No entanto, apenas em fins de dezembro as remoções começam a ser anunciadas, mas não propriamente realizadas, quando o jornal *O Correio* publica a reportagem *Polícia convocando favelados*:

O Bacharel Francisco Alves da Silva, Delegado Regional de Segurança Pública de Uberlândia, está convocando os favelados que se acham residindo na imensa Avenida Rondon Pacheco, a fim de que venham a sair do local onde se encontram, pois aquela artéria vai precisar dos espaços ocupados, para receber melhorias. Por outro lado, o Delegado procura mostrar aos favelados que colaborem com a polícia no sentido de se evitar que outros casebres, a maioria vendida por indivíduos que se aproveitam da desgraça alheia, venham a ser instalados na extensão daquela avenida, pois isso implicaria em nova diligência policial e conseqüentemente aumentaria o difícil problema que a Prefeitura Municipal está procurando solucionar. O Dr Francisco Alves da Silva tem recebido os favelados com muito calor humano e percebe que vai receber colaboração deles em favor do seu trabalho que é, acima de tudo, uma exigência ligada ao desenvolvimento de uma parte importante de nossa cidade⁹⁷.

A função referencial estrita em que se apóia a reportagem afirma, por uma construção descritiva do fato, uma ação realizada por ninguém menos que um Bacharel, Delegado de Polícia, para a qual sugere que não caberiam outras interpretações para além daquelas que declara: a intenção de obter a *colaboração* dos moradores - a despeito de uma possível ação violenta advinda da Polícia - com a sua saída do local em razão da exigência ligada do desenvolvimento da cidade. Três dias após, o jornal *O Triângulo*, publica uma reportagem com o título *Delegado está intimando favelados*:

“Um favelado informou que a polícia estava agindo por ordem do Prefeito, para pressioná-los a desocupar o local, mas segundo o Delegado Regional de Segurança, Dr. Francisco Alves, entrevistado ontem pelo vereador João de Oliveira Paulino, assegurou-lhe que está agindo por conta própria e com a finalidade única de realizar um policiamento preventivo, visando apenas questões de segurança. Ainda, segundo João Paulino, o delegado informou que a operação tem por fim cadastrar todo o pessoal que mora nas favelas de Uberlândia com a finalidade de facilitar o trabalho da polícia e possivelmente descobrir algum marginal ‘encastelado’ em alguma área de habitação marginal. Ao falar com os moradores, o delegado teria apenas alertado cada um deles

⁹⁴ Dorivaldo denuncia o problema das favelas. In: Jornal *O Triângulo*, de 24.08.1978.

⁹⁵ Favelamento, a séria denúncia de Dorivaldo. In: Jornal *O Triângulo*, de 24.08.1978.

⁹⁶ Favelas: um desafio à capacidade uberlandense. In: Jornal *O Triângulo*, 21.03.1977.

⁹⁷ Polícia convocando favelados. In: Jornal *Correio de Uberlândia*, de 30/31.12.1978.

sobre a situação irregular em que estão morando e que brevemente terão que deixar o local. Aquela autoridade não estaria agindo com a finalidade de promover o desfavelamento, ação que somente poderá ser tomada pela Prefeitura. O Delegado Regional de Segurança de Uberlândia está convidando as pessoas que moram na favela da Av. Rondon Pacheco para comparecerem na delegacia, onde estaria pedindo para desocuparem o lugar porque nele a prefeitura precisa realizar um plano de obras. Isto segundo o jornal 'Correio de Uberlândia' e algumas pessoas ouvidas⁹⁸.

A evocação em tom de denúncia do jornal salta aos olhos. O jornal assume uma posição de defensor dos *favelados* e sugere uma emboscada: os moradores são convidados a comparecer à delegacia para serem “fichados”, como criminosos auto-declarados.

Se as iniciativas para a ação do Delegado não estão explícitas na reportagem do jornal *O Correio*, em *O Triângulo*, as declarações do Delegado seguem sendo apresentadas mediante declarações de Terceiros através das quais, por meio de uma linguagem puramente semântico-referencial, procura-se alcançar validade irrefutável para sua denúncia ao trazer à reportagem diferentes versões do fato: a de um vereador da bancada de oposição (Arena 2-PSD), supostamente interessado na “verdade dos fatos”, trecho da reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, de propriedade de um grupo político ligado à Arena 1-UDN; e a versão dos próprios moradores.

A reportagem de 'O Triângulo' ouviu ontem João Gonçalves Neto, 70 anos. (...) Ele informou que compareceu à delegacia na última quinta-feira e que lá recebeu instruções para retirar-se do local 'porque todos os barracos serão demolidos pela prefeitura'. (...)

“Outro morador da favela, Antônio Moreira de Araújo (...) Ele esteve na delegacia na última quinta-feira e disse que foi muito bem tratado mas o delegado lhe disse que teria que desocupar o lugar com urgência 'porque a prefeitura vai passar as máquinas por cima dos barracos nos próximos dias' (...) 'o delegado falou que se chegar mais alguém por aqui é para a gente denunciar. Quem não denunciar sai junto com o novo morador’”⁹⁹.

Estava deflagrado e explicitado não apenas o caráter iminente da remoção, mas a caracterização antecipada da ação como violenta, pela “intimação” dos favelados para serem “fichados” na Delegacia e pela declaração do modo como a ação seria realizada: “*porque todos os barracos serão demolidos pela prefeitura*”; “*porque a prefeitura vai passar as máquinas por cima dos barracos nos próximos dias*”; “*Quem não denunciar sai junto com o novo morador*”¹⁰⁰.

As crenças e dúvidas em torno do modo como as remoções aconteceriam, levantadas por essas reportagens, mais do que revelar uma disputa pela “verdade dos fatos”, nos

⁹⁸ Delegado está intimando favelados. In: Jornal *O Triângulo*, 03.01.1979.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Ibid.

permitem identificar o posicionamento dos jornais, do delegado e da Prefeitura acerca da *favela* e do lugar enquanto objeto de significação. Para o Delegado a favela é alvo de suspeita. Apesar do “calor humano” com que estaria recebendo os moradores, a *favela*, para o Delegado, carece de policiamento preventivo para identificar “marginal encastelado” em área de ‘habitação marginal’, uma tautologia que coloca sob suspeita uma possível diferenciação entre morador e “marginal” pelo delegado. Essa indiferenciação, no entanto, é significativa para seu propósito: desocupar a área para a prefeitura realizar um Plano de Obras, sendo infeliz em sua tentativa de negar seu comprometimento com a ação da Prefeitura indicado pelas falas dos moradores. Se as dúvidas incitadas pelo jornal *O Triângulo* giravam em torno do modo da remoção, não estava em questão as razões da remoção, a construção de uma avenida para a “vinda do progresso”, mas a continuidade da instalação de novos barracos nas *favelas* que permaneciam indesejadas. Para tanto, o jornal propõe novamente, face à ação do Delegado, o *desfavelamento* com destino certo dos moradores. As remoções são cada vez iminentes, como sugere a reportagem de *O Triângulo*: “como se alojará tanta gente em tão curto espaço de tempo?”, índice da *extirpação* e não *desfavelamento* realizado pela Prefeitura, como anunciado pelo Delegado.

A problemática das favelas e a necessidade de sua remoção segue sendo acalorada por denúncias de surgimento de novos focos de favela na Câmara Municipal e nos jornais locais¹⁰¹. As reivindicações de doações de terrenos perdem cada vez mais força pela enunciação do crescente aumento do número de *favelas* e as remoções são justificadas pela reivindicação das áreas como de *utilidade pública* em razão das obras para elas previstas¹⁰².

Entre o ano de 1979 e 1980 seria concluído o asfaltamento da Av. Rondon Pacheco e a Prefeitura daria início às obras de construção do Parque do Sabiá e do Estádio Municipal, ambas regiões de habitações caracterizadas como *faveladas*. Um programa habitacional denominado *Projeto Embrião* é, então enunciado como solução para as *favelas*. O vereador Dorivaldo Alves do Nascimento faz novo pronunciamento na Câmara retomando o trabalho apresentado no ano anterior¹⁰³.

A entrada em cena do vereador Dorivaldo Alves é central para um primeiro deslocamento de sentido na visão acerca da remoção e do *favelado* em relação àquela apresentada pelo Delegado. Se em seu pronunciamento anterior o *favelado* era definido como um *marginalizado por razões econômicas*, neste o vereador propõe uma diferenciação entre

¹⁰¹ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 16.02.1979; Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Segunda Sessão da Segunda Reunião Ordinária de 16.03.1979.

¹⁰² Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Terceira Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 19.02.1979.

¹⁰³ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Terceira Sessão da Segunda Reunião Ordinária de 19.03.1979.

marginal e *marginal penal*, sendo o primeiro o verdadeiro *favelado* “produto de um contexto social” e o segundo “um indivíduo capaz de praticar toda a sorte de crimes”, sendo este, o “verdadeiro marginal”. Para o vereador, *favelado* é uma condição que o indivíduo *favelado* carrega consigo, “é existencial”. Transferir o favelado para outras áreas da cidade, ainda que de modo programado – como sugeria o jornal *O Triângulo* -, é apenas transferir a *favela*.

A migração e o *favelamento* são tidos pelo vereador como fatos incontestáveis em razão da industrialização. *Desfavelar* implicava, então, retirar a condição de *favelado* daqueles que seriam transferidos para outras áreas da cidade, mas também impedir a chegada de novos “candidatos a favelados”. Restava, então, na proposição do vereador, a criação de um Centro de Triagem e Fiscalização, “dirigido por assistentes sociais e supervisionado pelo Secretário de Ação Social” com a “colaboração da Polícia Rodoviária, vigilantes na Estação Rodoviária e na FEPASA”. Seu trabalho alcança os efeitos esperados, sendo reconhecido pelo Ministério do Interior para a realização de pesquisas para solução do problema¹⁰⁴ e a assinatura de um convênio com o Ministério para a criação de uma Agência de Orientação e Encaminhamento ao migrante em Uberlândia que, segundo (Machado, 1990), somada o trabalho desenvolvido pela Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (ICASU) e pelo Albergue Noturno Ramatis, realizavam uma triagem dos migrantes que chegavam a Uberlândia autorizando a permanência apenas daqueles que possuíam mão-de-obra qualificada para a indústria.

2.3.3. O Bispo e o interesse do povo

Embora a intimação dos moradores pelo Delegado sugerisse um caráter de iminência das remoções, foi somente no fim daquele mês que o jornal *O Triângulo* anunciou: *José Carneiro começa a enfrentar o problema das favelas*¹⁰⁵. Um novo ator, Dom Estevão Cardoso de Avelar, é trazido à cena pelo jornal, na defesa dos moradores das *favelas* e *planejamento* é enunciado como legitimador da ação da remoção:

“Mas com a intervenção do Bispo Diocesano D. Estevão Cardoso de Avelar, que foi conversar com o Prefeito Virgílio Galassi, sobre o assunto, a ordem [da remoção] foi suspensa. O Secretário de Ação Social, Dr. José Carneiro, também entrou em contato com o Bispo Diocesano, a quem comunicou que todas as medidas estão sendo tomadas para que nenhum favelado seja prejudicado com uma mudança forçada, sem qualquer planejamento. Na ocasião, o secretário

¹⁰⁴ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Quarta Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 18.05.1979.

¹⁰⁵ José Carneiro começa a enfrentar o problema das favelas. In: Jornal *O Triângulo*, 31.03.1979.

comunicou que o seu assessor principal, Major Pedro Caetano, já estava com instruções para cuidar do problema dos favelados em Uberlândia”.

A entrada desse ator na defesa dos moradores trouxe novos e importantes elementos para a disputa em torno das *favelas* e das obras a serem realizadas na cidade explicitando elementos importantes para o entendimento da reivindicação dos territórios pelo poder público local.

Em novembro daquele ano, 1979, em reunião na Câmara Municipal para discussão da Proposta Orçamentária do ano de 1980¹⁰⁶, um vereador da Arena2 – MDB faz a leitura de uma carta do Bispo na qual se posiciona contrário a um projeto do Prefeito (Arena 1-UDN), incluído na Proposta, para destinação de uma verba de CR\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros) para a construção do Estádio Municipal¹⁰⁷: “A Igreja de Uberlândia, vem de público, manifestar sua desaprovação ao projeto, considerando-o contra os interesses do povo”¹⁰⁸. A absorção de “um quarto do orçamento”, como menciona o vereador, destaca o volume da verba dentro do orçamento, sendo considerada ilegítima por não ser o Estádio de Futebol “primeira necessidade” *do povo*.

A linha argumentativa do vereador que lê a carta é clara e dá o tom da disputa durante as três sessões em que foi discutida a Proposta Orçamentária: a Igreja, sendo *o povo* (e não apenas seu representante) é ator legítimo na defesa dos interesses *do povo*:

“muitos querem que a Igreja não fale de política, mas a Igreja é todo o povo de Deus, não é o Bispo nem o padre, e sim cada um de nós, é Igreja. Ela vem lembrar que o povo não quer estádio, nem mesmo os ricos, pois não foram vendidas cadeiras cativas (...) A Igreja é povo, e todos devem gritar contra o mau uso do dinheiro público” (Vereador J. O. P – Arena2/MDB).

As disputas deflagradas pela leitura da carta giram entre dois pontos centrais: a validade da participação da Igreja nas decisões do Legislativo e sobre a defesa do interesse *do povo*. Naquele momento, as obras do Estádio já estavam em andamento. Em razão disso, vereadores do partido do Prefeito declaravam como “certa” a não aprovação da emenda contrária à destinação da verba para o Estádio, como uma realidade já dada. No entanto, a “realidade objetiva dos fatos” era insuficiente para aprovação da Proposta Orçamentária,

¹⁰⁶ Câmara Municipal, Uberlândia. Ata da Oitava Sessão da Nona Reunião Ordinária de 27.11.1979.

¹⁰⁷ À época popularmente denominado Estádio Virgílio, em referência ao Prefeito Municipal. Hoje denominado Estádio Municipal João Havelange, construído na mesma área do Parque do Sabiá, atualmente denominada Complexo Parque do Sabiá. A esse respeito ver: 1) <http://www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria.php?id_cg=149&id=24>; 2) <http://www.uberlandia.mg.gov.br/midia/imagens/planejamento_urbano_e_meio_ambiente/parque_sabia.jpg>.

¹⁰⁸ Arquivo Público Municipal. Carta do Bispo Dom Estevão Cardoso de Avelar. Livro de Correspondências Recebidas. 27 nov. 1979.

restando desqualificar a proposição do vereador de destinação da verba para obras nas periferias da cidade, as favelas, apoiado na carta do Bispo.

Diante da platéia presente na Casa naquela noite, os vereadores da bancada do Prefeito declaram a emenda do vereador, contrária à verba para a construção do Estádio, como *inconstitucional*, “com suporte no apoio indigente na espécie de pessoas recalcadas e inconformadas”, “fanáticas” e “desequilibradas” “desqualificadas como o próprio Bispo”, *demagógica* para com a “população favelada” ali presente.

Entretanto, grande parte da discussão registrada em Ata gira em torno da atuação do Bispo. A carta, lida pelo vereador da Arena2-MDB, é composta de uma única página. É objetiva em termos de seu posicionamento (na defesa dos “interesses do povo”) e de sua fundamentação (em uma “política social, cujas linhas essenciais foram definidas no último documento da CNBB”). Sua força na deflagração da disputa residindo em grande parte na figura política de expressão nacional de Dom Estevão e do contexto em questão¹⁰⁹. Em razão disso, a estratégia dos vereadores do partido do Prefeito parte de uma separação entre o Bispo e a Igreja Católica usando de diversos expedientes para desqualificar a atuação de Dom Estevão em Uberlândia e definir o lugar de atuação da Igreja.

Na tentativa de desqualificação de sua atuação usam de recursos metafóricos sob a menção de sua trajetória político-religiosa: “veio de Marabá por questões de Terras e quer fazer aqui o mesmo, deve ele cuidar de seu rebanho”, “foi praticamente expulso de lá”; sobre sua legitimidade na defesa dos interesses do povo: “não pode dizer o que fazer com o dinheiro do povo”, “os vereadores foram eleitos pelo povo, o Bispo não foi eleito pelo povo”; e, finalmente, sob a separação entre religião, política e administração: “o Bispo deve ficar cuidando da Igreja, não deve se imiscuir na administração”.

Nessa perspectiva, por uma enunciação da separação entre a Igreja e o Direito Civil, os vereadores da bancada do Prefeito separam política de administração, através da qual buscam desqualificar a legitimidade reivindicada pelo vereador da atuação política da Igreja: porque é

¹⁰⁹ Antes de ser Bispo em Uberlândia, D. Estevão havia sido Bispo na cidade de Marabá, no Pará por uma designação inserida no projeto do Governo Federal de levar à região a *civilização ocidental*, no contexto da construção da Transamazônica. Designação cujos propósitos foram contrariados em razão da atuação política de D. Estevão, iniciada em torno de denúncias de desrespeito à legislação trabalhista cometidos pelas empreiteiras responsáveis pela construção da Transamazônica na região. A partir de sua atuação na região de Marabá, D. Estevão tornou-se paulatinamente uma figura de posição marcada no regime militar, com suas declarações à imprensa sobre as conseqüências da Transamazônica que havia levado o progresso à região, mas que não beneficiava as populações mais pobres. Membro da ala progressista do episcopado nacional na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defensor dos direitos humanos e figura atuante na Pastoral da Terra na região de Marabá, D. Estevão foi preso, e libertado por intervenção do Bispo de Belém, acusado de violar a Lei de Segurança Nacional e inocentado depois de uma nota de solidariedade emitida pela CNBB, no mesmo ano de sua transferência para Uberlândia, em 1978 (Baranowske & Silva, 2006).

povo. Argumentando que “não admite emendas porque são meramente políticas; dar casas aos favelados é correr o risco de trazer todos os favelados do Brasil para Uberlândia”, o vereador do partido do Prefeito propõe que as decisões relativas ao orçamento são estritamente administrativas, não cabendo, portanto, a defesa dos interesses do povo à Igreja.

“... a Igreja desaprova o projeto considerando-o contra os interesses do povo. Ora, muito bem senhores vereadores atentem bem para a desinformação do ilustre Bispo de Uberlândia. Ele não sabe que a matéria orçamentária é de exclusiva competência do Prefeito e mesmo que o Projeto Orçamentário seja rejeitado, legalmente o Prefeito pode promulgá-lo não tomando conhecimento da decisão da Câmara! (...) Nós temos que ter o nosso estádio de futebol e nem a intromissão indevida do Bispo nos negócios do Estado vai permitir que nosso estádio não seja construído” (Vereador A. B. Jr. -Arena1/UDN)¹¹⁰.

A discussão nas quatro sessões é tensa, tendo sido a primeira dada por encerrada em consequência da permanência do vereador do partido do Prefeito na tribuna mesmo após a cassação de sua fala por “quebra de decoro”. A segunda sessão foi marcada por “atos de desagravo” realizado um vereador do partido de oposição retrucando a “afronta” ao Bispo e ao mesmo tempo rendendo-lhe homenagens, bem como um “ato de desagravo” ao Prefeito e os vereadores de seu partido por parte de um de seus vereadores. A debandada geral da bancada do Prefeito e de alguns da oposição quando da votação da Proposta Orçamentária na terceira sessão é justificada por um vereador da bancada do Prefeito “para não votar a emenda dos favelados” pois “garante que com trator o problema será resolvido”, encerrando as discussões da sessão. Como resultado, na quarta e última reunião a Proposta Orçamentária não é votada por falta de quórum. As investidas dos vereadores do partido do Prefeito alcançam o efeito pretendido, a aprovação da Proposta por decurso de tempo, ainda que sob protestos da bancada de oposição.

Em meio às discussões, o vereador Dorivaldo Alves do Nascimento, do partido do Prefeito, que havia apresentado por três vezes trabalhos na Câmara sobre a problemática da favela é recorrentemente solicitado a se posicionar favorável à emenda. Recorrendo, no entanto, à distinção entre “marginal” e “marginal penal” por ele elaborada em seu terceiro trabalho apresentado anteriormente à Câmara, recorre à proposição de existência de “falsos favelados” para justificar sua posição contrária à emenda proposta. Afirmando sua formação católica, propõe um desvirtuamento das funções dos membros do clero e se posiciona favorável à verba para o Estádio em razão de que “uma vez parado agora trará maiores prejuízos ao próprio povo e que o Prefeito resolverá o problema das favelas”. A fala de

¹¹⁰ Câmara Municipal, Uberlândia Ata da Nona Sessão da Nona Reunião Ordinária, de 28.11.1979, fls. 96.

Dorivaldo Alves encerrando as discussões é expressiva da posição dos vereadores do partido do Prefeito: ele o vereador que fez “um dos trabalhos mais sérios sobre o problema das favelas”, votava contra a emenda, remetendo à caracterização mais objetiva da questão enunciada nas discussões, a construção já iniciada do Estádio.

As disputas em torno deste evento são exemplares para a apreensão não apenas do conteúdo dos eventos anteriores como também resumem-nos e auxiliam-nos a explicitá-los em seu conjunto. Se inicialmente questionávamos uma relação mecânica e direta entre a classificação de *favelados* e sua remoção, estas dúvidas residiam no fato de que as próprias concepções que giram em torno da categoria de *favelados* e *favelas* são ampliadas ou reduzidas em seus contextos semânticos imediatos.

Nesse processo, as remoções e sua significação enquanto *extirpação* ou *desfavelamento* não dependem exclusivamente de uma tipificação específica e estática dos moradores como *favelados*. No entanto, todas as tipificações em torno do termo já indicavam um posicionamento desfavorável, uns mais outros menos, em face da reivindicação do território pelo poder público, a depender dos atores da tipificação e dos interpretantes que mobilizam. A significação das remoções são atreladas ao destino dado aos moradores e não exclusivamente em torno do modo de sua realização. Este, por sua vez, aparece nos discursos do poder público em torno da construção ou desconstrução da legitimidade do ato cuja força ilocucionária tem estreita relação com a reivindicação da área a partir da idéia de *interesse público*.

Uma mudança começa a ser aberta no contexto de redemocratização do país, em que um grupo político ligado ao PSD-Arena2-MDB/PMDB surge na cidade com uma proposta de “democracia participativa” que, em seus discursos incluía uma nova concepção de *povo* e *público*, *favela* e *remoção*: “*aqui é importante rever conceitos do tipo “o povo quer”, “o povo precisa, quer e sente como prioritário(...) assumindo que somos funcionários do poder público e, portanto, funcionários daquelas pessoas com quem estamos conversando de casa em casa nas reuniões e nos grupos de liderança”*¹¹¹. Com este grupo político, uma redução do número de famílias moradoras das margens do rio Uberabinha e córregos da cidade foi promovida com a realização de um programa de “desfavelamento”, com urbanização de

¹¹¹ Uberlândia. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. 1984. Democracia Participativa: a experiência de Uberlândia. Uberlândia, mimeo. (Proposta de desfavelamento apresentada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – Divisão de Habitação, elaborada pelo prefeito do PMDB que venceu as eleições logo após a ditadura militar). Em entrevistas concedidas em jornais locais, este ex-prefeito afirma independência política a partir da proposta de Democracia Participativa formulada em seu Plano de Governo e o vínculo inicial ao Arena2/MDB apenas em razão de não haver alternativas para vinculação política durante a ditadura fora dos dois únicos partidos à época Arena1/UDN e Arena2/MDB.

algumas *favelas* e transferência de outras, como a das margens do rio Uberabinha em que as famílias foram deslocadas para um bairro afastado da cidade, com infra-estrutura de água, luz, rede de esgotos e transporte coletivo (Greco, 1986).

As noções de *público* no decorrer desses eventos indicam-nos aquilo que Fuks (2001:79) propõem como componentes do interesse público, que engloba interesses públicos secundários e primários. Os primeiros estão relacionados ao “Estado como pessoa jurídica” que se expressa no modo como os órgãos da administração vêem o interesse público. Interesses públicos primários se referem ao interesse social, ao interesse da sociedade. O interesse público secundário nem sempre estando associado aos interesses da sociedade.

Ao longo do capítulo percorremos o modo como o *Plano de Urbanização* de 1954 tornou-se instrumento a partir do qual as áreas foram reivindicadas para o *desenvolvimento* da cidade. As disputas em torno da caracterização dos problemas da cidade que seriam resolvidos a partir do *Plano de Urbanização* ocorrem no interior de um conjunto de classificações e hierarquizações estreitamente associadas às relações de poder entre os sujeitos envolvidos. Estas disputas resultam numa determinada e específica noção de interesse *do povo* e expressão da *coletividade* em torno do *Plano*, que prevalece a partir da força dos atos de fala e da posição social dos sujeitos envolvidos. *Desenvolvimento econômico e interesse público* dessa forma, constituem-se como signos a partir dos quais os grupos promotores das remoções reivindicavam esses territórios, constituindo-os enquanto uma cosmografia desenvolvimentista, marcada pelo ordenamento da cidade em torno da industrialização e fluxos de produção, dela excluindo signos que, em sua perspectiva, são antinômicos ao signo *desenvolvimento*, a exemplo das *favelas*. Um processo que ocorre num movimento paradoxalmente aberto, circunstancial e ao mesmo tempo decorrente de processos relativos à integração do sistema mundial e em estreita relação com as relações de poder no interior dos quais esses signos são constituídos e mobilizados, trazendo novas demandas e significações, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo III

Construindo uma cosmografia urbano-ambiental

3.1. Planos Diretores e a virada à *cidade sustentável*

As margens urbanas do rio Uberabinha e dos córregos da cidade de Uberlândia seguiram sendo alternativa de habitação para famílias que ali se instalaram desde a década de 1990, sendo algumas remanescentes do projeto de “desfavelamento” realizado no início da década de 1980. Em face destas ocupações, estas áreas continuaram sendo reivindicadas pelo poder público local para a construção de um *Complexo de Parques Lineares*¹¹², assim como por um novo ator, o Ministério Público Estadual, mediante a instauração de um Inquérito Civil Público para averiguar “risco a moradores ribeirinhos e intervenção em área de preservação permanente”.

Das propostas apresentadas no Plano de Urbanização de 1954, de canalização dos córregos e construção de vias marginais ao longo do rio, para veiculação do zoneamento da cidade, em 1994 surge a proposta de implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha no Plano Diretor aprovado naquele ano, tendo como objetivo a recuperação das margens do rio e sua transformação em “grande eixo de lazer”. Sua elaboração enquanto Projeto deu-se em 1999, através de um concurso público realizado pelo Departamento de Água e Esgoto (DMAE) da cidade. Foi alçado a demanda pública no Plano Diretor de 2006 e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA), em 2008, tomando por base o “projeto vencedor do concurso público, levando-se em consideração o Plano Diretor do Município de Uberlândia”¹¹³.

Esta mudança entre o Plano de Urbanização de 1954 e o Plano Diretor de 2006 me levou a abordar neste capítulo possíveis vínculos entre as novas significações que o poder público local atribui a estes espaços e a constituição de uma cosmografia urbano-ambiental em Uberlândia. Se, sob a reivindicação da área a partir do Plano de Urbanização de 1954, as classificações dos moradores e a significação das remoções entram num complexo jogo em torno das noções de *favela* e *favelados*, de que modo, então, se dariam as classificações num contexto de reivindicação para recuperação ambiental? Retomando Peirce (1955), um signo só significa quando em relação a um interpretante. Que interpretantes são mobilizados pelos

¹¹² Este Complexo compõe-se de parques lineares nas margens urbanas dos córregos não canalizados interligados ao Parque Linear do Rio Uberabinha. Ver Anexo 3.

¹¹³ Ata da 2ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Uberlândia (CODEMA), realizada em 24 de abril de 2008.

atores da remoção para significação da área e qual a influência desse novo contexto de significação nas classificações dos moradores que habitam a área de implantação do Parque?

Nessas reivindicações estava em questão a construção do *interesse público* associado ao Plano Diretor pelo poder público local e à reivindicação pelo Ministério Público em torno da área. O acompanhamento das disputas que perpassaram o processo de elaboração dos Planos Diretores, bem como a análise do Inquérito Civil Público, forneceram-me elementos a partir dos quais alcancei respostas possíveis às dúvidas que permeavam a mudança percebida em relação às reivindicações da área e ao tratamento dado aos moradores.

Meu acesso ao contexto geral de elaboração do Plano Diretor de 1994 deu-se através de trabalhos que o tomam como parte da análise. Centrei-me nas construções em torno do Parque Linear presentes nas discussões do Projeto de Lei desse Plano Diretor às quais tive acesso nas Atas do Legislativo na Câmara Municipal de Uberlândia. Minhas principais fontes de acesso às elaborações em torno da noção de *interesse público* associada ao Plano Diretor encontram-se nos eventos que compõem o processo de revisão do Plano Diretor em 2006, acompanhados através dos registros áudio-visuais das audiências públicas e reuniões setoriais realizados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, de reportagens de jornais locais e das discussões do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal.

Ao procurar possíveis respostas às perguntas que me orientavam em torno da problemática estudada, não pretendi dar conta da complexidade que envolve a elaboração de um Plano Diretor ou mesmo avaliar em que medida os Planos Diretores de Uberlândia atendem às diretrizes da legislação federal que regulamenta desde o modo de sua elaboração até os aspectos básicos que deve conter. Procuo captar no interior do evento em que se constitui a revisão do Plano Diretor, em 2006, os atos comunicativos que giram em torno da constituição da cidade enquanto território regulado pelo *interesse público*, em um tenso processo local em que circula uma concepção de *cidadania* que emerge a partir do processo que levou à aprovação da lei federal que regulamenta a elaboração dos Planos Diretores: o Estatuto das Cidades.

A participação da população em sua formulação, execução e acompanhamento, princípio fundamental do Plano Diretor, previsto e regulamentado pelo Estatuto das Cidades e Resoluções publicadas pelo Conselho Nacional das Cidades, abre uma perspectiva de *cidadania* preconizada e reivindicada por diferentes movimentos sociais quando da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana. Tais regulamentações são os eixos argumentativos em torno do qual a efetiva

representatividade do *interesse público* é reivindicada por diferentes atores envolvidos na revisão do Plano Diretor em 2006.

Qual seria, então, a importância da inclusão do Projeto do Parque Linear do Rio Uberabinha nesses Planos Diretores? De que modo essa interação entre Plano e Projeto se relaciona com a reivindicação das áreas pelo poder público local e com as caracterizações dos moradores na área de sua implantação? A busca pela resposta a esta pergunta requereu-me remontar brevemente à emergência do Plano Diretor enquanto instrumento da política urbana nos municípios brasileiros de modo a entender de que forma ele cria condições para o exercício da participação popular, reivindicada pelos atores que contestavam o Plano Diretor em Uberlândia, fornecendo-lhes preceitos interpretativos para suas reivindicações.

3.1.2. Do Movimento Nacional pela Reforma Urbana aos Planos Diretores: pelo direito à cidade sustentável.

A elaboração dos Planos Diretores Municipais tornou-se obrigatória a partir da Constituição Federal de 1988 que incorporou, em seus artigos 182 e 183, princípios fundamentais sobre a política urbana propostos pela Emenda Popular de Reforma Urbana apresentada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) na Assembléia Nacional Constituinte.

Uma proposta de reforma urbana formulada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil foi apresentada ao Congresso Brasileiro já em 1963. Interrompida pelo Regime Militar, a discussão sobre a reforma urbana é retomada entre os anos 1970 e 1980. Os movimentos sociais ganham mais visibilidade no contexto de abertura política, tendo como marco importante, de acordo com Uzzo e Saule Jr. (2010), o documento publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1982, intitulado “Solo Urbano e Ação Pastoral”, no qual defendia a função social da propriedade urbana. Estes movimentos sociais tomaram força com a Assembléia Nacional Constituinte, articulando demandas e embates com poderosos *lobbies* dos grupos conservadores em torno da modificação do perfil excludente das cidades brasileiras.

O MNRU constituiu-se por um conjunto heterogêneo de atores sociais, como a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Federação Nacional dos Engenheiros, movimentos sociais de luta pela

moradia, Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Pastorais, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) (Uzzo e Saule Jr., 2010).

Suas reivindicações, inicialmente caracterizadas como de cunho local de luta pela moradia, foram ampliadas para uma reivindicação do *direito à cidade*, caracterizado pela gestão democrática e participativa, pelo estabelecimento da função social da propriedade - que submete o direito de propriedade ao interesse coletivo e estabelece sanções aos proprietários em caso de seu descumprimento -, pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades e, finalmente pela função social da cidade que define que a política de desenvolvimento urbano tenha como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais das cidades (Uzzo & Saule Jr., 2010).

As propostas do MNRU foram classificadas como empecilho ao desenvolvimento do país, instrumento de desordem social e uma ameaça ao direito de propriedade pelos grupos conservadores na Constituinte, formadas especialmente por grupos econômicos que atuam no mercado imobiliário e na construção civil, bem como por tecnocratas do planejamento e da gestão urbana. As mudanças propostas pelo MNRU defrontaram-se com a proposta desses grupos de condicionar a definição de quando a propriedade urbana cumpre sua função social a partir de duas outras leis: os Planos Diretores Municipais e uma lei federal, o Estatuto das Cidades, que regulamentaria os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos nos artigos 182 e 183 da Constituição que compõem o capítulo da Política Urbana (Maricato, 2001; Uzzo & Saule Jr., 2010).

Aprovada a Constituição de 1988, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) foi, então, constituído, tendo em vista pressionar o Congresso Nacional para regulamentação do capítulo da Política Urbana. De acordo com Uzzo & Saule Jr. (2010) a participação ativa do FNRU na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), em 1992, a partir da qual foi elaborado o “Tratado por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis”, e na Conferência Habitat II, realizada em Istambul em 1996, da qual resultou o documento “Agenda Habitat”, conferiu maior força política aos movimentos populares urbanos no Brasil para o reconhecimento do direito à moradia na Constituição Brasileira como um direito fundamental, no ano 2000.

O direito à moradia, incluído no *direito à cidade*, foi, por sua vez, incorporado pelo Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, após 18 anos de tramitação no Congresso, prevendo a elaboração de Planos Diretores obrigatórios sob pena de improbidade administrativa para o Prefeito ou para os vereadores. O Estatuto das Cidades condensa, assim, uma série de

reivindicações do MNRU, ratificadas pelas Conferências realizadas pelas Organizações das Nações Unidas, através das quais é incorporada a gestão democrática da cidade para a garantia do acesso à *cidade sustentável*, um conceito institucionalmente estabelecido pela “Agenda Habitat”. Definida como o “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2001), a defesa por uma *cidade sustentável* está articulada com a Agenda 21 Global e corroborada pela Agenda 21 Brasileira (Bezerra & Fernandes, 2000; Brasil, 2005), sendo os Planos Diretores um dos modos de articular sua implantação em razão de sua força de lei (Brasil, 2005).

Entre a promulgação da Constituição de 1988 e a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, o primeiro Plano Diretor de Uberlândia derivado das diretrizes da Constituição Federal começa a ser elaborado em 1990. Já neste Plano podemos destacar alguns elementos que permitem compreender as mudanças nas significações dadas às áreas aqui estudadas.

3.2. Planos Diretores, Parque Linear e *preservação ambiental*

Elaborado a partir da contratação, em 1990, do Escritório Jaime Lerner de Planejamento Urbano, de Curitiba, o Plano Diretor de 1994 foi desenvolvido por esta empresa juntamente com os técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, da Prefeitura Municipal de Uberlândia. De acordo com Temer (2001) a contratação da empresa para a elaboração deste Plano Diretor relaciona-se com a preocupação dos gestores da cidade de sua associação com um “nome de peso no contexto do planejamento nacional” (p.92), a *griffe* Jaime Lerner, num desejo de associar Uberlândia à boa qualidade urbana alcançada em Curitiba.

Elaborada a versão preliminar do Plano Diretor, uma comissão interdisciplinar de professores da Universidade Federal de Uberlândia se reuniu para avaliar as suas propostas. Em seu parecer, analisado por Soares (1995) e Temer (2001), a comissão apontou para a importância do reconhecimento de que o crescimento econômico dos municípios envolve custos ambientais e sociais, principalmente no que se refere à qualidade de vida, que devem ser observados pelos administradores, conforme previa a Constituição Federal de 1988. Em razão da complexidade do planejamento das dimensões econômico e social do município, neste parecer os professores recomendaram a consideração do tempo de elaboração do Plano em razão da necessidade de assimilação, pelo conjunto da sociedade, da complexidade que o

envolve, dada a profunda interferência em suas vidas, bem como sua efetiva participação na elaboração do Plano.

De acordo com Soares (1995), muito pouco destas recomendações foi considerado, refletindo a mentalidade autoritária de intervenção no espaço urbano por parte dos administradores e gestores públicos uberlandenses. Segundo a autora, isso resultou em que o Plano aprovado fosse marcadamente centrado na elaboração por técnicos e especialistas em planejamento que desconheciam a realidade de Uberlândia, desconsiderando não apenas as pesquisas desenvolvidas sobre o município pelos estudiosos e técnicos da Universidade Federal de Uberlândia, como também pela própria Prefeitura.

O projeto foi entregue, então, pelo Prefeito, do Partido Progressista (PP), vinculado ao segmento ruralista da cidade e associado aos antigos Cocões, à Câmara Municipal e considerado objeto de deliberação em 04 de outubro de 1993. Foi apresentada, por um vereador da bancada de oposição, do Partido dos Trabalhadores, uma proposta de emenda substitutiva ao artigo 10 do Plano Diretor que em sua redação original previa que “o Rio Uberabinha e suas margens deverão ser tratados como grande eixo de lazer da cidade, sendo prioridade sua recuperação”:

“O Rio Uberabinha e suas margens deverão ser tratadas visando a defesa do meio ambiente, com a implantação da mata auxiliar [sic] sendo proibida a construção de qualquer tipo às suas margens ainda não construídas na data em que a lei entra em vigor”¹¹⁴.

A discussão em torno desta emenda nos revela importantes elementos para identificar as novas visões que emergem do poder público local em relação às áreas estudadas. A partir dela estava deflagrado o campo semântico em torno do qual a área passaria a ser reivindicada pelo poder público local.

“Eu gostaria de chamar a atenção dos nobres pares dessa Casa pelo seguinte. Porque o Rio Uberabinha, assim como todas as margens de córregos ela tem que ser devidamente preservada. E isso está também garantido na constituição e da forma como está proposto o Rio Uberabinha e suas margens deverão ser tratadas como grande eixo de lazer da cidade. Então esse vereador tem uma grande preocupação para que preserve o máximo possível as margens do Rio Uberabinha. Porque se a gente for causar destruição a beira, nessa margem. Realmente vai prejudicar tanto o meio ambiente, como a vida do cidadão. Então eu acho que essa emenda aqui vem contribuir no sentido da preservação, de cada área também ter o seu espaço de cinqüenta metros para que ele não possa fazer nada ali. Para preservar a margem natural do Rio Uberabinha” [sic] (A. F., Partido dos Trabalhadores – PT)¹¹⁵.

¹¹⁴ Uberlândia, Câmara Municipal. Ata da Quarta Reunião do Segundo Período da Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 23.03.1994, folhas 41-42. Emenda Substitutiva nº. 58, altera o caput do Artigo do nº 10.

¹¹⁵ Ibid, folha 42.

Ainda que não mencione em sua defesa da emenda a regulamentação, em termos específicos, prevista na Constituição para o uso destas áreas, a proposta de emenda do vereador A.F. tem por efeito uma série de apartes contrários a ela. Estava em questão a definição do que se entendia por *preservação* das margens do rio. Diferentes preceitos interpretativos são mobilizados pelos diferentes vereadores que pedem os apartes para defender suas posições. Estava em questão não apenas o uso futuro da área para a construção do Parque Linear, proposto no artigo 38 do Projeto de Lei, mas também aquele já existente: um clube particular, conhecido na cidade como de uso das elites uberlandenses, denominado Praia Clube, que tem parte de suas instalações em ambas as margens do rio, no trecho em que se localiza. O estabelecimento do código comum de uso das margens do rio para interpretação do que se entendia por *preservação* tornava-se, então, necessário.

“Aqui já diz tudo a boa intenção dos governantes do município. Entretanto, com a emenda do vereador há uma preocupação muito grande, quando ele diz imperiosamente proibindo qualquer tipo de construção. Veja bem que nós temos hoje um clube que zela inclusive por um trecho muito grande a margem do Uberabinha, que tem de ser considerado isso. Então, qualquer tipo de construção a sua proibição nós estaríamos num retrocesso, e nós estaremos fazendo com o meio ambiente. E com o meio ambiente tem que ser feito com sensatez, com uma visão de meio ambiente” (G.J., Partido da Mobilização Nacional - PMN)¹¹⁶.

Por um efeito elíptico, o vereador G. J., ao dizer “*um clube* que zela inclusive por um trecho muito grande a margem do Uberabinha” [sic], suprime a menção ao nome do clube e, dessa forma, evita uma possível interpretação de uma defesa exclusiva de suas instalações nas margens do rio e, assim, de um uso contrário aos preceitos constitucionais em relação ao meio ambiente como bem de uso comum do povo. Por meio da função poética (Jakobson, s/d), ao suprimir o nome do clube substitui sua defesa pela defesa do “meio ambiente” e a significa por uma combinação com uma “visão de meio ambiente” conectada na sequência da frase, ampliando o campo de significação em torno da defesa do meio ambiente para as instalações do referido clube.

O autor da emenda pretendia validar sua proposição mediante o restabelecimento do código, a partir da Constituição Federal, reivindicando a proibição a quaisquer tipos de intervenção na área a partir daquela data. Restava aos vereadores eliminarem contradições que, em decorrência da aprovação da emenda do vereador, pragmaticamente pudessem perturbar o resultado que adviria da aprovação da emenda: a problematização da existência do clube e a não aprovação do artigo que previa a construção do Parque Linear. Diante da busca

¹¹⁶ Ibid

pela validação pelo autor com base na Constituição Federal, restava ampliar o sentido do uso possível da área como de lazer, para a população de baixa renda.

“Do jeito que o A. está propondo, amanhã você não pode colocar ali, quadras poliesportivas, você não pode colocar isso para a população. Eu acredito que vai ter que colocar quadras poliesportivas de basquete, de futebol de salão, essas coisas todas áreas de lazer para a população. Agora se você está proibindo construir é proibido qualquer tipo de construção nas suas margens. Então você não pode fazer uma praia ali para a população aproveitar, tomar um sol, quer dizer eu acho que emenda aí, você vai fazer ciclovias” [sic] (L. C. S. , Partido Progressista Brasileiro – PPB)¹¹⁷ (grifos meus).

“Eu esqueci de externar um sonho meu. E agora quando o vereador colocou a questão da praia no Rio Uberabinha, veio a oportunidade de externar. Eu tenho um sonho (...) que se construa naqueles trechos praia, para aquele pessoal, que é pessoal realmente de baixa renda, e um pobre do Planalto, do Cazeca, esse é o nosso sonho, e eu tenho certeza que não é utopia não e vai virar realidade” [sic] (G.J., Partido da Mobilização Nacional - PMN)¹¹⁸ (grifos meus).

Por um efeito de seleção e combinação, o uso do artigo indefinido “uma” que precede o substantivo “praia”, em lugar do artigo definido “o”, que especifica, identifica e nomeia o clube, ou sua supressão, os vereadores selecionam por semelhança ao substantivo, “uma praia” e “praia” em lugar de “o Praia”, colocando os dois tipos de intervenção nas margens do rio - das “elites” e da “população de baixa renda” - num mesmo plano de significação. Ao mesmo tempo, abre o campo semântico para outros tipos de intervenção associadas à população de baixa renda que, defendidas pelo vereador em aparte seguinte, reforça e amplia o sentido da *preservação*.

“Eu tenho impressão que o vereador, apesar de ser louvável o mérito dele querer preservar as margens do Rio Uberabinha, mas Uberlândia hoje o município de Uberlândia está com poucos terrenos para poderem serem utilizados para os trabalhadores, para lazer em doação a entidades. Eu acho que seria a solução o uso das margens do Rio Uberabinha para clubes de lazer, dos trabalhadores, inclusive. E nós achamos então, e nós somos contrário a posição dele. E eu acho que deve ser utilizado e realmente fazer se exceções e com critérios, e não fazer uma coisa de forma a proibir simplesmente né. Nós não acreditamos que essa seja a solução” [sic] (R. B., Partido da Frente Liberal – PFL)¹¹⁹.

Dessa forma, em face do uso da Constituição para justificativa da emenda supressiva pelo vereador do PT, que compõe a bancada da oposição à época e que em seus discursos reivindicava a defesa dos interesses da população trabalhadora, a rejeição à emenda torna-se feliz, nos termos de Austin (1962), mediante a ampliação para uma intervenção para a “população de baixa renda”. Desse modo, a rejeição à emenda tem por efeito simultaneamente a busca pelo vereador do PT por retomar a interpretação da emenda em seu trecho que diz

¹¹⁷ Ibid, folha 43.

¹¹⁸ Ibid

¹¹⁹ Ibid

“sendo proibida a construção de qualquer tipo às suas margens ainda não construídas na data em que a lei entra em vigor” (grifos meus), e propor uma mudança no texto da emenda, proibindo “qualquer tipo de construção que venha a prejudicar a ecologia e o meio ambiente” (A. F., Partido dos Trabalhadores – PT).

O termo *recuperação* proposto no texto original do Plano Diretor é, então, retomado pelo vereador que inicia a discussão da emenda G.J. (PMN), da bancada do Prefeito, para englobar tanto as construções já existentes na área, quanto as futuras, ambas como preservadoras do meio ambiente. *Preservação*, que no discurso ambientalista em âmbito nacional e internacional está associada à intocabilidade de uma determinada área a ser preservada (Diegues apud Pareschi, 1997), passa a incluir o uso das margens do rio para instalações com vistas ao lazer¹²⁰.

A derrubada da emenda do vereador coloca em questão sua segunda proposta de emenda supressiva do artigo que propunha a construção de vias marginais ao rio Uberabinha - retomadas do Plano de Urbanização de 1954 - mobilizando como interpretantes para sua argumentação, a marginal do rio Tietê em São Paulo, como um índice da poluição que a marginal do rio Uberabinha causaria à cidade de Uberlândia e ao próprio rio. Em sua justificativa, preservação estava associada a não intervenção às margens do rio, protegendo a mata ciliar e evitando “qualquer tipo de poluição”. A não aprovação da emenda anterior que previa o impedimento de “qualquer tipo de construção a partir daquela data”, resultou, portanto, na rejeição deste segundo texto da emenda do vereador e, dessa forma, na aprovação da construção das vias marginais, bem como do artigo 38 que previa o desenvolvimento de projetos para a implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha.

¹²⁰ A Constituição Federal de 1988 contém um conjunto de artigos que prevê a proteção ao meio ambiente em suas diversas formas. Mas é o Código Florestal, Lei 4771/65, que regulamenta as áreas de preservação permanente em seu artigo 2º e 3º: “A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social”. Deste modo, Araújo (2002) nos chama atenção que no período entre o Código Florestal, a Constituição Federal e o ano de 2001, havia uma série de controvérsias sobre a possibilidade de intervenção nestas áreas. Para a autora, estas “são áreas nas quais, por imposição da lei, a vegetação deve ser mantida intacta, tendo em vista garantir a preservação dos recursos hídricos, da estabilidade geológica e da biodiversidade, bem como o bem-estar das populações humanas”. Para a autora, estas controvérsias deram origem à Medida Provisória nº 2.166-67, no ano de 2001, prevendo para as áreas urbanas que “a supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico”.

3.2.1. O Projeto

Em 1999, o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) em meio a um plano de despoluição do rio Uberabinha lança um concurso Público para escolha de um projeto para o Parque Linear. Foi vencedora uma equipe composta por um grupo de professores da Universidade Federal de Uberlândia. Realizei visitas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente nas quais buscava por informações a respeito do projeto que me eram fornecidas de modo parcial, seja por mapas, seja por material ilustrativo, ou em breves conversas a respeito. A partir das duas primeiras visitas percebi que maiores informações sobre sua implantação requeriam um domínio maior da legislação que a envolvia. Só mais tarde entendi que dizia respeito não apenas à legislação que regula as áreas de preservação permanente, mas também a concessão de autorização para implantação do Parque, bem como a realização do Plano Diretor e alguns de seus instrumentos, como a declaração de utilidade pública para desapropriação dos terrenos localizados na área. O entendimento desta legislação tornou-se um desafio para o acesso às informações que pudessem compor um quadro que levasse à compreensão da visão contemporânea do poder público local sobre as áreas estudadas. Na verdade, somente na medida em que os argumentos que acompanhassem minhas solicitações fossem baseados nessa legislação é que novas informações me seriam fornecidas.

Na segunda visita realizada, me foi passado um material em *slides* que, de acordo com a Diretora de Patrimônio Ambiental, foi utilizado pela equipe vencedora para a apresentação do Projeto e cedido à Secretaria. Se na primeira visita quando solicitei *acesso ao projeto*, me foram fornecidas as pranchas/mapas de cada trecho do projeto, foi somente em uma terceira visita, em que solicitei *acesso à documentação do projeto*, que me foi feita uma apresentação geral pela arquiteta que coordena a sua implantação, com base nos *slides* entregues pelo coordenador da equipe vencedora do projeto. De acordo com a arquiteta, este material é sempre utilizado na Secretaria de Meio Ambiente para apresentação do projeto àqueles que desejam conhecê-lo. Mais do que uma descrição em termos puramente referenciais daquilo que se pretende implantar, a sequência de *slides* nos permite acessar o conteúdo das visões dos formuladores do projeto. Do primeiro ao sexto *slide*, a apresentação é dedicada à *perspectiva adotada* pela equipe do projeto:

A perspectiva adotada inverte a demarcação social particularista de ocupação do espaço urbano, privilegiando-o como espaço de sujeitos sociais diversos, de identidades e sociabilidades diversas que, de fato, constroem a cidade, seja porque nela trabalham, produzem e pagam impostos; seja porque a escolheram como locus de suas histórias diferentes (Slide 4).

Este plano de urbanização proposto para o Parque reconhece a diversidade dos sujeitos sociais que podem utilizar as margens do rio e trata de prover essa área de componentes sociais e culturais estimulantes (Slide 5).

Onde houver uma nova estrutura de convívio, de práticas esportivas e de lazer, eles estarão, porque têm o direito de estar. Onde puderem, vão querer pescar, nadar; vão fazer seus rachas; jogar diversos jogos; farão seus passeios, pic-nics, churrasquinhos coletivos; levarão as crianças para brincar; vão reunir dezenas de novos congos, moçambiques, catupés, marinheiros, suas Folias de Reis, assim como suas duplas de música sertaneja, seus grupos de capoeiras, seus pagodes e bandas de rock and roll, seus grupos de dança de rua, de teatro amador; vão formar blocos de sujos no carnaval, vão dançar seus forrós, vão buscar sessões de cinema alternativo, vão fazer suas festas de república e tantas outras; vender seus produtos artesanais e suas comidas típicas; ritualizarão suas crenças diversas e, sem esgotar todas as possibilidades, eles vão querer ter acesso às múltiplas formas de convívio e de conversa (Slide 6)¹²¹.

Ao repassar essas imagens, minhas dúvidas sobre o lugar dos moradores em um novo projeto para a área permaneciam. Qual era o lugar dos moradores no reconhecimento da “diversidade de sujeitos sociais” nos usos possíveis das margens do rio anunciados pelo projeto? Como fonte comunicativa do projeto, cujo recurso principal é a imagem por meio de um recurso tecnológico que permite uma determinada edição do modo e da sequência de apresentação das imagens através da qual se pretende expressar uma idéia, esse conjunto de imagens implica em uma seleção de determinados signos em combinação com outros através das quais expõem a mudança pretendida pelo projeto.

Composto por uma sequência de cem *slides*, o material disponibilizado segue da apresentação da perspectiva adotada no projeto (*slides* 01 a 06) à definição da noção de Parque Linear e sua inserção na arquitetura urbana (07 a 09), vista aérea parcial da área (10) e os mapas dos trechos que designaram as etapas de implantação (11 a 14). Na sequência (15 a 20), um conjunto de “imagens atuais” da área é seguido pelas “diretrizes paisagísticas” que orientam a implantação (22 e 23) para, finalmente, apresentar o projeto paisagístico do Parque (24 a 100) entremeado pelos equipamentos a serem utilizados:

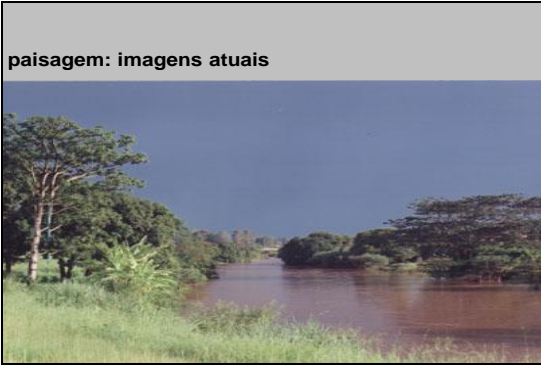


Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 1

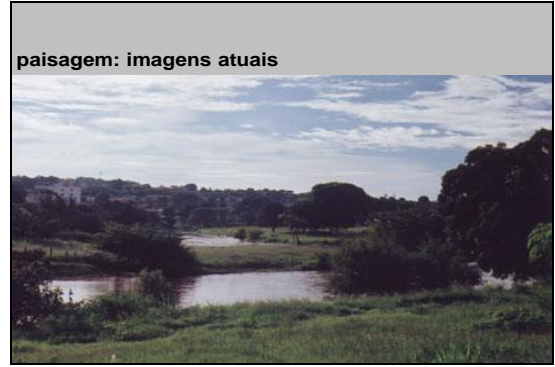


Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 7

¹²¹ Ver Pereira (2004).



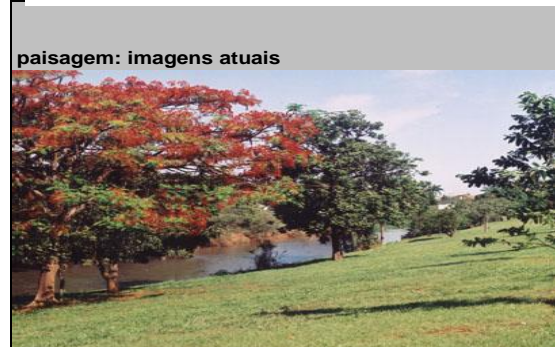
Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 15



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 16



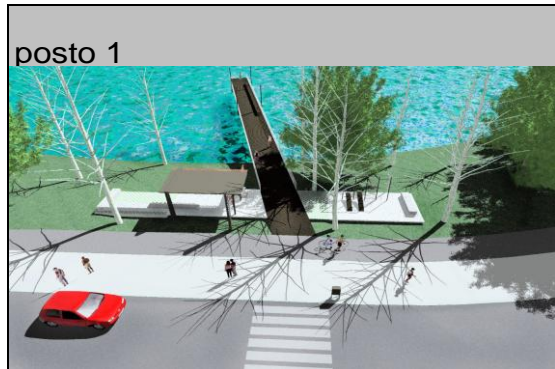
Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 20



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 21



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 27



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 32



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 35



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 52



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 61



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 73



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 89



Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha. Slide 99

Evidentemente, entre um projeto arquitetônico-paisagístico e sua implantação há um conjunto de possibilidades que pode implicar em adequações em relação àquilo que foi inicialmente previsto em razão das características intrínsecas do material elaborado enquanto meio comunicativo dos propósitos do projeto. O apoio nestas imagens para exibição do projeto revela um conjunto de relações que pretende destacar.

Enquanto meio comunicativo das intervenções propostas, um conjunto de signos são selecionados em lugar de outros e são combinados de tal modo a comunicar uma mensagem, o que implica em uma seleção de imagens e textos para compor um diagrama. Tal como uma sentença, para que a disposição das palavras seja compreensível é preciso que ela sirva como um ícone. De acordo com Peirce (2008: 64), “a única maneira de comunicar diretamente uma idéia é através de um ícone, e todo método de comunicação indireta de uma idéia deve depender, para ser estabelecido, do uso de um ícone”.

Para o autor, ícones distinguem-se em três subclasses: imagens, diagramas ou metáforas. No primeiro caso, trata-se de um signo que estabelece uma relação direta e

simples com o objeto, por semelhança. No caso do diagrama trata-se de um ícone de relações, ou seja, ele representa as relações, a semelhança entre o significante e o significado consiste apenas na *relação* entre as partes que compõem o diagrama. Já o terceiro opera por meio de um paralelismo com alguma outra coisa. Essas três subclasses, portanto, produzem uma idéia interpretante, seja do objeto propriamente dito, ou das relações entre suas partes.

No caso que nos interessa, a área é apresentada como inabitada, pelas “imagens atuais” que, selecionadas, são combinadas, na sequência da apresentação elaborada, com as imagens prospectivas da área e dos elementos que nela serão inseridos para sua transformação. O diagrama que essa sequência compõem enuncia a idéia de uma relação entre o “presente de então” e o “futuro pretendido” que o projeto pretende expressar. Tal como o diagrama em que se compõem um silogismo, a conclusão depende das relações apresentadas nas premissas. Desse modo, mais do que descrever uma mudança pretendida, o diagrama é expressivo das transformações que propõe: da revitalização ambiental com vistas à geração de espaços de lazer.

Essas relações são apresentadas, no entanto, num modelo em que se constitui um diagrama e, por tanto, implica num ato seletivo de redução em relação ao fenômeno que representa. Mas, segundo Peirce (2008:65) “uma importante propriedade peculiar ao ícone é a de que, através de sua observação direta, outras verdades relativas a seu objeto podem ser descobertas, além das que bastam para determinar sua construção”. Deste modo, tomo o ato seletivo a partir do qual a sequência de *slides* é composta, comunica uma mensagem e enuncia uma idéia, como compondo um modelo enquanto preceito argumentativo a partir do qual o projeto é apresentado enquanto proposta de recuperação das margens do rio Uberabinha¹²². Um modelo, no entanto, não encerrado, como é próprio dos ícones em seu caráter aberto.

É essa abertura do modelo apresentado que leva os agentes públicos encarregados da implantação do projeto a se defrontarem com diferentes situações não explicitadas no modelo: aprovação do projeto, financiamento, desapropriações e remoções de moradores. No interior desse processo um conjunto de elaborações associadas ao projeto e aos moradores é realizado em um processo dialógico de classificação e validação das ações do poder público para implantação do parque. Depois da elaboração do projeto do Parque em 1999, o início de suas obras se deu efetivamente apenas em 2009 quando da liberação de uma verba oriunda de medidas compensatórias da construção da Usina Hidrelétrica Capim Branco na bacia do rio

¹²² De acordo com Freitas (2003) esses mesmos *slides* compuseram um *Album de Figurinhas* elaborado na cidade a partir da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e distribuído nas escolas municipais, constituído em um “jeito de contar a história da cidade”, enunciando modos e sujeitos adequados ao viver a cidade.

Araguari, e do Praia Clube em razão das construções nas margens do rio Uberabinha. Como balizador das ações relacionadas ao que é público, o diálogo direto ou indireto com a lei espreita quase todas as situações envolvidas no processo de implantação do Parque. No entanto, intrigava-me que a possibilidade de implantação de um parque às margens do rio que não implicaria em intocabilidade da área, como propunha o vereador do PT, com a construção de diversos equipamentos de lazer, pudesse ter maior legitimidade em face das habitações dos moradores com os quais tive contato. Questionava-me sobre os modos como se davam as classificações desses moradores por parte dos agentes da remoção para considerar suas habitações no mesmo local onde seria implantado o parque.

Entre a elaboração do Projeto e o início de sua implantação, a remoção dos moradores estava envolta em dois eventos que corriam paralelos mas que tinham relação direta com ele: a revisão do Plano Diretor de 1994 e a instauração de um Inquérito Civil Público para a investigação de “risco a moradores ribeirinhos e intervenção em área de preservação permanente”. Após a aprovação da Medida Provisória nº 2.166-67, no ano de 2001 e da Resolução CONAMA 369/06, intervenção em áreas de preservação permanente urbanas passaram a estar condicionadas à *utilidade pública, interesse social* e à aprovação do Plano Diretor da cidade¹²³. Deste modo, optei por analisar (1) alguns eventos no interior do processo de revisão do Plano Diretor em 2006, no qual o projeto do parque linear passou a estar inserido, fornecendo o elo argumentativo para sua aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Ambiental no ano de 2008, e (2) o Inquérito Civil Público. Este Inquérito, instaurado no ano de 2001 contra o Município de Uberlândia, concorreu paralelamente ao Plano Diretor e resultou na remoção dos moradores, sendo finalizado com a apresentação do Projeto do Parque Linear como prova da iniciativa de recuperação da área pelo Município. É em torno da revisão do Plano Diretor e do Inquérito que são delineadas duas interpretações convergentes para as condições de permanência dos moradores na área.

¹²³ A MP 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, regulamenta a Código Florestal no que diz respeito à possibilidade de supressão das áreas de preservação permanente, tanto rurais quanto Urbanas. Em seu artigo 4º prevê: “inciso 2º “A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico”. A Resolução CONAMA 369/2006, que “dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente- APP”, prevê em seu artigo 2º que “O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos (...) a implantação de área verde pública em área urbana”.

3.2.2 O Plano Diretor de 2006

Conforme apontei anteriormente, a revisão dos Planos Diretores por aqueles municípios que tinham aprovados seus planos há mais de dez anos tornou-se obrigatória a partir da aprovação do Estatuto das Cidades em 2001. Resoluções Recomendadas do Conselho das Cidades foram expedidas em 2005¹²⁴ e 2006¹²⁵ ratificando os prazos e as condições de elaboração, previstos no Estatuto das Cidades, para aqueles municípios que ainda não tinham, e revisão para Planos com mais de dez anos, até o dia 10 de outubro de 2006.

As discussões em torno do Plano Diretor são iniciadas em Uberlândia em março de 2005, quando da realização de um seminário pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, denominado “Desafios da Agenda Municipal 2005”. Nele foi debatido, entre outros temas, a realização dos Planos Diretores por parte dos municípios. Um debate é então iniciado pelo jornal *Correio de Uberlândia* em matéria publicada em 30 de março de 2005, intitulada “Evento debate revisão do Plano Diretor: Um dos desafios é a redução dos vazios urbanos, comuns em Uberlândia”:

“Todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes têm até outubro de 2006 para implantar ou revisar o Plano Diretor Municipal. A exigência é parte da Lei nº 10.257, aprovada em 2001, que estabeleceu o Estatuto das Cidades, que tem como principal propósito promover o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Apesar de a elaboração do Plano Diretor ser obrigatória há cinco anos, o diretor de Programas e Projetos Metropolitanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), Paulo Henrique Rocha Leão, disse que o número de cidades em Minas Gerais que já discutiu e aprovou o Plano Diretor é pequeno. “Temos ouvido muitas reclamações quanto aos prazos, mas é preciso levar em consideração que a determinação está em vigor desde 2001”, destacou. Entre os pontos a serem discutidos está a questão dos vazios urbanos, bastante evidentes em Uberlândia. Para resolver a situação, o Estatuto das Cidades aponta três saídas: edificação compulsória, cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de forma progressiva e desapropriação com o pagamento de títulos de dívida ativa. “O principal objetivo é reocupar estas áreas centrais, evitando a expansão da cidade para a periferia”, explicou Paulo Henrique Rocha.

Discussão local

Legalmente, o projeto de revisão do Plano Diretor deve ser de autoria do Poder Executivo, mas a intenção, segundo o prefeito Odelmo Leão (PP), é que a proposta só seja encaminhada à Câmara após ser debatida com a comunidade. Sobre a existência dos vazios urbanos, o prefeito adiantou que o problema será resolvido com a implementação de um novo projeto de habitação, em fase de elaboração. Quanto à implantação da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano de forma progressiva, dispositivo previsto no Estatuto das Cidades, Odelmo Leão praticamente descartou a possibilidade. “Não discutimos sobre isso, primeiramente temos que discutir este planejamento (habitacional). Uma coisa que nós já determinamos é que pessoas detentoras de terrenos em Uberlândia façam os passeios como determina a lei e possam conservá-

¹²⁴ Brasil. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução Recomendada nº 25, de 18 de março de 2005.

¹²⁵ Brasil. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução Recomendada nº 09, de 08 de junho de 2006.

*los", afirmou. O prazo final para que o projeto de revisão do Plano Diretor seja sancionado é 11 de outubro de 2006*¹²⁶.

O campo semântico em torno da revisão do Plano Diretor estava anunciado. Usando do recurso à lei, Estatuto das Cidades, a reportagem estabelece o código a partir do qual busca referenciar a mensagem veiculada: todos os municípios, inclusive Uberlândia, têm um prazo para revisar seu plano diretor. A figura de um Terceiro, o diretor de Programas e Projetos Metropolitanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), presente no evento é, então, mobilizada como garantidora do significado da proposição do jornal para relatar uma das questões mais polêmicas na discussão da revisão do Plano Diretor: os vazios urbanos. Apoiado na função referencial da linguagem (Jakobson, s/d), no sentido da mera transmissão de informações, própria do discurso jornalístico, o autor da reportagem mais do que relatar os fatos enuncia o delineamento do quadro das disputas que estarão em jogo ao longo da revisão do Plano Diretor: os prazos para realização da revisão, a participação da sociedade e a efetividade dos instrumentos do Plano Diretor. Novas reportagens são publicadas pelo jornal nos meses seguintes, todas anunciando a determinação do Estatuto das Cidades para a realização ou revisão do Plano Diretor e os prazos para tal.

As reportagens são contundentes e incitam à ação: o Plano Diretor precisa ser implantado e há prazo para sua realização, sob pena de improbidade administrativa para o Prefeito. Um campo semântico em torno da urgência para a revisão do plano diretor é, então, instaurado, colocando em curso um embate em torno dos argumentos jurídico-políticos a respeito da adequação das ações dos grupos envolvidos.

De acordo com estas reportagens, desde março de 2005 um grupo de profissionais liberais da cidade que compunham uma “Comissão popular para o Plano Diretor”, se reuniu com o objetivo de capacitar pessoas para dar sugestões, informando-as sobre o que é o Plano Diretor, quais os direitos que o Estatuto das Cidades prevê e que devem constar no Plano através dos “instrumentos da política urbana”, incentivar a participação e mobilização popular no processo, tomando por base uma cartilha elaborada pelo Ministério das Cidades contendo as principais diretrizes a serem seguidas pelas prefeituras na elaboração do Plano.

Apoiadas na função referencial em busca de “retratar os fatos”, as reportagens procuram dar voz aos diferentes atores em disputa. O poder executivo local é apresentado como responsável pela realização das audiências públicas e do cumprimento do Estatuto das

¹²⁶ Tadeu, Rogério. Evento Debate Revisão do Plano Diretor. *Jornal Correio de Uberlândia*, 30.03.2005. Disponível em: <http://www.jornalcorreio.com.br/texto/2005/03/30/8510/evento_debate_revisao_do_plano_diretor.html>.

Cidades. Ocupa espaço nas reportagens que argumentando, por meio de recursos metafóricos de transferência de sentido às ações do poder executivo, o “cumprimento do Estatuto das Cidades, seguindo as orientações da cartilha publicada pelo Ministério das Cidades”, e a “instituição de uma comissão para tratar do assunto”. De acordo com a fala do Secretário de Planejamento Urbano, em reportagem sobre reuniões realizadas pela Comissão Popular para o Plano Diretor: “A convocação e a coordenação das plenárias são prerrogativas do Poder Executivo que elaborará um cronograma de trabalho e depois estabelecerá uma comissão para acompanhamento composta por vários setores da sociedade civil”¹²⁷.

A Comissão mencionada pelo Secretário é instaurada por meio de Decreto municipal, publicado em 01 de dezembro de 2005¹²⁸, e republicado em 23 de janeiro de 2006¹²⁹. A publicação do Decreto teve por efeito uma ampliação do campo semântico em torno das disputas a respeito da participação da sociedade. Se, por um lado, o poder executivo, responsável legal pela condução dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, representado pelo Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, reivindicava em suas entrevistas ao jornal local o “cumprimento do Estatuto das Cidades”, a publicação do Decreto Municipal tem por efeito novos questionamentos por parte do Instituto Cidade Futura¹³⁰ sobre o cumprimento dos preceitos do Estatuto e do Conselho das Cidades.

Questionando a constituição da Comissão de Revisão do Plano Diretor, o Instituto Cidade Futura protocolou uma representação junto ao Ministério Público para que tome “providências legais para que os direitos dos cidadãos de Uberlândia sejam assegurados no processo de Revisão do Plano Diretor”¹³¹. Para o Instituto, a Comissão de Revisão do Plano Diretor, tendo sido constituída por um Núcleo Gestor composto por uma *Equipe de*

¹²⁷ Paranhos, Rick. Sociedade discute os rumos de Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 30 dez. 2005. Disponível em: < http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2005/10/30/13598/sociedade_dis_cute_os_uberl.html >.

¹²⁸ Uberlândia. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Decreto 10.096, de 30.11.2006. Disponível em <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/procuradoria/2320.pdf>>

¹²⁹ Uberlândia. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Decreto nº 10.173, de 20.01.2006. Disponível em <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/procuradoria/2357.pdf>>

¹³⁰ Atualmente o Instituto Cidade Futura é denominado *Movimento Cidade Futura*. Em entrevista realizada com o diretor executivo do Movimento, Frank Barroso, mencionou que a denominação Instituto veio a substituir a denominação inicial de ONG em razão da multiplicidade de atuações das ONGs no Brasil e no mundo, algumas delas distanciadas da noção de movimento social. Em reunião realizada com os integrantes da instituição optou-se pela denominação de *movimento* que se adequaria melhor à sua atuação. Em seu site institucional, o Movimento Cidade Futura é definido como “articulado pelo Instituto Pro Cidade Futura, uma organização autônoma e independente, de atuação nacional constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. Fundada em 1990, em Brasília, a entidade trabalha pela função social da cidade e atua no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local”. In: < <http://www.cidadefutura.net.br/index.php/2008080919/institucional/projetos/joquem-somos.html> >.

¹³¹ Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia a partir do Expediente 013/2006, fls 02-04.

Coordenação (técnicos de diversos setores da administração da Prefeitura, profissionais especialistas e empresa consultora) e uma *Equipe de Acompanhamento* (vereadores, CODEMA, COMPHAC, IAB, OAB, ACIUB, CDL, SINDUSCON, SECOVI, e ASSENG, Ministério Público e registradores de Cartório), não contemplava o disposto na Resolução nº 25 do Conselho das Cidades. Daqui em diante, o campo semântico em torno da disputa circula privilegiadamente em torno da função metalingüística, através da qual os diferentes atores buscam estabelecer o código a partir do qual a adequação legal de suas ações em relação à revisão do Plano Diretor pudesse ser alcançada, tendo o Ministério Público Estadual em suas instâncias estadual e municipal como garantidor último das negociações entre os agentes locais.

Estava em questão nessa Representação os temas da participação da sociedade na condução da revisão do Plano Diretor que circulava em torno da idéia de *coordenação*, “compartilhada” ou “centralizada” e as decorrências dessa significação. Nesse sentido, o Instituto Cidade Futura busca o estabelecimento do código de suas reivindicações do descumprimento da Lei pelo poder público local pontuando no texto de sua representação os itens da Constituição Federal, do Estatuto das Cidades¹³², das Resoluções Recomendadas de nº. 25¹³³ e 34, expedidas pelo Conselho das Cidades naquele ano que, em sua concepção, não eram assegurados pelo Decreto 10.173/2006 que instituiu a Comissão de Revisão do Plano Diretor. Apresentou como evidência cópias de cada um dos códigos reivindicados juntamente com a resposta do Secretário de Planejamento Urbano a ofício do presidente da Comissão de Políticas Urbanas solicitando esclarecimentos sobre a constituição da Comissão do Plano Diretor. De acordo com o Instituto Cidade Futura, a *coordenação* da revisão do Plano Diretor, nos termos do Decreto, estava centralizada nos órgãos da administração e delegada à empresa consultora, restringindo a participação da sociedade da condução dos trabalhos, e inclusive do Ministério Público, no *acompanhamento* das atividades:

“O decreto 10.173/06 da Prefeitura Municipal estabelece a criação do Núcleo Gestor dividido em duas equipes: a) uma Equipe de Coordenação, e b) uma Equipe de Acompanhamento. O referido decreto não esclarece as funções de cada equipe. No entanto, de acordo com os conceitos e nomenclatura das palavras, todas as pessoas em sã consciência sabem disso, acompanhar não é sinônimo de coordenar (...) Neste caso, a Resolução 25 do Conselho Nacional, citada acima, é

¹³² “Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

¹³³ “A coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação do poder público e sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para tomadas de decisões”.

*esclarecedora. Fica provado, então, que o decreto prejudica os segmentos da população, inclusive do Ministério Público (...)*¹³⁴.

Naquela mesma semana, uma entrevista é concedida pelo Diretor Executivo do Instituto Cidade Futura ao jornal *Correio de Uberlândia*, na qual menciona a apresentação da Representação no Ministério Público e a recusa em participar da Comissão de Revisão do Plano Diretor, para a qual o Instituto havia sido convidado em razão das irregularidades na formação da Comissão de Revisão do Plano Diretor. Em seguida à fala do Diretor, o jornal apresenta a versão do Secretário de Planejamento Urbano afirmando que "estamos fazendo tudo de acordo com orientação do Ministério das Cidades". Por meio da referência à presença de um Terceiro em um evento realizado na cidade, "uma das maiores autoridades do País quando se trata de reforma urbana, o diretor de planejamento urbano do Ministério das Cidades, Benny Schasberg"¹³⁵, o secretário busca validar sua proposição de "cumprimento do Estatuto das Cidades". Soma-se a isso a chamada para si, de sua formação acadêmica, como arquiteto e urbanista, para distanciar sua ocupação no cargo por razões políticas e a realização da revisão do Plano Diretor de uma "forma 'caseira'".

A notificação do poder executivo local pelo Ministério Público é entregue em 06 de março de 2006 e, em 24 de março de 2006, é realizada a primeira audiência pública do Plano Diretor no plenário da Câmara Municipal de Uberlândia. O evento é aberto pelo responsável pelo cerimonial com o convite para compor a mesa, dentre outros, ao Prefeito, um vereador da base aliada, Secretário de Planejamento Urbano e representantes de entidades integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor, com a menção à composição da Comissão e finalizando com a menção à obrigatoriedade e prazo para a realização dos Planos Diretores de acordo com o Estatuto das Cidades. O clima é tenso, com a abertura das falas por parte do vereador representante do poder legislativo conclamando para a importância da realização do Plano Diretor e para a "agilidade necessária, mas o bom senso permanente para que façamos o melhor possível para nós mesmos"¹³⁶.

¹³⁴ Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia a partir do Expediente 013/2006, fl. 08. Representação apresentada pelo Instituto Cidade Futura em 30.01.2006.

¹³⁵ Silva, Selma. Plano Diretor precisa ser implantado. Jornal *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 04 fev. 2006. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2006/02/04/15974/plano_diretor_precisa_ser_implantado.html>

¹³⁶ Vereador N. O. S (PSDB) em abertura à 1ª Audiência Pública para revisão do Plano Diretor de Uberlândia, realizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Fala captada em registro áudio-visual disponível nos autos do Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia, a partir do Expediente 013/2006, em decorrência da Representação apresentada pelo Instituto Cidade Futura.

A sequência das falas, do cerimonial ao vereador, pertencente à bancada do Prefeito, passando pelo Prefeito, compõem uma sequência de argumentos que dá o tom da audiência em torno da urgência dos trabalhos em prol da aprovação do Plano Diretor dentro do prazo previsto pelo Estatuto das Cidades. Com uma expressão séria, fala pausada, tom grave, a fala ritual do prefeito de Uberlândia, privilegiadamente marcada pela função poética (Jakobson, s/d), abre oficialmente e, como veremos mais adiante, encerra o evento em torno da participação popular para a revisão do Plano Diretor, compondo elementos para o alcance dos efeitos pretendidos dos atos do poder executivo nessa revisão:

“Boa noite a todos, senhoras, senhores, senhoritas, jovens, [1] meu caro vereador M. que representa o excelentíssimo presidente da Câmara vereador Tenente Lúcio,[2] meu caro secretário doutor Luiz Humberto Finotti que tem a missão ao lado do núcleo gestor de preparar o futuro de Uberlândia nesse momento propício, [2] minha cara coordenadora da empresa TESE, Mirna Couto, [2] minha cara professora Marlene Colessanti, [2] meu caro doutor Milton Leite, [2] meu caro doutor Luciano Pereira Silva. [3] Como prefeito de Uberlândia nesse momento, [2] eu elevo o meu pensamento a Deus e peço que ele ilumine [1] a todos[2] para que realmente nesses dias de discussão [2] que será feito com toda a comunidade uberlandense [2] até o mês de outubro aproximadamente, [2] nós possamos receber as luzes [2] para que realmente possamos oferecer à nossa cidade o melhor projeto e aquilo que ela espera da gente. [3] Portanto, [1] com essas palavras e com a qualidade de prefeito municipal de Uberlândia [2] e em cumprimento ao contido na lei 10.257/01, [1] o Estatuto das Cidades, [2] declaramos aberta essa primeira audiência pública de discussão [1] com a comunidade na revisão do plano diretor aprovado em 1994. [2] Agradeço a presença de todos [2] e em especial de nosso anfitrião, [2] no caso nosso vereador Magoo [1] e desejo que os trabalhos sejam profícuos, [1] reflitam a visão dos problemas críticos para o desenvolvimento do município de Uberlândia”¹³⁷.

Como ato oficial de abertura das audiências públicas, o Prefeito é circunstancialmente feliz, nos termos de Austin (1962) em seu objetivo institucional de cumprimento dos preceitos legais relativos ao Plano Diretor. Por um efeito de seleção e combinação próprio da função poética, o Prefeito cumprimenta os presentes na audiência em uma sequência gradativa que culmina no Secretário de Planejamento Urbano, “*que tem a missão ao lado do núcleo gestor de preparar o futuro de Uberlândia nesse momento propício*”, momento no qual dirige o olhar para os integrantes do núcleo que compõe a mesa, e completa sua fala com os cumprimentos individualizados aos integrantes do núcleo gestor. Uma pausa anterior à menção dos nomes é significativa, no sentido de conferir-lhes deferência e consideração em relação à missão da qual faziam parte. No primeiro trecho de pausa destacado com o tempo [3] o Prefeito ressalta sua posição para conferir sentido à sua função no evento para, em seguida, antecedido por uma nova pausa [3] conferir legitimidade aos atos do executivo,

¹³⁷ O.L.C, prefeito de Uberlândia (PP) em abertura à 1ª Audiência Pública para revisão do Plano Diretor de Uberlândia, realizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Fala captada em registro áudio-visual elaborado para a composição do Memorial do Processo do Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

mediante a mobilização de um símbolo, o Estatuto das Cidades, transferindo, pelas palavras pronunciadas, as propriedades daquele símbolo às ações relacionadas às audiências públicas.

Ressalte-se que sua fala se insere num contexto de contestação da legitimidade dos atos do poder executivo relativos à revisão do Plano Diretor. Quando da realização desta primeira audiência o executivo já havia sido notificado pelo Ministério Público da Representação por parte do Instituto Cidade Futura questionando a composição da Comissão de Revisão do Plano Diretor, a coordenação dos trabalhos pela empresa contratada e reivindicando a realização das audiências públicas para atendimento do Estatuto das cidades no que dizia respeito à participação popular.

Desse modo, as ações seguem com o uso de diversos meios de comunicação de sentido à validação do evento, como a presença dos técnicos de registro áudio-visual entre os presentes na audiência para registrá-la¹³⁸, exibição de um vídeo institucional do Ministério das Cidades sobre o Plano Diretor, um grande cartaz elaborado pelo município com os dizeres “Plano Diretor de Uberlândia – Audiência pública para discussão e revisão – Sua participação pode mudar nossa cidade”, ícones do pretendido cumprimento do Estatuto das Cidades e das recomendações do Conselho das Cidades.

Transferido o sentido do cumprimento do Estatuto pelo prefeito, sua fala é seguida pelo Secretário de Planejamento Urbano que busca circunscrever, por meios metafóricos, os termos do entendimento da gestão democrática em torno discussões “políticas”, mas “a-partidárias”, bem como a partir da instituição posterior do Conselho da Cidade e do significado da participação não apenas através das audiências públicas, mas através do recebimento e discussão das informações: “Eu acho que a gente tem de receber essas informações, a gente tem de discutir essas informações e essa equipe tá toda disponível para isso”¹³⁹.

Caberia ao secretário conferir o sentido da participação da empresa de consultoria contratada para a revisão do Plano Diretor, contestada pelo Instituto Cidade Futura, convidando à mesa a representante da consultoria, apresentada como “socióloga e especialista na mobilização comunitária” que, por sua vez, se coloca como mais do que especialista, uma cidadã e, como cidadã, estaria no mesmo plano dos demais cidadãos presentes na audiência pública. De acordo com a representante da consultoria, “mesmo não sendo cidadã

¹³⁸ Conforme o previsto no inciso V, do artigo 8º, da Resolução Recomendada de nº. 25, do Conselho das Cidades, de 18.03.2005.

¹³⁹ L. H. F. Secretário de Planejamento Urbano, durante a 1ª Audiência Pública para revisão do Plano Diretor de Uberlândia, realizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Fala captada em registro áudio-visual elaborado para a composição do Memorial do Processo do Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

uberlandense, uma vez que o Estatuto da Cidade é uma lei federal, as realizações do plano diretor de Uberlândia também diziam-lhe respeito”.

Desse modo, o poder executivo é circunstancialmente feliz (Austin, 1962) em suas ações, apesar das manifestações contrárias à metodologia utilizada para as discussões realizadas no decorrer da audiência e daquelas que se seguem à realização da primeira audiência pública, e apesar da representação apresentada no Ministério Público pelo Instituto Cidade Futura, tendo por efeito a declaração do Promotor de Justiça em entrevista ao jornal local:

O promotor F. G., que é curador do Meio Ambiente, alegou que neste primeiro momento não tem nenhuma crítica quanto à participação popular e lembrou da abertura da primeira audiência pública, quando o prefeito O. L. agradeceu a presença de representantes de várias entidades de classe e associações. "Não tenho nenhuma informação de que alguma instituição interessada foi proibida de integrar os trabalhos que ainda estão no começo", diz. F. G. esclareceu que, por enquanto, não vai tomar nenhum tipo de medida porque o momento é de organização do trabalho e não de propostas, quando então sim a participação popular deverá ser obrigatória. "Estou acompanhando bem de perto tudo isso e ainda não vi prejuízo nenhum porque as comissões técnicas estão fazendo parte", ressaltou o promotor¹⁴⁰.

A realização da audiência pública segue com uma contestação na imprensa de um integrante do “Fórum Permanente do Orçamento Participativo”, a partir de preceitos interpretativos diferentes daqueles apresentados pelo poder público local. Com eles, busca validar a reivindicação da participação popular a partir do reconhecimento da atuação dos movimentos populares na cidade, diferenciando, deste modo, os “interesses da sociedade” dos “interesses da Administração Municipal”. Segundo o representante do Fórum, a Administração Municipal “insistentemente se esconde na tecnocracia numa tentativa de prevalecer na revisão do plano os interesses da Administração Municipal e não os da sociedade”¹⁴¹.

No entanto, as enunciações desses grupos não alcançam o efeito pretendido em razão do contexto circunstancial de suas ações. A Procuradoria Geral do Município apoiando-se em termos referenciais à Portaria que publica os integrantes das equipes, reivindica o “cumprimento de seu papel” e, portanto, do Estatuto das Cidades, apresentando ao Ministério Público como evidências da participação da sociedade, “*independentemente da ‘facção’*”

¹⁴⁰ Castro, Margareth. Começa a Revisão do Plano Diretor. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 09 abr. 2006. Disponível em: <http://www.correioeuberlandia.com.br/texto/2006/04/09/17418/comeca_a_revisao_do_plano_diretor.html>

¹⁴¹ Ferrar, Márcilio Marquesini. Desorganizando o consenso. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 31 mar. 2006. Sessão Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.correioeuberlandia.com.br/texto/2006/02/04/15974/plano_diretor_precisa_ser_implantado.html>

política”, o questionário entregue à população, a Portaria publicada e a agenda de reuniões setoriais e audiências públicas:

“A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, vem em atenção à notificação S/Nº, de 06.04.2006, que pede informações sobre o expediente referenciado, dizer que independentemente da ‘facção’ política a que pertença os integrantes da instituição denominada ‘Instituto Cidade Futura’ e independentemente da ótica que tal instituição queira vislumbrar, o Município de Uberlândia está cumprindo com o seu papel de forma transparente, consultando a população em audiências públicas e individualmente com panfletos que irão formatar o anseio do povo dos diversos segmentos da sociedade civil organizada. Inobstante a grita formulada sem razão pela Instituição Reclamante, a Portaria 19.849 de 21.03.2006 publicada pelo órgão oficial ‘O MUNICÍPIO’, garante ampla participação da população e de inúmeros seguimentos representativos do Município de Uberlândia, que ao contrário do que afirma o reclamante, estarão efetivamente contribuindo para a formatação do novo Plano Diretor de Uberlândia. Ademais, caso não seja de conhecimento da instituição, o Ministério Público tem papel fundamental no acompanhamento dos trabalhos de formatação do Plano Diretor, tanto que faz parte do núcleo gestor de acompanhamento”¹⁴².

As reuniões setoriais transcorrem na semana posterior à resposta da Procuradoria Geral do Município. Realizadas nas quatro regiões da cidade em escolas municipais, cada uma das reuniões setoriais foram divididas em três momentos que conjugavam todas as suas ações, sendo uma para cada setor: entrega de cartilhas elaboradas pela Prefeitura sobre o Plano Diretor – cujo conteúdo compõe-se de um trecho explicativo do que é o Estatuto das Cidades, seguido do próprio Estatuto, bem como da Lei complementar 078 referente ao Plano Diretor de Uberlândia de 1994, que seria revisto naquelas reuniões e audiências - entrega e preenchimentos dos questionários que comporiam o diagnóstico da cidade, coleta de sugestões e assinaturas das atas e, por fim, apresentação da síntese das propostas.

Em um primeiro momento, da abertura das reuniões, o Secretário de Planejamento Urbano abordava rapidamente o tema Plano Diretor, do que se trata, de que modo a população poderia contribuir e fazia um resumo dos trabalhos realizados até aquele momento. Em um segundo momento, a condução das reuniões era passada à representante da empresa de consultoria contratada, “especialista em mobilização social”, apoiada pelos técnicos da prefeitura e demais integrantes da empresa de consultoria. Uma sondagem entre os participantes sobre o que sabiam sobre o Plano Diretor era realizada, sendo complementada pela representante da empresa ou resignificada nos termos do idioma relacionado à legislação pertinente ao Plano Diretor por meio das operações de seleção e combinação, próprias da função poética (Jakobson, s/d):

¹⁴² Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia a partir do Expediente 013/2006. Carta-resposta da Procuradoria Geral do Município da Prefeitura Municipal de Uberlândia, de 02.05.2006, fls 28-33.

“Com esses elementos, a gente já poderia então dizer de uma forma muito simples, porque às vezes nos gabinetes, né, a gente fica dando apelido, nome complicado né, num tecnocrês assim... que a gente acaba não entendendo. (...) Então, a gente poderia dizer, em linhas gerais, numa linguagem bastante simples, que o plano diretor é aquilo que orienta... como diz é, é um plano que orienta o crescimento da cidade como é que essa cidade Uberlândia tem que crescer nos próximos anos e como é que ela tem que crescer no sentido de dar à população, né, proporcionar à população de Uberlândia moradia digna, saneamento, ensino de boa qualidade, saúde, habitação, transporte, ou seja, todos os serviços urbanos, é... e todos os... o uso de todos os equipamentos urbanos que a cidade tem direito. Quer dizer, o plano diretor orienta o crescimento da cidade para que as pessoas tenham uma vida digna. E como é que a gente vai saber qual é a direção, qual é o rumo que esse crescimento tem que ter? Como disse muito bem o senhor A., e complementando esse nosso conceito, baseado no processo de consulta à população, que nós começamos na audiência pública, tamos continuando nessa segunda etapa como disse o secretário de planejamento, então a partir dessa consulta à população que é quem de fato sabe o quê que a cidade precisa é que nós vamos depois construir as propostas do Plano Diretor. Gente ficou claro o quê que nós vamos fazer aqui e qual é a importância do Plano Diretor na cidade?”¹⁴³.

Em seguida, os participantes eram divididos em grupos que, segundo a condutora das reuniões, permitiriam o maior aprofundamento das questões e dariam oportunidade a que todos discutissem. Neles eram discutidos temas apresentados pelo Secretário de Planejamento ao início das reuniões como meio ambiente, sistema viário, desenvolvimento econômico, política social que, em geral, eram apresentados a partir de símbolos, cuja contigüidade convencional do idioma relativo à cidade, estariam relacionados à identificação dos temas. Deste modo, poluição sonora, poluição dos rios e córregos, áreas verdes, arborização, eram acionados como símbolos de questões relacionadas ao tema do meio ambiente; educação, saúde, habitação, segurança, cultura, esporte e lazer, associados à política social. Estes por sua vez, eram orientados a serem identificados a partir das noções de “fragilidades”, “potencialidades” e “sugestões de soluções”.

3.2.3. O Parque Linear do Rio Uberabinha e o *interesse público*

Nessas reuniões, em geral, o tema das áreas de preservação permanente, suscitado a partir das “áreas verdes” e discutidos na temática do meio ambiente, aparecem entre os temas apresentados pelos participantes das reuniões, moradores dos bairros, como “fragilidades”, sob os signos da degradação, despoluição, erosão, lixo e falta de preservação, de fiscalização e identificação de quem polui por parte do poder público local. Como solução para tais “fragilidades”, os parques lineares aparecem suscitados ora pelos técnicos da prefeitura que

¹⁴³ Consultora O., representante da empresa TESE Consultoria. Fala captada em registro áudio-visual da Reunião Setorial – Leste elaborado para composição do Memorial do Processo pensado ao Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

coordenam as reuniões em grupos, ora por alguns funcionários da prefeitura que participam das reuniões também como moradores de bairro, ou profissionais ligados à área de meio ambiente, arquitetura e urbanismo.

Expressivo dessa emergência dos parques lineares como solução para as áreas de preservação permanente nos córregos urbanos e rio Uberabinha, ao longo das discussões do Plano Diretor, é o encaminhamento dado à sugestão de uma moradora, V.C., na reunião setorial da região central da cidade sobre o rio Uberabinha. Entre sua fala e o registro da sugestão pelos coordenadores da reunião, um conjunto de signos são postos em discussão em torno da interpretação adequada para sua sugestão:

“Eu quero falar sobre praças, é... da região, que eu acho que até foi apontado como ponto forte tem várias praças só que eu acho que elas são muito pouco... tem muito pouco... tem pouco cuidado né, e acho que elas não tem... não são muito também utilizadas como espaço público, assim como o rio Uberabinha que além do problema da poluição, é um rio que fica... lá largado lá embaixo, né, no fundo da cidade assim... lá embaixo. E, acho que é um rio... de qualquer forma só por ser um rio né, eu acho que já é importante. Tem lugares, tem cidades, eu já trabalhei no Vale do Jequitinhonha, que o rio tem um papel muito importante na cidade. Eu vejo uma diferença muito grande pra Uberlândia. É... então, além do cuidado, né, que... que... assim ambiental mesmo, mais diretamente, né, em relação à poluição, tudo... é... eu acho que tem que ter... aí é mais... é uma sugestão mesmo, eu acho que é importante que o rio possa ser acolhido e possa ser utilizado mesmo como espaço público pra cidade, para os moradores da cidade, tem um gramado, tem um área ali em torno dele que é... que é um espaço bom assim... significativo que é muito pouco utilizado e que a cidade parece que nem muito, nem considera muito a existência do rio Uberabinha”¹⁴⁴.

Um outro morador apresenta a sugestão de considerar o Parque Linear como ponto positivo para a cidade, como um dos “pontos fortes”: “Eu queria colocar como ponto positivo o projeto do Parque Linear do Rio Uberabinha, que abrange ali a parte do bairro Tabajaras, né? Só mesmo pra ficar registrado a importância desse projeto enquanto qualidade urbana pra Uberlândia que vai mudar toda uma característica de lazer”. Ao final da reunião, a representante da empresa consultora conduziu a leitura dos registros das sugestões realizados pelos técnicos da prefeitura que lhe auxiliavam nas reuniões, dividindo-as de acordo com o registro entre “pontos frágeis”, “pontos fortes” e “sugestões”. Dúvidas a respeito do registro da sugestão da moradora V.C. quanto ao rio Uberabinha leva a questionamentos por parte da moradora sobre o registro:

Coordenadora: “Sugestões: recuperar as áreas verdes e aumentar nos bairros mais pobres, o plano diretor de arborização, o tratamento das margens do rio Uberabinha, a expansão da preservação histórica (...) Tá bom? Tá ok gente?”

¹⁴⁴ Moradora V.C. Fala captada em registro áudio-visual da Reunião Setorial – Central, elaborado para composição do Memorial do Processo pensado ao Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

Moradora V.C.: “Não... não é tratamento das margens, que eu falei, é tanto tratamento das águas quanto...”

Coordenadora: “Não, mas... aqui tá... tratamento das margens. Você quer coloque tratamento das águas e das margens?”

Moradora: “É... não é tratamento das margens. É tratamento das águas e a realização de ações tendo como referência as margens do rio”

Coordenadora: “Mas acho que foi nesse sentido, né? que foi colocado?”

“Implementação do Parque Linear”. Sugere um técnico da prefeitura, apontando para o quadro de registros, como solução para as dúvidas em torno da interpretação adequada para a sugestão da moradora. As dúvidas, no entanto, permanecem:

Coordenadora: “Tá. Podemos considerar implantação do Parque Linear, aqui? Pode ser?”

Moradora L.: “Mas tem que ter o cuidado, né? É o cuidado que ela tá falando”

Coordenadora: “Tá. E então põe aqui: tratamento das águas e cuidado do entorno. É isso?”

Moradora V.C.: “Não é só isso...”

Tratava-se da definição de um código comum para a sugestão apresentada pela moradora que não se ligava apenas à substituição de seu enunciado por um outro, objetivo, pendente para o código: “tratamento das margens do rio Uberabinha” ou “implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha”.

Estava em questão o que Jakobson (s/d) chama atenção em relação aos dois modos de interpretação de qualquer signo lingüístico que colocamos em operação no processo de comunicação: um ligado ao plano da substituição (o eixo metafórico) e o outro ao plano da combinação (o eixo metonímico). Assim, apoiado em Peirce, nos lembra Jakobson (s/d): “Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por meio de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma sequência” (p.41). Deste modo, nos processos de tradução intralingual de sentido “uma palavra ou um grupo idiomático de palavras, em suma, uma unidade de código do mais alto nível, só pode ser plenamente interpretada por meio de uma combinação equivalente de unidades de código, isto é, por meio de uma mensagem referente a essa unidade de código” (p.65). Uma vez que no processo comunicativo diferentes preceitos são acionados na interpretação do signo lingüístico, a função metalingüística é posta em ação pelos atores da interação para alcançar um acordo sobre o entendimento da interpretação a ser alcançada de modo que a transmissão da mensagem seja assegurada.

No entanto, ao substituir a reflexão apresentada pela moradora pela sentença “tratamento das margens do rio Uberabinha” ou “implementação do Parque Linear do Rio Uberabinha”, o desacordo com relação ao código parece residir na centralidade no eixo metafórico (que não exclui o eixo oposto) por parte da coordenadora e do técnico da prefeitura, definidores circunstanciais do significado que levará ao registro da sugestão, e no eixo metonímico por parte da moradora. Essa centralidade no eixo metafórico faz com que a ausência de elementos que remetam ao contexto para o entendimento do quê significa o parque e a aceitação da tradução feita pela coordenadora e técnico pela moradora estejam comprometidos.

A menção ao Parque Linear nesta, como nas demais reuniões, não eram acompanhadas da exposição do quê implicaria a implantação do parque, o que era na verdade este parque, o que, neste caso, aparentemente, era de desconhecimento por parte da própria coordenadora e do técnico. Assim, o Parque não implicava necessariamente no “cuidado” indicado pela V.C moradora e ressaltado pela moradora L. Na ausência de equivalência dos signos utilizados, a troca de mensagens tornou-se infrutífera, levando a moradora a uma busca pela combinação equivalente de unidades de código, ou seja, uma mensagem referente à unidade do código, explicitando sua sugestão, que foi, então, anotada por ela em um papel e colado no quadro de registros como “sugestão”, juntamente com projeto do Parque Linear sugerido pelo outro morador como “ponto forte” da região.

A questão relativa ao tempo disponível para as discussões permeou algumas das falas dos moradores nelas presentes e em algumas audiências públicas, levando a interpretação desses moradores da audiência e reuniões como espaço para “tomada de sugestões” ou “pesquisa de opinião” e não propriamente de discussões. Deste modo, o estabelecimento de um código comum entre os moradores e os coordenadores da reunião que permeie o caminho entre a sugestão e o registro a ser encaminhado para a composição do diagnóstico que levaria ao projeto de lei permanece uma questão ainda não respondida neste momento da revisão do Plano Diretor, mas cria condições a enunciação dos parques lineares como solução para as margens dos córregos e do rio Uberabinha, somadas a novas elaborações que são realizadas nos dias subsequentes às reuniões setoriais. Assim, na semana seguinte ao término das reuniões setoriais, nas quais a população era “consultada”, podia-se ler em um jornal:

“A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente vai incluir no Plano Diretor um amplo projeto de recuperação dos córregos da cidade (...) Além disso, existem outras obras anteriores como a despoluição do rio Uberabinha e a criação do parque linear. Após a conclusão serão aproximadamente oito quilômetros, em ambas as margens, de recuperação das matas

ciliares com equipamentos de lazer. ‘Esse rio, após totalmente despoluído, consistirá em um ponto turístico’, aponta Claudio Guedes”¹⁴⁵.

A reportagem tem por efeito a suspensão pelo Ministério Público de todos os Procedimentos e Inquéritos Civis instaurados pela Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação para “apurar responsabilidades acerca das degradações ocorridas nas matas ciliares dos córregos que atravessam a cidade e poluição através de despejos de resíduos líquidos nos mesmos (...) a fim de que o Município promova os levantamentos técnicos necessários tal como informado no periódico local, os quais deverão conter a identificação de todos os proprietários das matas ciliares (duas margens), devendo constatar a condição de preservação destas áreas, diagnosticando-as por inteiro, além de informar, metro a metro, o projeto de recuperação que será executado em cada área”¹⁴⁶.

Na continuidade das discussões da revisão do Plano Diretor, após as reuniões setoriais, foi realizada a segunda audiência pública, na qual se apresentou o diagnóstico das condições da cidade elaborado pela empresa de consultoria contratada a partir dos levantamentos feitos nas reuniões setoriais e dos questionários entregues à população; diagnóstico a partir do qual seria elaborado o Projeto de Lei do Plano Diretor. A audiência é marcada por disputas em torno dos termos do entendimento do que seria uma audiência pública, o que refletiria os termos da consulta popular que garantiria a participação popular prevista no Estatuto da Cidade; disputas que se refletiriam posteriormente em nova representação apresentada ao Ministério Público. Expressivas dessas disputas, as falas do morador E.P, do representante da empresa de consultoria e do secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente transcritas da segunda audiência pública abaixo¹⁴⁷ nos permite compreender o conteúdo dessas disputas:

“Meu nome é E., sou morador do bairro Santa Mônica. Como eu considero que essa é uma audiência pública, portanto audiência é para ser escutado, certamente eu não vou circunscrever a minha fala apenas a uma pergunta, quero fazer algumas considerações que são importantes e vou me ater ao tempo que é algo democrático para que todos possam falar (...) Eu acho que o diagnóstico apresentado nessa proposta pelo C., eu acho que é um diagnóstico que ainda está superficial. Apesar de ter muitos números, esses números não apresentam os problemas fundamentais da cidade. (...) Eu não recebi o questionário (...) e acho que um questionário como esse não pode ser chamado de consulta popular. Isso é uma pesquisa de opinião. Quando você responde um questionário todos sabem pelas técnicas de pesquisa na sociologia, na ciência política, que todo questionário está sujeito a uma conjuntura (...) então chamar aquilo de consulta

¹⁴⁵ Corrêa, Gleide. Plano Diretor da cidade contempla ações ambientais. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia 11 mai de 2006. Caderno Cidade.

¹⁴⁶ Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia a partir do Expediente 013/2006, fls 02-04.

¹⁴⁷ Falas captadas em registro áudio-visual da segunda audiência pública de Revisão do Plano Diretor de 2006, elaborado para composição do Memorial do Processo apensado ao Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

popular tá muito distante. (...) eu teria questões pra discutir e gostaria de apresentar e gostaria de ser consultado e o Estatuto da Cidade me garante que eu deva ser consultado. Não que minha opinião vai valer, mas minha opinião deve estar na esfera pública. (...) Achei que a apresentação foi extremamente superficial, e que a gente precisava aprofundar no debate. Acho que no documento de 400 páginas deve tá melhor, mas acho que mesmo assim a gente precisa debater mais”(E.P. morador).

“Eu vou... eu vou pedir permissão à prefeitura, mas eu acho que eu vou responder de maneira menos... politicamente adequada. Como é que é teu nome? Edson o trabalho não é superficial. Me desculpe mas isso eu não posso nem colocar em discussão. Ele tem problemas claro que tem. Ele é interminável mas ele não é superficial. Eu não posso ter colocado bobagens em 400 palavras, nem ser superficial em 400 páginas, não existe isso em minha vida profissional. Acho que você se precipitou ao responder isso. Desculpe a equipe da prefeitura mas essa situação está descartada. Segundo, você fala questões, análises qualitativas, e você desconfia dos números, não existe cientificidade se você não acreditar nos números. Eu sei que os números podem ter outras leituras, eu insisti nisso na minha análise. Os mesmos aspectos que eu apresento como negativo ele pode ser elemento positivo. Os mesmos aspectos que é ponto forte ele é ponto fraco. Eu insisti nisso. Se não ficou claro, a tua leitura foi superficial. Você me desculpe responder assim(...) Tem problemas, eu assumo, mas jamais superficialidade, e jamais descaso da nossa parte ou da parte da prefeitura, de chamar um ou outro setor. Acho que isso não existe. Você me desculpe porque se for assim fica difícil a discussão. O que eu posso te dizer é que os dados são oficiais (...) Agora se eu não for acreditar nos dados, e ficar no qualitativo, claro que eu levo em consideração o qualitativo, adoraria fazer um plano no qualitativo, seria muito mais fácil. Em uma semana eu faria um sobrevôo aqui, não colocaria nem a mão no papel, e faria o plano. Acho que também não tá certo, né? Muito mais fácil pra fazer mas acho que não tá certo. Você me desculpe, né? Mas é que... fica difícil assim, né? Eu acho que a gente tem que ter clareza. (...) Então, eu pediria que você observasse bem isso porque isso é uma maneira estratégica de trabalhar, né? Pode parecer ousada, mas ela está extremamente comprometida com os interesses da maioria. Só que eu sei que eu tenho que fazer concessões. Enfim” (Representante da empresa de consultoria)

“Você falou do lazer público, né? O colega falou aqui aquela hora falou que aqueles questionários não podem ser considerados consulta popular. Eu fiquei impressionado com uma coisa dessa que a gente compilou, sabe? tabulou 26.000 questionários onde a maioria coloca o parque sabiá como uma área... uma marca da cidade, a maioria disparada em várias coisas, quê que é o parque do sabiá? É a grande área de lazer pública que nós temos na cidade, no município, é uma área multifuncional, lá tem o meio ambiente conservado, lá tem o zoológico, lá tem o esporte e o lazer. Eu acho que a partir do momento que a população coloca como a grande marca da sociedade, sabe? ela acentua, em todas as reuniões que nos fizemos setoriais, inclusive a rural, primeira coisa a ser dita é o meio ambiente. Está também naquelas compilações todas lá. Eu acho que isso, isso que cê tá perguntando aí é o caminho que a gente tem que seguir em função dessas respostas dadas aqui gente. Tá muito claro! A gente que viu isso aí, o lazer público, através das áreas verdes, através do meio ambiente, é a nossa grande saída do futuro, nós não temos outra alternativa” (Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente).

Naquela oportunidade, é importante lembrar, ainda estava em curso o questionamento sobre os termos da participação popular a partir da representação realizada pelo Instituto Cidade Futura sobre a *coordenação* dos trabalhos e a atuação da empresa de consultoria à frente da coordenação. O Ministério Público ainda não havia se pronunciado. Participação, opinião, consulta, diagnóstico, audiência, são termos que circulam no léxico dos atores diretamente envolvidos nos embates em torno da definição do código que rege a condução dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Trata-se de um mesmo objeto cujos signos significam a partir de diferentes preceitos explicativos. Na sequência dessas falas, o

representante do Instituto Cidade Futura aponta para a linguagem utilizada na apresentação do diagnóstico, questionada por alguns moradores presentes na audiência como de difícil compreensão, e para a necessidade, como prevê o Estatuto das Cidades, de capacitação das pessoas para que elas possam discutir o Plano Diretor.

Estava em questão nessa disputa não apenas a asseveração da transmissão da mensagem à diversidade de moradores presentes na audiência, mas, também, o entendimento do quê o diagnóstico expressava. Considerando os princípios fundamentais previstos no Estatuto da Cidade, os signos que compõem as perguntas presentes nos questionários¹⁴⁸ entregues à população não estabeleciam uma relação de contigüidade com esses princípios, o que colocava o estabelecimento dessa relação que resultaria no diagnóstico a cargo dos coordenadores dos trabalhos.

Para o morador E., consulta implica em conversa, debate, troca, possibilidade de discutir, de argumentar, contra-argumentar e não em um circuito fechado pergunta-resposta. O representante da empresa consultora, por sua vez, reivindica a crença nos números e, portanto, a *cientificidade* do diagnóstico e a legitimidade da “maneira estratégica de trabalhar que representa os interesses da maioria”. O Secretário de Planejamento Urbano, toma como signo dos interesses da maioria aquilo que, de acordo com os questionários, naquele contexto se confunde com os interesses da Administração, o Parque do Sabiá, estabelecido anos antes, como vimos no capítulo dois, sob intensa e desigual disputa com os moradores daquele local.

Como uma unidade de sentido que expressa uma mensagem, uma conclusão a respeito dos dados coletados ao longo das reuniões e questionários, o diagnóstico resulta de um ato seletivo dos signos relacionados aos “pontos fortes”, “pontos fracos”, “soluções” apresentados pelos moradores, baseado nos preceitos interpretativos daquele ou daqueles que os selecionam, os *coordenadores* dos trabalhos, e que são combinados, por contigüidade entre um signo e outro, em uma determinada sequência que designa o sentido contextual da unidade significativa em que se compõe o diagnóstico.

O diagnóstico, como elemento que serviu como base para a elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor, pode expressar e suscitar diferentes interpretações, a depender do modo como os signos são selecionados e combinados em uma unidade de significação. Na disputa entre os atores, mais que uma diferença de interpretação dos dados, estava em jogo a seleção e combinação que resultaria em uma certa mensagem a ser considerada na composição do Plano Diretor. O questionamento do morador acerca da interpretação dada sobre os termos da

¹⁴⁸ Ver Anexo 7.

audiência, consulta ou participação, defronta-se diretamente com a composição apresentada pelo representante da empresa de consultoria, na medida em que este revela em sua fala modos de seleção e combinação baseados em uma “consulta de opinião” que colocaria em questão, desta forma, a possibilidade de acordo entre a empresa e a população com relação aos termos dos códigos utilizados para expressar a mensagem encaminhada para o Projeto de Lei e, portanto, da representação dos interesses da população.

Uma verificação do acordo do código utilizado seria reivindicada por um professor da Universidade Federal de Uberlândia, integrante da Equipe de *Acompanhamento* da Comissão de Revisão do Plano Diretor, na quarta e última audiência pública realizada antes do encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal. Os trabalhos de participação da sociedade abertos pelo Prefeito na primeira audiência pública são encerrados também por ele após a fala do Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e do Procurador Geral do Município, buscando conferir legitimidade e legalidade à elaboração do Plano Diretor. Diferentemente da tensão e seriedade imprimida pelo Prefeito na primeira audiência, na última audiência busca conferir um clima mais ameno, com sorriso estampado, interagindo com a platéia, em sintonia com um determinado sentido de participação democrática que buscava conferir à participação da sociedade nas audiências.

“Bom dia a todos... (silêncio) Bom dia gente?

Bom dia!

Muito bem!

Meu caro secretário Luiz Humberto Finotti, na sua pessoa quero saudar toda a sua equipe, você, pelo empenho, denodo, esforço, pelo gesto democrático que a Secretaria de Meio Ambiente fez na elaboração desse plano gestor da nossa cidade. Eu quero aqui de público dar o reconhecimento do Prefeito e os agradecimentos da população de Uberlândia pelo seu trabalho e toda sua equipe. Meu caro professor doutor Oscar Virgílio, da mesma forma também eu quero de público homenageá-lo, o senhor e toda sua equipe, pelo trabalho, pela participação, principalmente dessa fase de elaboração do Plano Diretor em sua lei final. Senhores vereadores Baiano, Magoo, Carlito Cordeiro, Vilmar Rezende, Joaquim Vitor, Cabo Garcia, Pastor Leandro, Misac Lacerda, Aniceto Ferreira, cumprimento-os pela presença e digo aos senhores vereadores que o Município neste ato dá cumprimento à lei que determinava que até o dia de hoje, fosse, obviamente, apresentado à Câmara dos Vereadores o projeto final sobre o Plano Diretor. Portanto, estamos cumprindo tudo aquilo que a lei determina. Meu caro consultor jurídico, doutor Sacha Rek, um prazer conhecê-lo aqui agora (...) eu quero também cumprimentar o senhor, a sua empresa, pelo trabalho, pela dedicação, e pela maneira como ajudou Uberlândia a conduzir o seu Plano Diretor. (...) Bom, eu queria de maneira muito especial, agora registrar também o meu agradecimento ao núcleo gestor. Vocês foram peças fundamentais para que esse momento de hoje pudesse acontecer e da forma como está acontecendo. Um Plano Diretor democrático que procurou ouvir todas as regiões de Uberlândia, aqueles que se interessaram pelo debate, aqueles que quiseram participar das diversas reuniões que o núcleo gestor levou a toda a cidade de Uberlândia, a participação inclusive através de 85.000 questionários retornados a nós em torno de 35.000 e aproveitado em torno de 26.000, foi a maneira mais democrática que já se elaborou talvez na cidade de Uberlândia um plano diretor. Eu acho que todos aqueles que quiseram, tiveram a oportunidade de participar, de discutir, de dar a sua posição e de dar a sua contribuição. Portanto, como Prefeito de Uberlândia cabe a mim agora receber essa mensagem e enviá-la aos senhores vereadores, à Câmara de Vereadores, do qual, farei, no dia de hoje. (...). E portanto, acho que agora o próximo passo é a Câmara discutir democraticamente apreciá-lo,

*votá-lo e a partir daí nós instalarmos o Conselho Municipal do Plano Diretor e darmos sequência aos nossos trabalhos. Muito Obrigado e um bom dia a todos*¹⁴⁹.

O Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente é, então, convidado pelo cerimonial a comparecer à mesa para a entrega do Projeto de Lei ao Prefeito:

Tá aqui Prefeito, tá nas suas mãos pra passar pro poder legislativo pra dar sequência aos trabalhos (L.H.F., Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente).

Muito obrigado. E pode ter certeza que foi um Plano que num teve em momento nenhum interferência do prefeito. Ele foi feito de maneira democrática por todos aqueles que participaram dele (O.L.C. Prefeito de Uberlândia).

A enunciação de tais palavras tem importância significativa com relação à participação popular na revisão do Plano Diretor. Contestado em várias instâncias e momentos diferenciados, o poder executivo local se vê em uma condição de legitimação de seus atos a partir dos mesmos signos utilizados pelos seus contestadores: a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades. Na ritualização dos atos de abertura e encerramento, por meio da seleção e combinação das palavras em uma determinada sequência buscam uma transferência de sentido aos atos do executivo como adequados àqueles signos. Como nos lembra Austin (1962), mais do que descrever situações, certos enunciados fazem algo por meio de seu próprio pronunciamento, constituindo-se em atos performativos nos quais a enunciação já constitui sua realização. Um ato que tem por efeito o questionamento por parte do professor quanto à legitimidade do procedimento de transferência do Projeto de Lei à Câmara sem passar pela revisão do Núcleo Gestor do Plano Diretor:

“... penso que, antes do projeto de lei que é um instrumento legal ser encaminhado a sua excelência o senhor prefeito ele precisa, precisava e precisa, passar por uma reunião do plenário do núcleo gestor para que todos os membros pelo menos titulares do par governamental e do par da sociedade civil aqui representada, possa, apreciar e verificar se o que foi dado formato legal está tudo de acordo com o que foi acordado e negociado entre os vários setores sociais e o poder público. Acho que para considerar que realmente o trabalho está encerrado conforme determina a própria constituição do núcleo gestor e o Estatuto das Cidades e Constituição Brasileira, isso não se encerra da forma adequada, legal e legítima dessa maneira. (...). Portanto, eu penso que se esse procedimento não for feito ficará uma lacuna, infelizmente, e uma situação muito desagradável pro nosso município que tanto amamos e que tanto queremos o melhor. (...) O núcleo gestor tem que defender o projeto que for para a câmara. Ora, se o núcleo gestor vai discutir quando ele já tiver na câmara ele não tem condição de defender o que for encaminhado pra Câmara. Isso é uma aberração, mas tudo bem eu acato (...) Isso tá bom, isso corretíssimo. Agora, como é que isso vai para a câmara e é entregue para a sua excelência o senhor o prefeito

¹⁴⁹ O.L.C. Prefeito Municipal de Uberlândia (PP). Fala captada em registro áudio-visual da Quarta Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor, elaborado para composição do Memorial do Processo pensado ao Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

sem o núcleo gestor apreciar e dar sua palavra final, parece que há um equívoco aí nesse processo. Com todo respeito e a disposição de colaborar”¹⁵⁰.

O Prefeito foi, circunstancialmente, infeliz na tentativa de transferência do Projeto de Lei do Plano Diretor à Câmara Municipal, tendo os critérios de adequação de seus atos contestados pelo professor. Imediatamente, o Procurador Geral do Município procura preencher a lacuna aberta pelos questionamentos do professor, lembrando do prazo legal para entrega do Projeto de Lei e afirmando a possibilidade de acompanhamento do Projeto pelo núcleo gestor paralelamente à Câmara Municipal e de manifestações contrárias a ele na própria Câmara. O Procurador Geral do Município atua, então, naquele contexto imediato, como garantidor último do significado dos atos do Prefeito de transferência do Projeto de Lei à Câmara, garantindo circunstancialmente os efeitos pretendidos pelos atos do Prefeito, com o encerramento imediato da audiência logo após a fala do Procurador sem, portanto, interrompendo as discussões previstas nas resoluções do Conselho das Cidades.

Alguns dias depois, nova representação é apresentada pelo Instituto Cidade Futura, demandando a realização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em razão do prazo definido por lei para a entrega do Projeto de Lei do Plano Diretor. Em sua reivindicação, o TAC possibilitaria que novas audiências fossem realizadas, evitando que o Prefeito e o Presidente da Câmara respondessem por improbidade administrativa e a cidade fosse prejudicada em relação ao recebimento de recursos federais e/ou de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) ou do Banco Mundial, em razão do atrelamento de certos financiamentos para a cidade à realização do Plano Diretor.

O Projeto de Lei, no entanto, foi entregue à Câmara e teve parecer favorável da Constituição de Legislação e Justiça, com 53 emendas, e parecer contrário da Comissão de Políticas Urbanas, com indicação de firmação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público para dilação do prazo para análise, revisão e aprovação do Plano. Em sua justificativa, esta Comissão afirma que diretrizes do Estatuto da Cidade não foram atendidas, ao não se demarcar no território a aplicação de instrumentos urbanísticos, como por exemplo, o IPTU progressivo, não garantir a função social da propriedade e da cidade, ao não definir o que é propriedade não utilizada e sub-utilizada, não prever as áreas de ocupação por população de baixa renda, não estabelecer as diretrizes concretas para as políticas urbanas, sendo um Plano “Diretor abstrato” e, principalmente, por não haver tempo

¹⁵⁰ L. G. F. V., professor da Universidade Federal de Uberlândia. Fala captada em registro áudio-visual quarta Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor, elaborado para composição do Memorial do Processo apensado ao Projeto de Lei 071/2006 de Revisão do Plano Diretor.

hábil para a análise de todos os documentos apensados, entregues à Comissão três dias antes da data limite para votação. Nos dizeres do Presidente da Comissão “É só tirar o nome de Uberlândia desse Plano Diretor que ele serve para qualquer cidade”.

Quando da entrada do Projeto de Lei na *Ordem do Dia* em que o Parecer contrário da Comissão de Políticas urbanas foi apresentado, sob um acordo de uma consulta ao Ministério Público de estabelecimento de um TAC e justificando o temor por um processo por improbidade administrativa caso não transferisse o Projeto de Lei à Comissão seguinte, o Presidente da Comissão de Políticas Urbanas transfere o Projeto para a Comissão de Administração Pública. Esta, por sua vez, em um dia concede o parecer favorável à sua tramitação, mobilizando como interpretante para sua decisão o prazo limite estabelecido pelo Estatuto da Cidade e pela Resolução Recomendada pelo Conselho das Cidades, com manifestação de voto em separado por um vereador do PV, contrário ao parecer. O vereador afirma o não cumprimento do Estatuto das Cidades diante da inexistência de instrumentos de política urbana.

A representação apresentada pelo Instituto Cidade Futura no Ministério Público leva à notificação dos Poderes Legislativo e Executivo no mesmo dia da votação, mas após sua realização. Diante da aprovação do Projeto de Lei, o Instituto entra com nova representação solicitando a anulação da lei e a propositura de Ação Civil Pública contra o Município. Mas um parecer afirma a inaplicabilidade da Ação Civil Pública em razão de que a lei que a regula prevê a condenação em dinheiro ou o cumprimento de fazer ou de não fazer. Uma vez aprovado o Plano Diretor, a representação tem por parecer a Recomendação para a complementação do Plano que será realizada a partir das leis municipais derivadas ou ao associadas: Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, Lei Ambiental.

* * *

Aprovado o Plano Diretor, estava cumprido um dos requisitos para a aprovação do Parque Linear do Rio Uberabinha pelo órgão ambiental local, o Conselho de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA). Do que depreendemos até aqui, as áreas das margens dos córregos e do rio Uberabinha foram disputadas pelo poder público desde a década de 1970, tendo sido significadas por uma noção de *interesse público* imprimida pelos integrantes da Comissão de Inquérito entendidos como “legítimos representantes do interesse público”, e transferida ao Plano de Urbanização resultante desta Comissão. O *interesse*

público associado aos *interesses da administração* que, por volta da década de 1970, ganhou força sobre a reivindicação dos *interesses do povo* no bojo das disputas em torno da construção do Parque do Sabiá, contemporaneamente é apresentado no diagnóstico do Plano Diretor de 2006 como representando simultaneamente os interesses *da administração e da sociedade* (Fuks, 2001). Assim entendido, o Parque do Sabiá é mobilizado como ícone do interesse público em relação aos Parques Lineares.

A forma centralizada e direcionada como as reuniões do Plano Diretor foram conduzidas pelo poder público, sem o tempo hábil para discussões que possibilitassem um acordo para o estabelecimento do código da interpretação correta entre a sugestão falada e a sugestão anotada, possibilitou condições para que o Parque Linear proposto pela administração fosse alçado à demanda pública de preservação ambiental no Plano Diretor de 2006. Quais seriam, então, as implicações para os moradores dessas áreas da reivindicação pelo poder público para o atendimento do *interesse público* em que foi transformado o Parque? Se, sob a reivindicação da área mediante obras previstas no Plano de Urbanização de 1954, as classificações dos moradores e a significação das remoções entram num complexo jogo em torno das noções de *favela* e *favelados*, de que modo, então, se dariam as classificações num contexto de reivindicação da área para recuperação ambiental?

3.3. De moradores, *invasores* e *criminosos ambientais*

“o meio ambiente veio para cá há uns seis anos”(...) depois que o meio ambiente veio para cá é que eles falaram que a gente não tem mais direito de indenização(...) Eles juntaram esse pessoal todo aqui no meio ambiente e a gente não tem mais direito de indenização. Para a prefeitura agora, nós é tudo invasor” (D. Fatinha, moradora da área).

As margens do rio e dos córregos de Uberlândia desde o ano de 2001 foram alvo de uma dupla reivindicação pelo poder público que corria paralela e convergentemente. Se a partir do ano de 1999 o poder público local tinha em vista essas áreas para a construção do Parque Linear, a partir de 2002 elas também passam a ser alvo do Ministério Público local com a instauração de um Inquérito Civil Público contra o Município para averiguar “riscos a moradores ribeirinhos; intervenção em área de preservação permanente”¹⁵¹.

¹⁵¹ Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7, fls. 01.

Após a visita à casa de D. Fatinha, moradora da área às margens do rio Uberabinha onde seria implantado o Parque Linear, o trecho de sua fala em epígrafe insistia em meus pensamentos. Ele me parecia emblemático das falas de demais moradores com os quais tive contato e que apontavam pelo direito à indenização por sua remoção da área e a perda do direito quando da entrada do “meio ambiente” - aqui identificado na figura da Procuradoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação do Ministério Público - a partir das notificações que haviam recebido individualmente para desocuparem a área. Intrigava-me como a dupla reivindicação do poder público incidia sobre o modo como a remoção dos moradores se realizaria e a força de novas classificações deles nesse processo. Segui, então, a pista da análise do Inquérito em busca de apreender nele o modo como estas classificações se davam e de que modo ele fornecia preceitos para a reivindicação da área pela Prefeitura local.

O Inquérito Civil é composto por um complexo jogo dialógico em que se encontram, como representado, o Município de Uberlândia e, como representante, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. No centro se encontram os moradores que são retratados como estando sob ameaça de risco em razão de possíveis inundações, ou suspeita de crime ambiental, nos termos da Lei Federal nº. 9605/98 – Lei de Crimes Ambientais - por residirem às margens do rio. O transcorrer do inquérito coloca os moradores sob um instável processo de tipificação de cujo resultado dependia suas condições de permanência na área e as possibilidades de construção do Parque Linear.

Uma reportagem do jornal *Correio*, intitulada “Risco de inundação ameaça famílias”¹⁵² constitui-se em uma primeira fonte de informação para o Ministério Público acerca da existência de moradores às margens do rio. Como é próprio da linguagem jornalística, a reportagem pretende “descrever” fatos, enunciando determinados signos que na sequência comporiam uma informação objetiva, expondo dados da “realidade”. No entanto, mais do que retratar fatos, o jornal fornece uma interpretação deles tomando a “distância de 50 metros do leito do rio” enquanto simultaneamente risco de inundação e invasão da área, sem referência ao conteúdo que evidencia a interpretação da situação como “risco” ou “invasão”. Numa conjunção de sobreposições de *fatos*, “risco” soma-se a “margens do rio”, “invasões”, “distância de 50 metros” que resultam em uma interpretação pelo Promotor da “Descrição do Fato: Risco a moradores ribeirinhos, intervenção em área de preservação permanente”¹⁵³. Já estão delineadas as linhas interpretativas a partir das quais os moradores seriam classificados ao longo do Inquérito.

¹⁵² Jornal *O Correio*, de 21 de novembro de 2002.

¹⁵³ Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7.

De imediato, o Ministério Público constitui-se como um Terceiro, que atua como ‘garantidor do significado’, nos termos de Peirce (1955), como intérprete legítimo dos *atos*, retratados por outros intérpretes. Por definição, Inquéritos Civis têm como objetivo averiguar *atos*. Versões de tais *atos* são apresentadas por intérpretes convocados pela Promotoria, que partem da versão oficial apresentada por ela. Desde a apresentação da reportagem do jornal como fonte motivadora da instauração do Inquérito, pode-se identificar, nas versões apresentadas pelos diferentes intérpretes, uma ideologia de uma linguagem puramente referencial (Jakobson, s/d) - pretendendo que não há possibilidades de outra interpretação além da que está exposta - em que estão baseados os diferentes atores envolvidos no inquérito.

A reportagem traz uma foto retratando barracos situados às margens do rio que são descritos da seguinte forma: “Invasão: Barracos ocupam área localizada na margem esquerda do rio Uberabinha”. A foto é estampada pelo jornal como ícone de uma verdade quase incontestável: a existência de risco de inundação e a condição de invasores. Se as descrições aparentemente imparciais apresentadas pelo jornal não são suficientes para um veredicto final pelo Ministério Público, dado o caráter intrínseco do Inquérito que requer provas para tal, elas são suficientes para a construção de um suposto interpretativo e promover sua *instauração*.

Em resposta à notificação encaminhada pelo Ministério Público, a Secretaria de Meio Ambiente apresenta um Relatório de Vistoria realizado por um geógrafo contratado pela Secretaria¹⁵⁴. O relatório é caracterizado por vistoria *in loco*, realizada durante três horas, “descrevendo” as condições da área. Utilizando de uma linguagem técnica e especializada, o geógrafo inclui em seu relatório uma “descrição” da existência de degradação ambiental acentuada e pontos de supressão do solo. A maior parte do Relatório consta de informações acerca da existência de residências nas margens do rio e relatos de nove moradores, dos quais dois relataram inundações e os demais as negaram. Além destas informações o Relatório consta da própria observação do geógrafo no sentido de *constatar* possibilidade de inundações, concluindo:

*“Em atendimento à notificação da curadoria de meio ambiente, que solicita apresentação de informações, inclusive apontando medidas acerca do noticiado em periódico local, que narra possíveis riscos e inundação a famílias residentes próximas ao rio Uberabinha”, no dia 31/03/03 foi realizada vistoria ‘in loco’ sendo **constatado** o seguinte: no trecho do rio Uberabinha, entre o Praia Clube e o anel viário/bairro São José, a mata ciliar encontra-se bastante degradada, sendo que alguns pontos sua supressão foi total; (...) De acordo com as observações realizadas ‘in loco’ e depoimentos dos moradores abordados, verifica-se a existência de algumas moradias em área*

¹⁵⁴ Ofício nº 158/2003 da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social, contidos nos autos do Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7.

de risco de inundação do rio Uberabinha. Constatase que os referidos moradores têm consciência deste risco, cujo grau de intensidade varia conforme a intensidade e duração dos episódios chuvosos ao longo dos anos. Alguns moradores alegam não ter outra moradia, enquanto outros afirmam que recusaram-se mudar para imóveis oferecidos pelo poder público municipal, em razão da distância destes imóveis em relação à área central da cidade. A maioria dos imóveis visitados são de responsabilidade do poder público municipal (áreas verdes e áreas de preservação permanente)''¹⁵⁵.

Constatar, nos termos de Austin (1962), mais do que uma representação da realidade, implica em uma ação sobre ela. A princípio, *constatar* pode ser tomado como um performativo cuja força ilocucionária pode levar a classificá-lo como de tipo *verdictive* por emitir um juízo dos moradores a respeito da residência em área de preservação permanente, da degradação da área e da consciência dos moradores do risco que correm mais do que por sua existência *de fato*. Note-se que nenhum laudo técnico é apresentado indicando as condições de risco dos moradores, apresentando, por exemplo, as condições do solo, vazão das águas do rio que indicaria possibilidades de inundação de suas casas ou mesmo da poluição das águas do rio. Entretanto, é a posição do sujeito que o pronuncia, seu lugar de fala no contexto do Inquérito – que ainda busca pelos *atos* – que constitui o *constatar* como um proferimento de tipo *exercitive*. Ao tomar uma decisão de tipo *exercitive*, advogando a residência dos moradores na área de preservação permanente, conscientes do risco e implicando degradação ambiental, o geógrafo contratado pela Secretaria de Meio Ambiente advoga que seja da forma como decidiu que fosse, em um proferimento cuja força ilocucionária faz agir no sentido de dar novos rumos às tipificações dos moradores.

É este relatório que atesta uma das conclusões dos autos ao Promotor. Estas são marcadas pela avaliação do Promotor dos relatórios e proferimentos apresentados como resposta às suas notificações. Nenhum veredicto parcial é apresentado nestas conclusões. Em geral, elas são seguidas de novas notificações para complementação por parte de outros intérpretes, de acordo com as interpretações colocadas pelos anteriores. As tipificações vão se emoldurando a partir das interpretações e as condições de prova dos *atos* vão sendo construídas a partir delas.

A seqüência é marcada pela solicitação de vistorias pela Polícia Militar de Meio Ambiente e pelo Serviço de Estágio e Auditoria Ambiental da Promotoria de Justiça do Cidadão. Diferentemente das notificações e ofícios expedidos às Secretarias Municipais da Prefeitura de Uberlândia, o ofício à Polícia Militar de Meio Ambiente encerra com ensejo de

¹⁵⁵ Relatório de Vistoria nº 34/03, expedido pela Divisão de Fiscalização e Controle Ambiental da SEMMADS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Grifos meus), constante nos autos do Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7.

“renovar protestos de elevada estima e distinta consideração”, num proferimento de tipo *behabitives* (Austin, *ibid*) que indica comprometimento e compartilhamento com uma linha de conduta. Além de ser um exercício de autoridade, este cumprimento age aprovando o comportamento ou conduta da Polícia de Meio Ambiente, indicando-a como interpretante legítimo para o fornecimento de *provas*.

Vistoria, como a acepção do termo indica, implica em passar em revista, ver, comprovar com os próprios olhos. Se o Relatório de Vistoria realizado pelo geógrafo da Secretaria de Meio ambiente *constata* degradação ambiental, risco, ainda que parcial, aos moradores e responsabilidade do poder público municipal pela área, a vistoria realizada pela Polícia de Meio Ambiente adquire outros efeitos. Seus relatórios são apresentados em Boletins de Ocorrência, tais quais quaisquer daqueles utilizados em outras denúncias de todo tipo de ocorrência, inclusive crimes.

O Boletim é dividido em seções que incluem 1) Dados da Ocorrência, 2) Qualificação dos envolvidos e 3) Histórico da Ocorrência, incluindo espaço para descrição dos “Modos da Ação Criminosa”. Uma ampla descrição é realizada na “Qualificação dos envolvidos” fazendo parecer que estamos diante de uma ausência completa de dúvidas acerca da identificação do “envolvido”. O Histórico da Ocorrência, por sua vez, relata tempo de residência, descrição das casas, inclusive dos materiais com os quais foram construídas, criação de animais, relatos de inundação e existência ou não de documentos comprovando a propriedade do imóvel. A distância das residências em relação ao leito do rio é item presente em todos os Históricos dos BO’s.

Coordenadas geográficas são apresentadas nos Dados da Ocorrência em todos os Boletins, sem, no entanto, mencioná-las no Histórico da Ocorrência. Nestas, em geral, não há referência à metodologia empregada para a medição das distâncias, exceto em um Condomínio fechado, de classe média, em que foram citadas coordenadas geográficas para localização do imóvel registradas através de “*aparelho GPS Garmin III Plus, com margem de erro de 4 metros*”¹⁵⁶. O registro da coordenada e da metodologia utilizada atesta a localização exata das construções na área de preservação permanente mencionadas no Histórico¹⁵⁷.

Nos outros 30 BO’s, em geral, a descrição do Histórico da Ocorrência toma por base uma distância de 50 metros da margem, sem que a metodologia que, associada à coordenada geográfica, permitiria a localização exata da residência, comprovando ou não a infração, fosse

¹⁵⁶ Boletim de Ocorrência nº 1615/03, expedido em 06/06/2003, constante nos autos do Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7.

¹⁵⁷ *ibid*

registrada. Como interpretante reconhecidamente autorizado pela Promotoria, a Polícia de Meio Ambiente fornece elementos que, juntamente com o Relatório de Vistoria elaborado pelo geógrafo e apresentado pela Secretaria de Meio Ambiente, vão sendo construídos como em *atos*. Ainda que não sejam aí apresentadas metodologias técnicas e científicas como *prova dos fatos*, tal como no condomínio fechado de classe média, é o relato autorizado daqueles que constataram *in loco* que faz com que sejam reconhecidos.

Se, num primeiro momento, não faz muito sentido a referência aos 50 metros da margem do rio nos Boletins de Ocorrência, ou a *constatação* da localização das residências na área de preservação permanente pelo geógrafo, sem a caracterização explícita das razões de seu registro, essa ausência indica uma dimensão ainda aberta de construtividade da caracterização da ação dos moradores, em razão do caráter intrínseco de um Inquérito. Mas é sob um pressuposto interpretativo comungado pelos agentes envolvidos - Secretaria de Meio Ambiente, Promotoria e Polícia Militar de Meio Ambiente – qual seja a Lei 4771/65, Código Florestal - que os fatos são “descritos” e a interpretação última dada pelo Terceiro, a Promotoria de Meio Ambiente, como fundamento último das negociações entre os sujeitos, guardião do significado, que mobiliza a lei como interpretante legítimo.

Constatar também é acionado como índice de existência referencial para construção da significação por parte da Divisão de Assistência e Promoção Social, da Secretaria Municipal de Ação Social.

*“A equipe técnica da Divisão de Assistência e Promoção Social efetivou em 11/03/05 visitas às margens do Rio Uberabinha a fim de **constatar** a persistência ou não de moradores em áreas suscetíveis à inundações. Num primeiro momento foi averiguado a região do bairro São José onde foram visitadas 12 (doze) residências sendo que as mesmas estão em área de risco, apresentando regularidade ou não quanto ao registro do imóvel e num segundo momento, na data de 14/03/05, foram visitadas 20 (vinte) famílias que residem na área dos bairros D. Zulmira e Jaraguá”¹⁵⁸.*

Como interpretante legítimo das condições sociais dos moradores, os técnicos da Secretaria de Ação Social associam a condição de risco a uma situação de vulnerabilidade tomando por evidência as condições precárias das moradias, a situação sócio-econômica dos moradores, com renda mensal de menos de um salário mínimo. É por uma construção interpretativa que soma risco, vulnerabilidade, situação sócio-econômica que novos encaminhamentos ao Inquérito tornam-se possíveis, com a notificação da Secretaria de Meio

¹⁵⁸ Parecer Técnico emitido pela Divisão de Assistência e Promoção Social da Secretaria Municipal de Ação Social em 15/03/05, em resposta à notificação da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação, expedido em 06/06/2003, constante nos autos do Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7. (grifos meus).

Ambiente pelo Ministério Público para “identificar pormenorizadamente” os moradores e promover ações sociais voltadas a estes.

Identificados os moradores, a Secretaria de Meio Ambiente informa a “inclusão das famílias nos Benefícios Sociais pela Secretaria de Ação Social, segundo os critérios exigidos”¹⁵⁹, e a proposta de recuperação da área mediante a implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha. Apresentada a proposta do Parque, duas classificações dos moradores se estabelecem: (1) proprietários cujos imóveis foram declarados como de utilidade pública para a execução das obras de saneamento e recuperação ecológica das margens do rio Uberabinha e (2) “invasores” da área de preservação permanente. Procedimentos administrativos são instaurados individualmente pela Promotoria contra cada um dos moradores, cuja natureza transmuta de “risco a moradores ribeirinhos, intervenção em área de preservação permanente” para “imóvel localizado em área de preservação permanente”. Através deles os moradores foram notificados individualmente para prestarem depoimento e se pronunciarem sobre a disposição de celebrar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹⁶⁰. O registro dos depoimentos dos moradores foi realizado pela oficiala que digitou e assinou o termo, a partir de uma espécie de “tradução” da fala dos moradores. Consta, em geral, do tempo de residência no local, se houve enchente ou não, se é proprietário do imóvel ou não, fornecimento de energia e água no local, cadastramento da Prefeitura em programas habitacionais para os não proprietários e interesse em assinar o TAC. Em geral, não houve assinatura do TAC, seja pelos proprietários solicitando indenização por parte da prefeitura, ou aqueles já indenizados, declarando o comprometimento da Prefeitura em demolir as edificações, ou pelos não proprietários, declarando “que não tem onde morar e é pobre no sentido legal”, ou que “não tem outro lugar para trabalhar”¹⁶¹.

¹⁵⁹ Memorando nº 821/SMDS-DAPS, expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, em 16 de agosto de 2005, expedido em 06/06/2003, constante nos autos do Inquérito Civil Público, nº. MPMG-0702.08.001913-7.

¹⁶⁰ O Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com as notificações, versaria sobre as seguintes obrigações: “Primeira: obrigação de demolir/remover toda a edificação havia em área de preservação permanente, entendendo-se esta como fruto de intervenção humana; Segunda: obrigação de promover o plantio de mudas ou gramíneas na área em que se encontrava a edificação; Terceira: obrigação de cumprir as cláusulas anteriores no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de celebração do termo de ajustamento de conduta, para em seguida comprovar o efetivo cumprimento; Quarta: conforme o caso, e desde que havido dano ambiental de elevado impacto, o representado prestará compensação ambiental consistente em serviço ambiental à comunidade ou doação de bens a órgãos ou instituições ambientais; Quinta: previsão de multa no caso de descumprimento das cláusulas anteriores no valor de R\$50.0000,00 (cinquenta mil reais)” (Procedimentos Administrativos de n.ºs. 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, instaurados pela Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação no ano de 2006, apensados ao Inquérito Civil nº MPMG-0702.08.001913-7.

¹⁶¹ A exemplo dos moradores notificados a partir dos Procedimentos Administrativos de n.ºs. 046, 047, 051, 050, 053, 054.

Como nos lembra Peirce (1955), um signo pode significar a partir de aspectos variados e de preceitos explicativos diversos adquirindo a face de índice, símbolo ou ícone. O Terceiro, como garantidor do significado, ao longo de um processo de caracterizações que se mantiveram com caráter aberto e dialógico, transforma o signo de índice em símbolo, referindo-se à lei, um modo tido como universal de interpretação das ações dos sujeitos, por sua convencionalidade, neutralidade e independência do contexto imediato. O somatório do fluxo de tipificações tomadas pela Promotoria de Meio Ambiente, enquanto Terceiro legítimo para mediar as relações entre os sujeitos, resulta em crime ambiental, declarado através das notificações resultantes da Portaria acima mencionada.

Reguladas por uma legislação específica para essas áreas, a classificação dos moradores como criminosos ambientais e os termos da notificação apresentada alcançaram os efeitos pretendidos, a saída de muitos moradores não proprietários da área, sob o temor de não poderem pagar a multa indicada. No interior do Inquérito, não ocorre uma disputa de tipificações, mas interpretações dos diferentes intérpretes que, somadas, afastam a tipificação inicial imprimida pela Promotoria, a de “ribeirinhos”, e corroborando a de “invasores”, apresentada pelo próprio interpretante motivador da instauração do Inquérito, a Prefeitura Municipal, que se sobrepõe à de “pobres” ou “trabalhadores” declaradas pelos moradores. Caracterizada a área como objeto de recuperação ambiental, o Inquérito Civil público é feliz (nos termos de Austin, 1962), em seus objetivos ao proceder à remoção, tendo por efeito o início dos trabalhos de construção do Parque Linear.

A problemática relativa à construção do *interesse público* em torno do Plano Diretor - condição para que o projeto do Parque Linear atendesse aos requisitos da Resolução CONAMA 306, da Medida Provisória nº 2.166-67 e da Resolução CONAMA 369/06¹⁶² para sua aprovação no Conselho de Desenvolvimento Ambiental - coloca em questão, desta forma, o interesse e os direitos dos moradores diretamente atingidos pelo projeto, como a realização de audiências públicas em caso de implantação de projetos urbanos como prevê o Estatuto das Cidades e o próprio Plano Diretor de 2006. O projeto, no entanto, é apresentado após a saída de moradores de alguns dos trechos de implantação do Parque, da seguinte forma:

“O projeto parque linear do rio Uberabinha está sendo feito naquele local, traçando a via marginal de modo a proteger aquela área como de preservação permanente. As demais benfeitorias, também estão sendo realizadas de forma a tornar o local recuperado, cumprindo a função sócio-ambiental da cidade”¹⁶³.

¹⁶² A saber, em casos excepcionais utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.

¹⁶³ Relatório Técnico nº. 127/2009, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Uberlândia, anexado ao Ofício nº. 522/2009, em resposta da mesma Secretaria aos Ofícios nº. 1117/2009 e

O cumprimento da função sócio-ambiental da cidade reivindicado pela Secretaria de Meio Ambiente coloca dessa forma, as margens dos córregos e do rio Uberabinha como associadas, portanto, a uma cosmografia urbano-ambiental que expressa interesses originários do âmbito administrativo da cidade e que, no contexto do Plano Diretor de 2006, considerando-se o modo como foi realizado, expressa uma noção particularmente aberta de *interesse público*. Uma cosmografia que, para o poder público local, designa sustentabilidade como sinônimo de desenvolvimento, a partir de critérios estéticos, paisagísticos e políticos associados à preservação ambiental, definidos no interior de num processo no qual o modo como os sujeitos entram em relação entre si e com essas noções está imerso nas conformações sociais e culturais atravessadas por demarcações de poder. Cosmografia cujos sujeitos a ela considerados adequados transmuta daqueles que tomam esses territórios como lugar de moradia a um sujeito diverso, mas indeterminado, associado à noção de *interesse público*. Uma noção, no entanto, não isenta de um tenso processo de disputas em sua definição, no qual grupos distintos, com visões de mundo diferenciadas, com lugares sociais próprios e com discursos específicos se enfrentam diante de propostas de intervenção no território urbano.

Considerações Finais

O ponto de partida para a reflexão que apresento nesta dissertação constituiu-se em torno da tênue permanência dos moradores das margens urbanas do rio Uberabinha e córregos urbanos da cidade de Uberlândia em face dos Planos e Projetos urbanos elaborados que incluíam estas áreas. Segui a pista de temas recorrentes nas falas desses moradores, nas conversas que tive com alguns deles, que circulavam em torno das classificações que deles eram feitas no processo de implantação dos tais Planos e Projetos. Interessava-me entender a força dessas classificações nos processos de remoção para sua implantação, o que me levou a analisar o modo como o poder público local reivindica estes territórios mobilizando a ideologia do desenvolvimento para dar nova significação a estas áreas.

A noção de *cosmografias* proposta por Little (1996) permitiu-me, desta forma, compreender o modo como a constituição de territórios urbanos por parte do poder público está sujeita a uma série de injunções derivadas das configurações sociais, políticas e culturais locais. Estas, por sua vez, tem estreita relação com o processo histórico de constituição do núcleo urbano de Uberlândia, proveniente do controle e incorporação de terras rurais transformadas em urbanas e da mobilização da ideologia do progresso e do desenvolvimento.

A consideração das configurações sociais, políticas e econômicas derivadas desse processo teve importância significativa para apreensão do modo como diferentes sujeitos sociais exercem um papel na definição dos territórios urbanos no interior das políticas públicas urbanas em Uberlândia. Como nos lembra Wolf (1999), a seleção e controle de determinados interpretantes (Peirce apud Wolf, 1999), derivados da forma como os sujeitos entram em relação no interior das conformações sociais e culturais atravessadas por demarcações de poder, são operações estratégicas na construção, manutenção e mobilização das ideologias.

Como Dumont (1970, 1992, 2000a, 2000b), percebo a ideologia como um conjunto social de representações em que o valor indica diferença e traz como desdobramento uma hierarquia de domínios. Mas creio ser igualmente importante trazer a ideologia para o interior da cultura, nos termos de Wolf (1998; 1999), para poder tratar da ação social no contexto da situação, bem como do conflito de valores, captando a dinâmica da definição dos termos em torno dos quais planos e projetos são definidos. Recuperando a perspectiva clássica da Antropologia de que as culturas atribuem significação diferenciada às noções de espaço, de acordo com um universo próprio de valores, e que os sistemas simbólicos entre os quais são elaboradas são constitutivos da vida social, abordar a ação social no contexto da situação, nos permite perceber o modo como os sujeitos sociais entram em relação com essas noções no interior das disputas por suas definições.

Ao longo da dissertação pudemos ver como a elaboração de Planos e Projetos urbanos, aqueles derivados dos contextos e disputas políticas locais ou das demandas legais e políticas advindas do plano nacional, condensam uma série de disputas em torno de sua realização. O movimento em torno da caracterização desses Planos e Projetos faz com que as idéias de *cidadania* e *participação*, nas definições do *interesse público*, estejam estreitamente relacionadas à força de dos atos de fala dos atores envolvidos nos processos comunicativos em que estas noções são postas em questão, demarcados que estão pelas relações de poder no interior das conformações sociais e culturais em que ocorrem.

Como pudemos ver ao longo do capítulo dois, diferentes concepções de cidadania são postas em operação por diferentes sujeitos sociais em suas reivindicações em torno das questões relativas ao urbano e aos territórios urbanos. Ao longo dos processos que resultaram na elaboração do Plano de Urbanização de 1954, pudemos ver estas concepções girando em torno do exercício dos direitos por indivíduos via abaixo-assinados como *símbolo* de cidadania; por meio de uma relação pessoal e política com o Presidente da Câmara; ou por meio de uma filiação social pela mobilização orientada pela Pastoral da Terra através do Bispo. Ao analisar os eventos em que estas concepções foram postas em questão no interior da construção das cosmografias urbanas pelo poder público, pudemos perceber não apenas concepções de cidadania vinculadas à noção de indivíduo enquanto valor, mas, simultaneamente, à valorização de um sentido coletivo.

A análise do contexto de fala em que essas noções são postas em operação permitiu compreender a forma como as disputas em torno da definição dos territórios urbanos como de *interesse público* tem estreita relação com a maneira como os atores entram em relação nessas disputas e com a força dos atos de fala em que uma ou outra daquelas concepções de cidadania é mobilizada. A eficácia desses atos de fala relaciona-se com a posição social do sujeito, com as dimensões semânticas e pragmáticas da linguagem em uso nessas interações e do contexto da situação, resultando em determinados efeitos que orientarão os rumos das disputas.

Dessa forma, no capítulo dois percorremos o modo como a partir da filiação pessoal política as reivindicações presentes nos abaixo-assinados ganham eficácia com o seu reconhecimento na instauração do Processo. Acabam, por outro lado, dando contorno aos rumos das reivindicações que redundarão na noção de *Plano de Urbanização* como resultado de uma determinada noção de interesse *do povo* e expressão da *coletividade*, tornando-se instrumento a partir do qual as áreas aqui estudadas são reivindicadas para o desenvolvimento da cidade.

A regulamentação por lei federal, o Estatuto das Cidades, da *participação da população* na formulação, execução e acompanhamento dos Planos Diretores, no entanto, não afasta as determinações das configurações locais em torno das definições da *participação* e, portanto da *cidadania* na elaboração e revisão do Plano Diretor. Ao longo do capítulo três podemos ver que o Estatuto das Cidades condensa uma série de disputas nacionais em torno das definições da política urbana, abrindo uma perspectiva de *cidadania* preconizada e reivindicada por diferentes movimentos sociais quando da Assembléia Nacional Constituinte; concepção que gira em torno da participação direta, seja de indivíduos, grupos, associações de segmentos da população, na defesa do *direito à cidade*. No entanto, se essa concepção fornece localmente os elos argumentativos para atuação individual e direta de moradores de Uberlândia na revisão do Plano Diretor em 2006, ou para associações de grupos como o Instituto Cidade Futura, Comissão Popular para o Plano Diretor ou Fórum do Orçamento Participativo, ela estaria sujeita ao modo como esses grupos entram em relação com o poder público local e à felicidade (Austin, 1962) deles na reivindicação das definições dos termos em questão. Em torno da definição do código que regula os termos da participação popular estava em questão a efetiva representatividade do *interesse público* reivindicada por esses diferentes atores a qual também estava sujeita aos modos como as reuniões e audiências foram conduzidas pelo poder público local.

Se os grupos políticos conservadores, *cocões* e *coiós* - que tiveram atuação direta na conformação dos rumos da política urbana desde a formação do núcleo urbano -, continuam em atuação, como nos aponta uma reportagem publicada no mesmo contexto de elaboração do Plano Diretor¹⁶⁴, é por novos modos e enfrentamentos diferentes que a conformação da noção de *interesse público* é realizada. Tomando como interpretante para suas ações “o cumprimento do Estatuto das Cidades”, o “cumprimento das exigências dispostas na Lei Federal 10.257, Estatuto das Cidades”¹⁶⁵ (note-se que é o mesmo interpretante mobilizado pelos demais atores envolvidos) o poder público busca por meios estritamente referenciais levantar “evidências” do cumprimento do disposto na lei por uma construção metafórica de sentido. Ao reivindicar o “cumprimento do Estatuto das Cidades” sem explicitar o conteúdo

¹⁶⁴ POPÓ, Pedro. A eterna briga entre Cocão e Coió. Há seis décadas grupos rivais travam duelo por liderança. *Jornal Correio de Uberlândia*. 25 jun. 2006. Disponível em <http://www.correioeuberlandia.com.br/texto/2006/06/25/19237/a_eterna_briga_entre_cocao_e_coio.html>. Na reportagem o prefeito, à época da elaboração do Plano e reeleito no pleito de 2008, é tomado como representante dos *cocões*, pertencente a ala ruralista da cidade, tendo sido presidente do Sindicato Rural de Uberlândia.

¹⁶⁵ Ofício nº 0257/2007 de 08.08.2007 da Presidência da Câmara em resposta ao Ofício nº 671/2007 PGJ em que encaminha “*as peças alusivas à fase de discussão preliminar do Plano Diretor junto à comunidade, de maneira a demonstrar o cumprimento das exigências dispostas na Lei Federal 10.257, de 10.07.01 (Estatuto das Cidades)*”(grifos meus). Constante no Inquérito Civil Público MPMG 0702.09.001218-9.

de sua ação, pretende que as “evidências” levantadas sejam suficientes para legitimar suas ações.

Deste modo, busca significar sua atuação em face das reivindicações de efetiva participação da sociedade como independente “de qualquer facção política”¹⁶⁶, colocando ênfase na participação da sociedade por via direta e individual na apresentação de propostas e críticas pela Internet ou entregues no Escritório do Plano Diretor, bem como pela atuação de segmentos da sociedade na Comissão de *Acompanhamento* do Plano Diretor. Assim, o poder público dá novas significações à participação direta - associada à *tomada de opinião* de moradores presentes nas audiências e reuniões - bem como à participação de segmentos da sociedade como *acompanhamento* dos trabalhos sem, no entanto, explicitar o conteúdo destas significações. Deste modo, no interior dos eventos em que essas significações são postas em operação, o poder público é feliz (Austin 1962) em seus propósitos de encaminhamento e aprovação do Plano Diretor pela Câmara Municipal, cumprindo com os prazos determinados pelo Estatuto das Cidades.

Do que pudemos depreender, Planos e projetos urbanos não expressam apenas uma racionalização das ações em torno de sua elaboração, mas também estruturas lógicas, transferências de sentido, associações metafóricas e metonímicas que expressam iconicamente as disputas nas quais estão envolvidos. Sendo também ícones de uma condição futura que o poder público pretende para as margens urbanas dos córregos e do rio Uberabinha, os Planos e Projetos revelam uma visão de mundo desenvolvimentista (econômica e sustentável) a partir da qual busca-se validar suas ações e no interior da qual os seus moradores entram em um complexo jogo de classificações no qual as relações de poder estão demarcadas.

Desse modo, a forma como o projeto Parque Linear do Rio Uberabinha, tal como o Parque do Sabiá, são alçados à demanda pública é expressiva do modo como a noção de *interesse público* é construída no bojo das disputas em torno da definição do cumprimento da função sócio-ambiental da cidade, bem como da construção (in)adequação dos moradores a essa noção. A noção de *cidade sustentável*, entendida como “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, não está, desta forma, imune às conformações sociais, culturais e políticas, à força que adquirem os atores nas negociações

¹⁶⁶ Inquérito Civil nº. MPMG-0702.09.001218-9, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais - 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia a partir do Expediente 013/2006. Carta-resposta da Procuradoria Geral do Município da Prefeitura Municipal de Uberlândia, de 02.05.2006, fls 28-33.

dos códigos que regulamentam suas ações e que terão papel significativo nos rumos da definição do que se entende como acesso ao *direito à cidade*.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. s/d. *Agenda 21*. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em 21.10.2009.

BRASIL. Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Programas Urbanos. 2005. *Plano Diretor Participativo/Coordenação Geral de Raquel Rolnik, Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro* – Brasília: Ministério das Cidades, 92 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. 2003. Caderno de Debate: *Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades* – Brasília., DF. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_verde.pdf>. Acesso em 21.10.2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. 2006. Resolução CONAMA n.º 369, de 28/03/2006. Brasília: CONAMA, MMA.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. 2002a. Resolução CONAMA n.º 302, de 20/03/2002. Brasília: CONAMA, MMA.

BRASIL. 2002b. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução CONAMA n.º 303, de 20/03/2002. Brasília: CONAMA, MMA.

BRASIL. 2001a . Lei n.º 10.257, de 10/07/2001 (Estatuto das Cidades). Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 2001b. Medida Provisória n.º 2.166, de 24/08/2001. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 1998. Lei n.º 9.605, de 12/02/1998 (Lei de Crimes Ambientais). Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 1989. Lei n.º 7.803, de 18/07/1989. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 1986. Lei nº 7.511, de 07 de julho de 1986. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. 1965. Lei nº 4771, de 15/09/1965 (Código Florestal). Brasília: Presidência da República.

PEREIRA, Ricardo. Ribeiro. (Coord.). *Projeto Parque Linear do Rio Uberabinha*. ART/CREA nº. 3289360/361 de 26/07/2004.

ROSCOE, Otávio. 1954. *Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, DNER.

UBERLÂNDIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. 2000. Projeto Nossas Raízes. Uberlândia: Arquivo Público Municipal da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

UBERLÂNDIA. 2006. Lei Complementar nº. 432/2006 - Aprova Plano Diretor, estabelece Princípios Básicos e Diretrizes para sua implantação, Revoga Lei Complementar nº. 078 de 27/04/1994 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Ano XVIII Nº. 2357, Uberlândia - MG, 23 jan. 2006. Disponível em <www2.uberlandia.mg.gov.br/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=planodiretor.pdf>. Acesso em 09.03.2007.

Fontes Secundárias:

ACSELRAD, Henri. 2006. Território, localismo e política de escalas. In: *Cidade, ambiente e política. Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. 2001. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 27-55.

ALEM, João Marcos. 1991. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História & Perspectivas*. Uberlândia (4):79-102, Jan/Jun.

ALMEIDA Júnior, Antônio Mendes. 1997. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 79-119.

ARAÚJO, S. M. V. G. 2002. *As áreas de preservação permanente e a questão urbana*. Estudo. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

AUSTIN, John L. 1962. *How to do things with words*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

BARANOWSKE, Durval; SILVA, Pe. Hélio Soares. 2006. *Fogo na Cidade. Três opúsculos biográficos sobre Dom Estevão Cardoso de Avelar*. Uberlândia: A Partilha.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANTES, Marlene Allan (Coord.). 2000. *Cidades sustentáveis: subsídios para a Agenda 21 Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 (IBAM-ISER-REDEH). Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publicar/media/cidades.pdf>>. Acessado em 21.11.2009.

BOIXADÓS, Roxana. 1994. Fundaciones de ciudades como rituales. Análisis de três casos em El contexto de la conquista del Tucumán colonial. *Anuário Antropológico/ 92*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CARMAN, Maria. 2006. *Las trampas de la cultura: los intrusos y los nuevos usos del barrio de Gardel*. Buenos Aires: Paidós.

CARVALHO, José Murilo de. 2002. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COMPANS, R. 2001. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismos ou complementaridade?. In: ACSELRAD, H. (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 105-137.

CORREIA, Cloude de Souza. 2002. *Do carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.

CRAPANZANO, Vincent. 1992. On self characterization. In: *Hermes' Dilemma & Hamlet's Desire. On the epistemology of interpretation*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

DANIEL, E. Valentine. 1996. *Charred Lullabies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

DANTAS, Sandra Mara. 2009. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho. Franca: Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho.

_____. 2001. *Veredas do Progresso em tons altissonantes. Uberlândia (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Niterói: Universidade Federal de Uberlândia.

DUMONT, Louis. 2000a. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

_____. 2000b. *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: Edusc.

_____. 1992. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp.

_____. 1970. Religion, politics, and society in the individualistic universe. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great and Ireland*, pp.31-41.

DURHAM, Eunice. 2004. Cultura e Ideologia. In: *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

ESCOBAR, Arturo. 1996. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.

ESTEVA, Gustavo. 2000. Desarrollo. In: VIOLA, Andreu Viola (Comp.) *Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 2007. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.

FREITAS, Eliane Martins. 1999. *Memórias de uma “odisséia”: Tito Lívio (Teixeira) e a construção da memória histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Uberlândia – MG*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

FREITAS, Sheille Soares. 2009. *Por falar em culturas... : histórias que marcam a cidade - Uberlândia- MG*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

FUKS, Mário. 2001. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

FURTADO, Celso. 2008. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRECO, João Francisco Natal. 1986. *Desfavelamento em Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica da UFU.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. 1991. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. *História & Perspectivas*, nº. 4, pp.7-35, Jan/Jun..

HARVEY, David. 2009. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 2005. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume. pp. 163-190.

JAKOBSON, R. s/d. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.

JESUS, Wilma Ferreira. 2002. Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos. Uberlândia 1982-2000. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

LEACH, Edmund. 1996. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP.

LITTLE, Paul Elliot. 1999. 'Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium'. *Annual Review of Anthropology*, 28: 253-184.

_____. 1996. *Superimposed cosmographies, fractal territories: territorial disputes on Amazonian Regional Frontiers*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe. FLACSO. Brasília: Universidade de Brasília.

LOCKWOOD, David. 1977. Posta em questão a validade do estruturo-funcionalismo. Algumas reflexões a propósito de "The social system". In: P. Birnbaw e F. Chazel. (Orgs.) *Teoria Sociológica*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. 2005. *A oeste de minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. 1990. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada. Uberlândia (1965-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Queiroz C. (Orgs.). 2008. *Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais : Uberlândia - 1900/1980*. Uberlândia: EDUFU.

MARCUS, George E. 1991. "Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". *Revista de Antropologia* 34: 197-221.

MARICATO, Ermínia. 2001. O contexto do Estatuto das Cidades. In: Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes.

_____. 2000. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: VOZES, PP. 121-192.

MAUSS, Marcel. 2003a. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 423-505.

_____. 2003b. Esboço de uma teoria geral da magia. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, PP. 49-181.

MELLO, Cecília, Campello do A. 2006. Agenda 21 local – um glossário analítico para o debate. In: Acselrad, H.; Mello, C. C. A.; Bezerra, G. N. (Orgs.) *Cidade, ambiente e política. Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond.

MIRANDA, Luciana Lilian de. 2003. *Adeus ao 'Jeca Tatu': proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora. 1960-1985*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

NISBET, Robert. 1985. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora da UNB.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. 1997. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia/MG (1950-1985)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PARESCI, Ana Carolina. 2002. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. 1997. *Realismo e Utopia: O trabalho de formigas em um mundo de cigarras. Um estudo antropológico do discurso ambientalista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.

PEIRANO, Mariza. 2006. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. 2003. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2001. A análise antropológica de rituais. In: *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

PEIRCE, Charles S. 1955. *Philosophical Writings of Peirce* (selected and edited with an introduction by Justus Buchler) New York: Dover Publications.

_____. 2008. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. 1982. *Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.

RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

REIS, Elisa P. 1983. O Estado Nacional como Ideologia. O caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, PP. 187-203.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008. *O Capital da Esperança*. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília, Edunb.

_____. 2007. Cultural Diversity as a Global Discourse. *Série Antropologia 412*. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. 1992. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia 123*. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. 1990. Latin America and the development debate. *Série Antropologia 85*. Brasília: Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-Bianco. 2003. Introdução. In: *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Editora Unicamp, pp. 11-58.

SANTOS, Ana Flávia. 2002. Peirce e o Beijo no Asfalto. In: PEIRANO, Mariza (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SAUSSURE, Ferdinand. 1971. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix.

SBERT, José María. 2000. Progreso. In: SACHS, Wolfgang (Org.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

SCHNEIDER, Maria de Oliveira. 1996. *Bacia do Rio Uberabinha: uso agrícola do solo e meio ambiente*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SILVA, Antônio Pereira. 1983. *ACIUB em Revista*. Edição Extra em comemoração ao cinquentenário de sua fundação. Uberlândia, Gráfica Sabe.

SOARES, Beatriz Ribeiro. 1995. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado. Imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo.

_____. 1988. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo.

TAMBIAH, Stanley. 1985. *Culture, Thought and Social Action*. Harvard Univ. Press.

TEMER, S. B. 2001. *Idéias urbanísticas - Uberlândia: de Uberabinha à "Curitiba" do Cerrado*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: Pontifícia Universidade Católica.

UZZO, Karina; Saule Júnior, Nelson. 2010. A trajetória da Reforma Urbana no Brasil. In: Sugranyes, Ana; Mathivet, Charlotte (Orgs.) *Ciudades para tod@s: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago: Habitat International Coalition (HIC).

VALLADARES, Licia do Prado. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VILLAÇA, Flávio. 1999. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, PP.169-243.

WALTHER-BENSE, Elisabeth. 2000. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Perspectiva.

WOLF, Eric. 1999. *Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis*. Berkeley: University of California Press.

_____. 1998. "Cultura, ideologia, poder e o futuro da antropologia". *Mana*, vol. 4, no. 1, pp. 153-16.

Anexos

Anexo 01

CIDADE

UBERLÂNDIA ACONTECE AQUI • DOMINGO • 4 DE FEVEREIRO DE 2007

COMPORTAMENTO

Uberlândia é uma mistura de culturas

Crescimento rápido escondeu traços da tradição caipira que existia na cidade

LUCIANA TIBÓRCIO (REPORTER)
luciana@correiouberlandia.com.br

Pela menos até uma improvável criação do "Estado do Triângulo" — discussão amornada nos últimos anos — Uberlândia não vai deixar de ser uma cidade do interior. E de Minas. Com todas as características de uma cidade do interior. Mas os 600 mil habitantes, prédios, avenidas, economia, indústrias e desenvolvimento indicam que está longe de ser uma cidade caipira. Se é que chegou a ser alguma. É claro que, na sua formação, o pequeno povoado atraiu vários moradores de fazendas e pequenas propriedades rurais.

Alguns ainda vivem por aqui, falando com o sotaque que lhe é peculiar e agindo com a inocência que foi perdida há anos na "cidade grande". Mas não da forma caipira de ser. Porque caipira que é caipira vive isolado, longe até mesmo das grandes fazendas. E, exatamente por isso, sofre. Pena para garantir a subsistência em condições precárias. E ainda é discriminado, chamado de tolo, burro, preguiçoso. Um verdadeiro "Jeca Tatu".

Talvez por isso, a participação de uma uberlandina de Tupã no Big Brother Brasil, famoso programa da Rede Globo, tenha mexido tanto com o brio dos uberlandenses. "A gente aqui não é caipira assim não", briga a esteticista Rosânia Resende. O sotaque forte, vindo do interior paulista, e a caiprice inocente fizeram suscitar uma discussão sobre o que representaria a cidade de Uberlândia. A situação de Iris Stefanelli é fácil de se explicar, já que passou toda a infância em Tupã. Porque é no interior paulista que a influência caipira parece ser mais forte que no restante do Brasil. "Em São Paulo existem muitos municípios marcados pela linguagem caipira. Piracicaba, por exemplo. Lá o interessante é que a população se orgulha de ser caipira: o diretor de minha escola fazia questão de marcar sua origem da roça. Falava 'Brasi!', céu 'azur'", explicou o professor do curso de Ciências Sociais da UFU, Antônio Ricardo Micheloto.

Difícil é dizer qual a cultura predominante em Uberlândia, porque, apesar de definitivamente não ser uma cidade caipira, não deixa de ter influências "da roça". Principalmente entre a população mais velha. Muitos vieram de pequenas propriedades rurais e conservaram os hábitos. Influências que foram sendo dissipadas pelo 'boom' de crescimento da cidade, com a vinda de pessoas da região e vários Estados do Brasil, principalmente São Paulo e Goiás.

"Uberlândia nem se integra muito com Minas. E há núcleos de população. Um mais velho, que nasceu ou veio para cá, e um mais jovem que veio a trabalho ou a estudos. É difícil traçar qual a cultura predominante", apontou o sociólogo. "Mas ainda acredito que há muitos caipiras por aqui. Pelo jeito simples de ser, por gostar das coisas do campo, da comida, da música. Só tem vergonha de se dizer caipiras pelo preconceito, como se gostar das coisas simples fosse algo inferior. Pelo contrário, a cultura caipira é a mais bonita que este País tem. "Eu tenho orgulho de ter a alma caipira e propagá-la nas minhas cantorias", ponderou o músico Luiz Salgado.



HISTÓRIA

Final, o que é ser caipira?

Para responder à pergunta se Uberlândia é ou não caipira, é preciso primeiro saber o significado desta palavra e seu contexto sociológico. O tempo é a formação do Brasil, quando desbravadores tinham a missão de povoar o interior do País. Formadas as pequenas cidades, algumas famílias ficavam isoladas no meio rural, com dificuldade de comunicação com as cidades e regiões mais desenvolvidas. Na verdade viviam na sua "roça", quase sem contato nenhum nem mesmo com as grandes fazendas. Produziam para a subsistência e nada mais. Não participavam do mercado e só iam à cidade comprar o que não conseguiam produzir como tecidos, calçados e pólvora para colocar nas espingardas, usadas para matar os animais que comiam. "Por isso é tão improvável voltarem a existir estas propriedades. Muito menos em Uberlândia. A cidade pode, sim, ter um núcleo caipira, mas o Município cresceu demais. Menos de 5% da população mora na zona rural. A cidade é praticamente urbana e de cultura diversificada", des-

tacou o sociólogo Antônio Micheloto.

Cultura caipira

Por este isolamento, estas famílias criaram uma cultura autêntica. Até a religião é própria do caipira, uma maneira baseada no catolicismo. O culto aos santos é predominante, já que não há a presença do padre. A linguagem é econômica, baseada na lei do menor esforço e com várias transgressões da norma culta. Afinal, escola não existia por perto. E por isso que tenha virava "teia", família "família", mulher se transformava em "muié", palha em "paia", fomos em "fumo", cantamos em "cantemo". Além do "r" retroflexo que insiste em aparecer no sotaque de vários uberlandenses. "O que não significa que nosso dialeto seja o caipira. Pelo contrário. Nosso sotaque é o resultado de uma mistura de vários outros, principalmente de cidades do Triângulo Mineiro, cujos moradores se instalaram em Uberlândia", esclareceu o professor do Instituto de Letras e Linguística da UFU, Luiz Carlos Travaglia.

RENATO TEIXEIRA elogia comportamento e sentimento do caipira



Literatura originou preconceito

A culpa é toda do "Jeca Tatu"! Se os caipiras são vistos como burros, ingênuos e preguiçosos, isto se deve ao personagem descrito por Monteiro Lobato, quando fazendeiro. "Era lá pela 16ª falência dele, que tentava implantar um sistema moderno que viu nos EUA de gerenciar fazendas. Mas parou na falta de saúde e condições dos homens do campo", afirmou o compositor Renato Teixeira. Raivoso, Lobato logo quis publicar um artigo no "Estado de S. Paulo" sobre um "Jeca Tatu", o caboclo que vegeta de côcoras, pilho-da-terra, capiau sem vocação para nada, a não ser para a preguiça. "Quando viu a distorção que criara, ele se desculpou, já famoso por suas obras. Escreveu um livro sobre um novo Jeca Tatu. Não adiantou. A elite já tinha se apropriado desta visão para gerar o preconceito", completou.

Mas quem conhece um caipira, aquele que veio realmente da roça, sabe como é bela sua simplicidade e maravilhosa sua sensibilidade. "São uns príncipes, uma ilha de educação, comportamento e sentimento. Exatamente o que o mundo precisa", definiu o compositor. "Nosso Pena Branca é um deles, a personificação de um caipira talentoso. "Tive o privilégio de conhe-

cê-lo e ser seu parceiro. Uma educação sem fim. O Xavantinho, então, só faltava flutuar", ressaltou.

Mas nem tudo estava perdido. Foi com uma música de Renato Teixeira, "Romaria", que os caipiras tiveram sua ressurreição. A composição foi a carta de alforria destes homens da terra, quando Elis Regina "como uma verdadeira princesa Isabel" cantava no alto da emoção: "sou caipira". "Ai, começou a ser quebrado o preconceito da palavra. E da mídia. O caipira não era mais o preguiçoso, mas pessoas lindas de coração e que muito podem nos ensinar", argumentou o compositor. É o que tenta fazer a mídia hoje, os músicos folk e os cantadores que não se cansam de vangloriar tudo o que vem do campo.



COSTUMES

Tradição é resguardada com restaurantes e música

38 anos

Anexo 2**Evolução Populacional de Uberlândia**

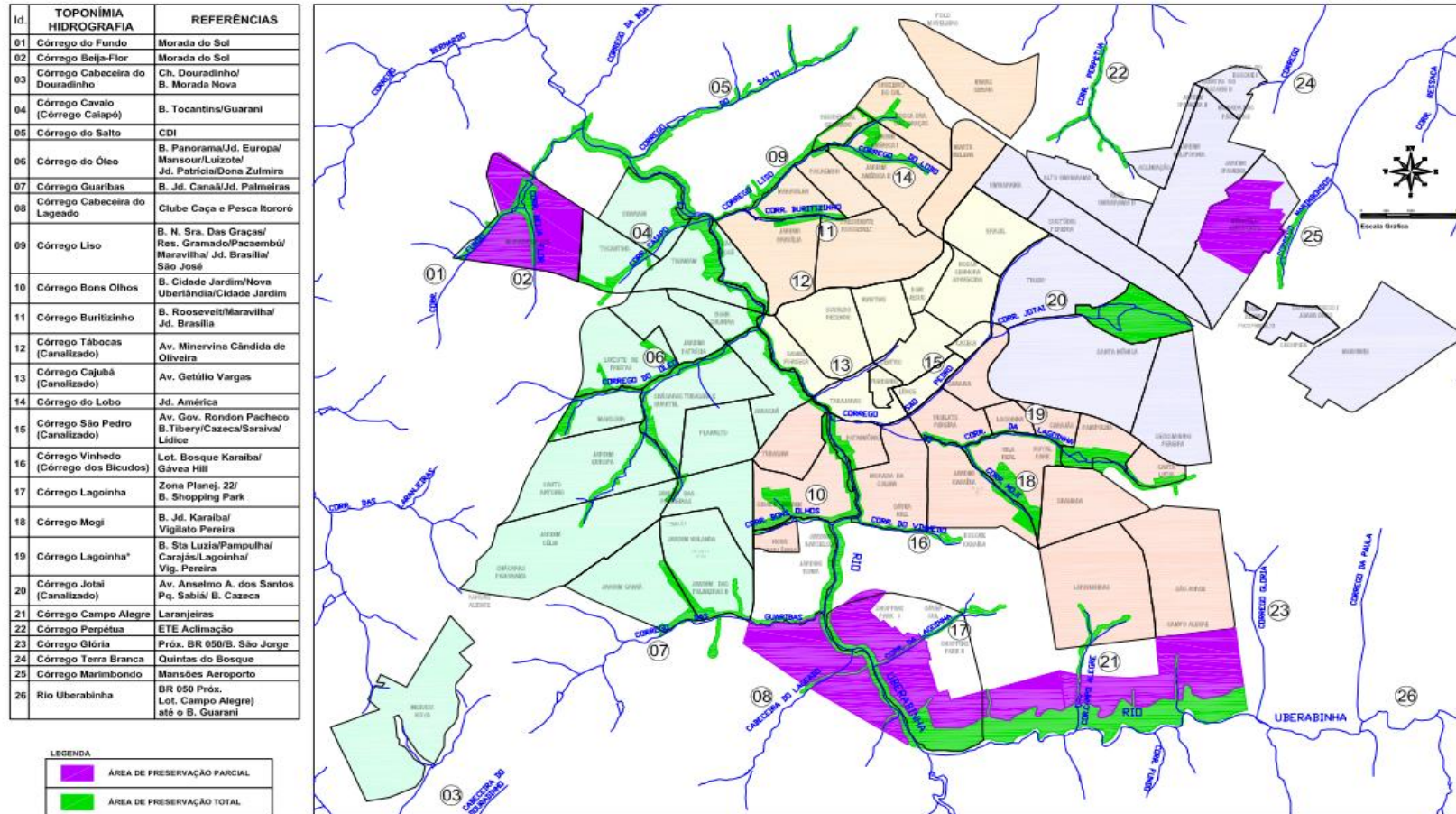
Área	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2000	2010
Urbana	22.123	35.799	71.717	111.466	231.598	358.165	488.982	583.879
Rural	20.056	19.185	16.565	13.240	9.363	8.896	12.232	16.406
Total	42.179	54.784	88.282	124.706	240.961	367.061	501.214	600.285

Fonte: Censos Demográficos - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Anexo 3

MAPA III - PERÍMETRO URBANO DE UBERLÂNDIA COM TOPONÍMIA HIDROGRÁFICA

Atualização: Julho/2009



Fonte:Freitas (2009)

Anexo 04

PLANTA DO PATRIMÔNIO DA MATRIZ DE
UBERLÂNDIA

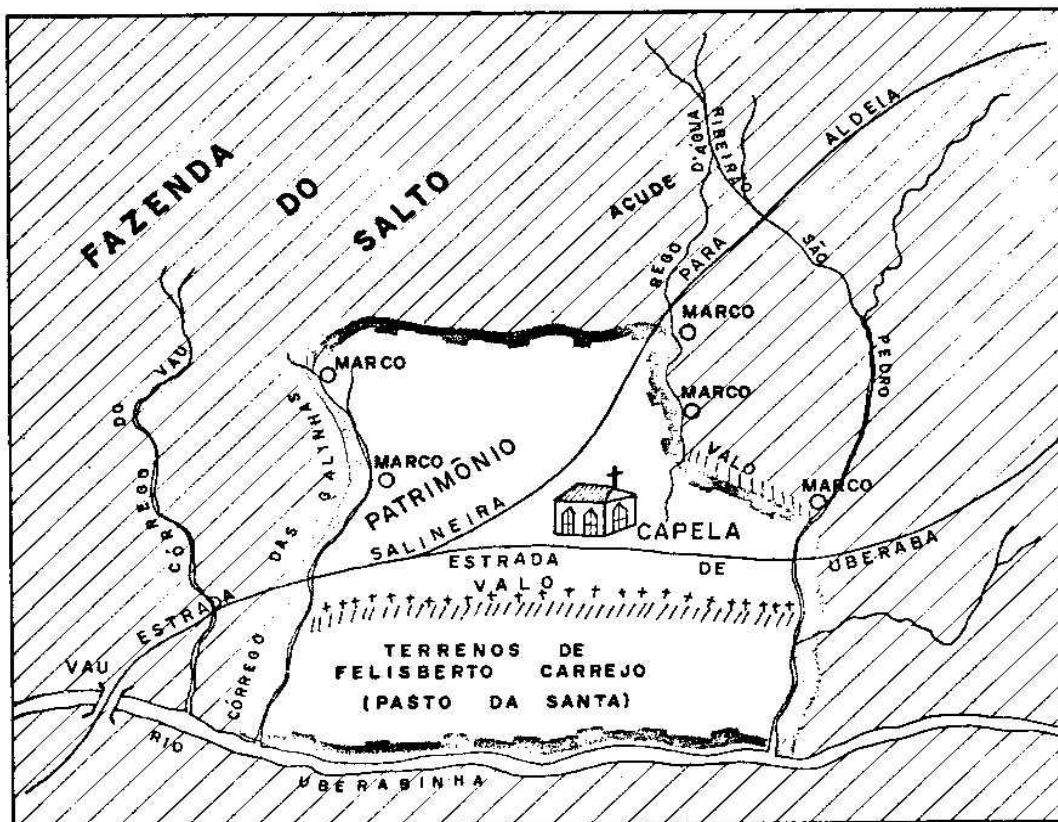
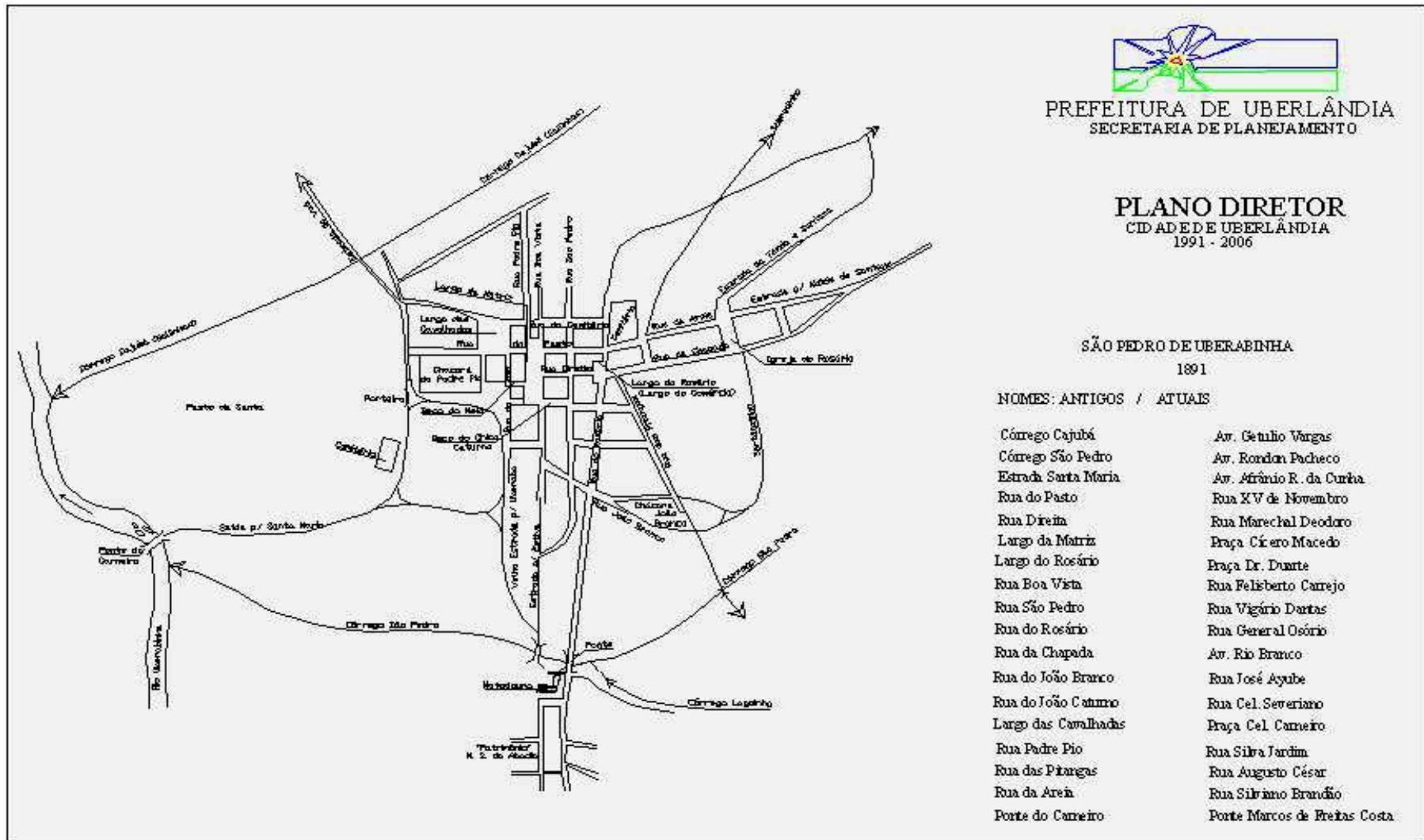


FIGURA 4

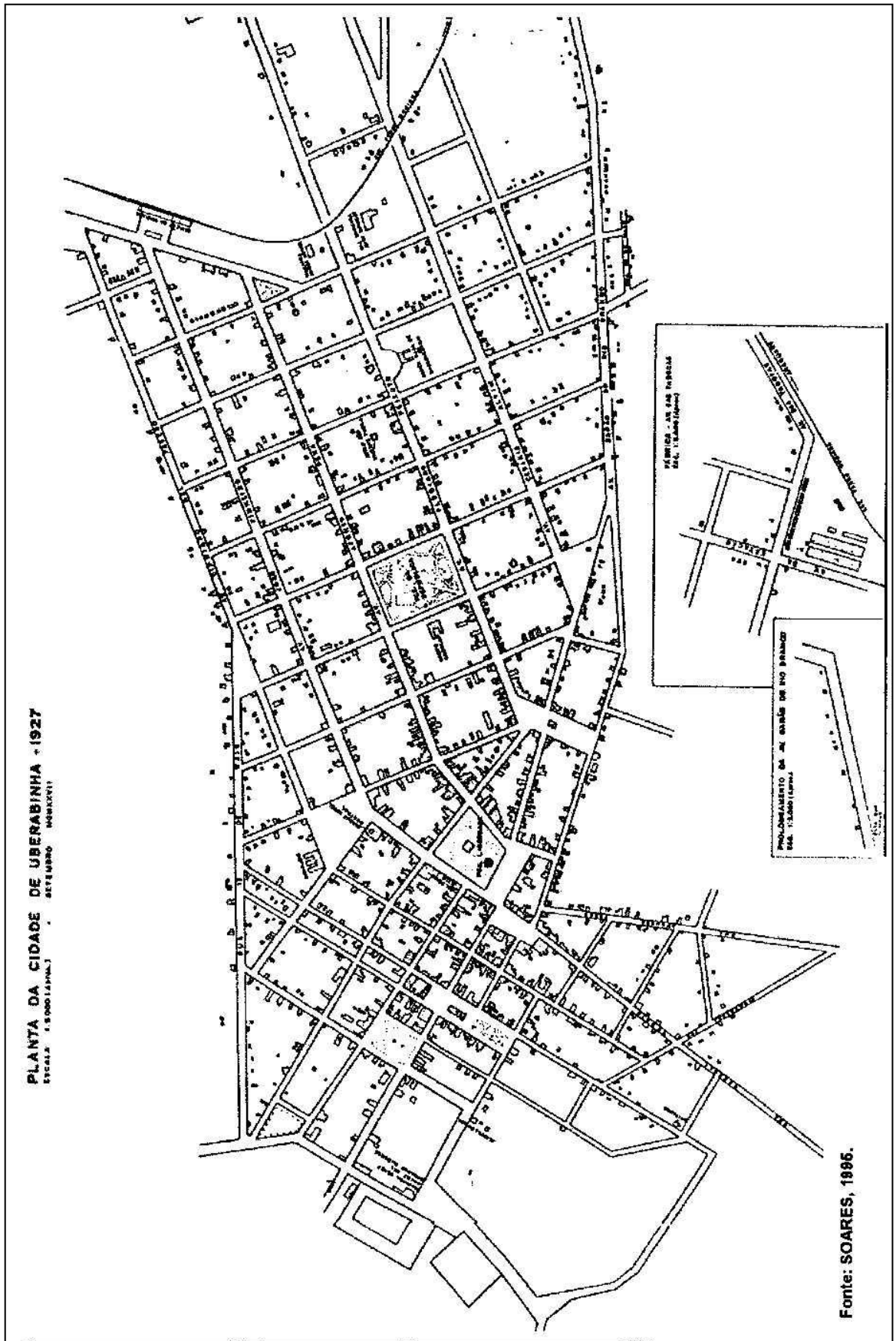
FONTE: Arantes, Jerônimo - Revista Uberlândia Ilustrada (6) 3-13 - Julho de 1940
Pg. 11

Anexo 5



891) Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/midia/imagens/planejamento_urbano_e_meio_ambiente/mapa_udia.jpg> Acesso em 13/02/2010.

Anexo 6



Anexo 07

Revisão do Plano Diretor

Questionário

O Plano Diretor é um instrumento que proporciona aos cidadãos do município um lugar para morar, trabalhar e viver com dignidade. O Plano Diretor de Uberlândia é de 1994, e está sendo revisado e adequado ao Estatuto das Cidades. Para isso, a sua participação é muito importante. Responda ao questionário e dê a sua contribuição para que nossa cidade seja cada vez melhor.

1. Quais são as "marcas" de Uberlândia, as coisas da cidade das quais você se orgulha? Cite 3 exemplos.

2. O que você gosta em Uberlândia e que deve ser preservado? Cite 3 exemplos.

3. O que falta em Uberlândia ou deve ser melhorado? Cite 3 exemplos.

O que falta:

O que deve ser melhorado:

4. Quais devem ser as áreas de ação prioritária do seu bairro? Escolha 5 opções.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Meio ambiente (rios, córregos, matas) | <input type="checkbox"/> Habitação |
| <input type="checkbox"/> Áreas de lazer (praças, parques) | <input type="checkbox"/> Emprego |
| <input type="checkbox"/> Saneamento (água, esgoto, drenagem) | <input type="checkbox"/> Segurança |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Iluminação |
| <input type="checkbox"/> Saúde | <input type="checkbox"/> Limpeza pública |
| <input type="checkbox"/> Esporte | <input type="checkbox"/> Transporte |
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Trânsito |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio histórico | <input type="checkbox"/> Sistema Viário (ruas, avenidas, calçadas) |

Nome (opcional): _____

Endereço: _____

Bairro: _____

